

Relatório e Contas

2023



Montepio
Associação Mutualista

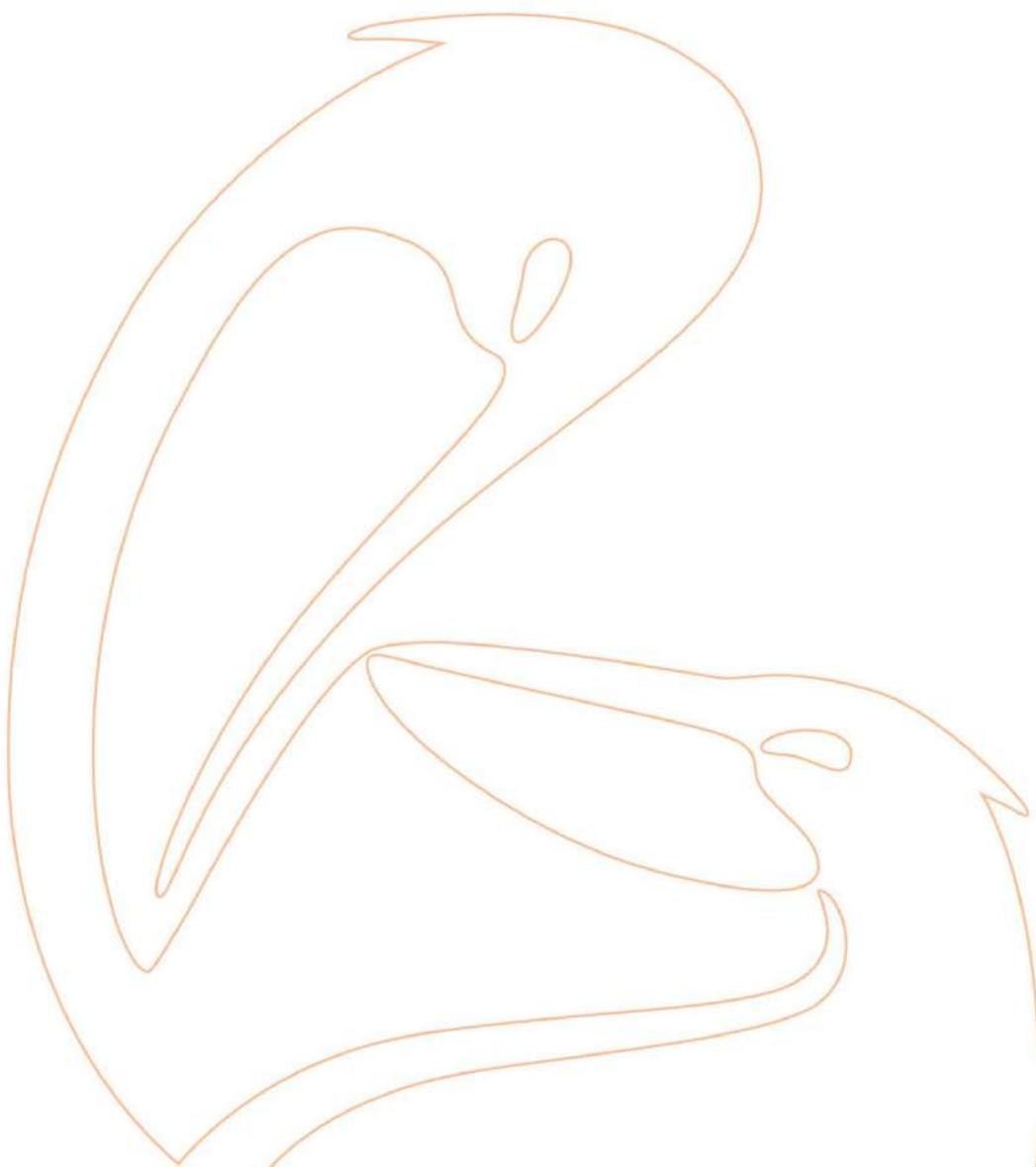
Índice

01	Mensagem do Presidente	05
02	Órgãos Associativos	08
03	Enquadramento das Atividades	11
04	Principais Indicadores	20
05	Principais Eventos em 2023	22
06	Execução da Estratégia e do Programa de Ação de 2023	25
07	Atividade	35
08	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	54

09	Sistema de Controlo Interno e Gestão de Riscos	72
10	Balanço e Resultados	80
11	Principais Entidades do Grupo Montepio	94
12	Propostas	108
13	Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas	129
14	Certificação Legal de Contas	250
15	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	255
16	Informação Complementar	263

01

Mensagem do Presidente



Mensagem do Presidente

Estimadas(os) Associadas(os),

No presente relatório, o Conselho de Administração do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) apresenta o relato das atividades desenvolvidas e o desempenho obtido pela Associação em 2023, incluindo as respetivas demonstrações financeiras, as notas explicativas e seus anexos.

O ano de 2023 foi pautado pela desaceleração da atividade económica portuguesa, num contexto adverso de agudização dos conflitos geopolíticos, de manutenção das pressões inflacionistas, embora de menor magnitude, face a 2022, e de maior restritividade das políticas monetárias, consubstanciada no aumento das taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu, que provocaram a subida generalizada das taxas de juro de mercado, afetando, de forma particular, as decisões de consumo e de poupança das famílias.

Apesar deste contexto desafiante, o MGAM e o Grupo Montepio conseguiram demonstrar a sua capacidade de resiliência e de superação, permitindo reforçar a aplicação dos princípios mutualistas.

Em 2023, o MGAM atingiu um nível de resultados superior a 110 milhões de euros, o qual traduziu o incremento da atividade associativa, alicerçada no aumento e maior diversificação dos meios de contacto e de acompanhamento dos Associados, e o desempenho favorável das empresas do Grupo Montepio, que, ao apresentarem resultados positivos significativos, incrementaram o seu valor de mercado, contribuindo, dessa forma, para o acréscimo dos resultados do MGAM.

No decurso de 2023, merece destaque, ainda, a concretização de vários projetos de simplificação e aumento das sinergias do Grupo, como a conclusão do processo de venda do Finibanco Angola e do Banco Empresas Montepio a extinção da Montepio Seguros e da Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE, a alienação de pequenas participações não estratégicas, a criação do Montepio Serviços ACE, para prestação de serviços de suporte e atividades partilháveis, e a implementação de múltiplas medidas com vista ao aumento das sinergias entre a Lusitania Companhia de Seguros e a Lusitania Vida.

Num ano marcado pela crescente pressão sobre os orçamentos familiares, os Associados do MGAM conseguiram reforçar os seus níveis de poupança e relação com a Associação, quer através da subscrição de modalidades, quer usufruindo da ampla proposta de valor da Associação, que inclui um vasto leque de parcerias. Complementarmente, cientes da necessidade de continuar a elevar a proposta de valor para os Associados, respondendo de forma ainda mais apropriada às suas necessidades, deu-se continuidade aos trabalhos de revisão do Regulamento de Benefícios, os quais incluíram ajustes à oferta atual e o

desenvolvimento de nova oferta nos domínios da saúde, da habitação e do apoio à longevidade.

Em 2023, o Montepio Geral Associação Mutualista prosseguiu a sua missão, afirmando o seu papel de parceiro solidário, socialmente responsável, atuando em harmonia com os princípios de natureza social e ambiental, os quais se encontram também na génese e matriz da Associação.

O futuro mostra-se desafiante e repleto de incertezas, mas estamos convictos da nossa capacidade de dar resposta aos crescentes desafios e à manutenção do trajeto de crescimento da atividade e da rendibilidade do MGAM, com vista ao reforço das finalidades mutualistas, assentes nos princípios da igualdade, solidariedade e responsabilidade, e com o principal objetivo de satisfazer as necessidades e promover a melhoria do bem-estar dos nossos Associados, razão de ser da nossa existência.

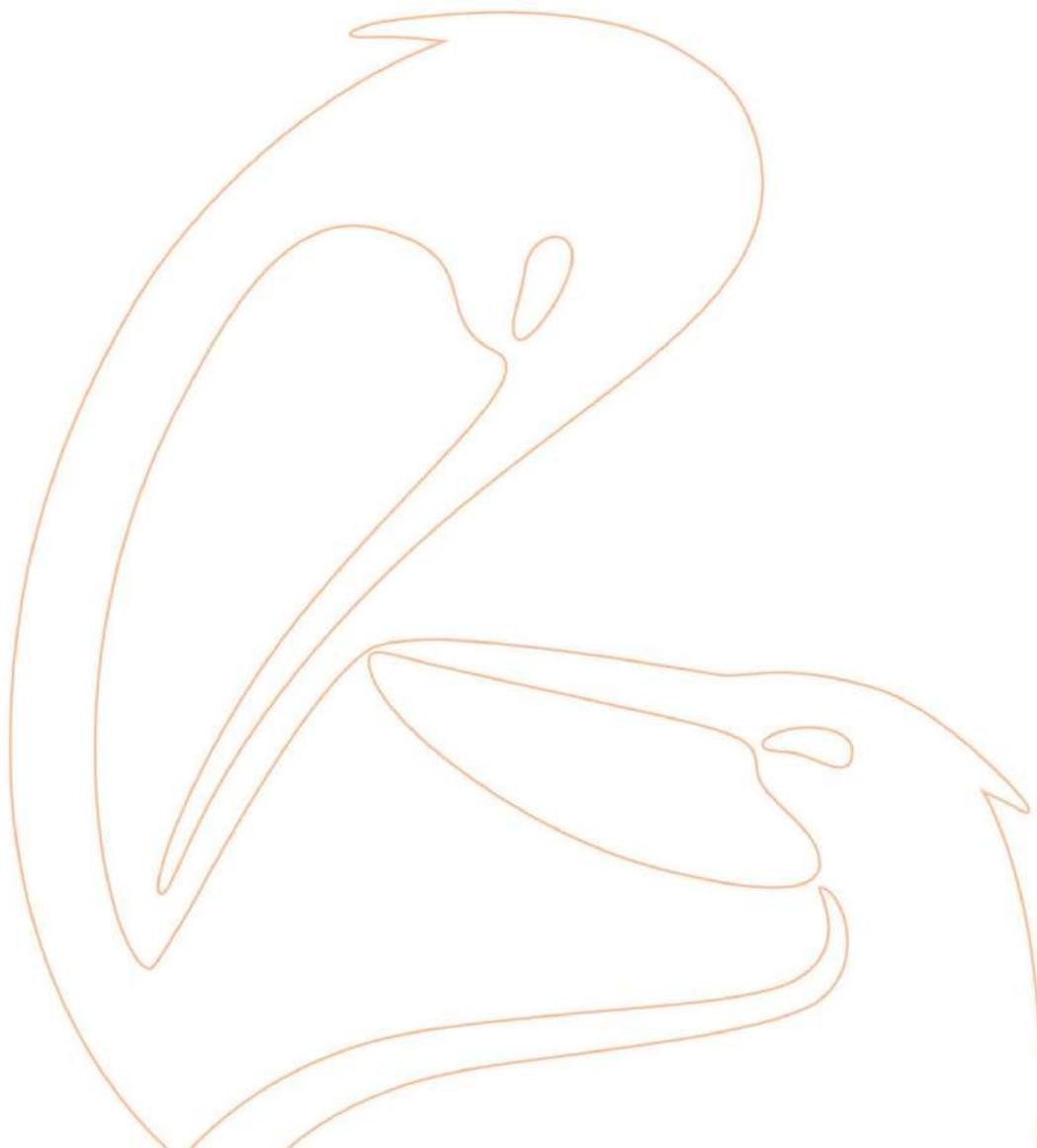
Termino agradecendo, em meu nome e em nome dos restantes membros do Conselho de Administração, o empenho, a dedicação e o profissionalismo de todos os trabalhadores, que no contexto marcadamente adverso dos últimos anos, contribuíram e continuam a contribuir, de forma decisiva, para o desempenho favorável do MGAM.

Com os meus melhores cumprimentos solidários e fraternos,

Virgílio Lima

02

Órgãos Associativos



Órgãos Associativos

Os membros dos órgãos do Montepio Geral Associação Mutualista (doravante MGAM ou Associação), eleitos no dia 17 de dezembro de 2021, tomaram posse e iniciaram funções no dia 11 de janeiro de 2022.

A composição dos órgãos eleitos para o quadriénio 2022 - 2025, é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Maria de Belém Roseira M. C. Henriques Pina
1º Secretário	José Alberto Pereira Pitacas
2º Secretário	António Dias Sequeira

Mesa da Assembleia de Representantes

Presidente	Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho
1º Secretário	Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho
2º Secretário	Maria da Conceição B. da Cunha Gameiro Zagalo

Conselho de Administração

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Vogal	Idália Maria Marques Salvador Serrão
Vogal	João Carlos Carvalho das Neves
Vogal	Rui Pedro Brás de Matos Heitor
Vogal	Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
Vogal Não Executivo	Alípio Barrosa Pereira Dias

Conselho Fiscal

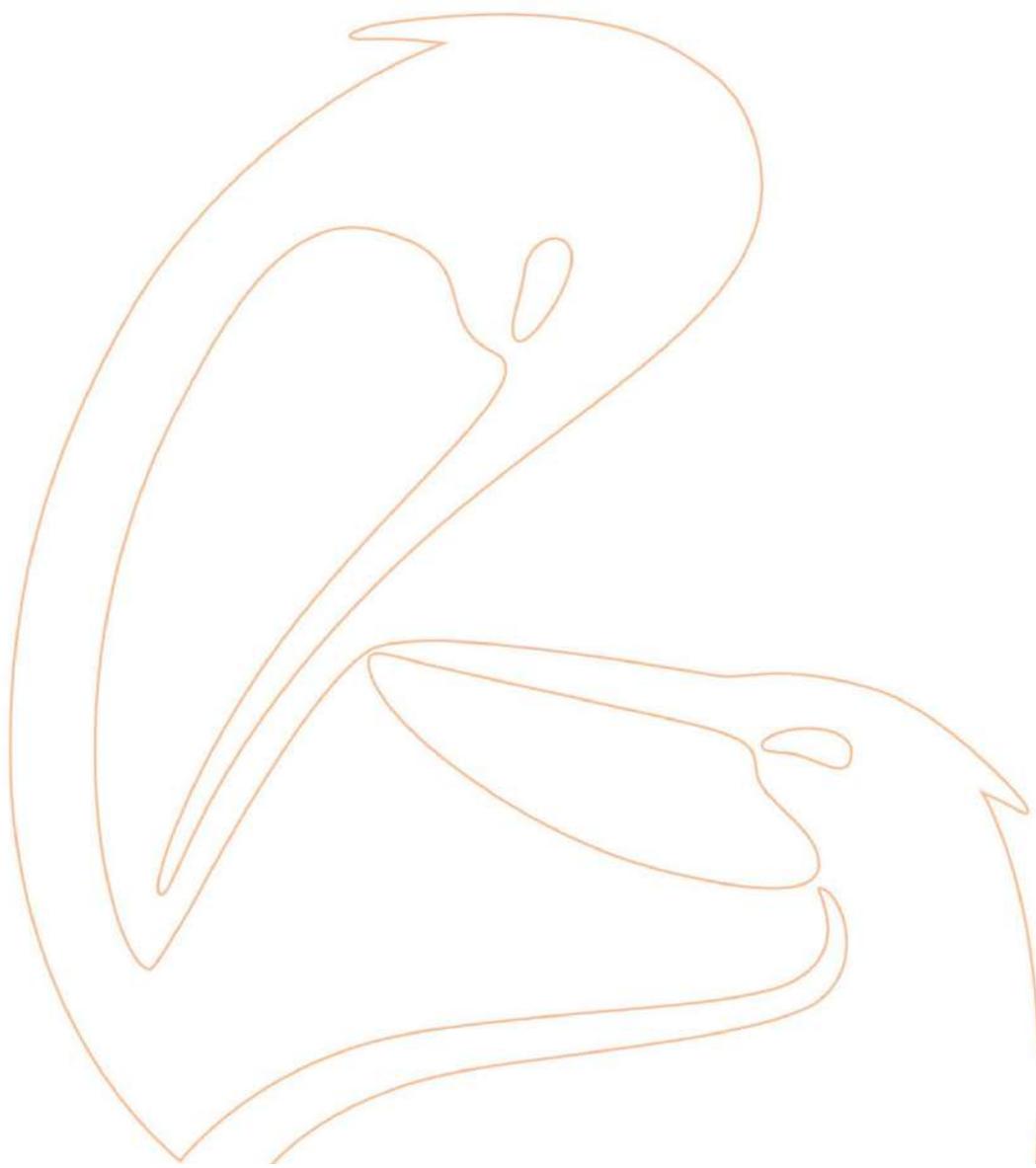
Presidente	Victor Domingos Seabra Franco
Vogal	Ana Paula de Jesus Harfouche
Vogal	António Paulo da Silva G. Raimundo

Membros da Assembleia de Representantes

Vítor José Melícias Lopes
Josué Carlos Marques Caldeira
Joel André Ferreira de Azevedo
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Miguel da Graça Estevão André Nogueira
Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes
Carlos Manuel de Melo Gomes Areal
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira
Henrique Manuel Baptista da Costa Monteiro
Manuel Rui dos Santos Caseirão
Manuel Costa Duarte Ramos Lopes
José Eduardo Franco
Marta Alexandra de Sá Lopes Ferreira da Silva
Ricardo Miguel Alves Fernandes
Tiago Peralta Raposo de Sousa d'Alte
Cláudia Sofia Gomes Monteiro de Aguiar
Víctor da Silva Ruivo
Augusta Regina Alves Gato de Moura Guedes
Viriato Monteiro da Silva
Maria Joaquina Ruas Madeira
António Fernando Menezes Rodrigues
Luis Manuel de Oliveira Metelo
Maria das Dores Marques Banheiro Meira
Fernando Jorge da Cruz Albuquerque
José Manuel da Cunha Rainho
Manuel Rogério Dias Ferreira

03

Enquadramento das Atividades



Enquadramento das Atividades

Economia

Economia Mundial

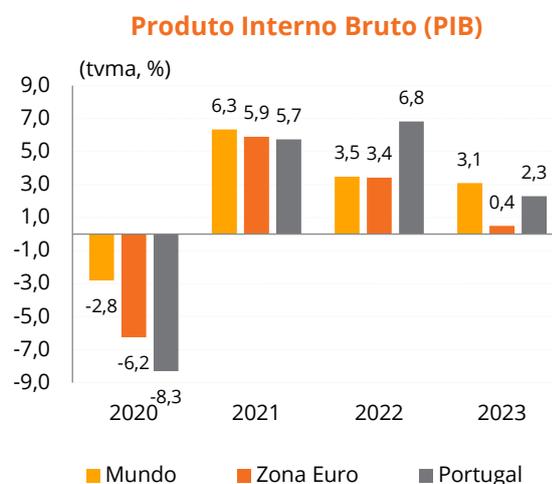
Em 2023, a atividade económica mundial manteve a tendência de desaceleração evidenciada em 2022, apresentando, ainda assim, um desempenho positivo, sustentado por uma significativa resiliência da atividade em diversas regiões do globo face ao adverso enquadramento geopolítico, o qual se traduziu num abrandamento do comércio internacional e na manutenção das pressões inflacionistas e de políticas monetárias restritivas a nível global.

Na atualização do *World Economic Outlook (WEO)*, de 30 de janeiro de 2024, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou um crescimento da economia mundial para o ano de 2023, de 3,1%, comparativamente a 3,5% registados em 2022. Este abrandamento incorpora uma significativa desaceleração da atividade na Zona Euro e no Reino Unido, refletindo o fraco dinamismo do consumo e do investimento, e um dinamismo económico positivo nos EUA, beneficiando dos elevados *stocks* de poupança dos particulares constituídos durante a pandemia, das medidas de apoio públicas adotadas e da estabilidade financeira, e na China, em função do levantamento das restrições no âmbito da anterior política de “zero Covid”, a par das medidas de estímulo governamentais.

Economia da Zona Euro

A economia da região voltou a abrandar no conjunto de 2023, para um crescimento de cerca de 0,4%, depois das expansões de 3,4% e 5,9% em 2022 e 2021, respetivamente, sendo condicionada, designadamente, pelo contexto de elevada inflação e pelo impacto económico das elevadas taxas de juro.

Ao longo do ano, assistiu-se à manutenção da tendência de queda da inflação iniciada no final de 2022, com a inflação homóloga a fechar o ano de 2023 nos 2,9% (em dezembro), ainda acima do objetivo de inflação de médio prazo do BCE, de 2,0%,



Fonte: Thomson Reuters. Montenegro (GEEF) e FMI.

mas inferior ao valor observado no final de 2022 (+9,2%). A inflação subjacente revelou uma maior resiliência, tendo inclusive atingido um pico máximo em 2023 (de +5,7% em março), mas fechado o ano num nível (+3,4% em dezembro) também abaixo do observado no final de 2022 (+5,2%). Em termos médios anuais, a taxa de inflação desceu para 5,4% em 2023, face aos 8,4% verificados em 2022.

Face ao contexto de persistência da inflação subjacente elevada ao longo de grande parte do ano, assim como às perspetivas de que a inflação permaneça elevada durante demasiado tempo, o BCE deu continuidade ao ciclo de subidas das suas taxas de juro diretores iniciado em meados de 2022, tendo aumentado essas taxas em 200 p.b. (50 p.b. em fevereiro e em março e 25 p.b. em maio, junho, julho e setembro), mantendo depois as taxas inalteradas nas restantes reuniões do ano.

Tratou-se do ciclo de subida de taxas de juro do BCE mais agressivo da sua história, com as taxas de referência a aumentarem 450 p.b. em cerca de 15 meses (entre julho de 2022 e setembro de 2023). Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o ano nos 4,50% e a taxa de depósitos nos 4,00%.

Economia Portuguesa

O Produto Interno Bruto (PIB) português registou uma desaceleração, com um crescimento de 2,3%, em 2023, face aos 6,8% verificados em 2022, refletindo a menor procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária. Não obstante, a economia portuguesa apresentou um desempenho acima da média da Zona Euro e das diversas previsões económicas divulgadas ao longo do ano.

A procura interna contribuiu positivamente para o crescimento anual do PIB em 2023, embora a um nível inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado, de 5,6% em 2022, para uma 1,6% em 2023, e do investimento, de 3,5% para 0,8%, no mesmo período, refletindo o impacto da inflação e das elevadas taxas de juro. O contributo da procura externa líquida também foi positivo em 2023, mas menos intenso que em 2022, tendo as exportações e as importações desacelerado significativamente, em -13,2 p.p. e -8,9 p.p., respetivamente, em função do abrandamento do comércio internacional.

Por setores de atividade económica, destaca-se o crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) do comércio, alojamento e restauração (5,4%) e dos transportes e armazenagem (4,8%) e, embora em desaceleração face aos crescimentos verificados em 2022, de 15,1%, em cada um dos ramos de atividades referidos, pelo efeito do período pós-pandemia. O setor da construção apresentou um dinamismo mais contido, mas positivo, com um acréscimo de produção de 1,47%, ligeiramente inferior ao verificado em 2022 (1,49%), traduzindo o decréscimo, de -9,5%, do número de edifícios licenciados, e de -3,1%, do número de edifícios concluídos, até setembro de 2023, face ao mesmo período de 2022.

O mercado imobiliário habitacional evidenciou um decréscimo de atividade até ao 3º trimestre de 2023, com as vendas de alojamentos familiares a reduzirem-se em -20,9%, em número, e -14,7%, em valor, face aos respetivos crescimentos de 8,0% e 22,9% verificados

em 2022. Apesar deste decréscimo de atividade os preços dos imóveis continuaram a acelerar em 2023, com uma valorização de 8,3% no 3º trimestre, embora a um ritmo inferior ao verificado em 2022, ano em que a valorização dos imóveis residenciais atingiu 12,6%.

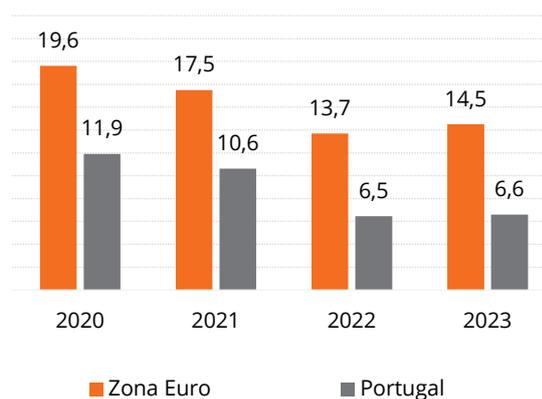
Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, depois do forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, assistiu-se em Portugal, em 2023, também a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022, beneficiando da redução dos preços da energia e dos bens alimentares e industriais não energéticos, com a taxa de inflação média anual a situar-se em 5,3% em 2023, face a 5,1% verificados em 2022. Merece também destaque o facto de a taxa de inflação homóloga ter fechado o ano nos 1,9% (em dezembro 2023), já um pouco abaixo do *target* de 2,0% do BCE e inferior ao valor observado no final de 2022 (9,8%).

No mercado laboral, observou-se um ligeiro aumento da taxa de desemprego, de 6,1% em 2022, para 6,5%, em 2023, influenciado pela desaceleração da atividade económica, mas com o nível de emprego a permanecer resiliente, em função do maior dinamismo da atividade no setor dos serviços, mais intensivo em mão de obra.

As finanças públicas continuaram a beneficiar, ao longo de 2023, do crescimento da atividade económica e do dinamismo do mercado de trabalho, tendo o saldo das administrações públicas apresentado um saldo orçamental positivo, de +0,5% do PIB no 3º trimestre de 2023, face ao défice orçamental de -0,3% do PIB observado em 2022, com o excedente do ano de 2023 a ser superior ao assumido pelo Governo no OE 2024 (+0,8%), estando em linha com a previsão do Banco de Portugal (1,1% em dezembro 2023). Acompanhando esta tendência positiva, o rácio de dívida pública sobre o PIB manteve em 2023 a trajetória descendente iniciada em 2021, tendo-se fixado abaixo dos 100%, nos 98,7%, o valor mais baixo registado desde 2009.

A taxa de poupança dos particulares aumentou ligeiramente em 2023, para um valor estimado de 6,6%, face aos 6,5% registados em 2022, ano em que se reduziu de forma abrupta face a 2021 (10,6%), pelo efeito do aumento da inflação. Em 2023 o aperto das condições financeiras observado contribuiu, em geral, para uma maior propensão a poupar e as elevadas taxas de juro provocaram mesmo um aumento da poupança forçada, uma vez que uma maior parcela do rendimento disponível acabou por ter de ser afeta às prestações dos créditos, em detrimento de ser afeta ao consumo.

Taxa de Poupança (% Rend. Disp.)



Fonte: Thomson Reuters, Montepio (GEEF) e CE.

Perspetivas para 2024

Na atualização do *World Economic Outlook (WEO)* de janeiro 2024, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta as suas previsões para a economia global relativas a 2024, de 2,9%, para 3,1%, suportado no abrandamento da inflação e na resiliência, maior do que o esperado, da atividade nos Estados Unidos e em vários grandes mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para Portugal, as últimas previsões de crescimento económico foram revistas em baixa, sendo esperado um novo abrandamento da atividade, com o PIB a crescer entre 1,2% (Banco de Portugal – dezembro 2023 e Comissão Europeia – fevereiro 2024) e 1,5% (FMI – outubro 2023), embora a um nível superior à previsão de crescimento para a Zona Euro, de 0,9% (FMI – janeiro 2024). Esta evolução estará condicionada, no início do ano, pela redução da procura por parte dos principais parceiros comerciais, situados na Zona Euro, sendo expectável uma recuperação da atividade ao longo de 2024, motivada pela aceleração da procura externa, pelo impacto da redução da inflação sobre o rendimento real das famílias e pelo impacto dos fundos europeus no crescimento do investimento.

Os riscos relativos à projeção de atividade da economia portuguesa apresentam-se maioritariamente em baixa, podendo o crescimento da atividade em Portugal ser inferior ao projetado caso se materializem diversos riscos de origem externa: (i) um agravamento das tensões geopolíticas, com impacto sobre os preços das matérias-primas e a confiança, (ii) uma recuperação mais lenta do comércio mundial, num quadro de riscos de fragmentação geoeconómica ou de abrandamento da economia chinesa, (iii) um impacto superior ao esperado das condições financeiras restritivas, (iv) uma maior persistência da inflação, traduzindo-se em taxas de juro elevadas por um período mais prolongado; e, a nível interno, um maior cenário de incerteza na condução da política económica e eventuais atrasos na execução dos fundos europeus. No caso da inflação, os riscos em alta encontram-se associados a perturbações nos mercados energéticos, compensados pelos riscos em baixa, relativos ao crescimento económico com impacto negativo sobre os preços.

Mercados Financeiros

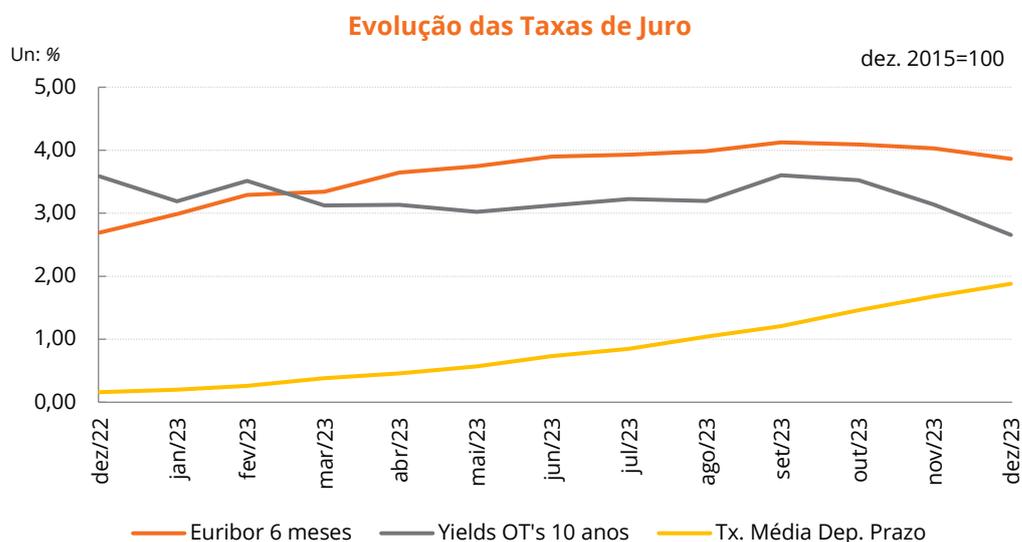
No ano de 2023 assistiu-se à manutenção da tendência de melhoria do sentimento dos mercados que havia sido iniciada no último trimestre de 2022, traduzindo-se num ano de ganhos designadamente para os mercados acionistas, depois da queda registada no ano anterior, motivada, essencialmente, pelo choque da invasão russa da Ucrânia no início desse ano, que provocou uma escalada dos preços das *commodities* e implicou, inevitavelmente, uma alteração das perspetivas de crescimento da atividade e dos preços na generalidade das economias, assim como, uma política monetária mais restritiva.

Os principais índices de ações dos EUA registaram fortes subidas em 2023, com o *S&P 500* a avançar 24,2%, recuperando totalmente da queda de 19,4% observada em 2022. O *Nasdaq* exibiu uma subida ainda superior (43,4%), ao passo que o *Dow Jones* valorizou 13,7%. O comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias, tendo sido registadas valorizações de 19,2% no índice europeu *Eurostoxx 50*, 11,7% no índice português

PSI, e 3,8% no FTSE 100 britânico, este último penalizado pela elevada inflação britânica e pela necessidade de mais subidas de taxas por parte do Banco de Inglaterra. O índice *MSCI* global valorizou 20,1% em 2023, depois da desvalorização de -19,8% registada em 2022.

As *yields* da dívida pública de referência desceram nas principais economias, refletindo as expectativas de inversão das políticas monetárias restritivas que se foram intensificando nos últimos meses do ano. Na Alemanha, as *yields* a 2 anos desceram 36 p.b., para 2,40%, e nos 10 anos diminuíram 55 p.b., para 2,02%, permanecendo bem acima dos níveis mínimos históricos registados em 2020. Nos EUA, as *yields* a 2 anos desceram 18 p.b. para 4,25%, tendo estabilizado nos 10 anos, em 3,88%, mas, neste último caso, depois de terem chegado, no final de outubro de 2023, a ultrapassar os 5%. As *yields* das Obrigações do Tesouro português a 10 anos situaram-se em 2,85%, em dezembro de 2023, face a 3,10% em dezembro de 2022, representando uma diminuição de 25 p.b..

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, fechando o ano em níveis mínimos desde o início de 2022. Também se observou um desagravamento nos *spreads* das *yields* da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro, com a Grécia a destacar-se pela positiva (-102 p.b., para um *spread* de 104 p.b.), seguida de Itália (-47 p.b., para 168 p.b.) e de Portugal (-38 p.b., para 63 p.b.), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha (-12 p.b., para 97 p.b.), num contexto de melhoria dos *ratings* atribuídos pelas principais agências de notação financeira para Portugal e para a Grécia.



Fonte: Thomson Reuters.

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, as taxas Euribor apresentaram subidas significativas em 2023 (+178 p.b. nos 3 meses, +117 p.b. nos 6 meses e +22 p.b. nos 12 meses), depois de já terem observado em 2022 os maiores aumentos num ano, desde o início das séries históricas em 1999 (+270 p.b. nos 3

meses, +324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses) e após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos. As taxas Euribor fecharam o ano de 2023 em 3,909% nos 3 meses, 3,861% nos 6 meses e 3,513% nos 12 meses, depois de terem tocado em níveis máximos desde novembro de 2008 nos últimos meses do ano – nos 3 meses, em meados de novembro (4,002%), nos 6 meses, no início de outubro (4,138%), e, nos 12 meses, no final de setembro (4,228%).

Enquadramento Demográfico e Social

O ano de 2023 caracterizou-se pelo pleno regresso à vida quotidiana após as restrições do período pandémico entre 2020 e 2021 e do respetivo levantamento ocorrido em 2022. Este regresso foi acompanhado pela manutenção e reforço das preocupações da sociedade com a habitação, com o ambiente e com o desenvolvimento sustentável, em conjunto com as respostas sociais ao nível da saúde, educação e sistemas de proteção social, num contexto de apreensão quanto à ocorrência e ao impacto dos diversos conflitos armados internacionais.

Em termos demográficos, e de acordo com os últimos dados disponíveis referentes ao ano de 2023, a população portuguesa manteve a tendência de envelhecimento, com o défice do saldo natural a atingir -32 650 pessoas, embora apresentando um desagravamento relativamente ao observado em 2022 (-40 640 pessoas). Em 2023, registou-se o nascimento de 85 909 nados-vivos, filhos de mães residentes em território nacional, representando um acréscimo de 1 920 (2,3%) em relação a 2022, ao passo que o número de óbitos de residentes em território nacional foi de 118 862, tendo diminuído 6 030 (-4,8%) relativamente a 2022.

Da análise dos restantes indicadores demográficos e sociais, com informação disponível, neste caso, para o ano de 2022, evidencia-se o valor historicamente baixo do número de casamentos celebrados, apesar de ter naturalmente aumentado em 2022 (refletindo o facto de o ano de 2021 ainda ter sido afetado pela crise pandémica), dos 29,1 mil observados em 2021 para 37 mil, com a idade média do 1.º casamento para os dois sexos a aumentar entre 2021 e 2022 de 34,3 para 35,1 anos para os homens e de 32,9 para 33,7 anos para as mulheres, mas tendo a idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho descido ligeiramente, dos 30,9 anos de 2021 para 30,8 anos em 2022. Destaca-se também a subida do saldo migratório nos últimos anos, passando de um saldo negativo de 0,6 mil pessoas, em 2016, para um valor positivo de 86,9 mil pessoas em 2022 (72,1 mil pessoas em 2021), representando um máximo desde 1975, após a revolução de abril de 1974 (347 mil pessoas).

A esperança de vida à nascença atingiu 81,0 anos em 2021, ainda abaixo dos 81,2 anos observados em 2019 (e dos 81,1 anos registados em 2018, mas acima dos 80,9 em 2017 e 2016 e dos 80,7 anos de 2015), com o registo de 2019 a representar um máximo histórico, com a mortalidade infantil em 2022 a subir ligeiramente face ao ano anterior, de 2,4‰ para 2,6‰, mas mantendo-se num dos valores mais baixos ao nível da OCDE (encontrava-se em 11.º lugar no *ranking* da organização, liderado pelo Japão, com 1,7‰, em igualdade com outros dois países, Dinamarca e Coreia do Sul) .

Ao nível do ensino, a taxa de abandono precoce da educação e formação prolongou em 2022 a sua trajetória decrescente, tendo caído de 6,7% em 2021 para 6,5%, o valor mais baixo da série.

O rendimento médio disponível das famílias fixou-se em 38,9 mil euros em 2022, evidenciando uma trajetória de recuperação nos oito últimos anos, embora tendo registado uma ligeira descida relativamente ao ano anterior (39,2 mil euros), aliviando de níveis máximos históricos, mas superando, pelo 5.º ano consecutivo, o nível de 2010, de 32,2 mil euros, com o contributo dos apoios públicos após o início da crise pandémica. Já quando atentamos ao rendimento nacional bruto *per capita*, este subiu de 19 008 euros para 20 551 euros entre 2020 e 2021, refletindo aqui, naturalmente, a retoma da atividade observada nesse ano, após a crise pandémica, continuando a subir em 2022, para 22 885 euros, um máximo histórico da série.

O coeficiente de Gini (uma medida de desigualdade) aumentou em 2022, de 32% para 33,7%, após um período de diminuição entre 2014 e 2019, quando caiu de 34,0% para 31,2%, mantendo-se Portugal como um dos países com maior desigualdade na distribuição de rendimentos da União Europeia.

A taxa de pobreza ou exclusão social em Portugal diminuiu de 22,4% para 20,1% entre 2021 e 2022, ligeiramente abaixo da média europeia (21,6% em 2022), mantendo uma trajetória de convergência (em 2010, a taxa de pobreza ou exclusão social era de 25,3% em Portugal e de 23,9% na média europeia). Salienta-se igualmente que a taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, caiu entre 2021 e 2022, de 18,4% para 16,4%, situando-se ligeiramente abaixo da média europeia em 2022 (16,5%), ao contrário do que sucedeu entre 2019 e 2021).

De acordo com os últimos dados disponíveis, as despesas da Segurança Social em percentagem do PIB caíram entre 2021 e 2022, de 19,8% para 18%, tendo a percentagem da população ativa que contribuí para o sistema de Segurança Social continuado a aumentar, de 92,1% para 96,2%, com o rácio “contribuinte/beneficiário” a aumentar de 1,39 para 1,44, enquanto a despesa corrente em saúde aumentou 6,0% em 2022, desacelerando face a 2021 (+13,1%) e após um crescimento mais reduzido em 2020 (+3,7%), retomando a tendência de decréscimo iniciada em 2014 que havia sido interrompida nos últimos anos. O peso relativo da despesa corrente em saúde no PIB desceu entre 2021 e 2022, de 11,0% para 10,5%, invertendo a trajetória observada desde 2016.

Enquadramento Regulamentar

Em 2023, merecem destaque a apresentação do programa “Mais Habitação”, destinado a promover o acesso à habitação a custos acessíveis, e as medidas inscritas no Orçamento de Estado para 2024 (OE 2024).

O programa “Mais Habitação”, apresentado em fevereiro e com entrada em vigor em setembro de 2023 incorpora medidas destinadas a aumentar a colocação de um maior número de casas habitacionais no mercado, através medidas de proteção, incentivo e apoio

ao arrendamento, de incentivo à transferência de apartamentos em alojamento local para o mercado de arrendamento e da definição de novas linhas de crédito para a construção ou reabilitação. O mesmo programa revoga a possibilidade de novos pedidos de autorização de residência para atividade de investimento, os designados “Vistos *Gold*”, contemplando a inclusão de 2 700 milhões de euros das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) afetadas ao investimento em habitação.

No âmbito do OE 2024 (Lei N.º 82/2023, de 29 de dezembro), salienta-se o aumento do investimento público, através das verbas do PRR e do excedente orçamental de 2023, nas áreas da habitação, saúde, educação e transportes. Ao nível das famílias, merecem destaque as medidas destinadas a promover o aumento do rendimento familiar, através da descida das taxas nos 5 primeiros escalões de IRS e o reforço do IRS jovem, bem como, o aumento médio das pensões em 6,2% e do salário mínimo para os 820 euros.

O ano de 2023 caracterizou-se pelo segundo ano da execução do PRR, o qual contempla um valor de 16 644 milhões de euros de subvenções e empréstimos para aplicar no país até 2026, tendo sido concretizadas aprovações de projetos no valor de 14 582 milhões de euros (87,6% do valor total do PRR) e pagamentos no valor total de 2 821 milhões de euros (16,9% do valor total do PRR), que neste caso compara com pagamentos de 1 048 milhões de euros realizados em 2022.

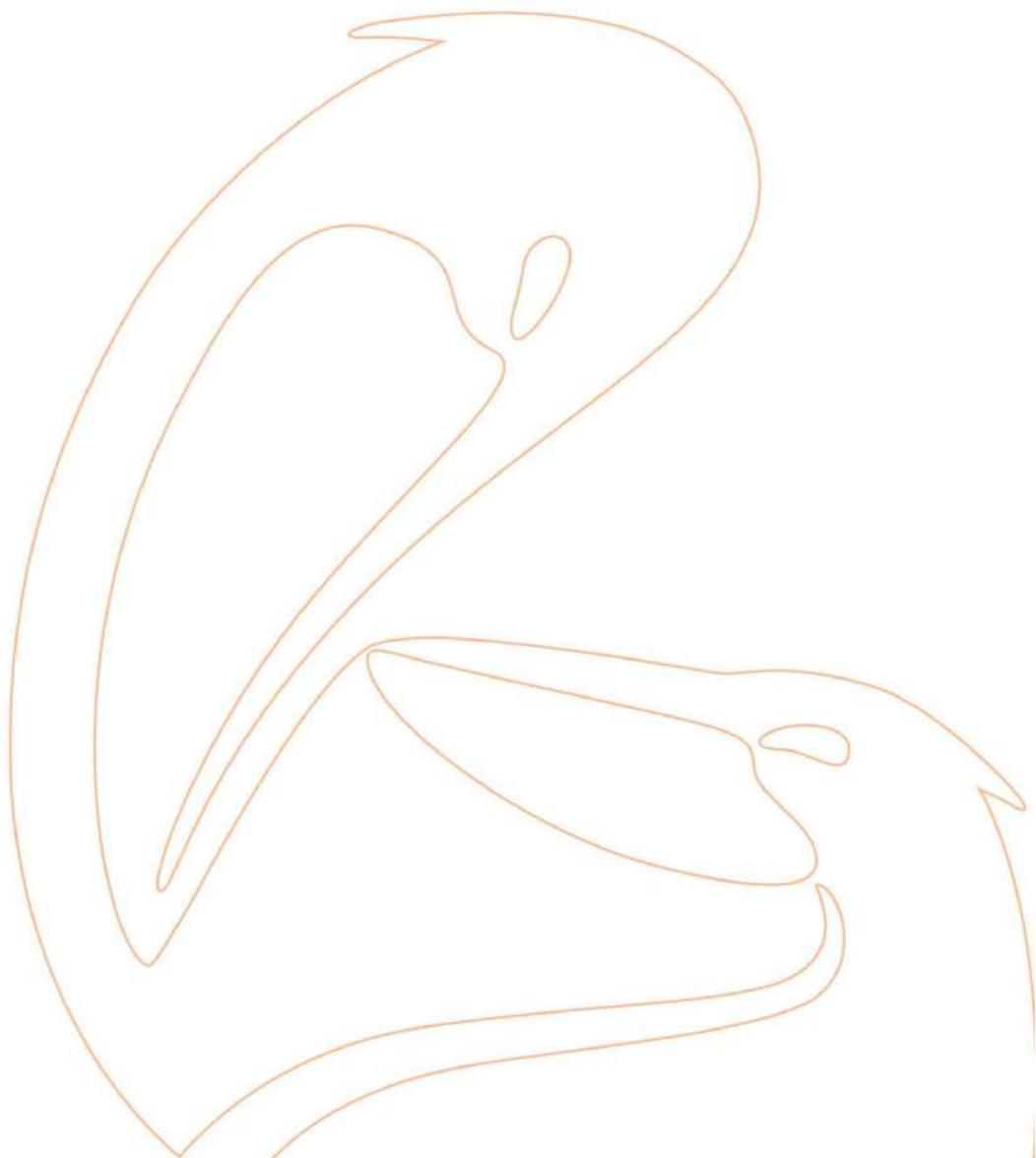
Em termos da atividade do MGAM, salienta-se a vigência, até 2030, do período transitório para a adoção do novo regime prudencial das maiores associações mutualistas, com adaptações por definir, particularmente, no que se refere ao regime de solvência aplicável à sua natureza.

Na atividade seguradora, merece relevo a entrada em vigor da Norma Internacional de Relato Financeiro 17 – Contratos de Seguros (IFRS 17), que incorpora a contabilização dos contratos de seguro baseada no apuramento de *cash-flows* / valor económico.

Ao nível da sustentabilidade, salienta-se a publicação de diversos diplomas por parte da União Europeia, nomeadamente: (i) o Regulamento (UE) 2023/2631 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de novembro, relativo às Obrigações Verdes Europeias e à divulgação opcional de informação relativamente a obrigações comercializadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental e a obrigações ligadas à sustentabilidade; (ii) o Regulamento (UE) 2023/2859 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, que cria um Ponto de Acesso Único Europeu destinado a permitir um acesso centralizado a informações publicamente disponíveis com relevância para os serviços financeiros, os mercados de capitais e a sustentabilidade; (iii) o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão, de 31 de julho, que complementa a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante às normas de relato de sustentabilidade.

04

Principais Indicadores



Principais Indicadores

	2023	2022	2021
ATIVIDADE			
Associados (#)	604 799	606 483	601 606
Subscrições (#)	927 662	935 244	939 512
Número de subscrições por associado (#)	1,53	1,54	1,56
Pensionistas (#) ⁽¹⁾	6 717	6 844	6 913
Ativo líquido (m€)	3 912 075	3 756 714	3 716 256
RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA			
Resultado líquido do exercício (m€)	111 971	50 234	44 586
Receitas associativas (m€)	869 486	848 529	680 028
Margem associativa (m€)	12 456	85 839	126 396
Cash flow do exercício (m€)	39 192	60 249	44 290
Gastos operacionais / Ativo líquido médio (%)	0,69%	0,72%	0,82%
Resultado líquido do exercício / Ativo líquido médio (%)	2,92%	1,34%	1,23%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Capitais próprios (Fundos próprios, reservas e resultados) (m€)	488 274	365 798	364 608
Capitais próprios / Ativo líquido (%)	12,48%	9,74%	9,81%
Grau de cobertura das responsabilidades ⁽²⁾	1,111	1,094	1,097
Cobertura das responsabilidades por ativos líquidos (%) ⁽³⁾	21,4%	19,8%	21,2%
Rácio de liquidez (%) ⁽⁴⁾	11,3%	11,1%	11,0%

⁽¹⁾ A informação relativa a pensionistas foi revista, passando a considerar o seu número efetivo de pensionistas, independentemente da quantidade de modalidades ou rendas subscritas

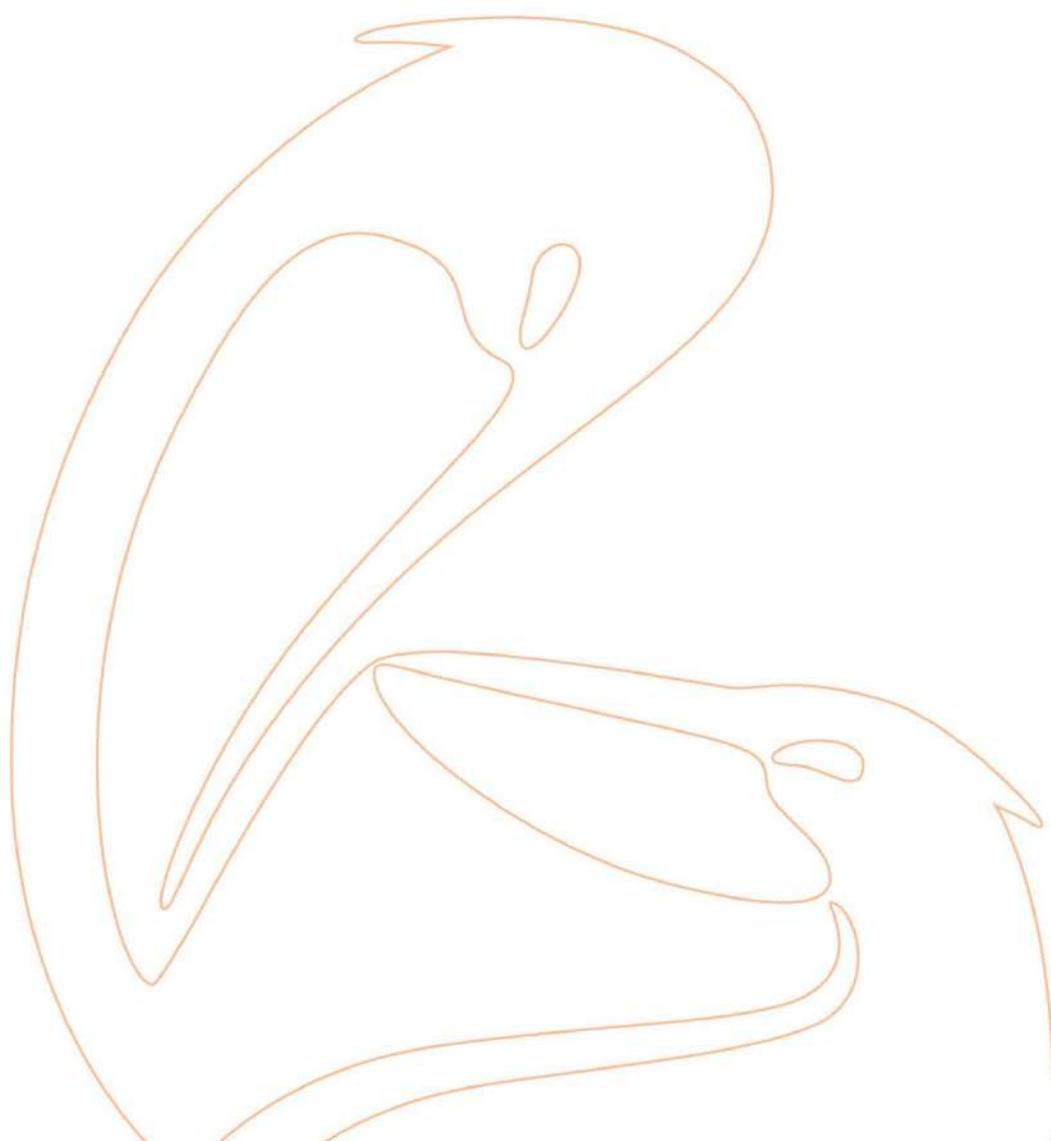
⁽²⁾ Fundos, reservas e provisões técnicas / Provisões técnicas

⁽³⁾ (Disponibilidades + Aplicações em IC + Carteira de títulos) / Provisões técnicas

⁽⁴⁾ (Disponibilidades + Aplicações em IC + Carteira de títulos deduzida de títulos emitidos por entidades do Grupo) / Ativo líquido

05

Principais Eventos em 2023



Principais Eventos em 2023

No ano de 2023, merecem destaque os seguintes eventos institucionais relevantes para a atividade e evolução do MGAM e/ou do Grupo Montepio:

Serviços Partilhados

Em junho 2023, constituição e entrada em funcionamento do Montepio Serviços, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), para prestação, ao universo das entidades do Grupo, de serviços e atividades não *core*, partilháveis e de gestão administrativa, visando capturar sinergias de grupo e economias de escala, maximizar a qualidade do serviço prestado, bem como potenciar a rendibilidade e eficiência operacional.

Ativos Imobiliários

Em novembro 2023, iniciou-se a dissolução e liquidação do Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE, e a integração das respetivas atividades nas estruturas do MGAM e do Banco Montepio. O MGAI constituído, em 9 de maio de 2014, com a finalidade de gerir de modo integrado os imóveis das Entidades Participantes, cumpriu o seu propósito com sucesso. Face às necessidades atuais, a sua atividade foi concluída.

Saúde

Em novembro 2023, conclusão do processo de alienação da participação social detida na Clínica CUF Belém, S.A. (CUF Belém), operação que se enquadra na estratégia do MGAM de simplificação da estrutura empresarial do Grupo Montepio.

Revisão do Regulamento de Benefícios e das Rendas Temporárias e das Rendas Vitalícias

Em 2023, foi dada continuidade aos trabalhos associados à Revisão do Regulamento de Benefícios, que visa trabalhar a gestão de oferta, competitividade e relação com os Associados, tendo sido apresentada uma versão preliminar da proposta de revisão, em sede de Assembleia de Representantes.

Reestruturação do capital das empresas participadas para permitir a distribuição de dividendos

- Em fevereiro 2023, realização da operação destinada à cobertura dos resultados transitados negativos do Banco Montepio através da redução do respetivo capital social, de 2 420 000 000 euros, para 1 210 000 000 euros.
- Em fevereiro 2023, realização da operação destinada à cobertura dos resultados transitados negativos na Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., através do aumento

do respetivo capital social no montante de 114 949 478 euros, por incorporação de prestações acessórias de capital sob a forma de prestações suplementares e uma subsequente redução do capital social no montante de 114 949 480 euros.

Banca

- Em agosto 2023, conclusão do processo de venda do Finibanco Angola, pela Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA (adiante designada como Banco Montepio ou CEMG).
- Em setembro 2023, assinatura do acordo de venda da participação no Banco Empresas Montepio (BEM) e início de integração, de todos os ativos, passivos e operações, no Banco Montepio, por forma a capturar sinergias e, simultaneamente, preservar e potenciar a proposta de valor integrada de banca comercial e de banca de investimento com o propósito de melhor servir os Clientes a cada momento.
- Durante o ano de 2023, atribuição ao Banco Montepio de sucessivas subidas de notação de risco, com o *rating* da dívida sénior não garantida a beneficiar de uma subida de dois níveis pela *Fitch*, mantendo o *Outlook* (perspetiva) positivo, e de três níveis pela *Moody's* e pela *DBRS*.
- Já em fevereiro de 2024, a *Fitch* subiu a notação de risco da dívida sénior não garantida do Banco Montepio de B+ para BB, sendo a segunda subida consecutiva nos últimos doze meses, num total de quatro níveis.

Seguros

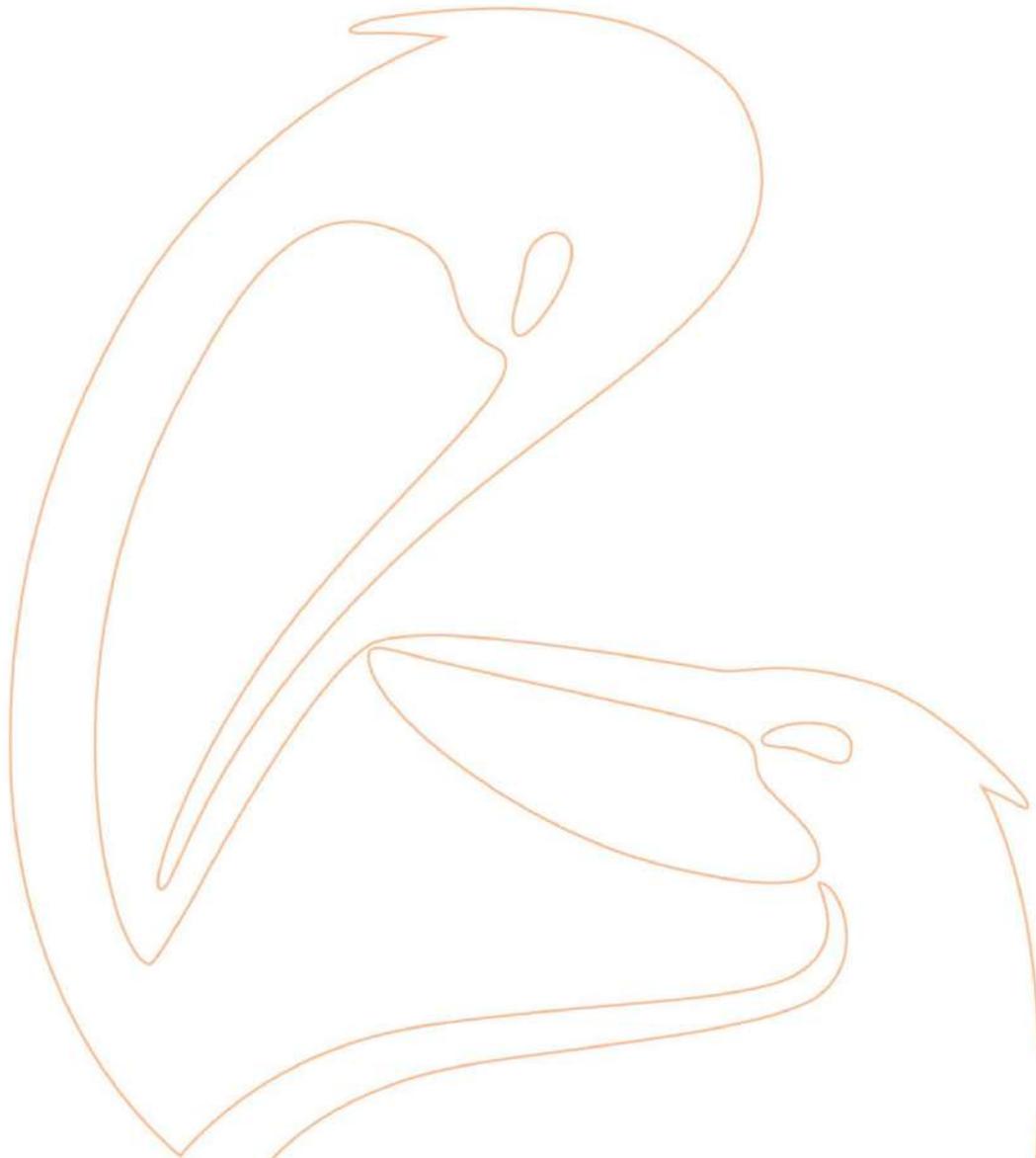
- Eleição dos órgãos sociais da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., para o mandato 2023/2026.
- Reorganização dos órgão sociais da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., para o completamento do mandato em curso.
- Durante 2023, foram implementadas múltiplas medidas com vista ao aumento das sinergias entre a Lusitania Vida e a Lusitania Companhia de Seguros, permitindo melhorar a eficiência operacional e o foco no cliente. Em fevereiro de 2023, a Lusitania Vida mudou as suas instalações para a Rua do Prior, nº 6, para o complexo da Lapa, onde está também sedeada a Lusitania Companhia de Seguros.

Gestão de Ativos

- Eleição dos órgãos sociais da MGA – SGOIC, S.A., para o mandato 2023/2025.

06

Execução da Estratégia e do Programa de Ação de 2023



Execução da Estratégia e do Programa de Ação de 2023

Em 2023, o Montepio Geral Associação Mutualista deu continuidade à execução das Linhas de Orientação Estratégica (LOE's) 2022-2025, tendo trabalhado todos os domínios estratégicos.

A Associação tem desenvolvido a sua atividade no sentido de implementar as orientações estratégicas de aumento da satisfação e vinculação dos Associados, bem como, de crescimento sustentado e diversificado da sua atividade, não descurando os desafios inerentes à sustentabilidade, ao cumprimento dos princípios de Governo, à simplificação do Grupo e à inovação e transformação digital.

Linhas de Orientação Estratégica 2022-2025



O Plano de Atividades de 2023, relativo à implementação das LOEs contemplava 46 Ações Estratégicas e 225 atividades. Salienta-se que, em alguns domínios, como sejam os de desenvolvimento da oferta e de transformação digital, ou o relativo às alterações regulatórias, pela sua natureza, complexidade e dependências externas, necessitam de um prazo de implementação mais longo e terão um horizonte temporal mais alargado.

Apresentam-se, de seguida, as principais iniciativas concretizadas em cada domínio estratégico, em conformidade com o Programa de Ação e Orçamento aprovado para 2023.

Eixo I – Aumento do grau de satisfação e vinculação dos Associados

Durante o presente ano, o MGAM deu continuidade à dinâmica de contacto e angariação de Associados e à promoção do mutualismo.

Com vista a dinamizar as subscrições, garantindo a captação de novos Associados ou reforçando os vínculos com os existentes, foram promovidas diversas ações promocionais, nomeadamente, campanhas de comunicação e de admissão associativa, suportadas em ofertas resultantes de parcerias. Neste âmbito, merece destaque a campanha de associação ao artista Fernando Daniel, com vista ao rejuvenescimento da comunidade associativa, a qual apresentou uma narrativa que associou a marca à importância de sermos resilientes no presente, enquanto olhamos para o futuro. As adequações do conceito criativo da campanha, da oferta mutualista e da estratégia seguida, permitiram encerrar o ano com o número mais elevado de admissões de crianças e jovens desde 2018.

No sentido de melhorar a satisfação dos Associados, foi efetuado um acompanhamento por parte da Provedoria do Associado, com vista a identificar e implementar oportunidades de melhoria.

O ano de 2023 marcou uma evolução estratégica da Rede de Gestores Mutualistas, dedicados aos Associados, a qual consolidou o seu papel como catalisador da atividade mutualista e reforçou a colaboração com as equipas do Banco Montepio, melhorando o acompanhamento dos Associados e implementando mudanças estruturais e estratégicas, nomeadamente: (i) na retenção dos Associados e dos seus capitais; (ii) na admissão de Associados junto de empresas e entidades da Economia Social e (iii) no acompanhamento de Associados clientes de outras instituições de crédito, que não o Banco Montepio. Deste modo, as mudanças na estrutura de acompanhamento dos balcões do Banco Montepio e na estratégia de atuação dos Gestores Mutualistas permitiram clarificar e reforçar o papel desta rede, enquanto impulsionadora da Atividade Mutualista.

Complementarmente, para melhorar a qualidade do atendimento e fortalecer os laços com os Associados, o MGAM redesenhou as atividades atribuídas aos Gestores Mutualistas e concentrou-se num acompanhamento mais dedicado: aos Associados pouco vinculados, aos Associados com potencial perda de vinculação e aos Associados em risco de abandono. Foi dada prioridade à retenção e ao aumento da vinculação, compreendendo melhor o ciclo de vida do Associado e respondendo a desafios específicos em cada fase da sua vida.

Foi realizada formação para desenvolvimento de competências dos Gestores Mutualistas, com ênfase em áreas que permitiram uma utilização mais eficiente das ferramentas disponíveis. Em colaboração com a Academia Mutualista, foi realizada uma importante ação de formação de formadores, promovendo o reforço de competências e a certificação na área, estimulando novas abordagens e acompanhamento remoto dos Associados, o que permitiu fortalecer a comunicação. Adicionalmente, foram realizadas várias formações *online*, que permitiram aprofundar conhecimentos em diversas áreas do Mutualismo, nomeadamente, quanto a contactos à distância.

O foco no acompanhamento próximo e relacional permitiu estabelecer compromissos futuros com os Associados, através da subscrição de modalidades de proteção e poupança, com entregas periódicas, o que contribuiu para o crescimento das receitas associativas.

Eixo II – Crescimento sustentado e diversificado da Atividade

No âmbito do desenvolvimento de nova Oferta de modalidades mutualistas, foi dada continuidade aos trabalhos de revisão do Regulamento de Benefícios, com a principal finalidade de elevar a proposta de valor para os Associados, respondendo de forma mais apropriada às suas necessidades e adequando processos operacionais e respostas a exigências regulatórias. Neste quadro, além de ajustes à oferta atual, foi preparada nova oferta nos domínios da saúde, da habitação e do apoio à longevidade, a qual seguirá, em 2024, o processo de aprovação junto dos órgãos competentes do MGAM (Assembleia de Representantes e homologação em Assembleia Geral) e a consequente validação pela Tutela.

No âmbito dos outros benefícios complementares, deu-se continuidade ao estabelecimento de parcerias diversas, tendo sido reforçadas as condições preferenciais atribuídas a Associados na aquisição de produtos e serviços junto de diferentes entidades. Durante o ano verificou-se um reforço da relação nestas parcerias e um modelo de funcionamento mais eficaz, resultante da simplificação de processos, o que permitiu estabelecer 173 novos contratos, um crescimento de 23% face ao período homólogo, terminando o ano com um Programa de Parcerias composto por 1 544 parceiros, contribuindo para aliviar a pressão sobre o orçamento das famílias dos nossos Associados.

Também em 2023, é de salientar a concretização de acordos com entidades da Economia Social e Empresas e de iniciativas de divulgação do Mutualismo, vetores importantes para o alargamento da base associativa.

Visando dar resposta às necessidades de alojamento dos estudantes deslocados, o Montepio Geral Associação Mutualista, através da sociedade Montepio, Residências para Estudantes, S.A. (Montepio U Live), disponibilizou alojamento de qualidade no centro das grandes cidades a um preço ajustado. Vocacionadas para estudantes que procuram um alojamento estável, calmo e propício ao estudo, com todos os serviços para que os estudantes se possam concentrar totalmente nos estudos, as Residências Montepio U Live conjugam privacidade e autonomia, com convivência e partilha de espaços com estudantes da mesma faixa etária, procurando inculcá-los no dia-a-dia que, mais do que um mero conceito, o mutualismo é uma forma de estar e viver em sociedade, simultaneamente autónoma, responsável e solidária.

Atualmente vivem nas oito Residências Montepio U Live espalhadas pelo país nas cidades de Lisboa, Porto, Braga e Évora, cerca de 350 estudantes universitários de diversas nacionalidades, maioritariamente portugueses oriundos de várias zonas do continente e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que desenvolvem o seu percurso académico em áreas de interesse tão diversas como a Economia, a Medicina, a Engenharia, a Arquitetura, o Design ou as Ciências do Desporto. As Residências Montepio U Live estão a reforçar a sua oferta em Lisboa e no Porto e projetam expandir-se para a cidade de Coimbra.

O exercício de 2023 ficou marcado pela ampliação da Residência de Lisboa – Almirante Reis, junto à Alameda Dom Afonso Henriques, e da Residência do Porto – Júlio Dinis, junto à Rotunda da Boavista, que se revelaram casos de sucesso desde o primeiro momento de divulgação da oferta.



O MGAM tem uma estratégia ambiciosa e geograficamente abrangente de apoio à habitação. Em 2023 prosseguiram os trabalhos de construção de seis edifícios na Quinta do Pinheiro, na Baixa do Porto, estando prevista a conclusão deste empreendimento no final de 2024.



Dentro da estratégia de investimento imobiliário, destaca-se a aprovação em 2023 pela Câmara Municipal de Lisboa do Pedido de Informação Prévia (PIP) do terreno da Praça de Espanha, onde o MGAM pretende construir



um edifício multifuncional, com usos de habitação, comércio, serviços e turismo, o desenvolvimento de projetos de requalificação de edifícios na Avenida dos Aliados, no Porto e o projeto para investimento em nova construção na antiga fábrica Triunfo em Coimbra, nas margens do Rio Mondego.

Eixo III – Sustentabilidade e Confiança

De modo a promover uma cultura de gestão de risco e boa governança, em 2023, o MGAM desenvolveu o seu trabalho de constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos, tendo implementado processos e controlos, com vista à sua mitigação e ao cumprimento com os requisitos legais, regulamentares e estatutários.

As atividades e iniciativas mais relevantes desenvolvidas durante o ano de 2023, em matéria de conformidade, foram as seguintes:

- Reforço do controlo do risco de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (PBCFT), avaliando a adoção de novos sistemas informáticos, por forma a responder aos novos requisitos regulatórios e a novos riscos a que a instituição está exposta.
- Introdução de melhorias nos processos e nos sistemas para atualização da informação e meios comprovativos, em cumprimento da regulamentação relacionada com PBCFT, mitigando o risco operacional e melhorando a relação com o Associado.
- Atualização da estratégia para proteção dos dados, em conformidade com o Regime Geral de Proteção de Dados, para promoção de uma cultura de boas práticas no tratamento de dados pessoais.

Ao nível do reforço dos reportes de monitorização dos riscos materiais, foi revisto o reporte de monitorização do Risco Imobiliário, bem como, reforçado o Sistema de Gestão de Risco de Liquidez com a atualização do Plano de Contingência de Liquidez.

Já relativamente ao reforço da capacidade de monitorização do Risco de Sustentabilidade, em agosto 23, foi aprovada pelo Conselho de Administração a revisão da Política de Gestão de Riscos, que passou a incorporar o Risco de Sustentabilidade na Taxonomia de Riscos materiais para o MGAM. Adicionalmente, foram introduzidos critérios e tolerâncias de risco *Environmental, Social and Governance (ESG)* à política de investimento em ativos financeiros. Por último, foi revisto o reporte interno de monitorização de riscos, passando o Risco de Sustentabilidade da carteira de ativos financeiros a ser acompanhado mensalmente.

Em 2023, o MGAM adotou, pela primeira vez, a Norma Internacional de Relato Financeiro 9 – Instrumentos financeiros (IFRS 9), que veio substituir a IAS 39. A IFRS 9 estabelece regras diferentes para a contabilização dos instrumentos financeiros, apresentando significativas alterações, sobretudo no que respeita aos requisitos de imparidade.

No que concerne à prossecução da política de investimentos, considerando o perfil de benefícios a atribuir às poupanças associativas e promoção do investimento sustentável, o

MGAM tem desenvolvido uma política de investimentos suportada em investimentos financeiros sustentáveis e na definição e uso de critérios de investimento responsável, tendo sido estabelecido em normativo interno os níveis de exposição *ESG*.

Os compromissos assumidos pelo MGAM em matéria de sustentabilidade e responsabilidade social estão alinhados com as orientações da Aliança Portuguesa ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e são parte integrante da atividade mutualista.

Através da Fundação Montepio e do Gabinete de Responsabilidade Social, procura contribuir-se, de forma autónoma ou em parceria com outras organizações da Economia Social, para a redução das desigualdades e para o aumento da qualidade de vida das pessoas económica e socialmente mais vulneráveis.

O Projeto Frota Solidária, que em 2023 assinalou a sua 16ª edição, destaca-se enquanto projeto mais emblemático da Fundação Montepio, tendo atribuído 10 viaturas, adaptadas, a igual número de Instituições Particulares de Solidariedade Social. Registou-se neste ano a conclusão da 12ª Edição do Prémio Voluntariado Jovem e foi aprovada a 13ª Edição do Prémio Voluntariado Jovem do Montepio, fazendo cumprir o objetivo de fomentar a participação dos jovens em projetos de voluntariado para dar resposta a problemas sociais.

O MGAM deu ainda continuidade a projetos de responsabilidade social corporativa interna, entre os quais se destaca a 2ª edição do Prémio de Mérito Escolar do Grupo Montepio, iniciativa que distingue a excelência académica dos filhos dos trabalhadores do Grupo que frequentaram o ensino secundário nos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.



No âmbito do desenvolvimento das iniciativas de responsabilidade social, realizou-se a 9ª edição do Mês do Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio, que se traduziu em ações de voluntariado corporativo e de voluntariado de competências, desenvolvidas no território do continente, em diferentes domínios de intervenção, que aprofundaram relações entre voluntários dinamizadores e comunidades locais.

O MGAM levou ainda a efeito a reformulação da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio, parte integrante da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo, cujos trabalhos se encontram em curso, coordenando os trabalhos de recolha de boas práticas do Grupo e de consolidação das medidas de responsabilidade social corporativa, interna e externa, assim como, do acompanhamento da sua execução.

No contexto das políticas de sustentabilidade, nomeadamente, na sua componente ambiental, o MGAM procedeu ao cálculo da pegada de carbono do Grupo Montepio relativo ao ano de 2022. A medição da pegada de carbono permitiu conhecer o peso dos diferentes âmbitos que compõem o cálculo das emissões de carbono e dentro destes, identificar as atividades que estão na sua origem e requerem intervenção.

Na componente formativa, durante o ano de 2023, o MGAM realizou e disponibilizou um conjunto diversificado de ações de formação, em conteúdos, destinatários e formatos, evidenciando uma evolução crescente no desenvolvimento do talento interno. Neste âmbito

destaque para os cursos sobre: Modalidades Mutualistas, Especialização em Economia Social e Mutualismo e Formação Inicial de Formadores - Certificado de Competências Pedagógicas e Mutualismo.

3ª Edição do Curso de Especialização em Economia Social e Mutualismo

Em parceria com a Autónoma *Academy* (Universidade Autónoma de Lisboa), realizou-se a 3ª edição do Curso de Especialização em Economia Social e Mutualismo, que, desde a 1ª edição, vem dando resposta aos requisitos de qualificação profissional, de conhecimento dos princípios de funcionamento das associações mutualistas e de capacidade de avaliação dos riscos a que estão ou podem vir a estar expostas.

Esta edição contou com a participação de 21 elementos e manteve os conteúdos programáticos multidisciplinares e de forte componente aplicada, com particular incidência no sistema de governação e nos regimes jurídico e financeiro das associações mutualistas, tendo sido, ainda, reforçada com a integração do módulo de formação: *ESG – Environmental Social and Corporate Governance* e com a realização do Seminário Internacional “Saúde e Longevidade”.



Academia[®]
mutualista

Ainda ao longo deste ano o MGAM manteve as iniciativas de ajustamento e atualização da sua macroestrutura organizacional, através da publicação de estatutos orgânicos mais ajustados e que visam a eficácia e a eficiência da instituição. Neste âmbito, destaca-se a transferência, para o MGAM, de atividades de informática que vieram permitir um controlo mais direto sobre o desenvolvimento aplicacional e responder atempadamente às necessidades das diversas unidades orgânicas.

Eixo IV – Articulação, sinergias e simplificação do Grupo

Em 2023, o Grupo Montepio prosseguiu o trabalho de simplificação das entidades do Grupo, com destaque para as atividades de suporte e para a atividade imobiliária.

Em junho de 2023, o MGAM, o Banco Montepio, a Lusitania, a Lusitania Vida e a Futuro constituíram o Montepio Serviços, ACE para prestação de serviços de atividades partilháveis e de gestão administrativa, visando capturar sinergias de grupo e economias de escala, maximizar a qualidade do serviço prestado, bem como, potenciar a rendibilidade e eficiência operacional.

Na área da saúde, em novembro de 2023 o MGAM alienou a participação social que detinha na sociedade Clínica CUF Belém, S.A., na sequência de uma proposta do acionista maioritário, a CUF, SGPS, S.A. para a aquisição da referida participação social. A alienação desta participação revela-se enquadrada na estratégia do MGAM, tendo em conta os

objetivos de simplificação do Grupo, a posição minoritária que a mesma representava, a limitada liquidez da participação e a mais-valia realizada com a transação.

Em novembro de 2023, deu-se início às diligências necessárias para a dissolução e liquidação do Montepio – Gestão de Ativos Imobiliários, ACE. Neste âmbito, iniciaram-se os trabalhos de criação da Direção de Gestão Imobiliária, tendo a mesma iniciado a sua atividade em 1 de janeiro de 2024.

Eixo V – Inovação e Transformação Digital

Em 2023, o MGAM continuou as iniciativas de inovação e transformação digital no sentido de possibilitar uma melhor colaboração entre as diferentes estruturas orgânicas, bem como, garantir um contacto mais personalizado e inovador com os seus Associados, visando níveis superiores de produtividade e eficiência.

De seguida, apresentam-se os principais projetos tecnológicos desenvolvidos durante o ano de 2023:

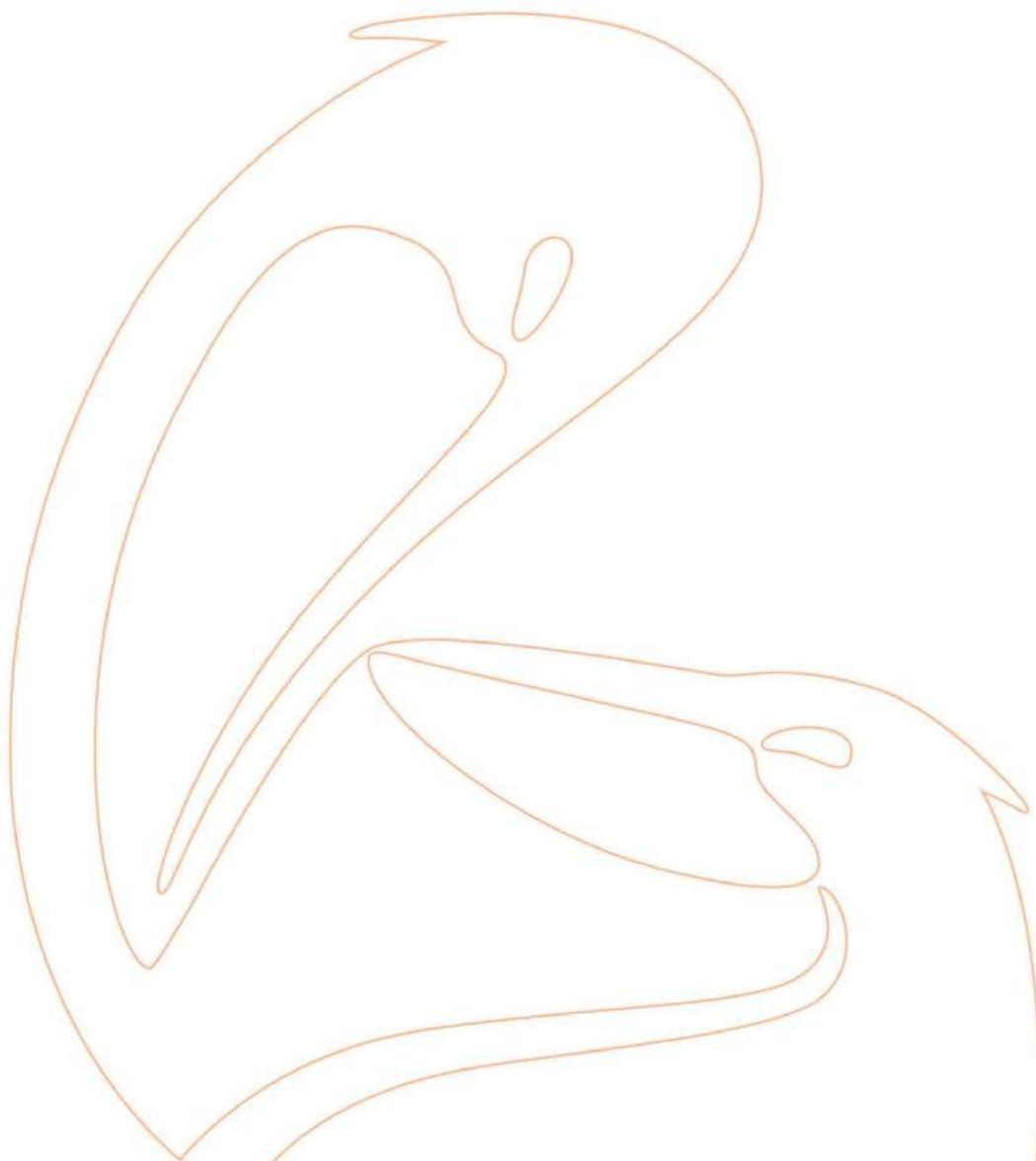
	Informação de Gestão	Continuação dos trabalhos de dotação das diversas unidades orgânicas com a Informação de Gestão considerada fundamental para suporte à tomada de decisão.
	Automatização da Validação de Dados e Documentos	Início do desenvolvimento de projeto que tem como principal objetivo a automatização da validação de dados pessoais das entidades que pretendem estabelecer uma relação com o MGAM. Este projeto está a ser implementado em duas vertentes: validação de dados e documentos pessoais, e, portabilidade de dados e documentos entregues e validados pelo Banco Montepio.
	Workflow AMDesk	Conclusão do projeto de instalação da plataforma de <i>workflow</i> "AMDesk" em <i>Microsoft Azure</i> , implementação essencial para a realização de mais projetos de gestão de tarefas, nomeadamente a Habilitação a Benefícios, Gestão de Reclamações e Sugestões, entre outros, visando um importante contributo para eficiência dos processos da instituição.
	Disponibilização de Cartão de Associado Digital em <i>Wallet</i>	O projeto de disponibilização do Cartão de Associado Digital em <i>Wallet Google</i> e <i>Apple</i> através do <i>site montepio.org</i> encontra-se em fase de finalização.

	Incorporação no site montepio.org de Chave Móvel Digital	Encontra-se em desenvolvimento a incorporação no site montepio.org de Chave Móvel Digital.
	Workflow de Habilitação a Benefícios	Otimização do processo de habilitação a benefícios, com vista à otimização e eficiência dos processos internos do MGAM, estando prevista a sua conclusão no 1º semestre de 2024.
	Desmaterialização da Admissão e Subscrição	Conclusão do desenvolvimento tecnológico relativo à eliminação da emissão física de documentos relativos ao processo de admissão de Associados e de subscrição de modalidades.
	Automação do Processo de Admissão	Eliminação de parte considerável da carga administrativa no processo de admissão associativa, por captação automática da informação constante na documentação entregue pelos candidatos, através da implementação de leitores de Cartão de Cidadão na Rede Mutualista e de funcionalidade de leitura de Cartão de Cidadão junto das duas redes de distribuição.

No contexto do Grupo Montepio, após a implementação do Grupo de Trabalho Tecnológico, têm vindo a desenvolver-se reuniões regulares com o objetivo de garantir a partilha de informação e aumentar as sinergias no âmbito da transformação digital das empresas do Grupo.

07

Atividade



Atividade

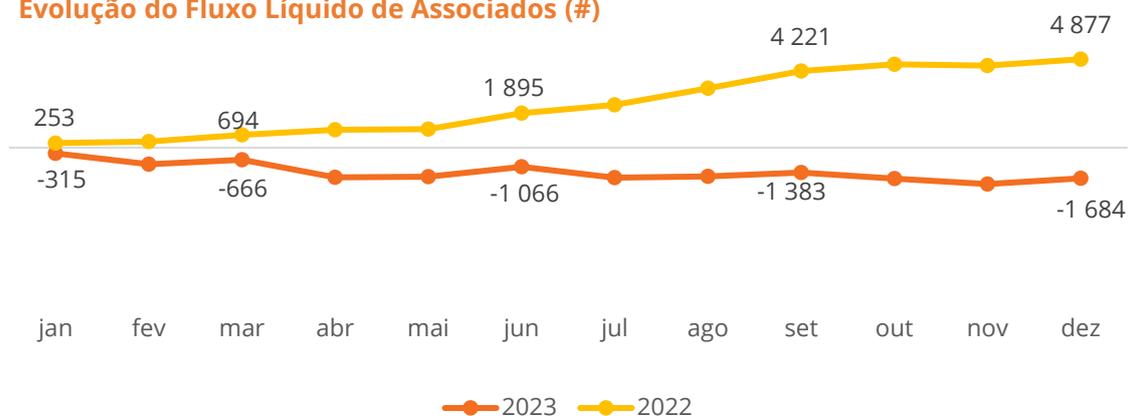
7.1. Base de Associados

No final do ano de 2023, o MGAM tinha 604 799 Associados efetivos, valor que compara com 606 483 no final de 2022, uma redução de -0,3%, face ao ano anterior.

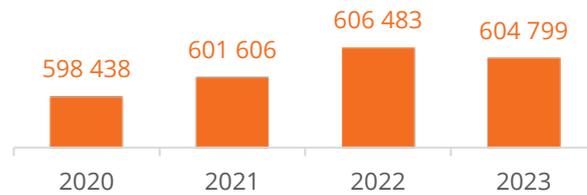
Evolução da Base Associativa	2023	2022	Variação	
			Nº	%
Designação				
Associados existentes no início do ano	606 483	601 606	4 877	0,8
Entradas	36 578	37 314	-736	-2,0
Admissões	35 267	35 521	-254	-0,7
Readmissões	1 311	1 793	-482	-26,9
Saídas	38 262	32 437	5 825	18,0
Falecimentos e habilitações	2 171	1 854	317	17,1
Desistências, cessões de direitos e outras	36 091	30 583	5 508	18,0
Total de Associados no final do ano	604 799	606 483	-1 684	-0,3

No que concerne aos fluxos de movimento associativo, constatou-se a entrada de 36 578 novos Associados, abaixo da entrada verificada em 2022, de 37 314 novos Associados. As admissões atingiram 35 267 e as readmissões ascenderam a 1 311 (estas dizem respeito a Associados que tinham perdido o vínculo associativo, nomeadamente, por situações de falta de pagamento de quotas ou vencimento da última subscrição ativa). No que respeita às saídas, existiu um acréscimo no número de falecimentos e habilitações e, também, no número de cessões de direitos, desistências e eliminações. Assim, atingiu-se um fluxo líquido negativo de -1 684 Associados no final de 2023, que compara com um fluxo líquido positivo de 4 877 Associados, no final de 2022.

Evolução do Fluxo Líquido de Associados (#)

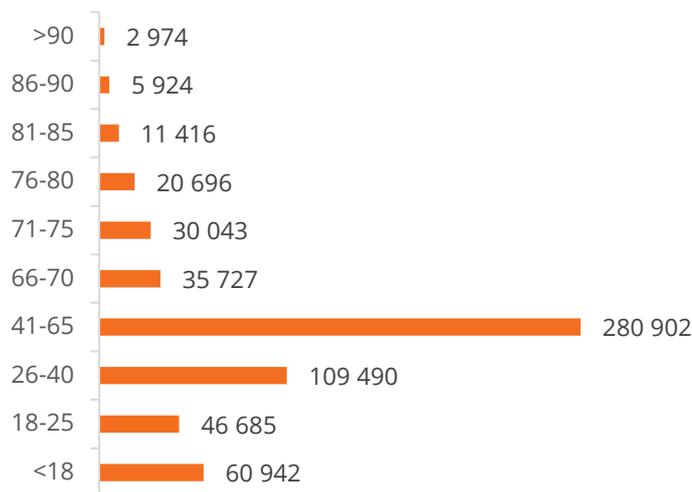


Evolução da Base Associativa (#)



No final de 2023, a base associativa fixou-se em 604 799 Associados, invertendo a tendência de crescimento. Em termos de distribuição dos Associados por faixa etária, verificou-se que, em 2023, os Associados em idade ativa, ou seja, dos 18 aos 65 anos, representavam 72% da base associativa do MGAM. As crianças e jovens representavam 10% do total de Associados, enquanto os Associados com mais de 65 anos ascendiam a 18%.

Distribuição dos Associados por faixa etária (#)



No que diz respeito ao género dos Associados, destaca-se a manutenção da predominância dos Associados do género feminino, que representaram, em 2023, 52% do total de Associados.

Associados por Género em 2023



48%



52%

Distribuição Geográfica dos Associados



2023 2022

Viana do Castelo	8 275	8 138
Braga	48 912	48 164
Vila Real	5 814	5 581
Bragança	6 294	6 148
Porto	104 419	104 618
Aveiro	39 665	39 526
Viseu	15 855	15 519
Guarda	7 499	7 436
Coimbra	17 753	17 658
Castelo Branco	15 454	15 456
Leiria	19 742	19 691
Santarém	21 377	21 314
Portalegre	4 502	4 435
Lisboa	135 870	139 756
Setúbal	51 533	52 309
Évora	8 111	8 032
Beja	2 832	2 881
Faro	32 337	31 664
Madeira	14 734	14 949
Açores	24 376	24 505
Outros ¹	19 445	18 703

1) Estrangeiro, omissão no documento

Em termos de dispersão geográfica pelo território, continua a verificar-se um alinhamento da distribuição geográfica da base de Associados do MGAM com a distribuição da população portuguesa, verificando-se uma maior concentração nos grandes centros urbanos do litoral, nomeadamente, em Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro, onde se encontram 62,9% do total de Associados.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, encontram-se 6,5% do total da base de Associados, representação que se tem mantido constante.

Os distritos de Braga, Faro, Viseu, Aveiro e Viana do Castelo foram os que apresentaram os maiores crescimentos do número de Associados, em 2023. Já o distrito de Lisboa foi aquele que apresentou a maior redução da base de Associados, com -3 886 Associados.

7.2. Oferta e Subscrição de Modalidades Mutualistas

Com vista a concretizar a sua missão e a aplicar os princípios mutualistas, o MGAM tem vindo a desenvolver ações para prestar benefícios de segurança social e de saúde aos Associados, seus familiares e beneficiários, fundamentalmente, através da colocação de modalidades mutualistas, individuais e coletivas. Adicionalmente, tem ainda como missão contribuir para a resolução dos problemas habitacionais dos Associados, desenvolver outras formas de proteção social, através da organização e gestão de equipamentos, serviços e obras sociais

e promover a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento cultural, moral, intelectual e físico dos Associados.

Assim, o MGAM continuou, em 2023, a aumentar a sua oferta de modalidades mutualistas de benefícios nos domínios da poupança e proteção, que permitirão aos Associados dispor de soluções de poupança adequadas às necessidades e momentos da sua vida, ajudando-os a concretizar os seus objetivos, preparando o futuro e garantindo o presente.

Em termos de oferta, no que diz respeito às modalidades de poupança, que permitem aos Associados constituir e remunerar as suas poupanças, foram emitidas vinte e sete séries da modalidade Montepio Capital Certo, tendo-se vencido vinte e uma séries (cinco séries a cinco anos e um dia, quatro séries a quatro anos e doze a três anos) desta modalidade.

No quadro abaixo, apresentam-se as novas séries de aplicação de poupanças associativas a médio prazo, para rendimento, emitidas em 2023, em quantidade, por tipologia, mês e canal de distribuição.

Séries Montepio Capital Certo emitidas em 2023	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	2023
Poupança Expresso Net									1	1	1	2	5
Poupança +Net	1	1	1	1	1	1	1	1					8
Poupança Mutualista Prazo 5.1.	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	14
Total	3	2	4	27									

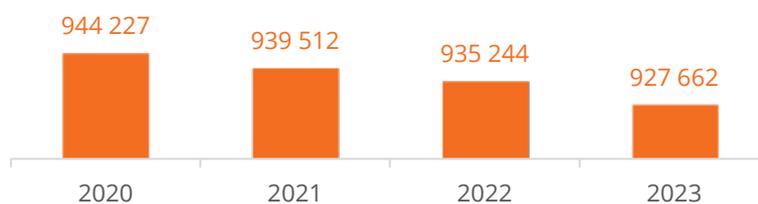
Legenda:  Série distribuída pelo MGAM;  Série distribuída pelo Banco Montepio

A partir de setembro 2023, a Rede Mutualista do MGAM passou a colocar a série Poupança Expresso Net (prazo de 3 anos) em vez da série Poupança +Net (prazo de 6 anos) colocada até agosto 2023, bem como, colocou ao longo de todo o ano a série Poupança Mutualista Prazo 5.1 (prazo 5 anos e 1 dia).

Em 2023, o Associado do MGAM pôde efetuar intenções de Subscrição no *My Montepio* para as Modalidades Poupança Expresso Net, Poupa + Net, Poupança Mutualista Prazo 5.1., Montepio Poupança Complementar e Montepio Poupança Reforma.

Ao nível das subscrições de modalidades, continuou a verificar-se uma redução do número de subscrições, que decresceu -0,8% face a 2022 e que totalizou 927 662, face a 935 244, no período homólogo. Ainda assim, verifica-se um ligeiro abrandamento na queda do número de subscrições entre 2020 e 2023.

Evolução do Número de Subscrições

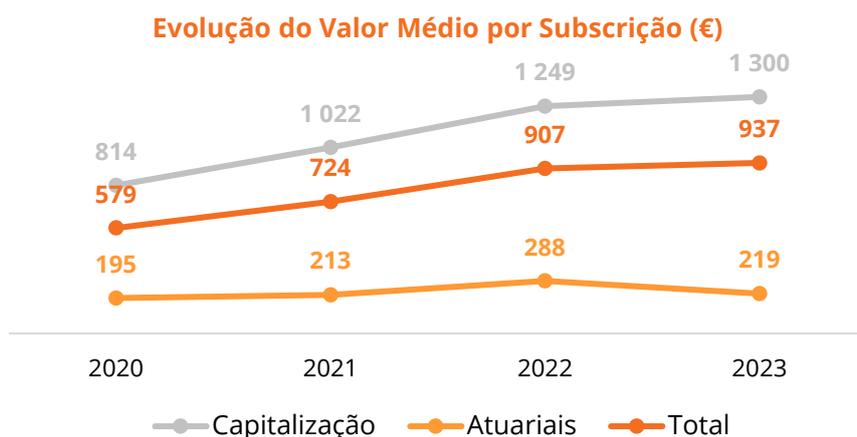


Número Total de Subscrições	2023		2022		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Modalidades Capitalização	601 911	64,9%	588 543	62,9%	13 368	2,3%
M Poupança Complementar	439 148	47,3%	431 689	46,2%	7 459	1,7%
M Capital Certo	138 728	15,0%	132 886	14,2%	5 842	4,4%
M Poupança Reforma	24 035	2,6%	23 968	2,6%	67	0,3%
Modalidades Atuariais	325 751	35,1%	346 701	37,1%	-20 950	-6,0%
sem reservas	107 207	11,6%	114 178	12,2%	-6 971	-6,1%
M Proteção Encargos	107 207	11,6%	114 178	12,2%	-6 971	-6,1%
com reservas	218 544	23,6%	232 523	24,9%	-13 979	-6,0%
M Proteção 5 em 5	191 373	20,6%	204 462	21,9%	-13 089	-6,4%
M Proteção 18-30	16 230	1,7%	16 703	1,8%	-473	-2,8%
M Pensões de Reforma	2 073	0,2%	2 342	0,3%	-269	-11,5%
M Proteção Vida	6 360	0,7%	6 359	0,7%	1	0,0%
Outras 1)	2 508	0,3%	2 657	0,3%	-149	-5,6%
Total	927 662	100,0%	935 244	100,0%	-7 582	-0,8%

1) Outras: Incluir modalidade Lutuosa Nacional

Globalmente, observou-se um decréscimo de -7 582 subscrições, para o qual contribuíram desfavoravelmente as modalidades atuariais. Contudo, verificou-se o crescimento do número de subscrições na modalidade Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e, embora menos expressivo, Montepio Poupança Reforma.

O número médio de subscrições por Associado passou de 1,54, no final de 2022, para 1,53, no final de 2023. O valor médio por subscrição ascendeu a 937 euros, valor que compara com 907 euros, no final do ano anterior, representando um crescimento de 3%, o que ilustra a preocupação de aforro dos nossos Associados. É ainda de destacar, o acréscimo observado no valor médio das modalidades de capitalização, com uma variação de 4%, situando-se em 1 300 euros. Em sentido inverso, as modalidades atuariais atingiram 219 euros de valor médio, o que significou uma variação de -24%.



7.3. Benefícios de Saúde e Outros Benefícios Complementares

Plano Montepio Saúde

O aumento da esperança média de vida, traduzindo-se num envelhecimento da população e no surgimento de doenças inerentes a essa evolução demográfica e aumento de outras patologias consideradas graves, têm conduzido a um acréscimo da despesa das famílias nas áreas da proteção social e de serviços de saúde.

Não obstante a importância do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o contexto social e demográfico associado a particularidades do próprio sistema de saúde têm sido determinantes para o desenvolvimento da oferta do sector privado e social, que se tem apresentado como complementar do sector público, ajudando a melhorar o acesso aos cuidados de saúde. O envolvimento do setor privado na saúde tem contribuído para a resiliência dos sistemas de saúde, não só em crise, mas também na manutenção de serviços de saúde essenciais, tornando mais rápido o acesso às consultas, exames complementares de diagnóstico e outros atos clínicos determinantes para a saúde e bem-estar das pessoas.

Dada a extrema relevância que a saúde desempenha no quotidiano de cada indivíduo, e atento a este panorama social, o MGAM, no âmbito da sua missão, disponibiliza aos Associados, desde 2017, uma solução de saúde – o Plano Montepio Saúde – que integra um conjunto de condições especiais e de vantagens no acesso a cuidados de saúde praticados numa extensa e qualificada Rede de Prestadores de Saúde do setor privado e social, proporcionando aos Associados condições privilegiadas e diferenciadas.

Os serviços de apoio clínico ao domicílio contam agora, para além do serviço de médico ao domicílio, serviço prestado desde o lançamento do Plano Montepio Saúde, com os atos de enfermagem e fisioterapia ao domicílio.

O comportamento de utilização do Plano Montepio Saúde confirma a relevância das respostas privadas e, em simultâneo, o potencial existente para fortalecimento e inovação na área da saúde. Assim, ao longo de 2023, a utilização do Plano Montepio Saúde atingiu cerca de 249 mil utilizações em atos de saúde, tendo proporcionado benefícios em desconto

na ordem dos 7,4 milhões de euros, o que correspondeu a um desconto médio de 46% face às tabelas de preços privados das entidades prestadoras.

Tendo em atenção a importância da prevenção em saúde, o MGAM tem vindo anualmente a realizar, em conjunto com o parceiro estratégico Laboratórios Germano de Sousa, ações de prevenção gratuitas e exclusivas para os Associados. Estas ações têm por objetivo sensibilizar os Associados para a prevenção de doenças graves, de modo a evitar a ocorrência de eventos futuros.

Consciente deste panorama diferenciador da saúde em Portugal e da necessidade crescente de existirem soluções que garantam benefícios destinados a prevenir ou reparar as consequências da ocorrência de factos relativos à saúde dos Associados, o MGAM, manteve em 2023 uma estratégia de desenvolvimento de soluções que respondam a estes desafios na área da saúde.

Seguro Montepio Saúde

A crescente utilização do sector privado da saúde tem conduzido ao aumento dos seguros de saúde – soluções que visam proteger as pessoas contra os imprevistos e as necessidades de saúde que podem acontecer ao longo da vida.

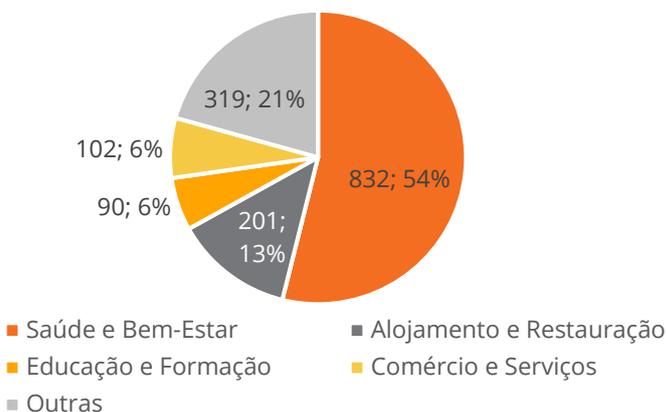
Neste enquadramento, os seguros de saúde têm vindo gradualmente a ganhar relevância, com as Seguradoras a reforçarem a sua importância no financiamento do sistema de saúde.

A evolução do Seguro Montepio Saúde, exclusivo para os Associados, lançado em outubro de 2020 pela Lusitania Companhia de Seguros (Grupo Montepio) é uma demonstração desta procura por soluções de financiamento em saúde, em alternativa e/ou complementaridade ao SNS.

As características vantajosas do produto são evidenciadas pelos resultados verificados em 2023, com um total de 4 485 apólices (5 283 Pessoas seguras), a que corresponde um volume de prémios de 1,6 milhões de euros. O valor de carteira registado no final do exercício de 2023 corresponde a um acréscimo de cerca de 10% face ao ano anterior.

Outros Benefícios Complementares

Parcerias por tipologia (#)



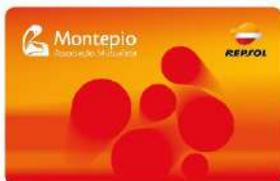
Em 2023, o MGAM reforçou as condições preferenciais atribuídas aos Associados na aquisição de produtos e serviços junto de entidades parceiras.

A fidelização dos Associados, o reforço da relação com parceiros e um modelo de funcionamento mais eficaz, resultante da simplificação de processos,

permitiram celebrar 173 novos contratos de parceria e registar um crescimento de 23% face ao período homólogo.

Por outro lado, verificou-se o cancelamento de 109 acordos no ano. Encerrou-se o ano com 1 544 acordos de parceria ativos, 339 dos quais com empresas de âmbito nacional, mas também com o reforço e qualificação das parcerias na área da Saúde, setor crucial na oferta de benefícios aos Associados. No final de 2023, registavam-se 832 acordos de benefícios no setor da saúde e bem-estar (54% do total de acordos de parceria).

De entre o vasto leque de parceiros do Programa de Benefícios do MGAM destacam-se as parcerias firmadas com as seguintes entidades: CUF, Laboratórios Germano de Sousa, Meo, Nos, Servilusa, Insparya, Celeiro ou Beontime.



A parceria com a Repsol continuou a ser valorizada pelos Associados, com níveis de consumo e usufruto que confirmam a adequação deste benefício, traduzidos em poupança de valor superior a 4,4 milhões de euros.

7.4. Canais Próprios de Relação

Rede de Gestores Mutualistas

Com 78 Gestores Mutualistas distribuídos em 92 Postos Mutualistas, a Rede de Gestores Mutualistas fortaleceu a colaboração estratégica com a rede de balcões do Banco Montepio, intensificando a fidelização dos Associados e a vinculação através de modalidades de previdência.

A Rede Mutualista priorizou a formação e o desenvolvimento de competências dos Gestores Mutualistas. Em colaboração com a Academia Mutualista, realizou uma importante ação de formação de formadores para capacitar a equipa de qualificação e certificação na área, promovendo novas abordagens e acompanhamento remoto dos Associados, fortalecendo ainda mais suas aptidões e comunicação com os Associados e parceiros, nomeadamente as equipas do Banco Montepio.

Rede de Postos Mutualistas (#)



Visando potencializar a adesão aos Canais à distância, os Gestores Mutualistas contribuíram diária e ativamente para a atualização de dados dos Associados e incentivaram a adesão e o uso do serviço *My Montepio*.

Promovendo a proximidade e o acompanhamento no planeamento das suas poupanças, estabeleceu compromissos futuros com os Associados, através da subscrição de modalidades de proteção e poupança, com entregas periódicas.

O foco no acompanhamento próximo e relacional contribuiu para o crescimento das receitas associativas e para a diversificação das modalidades atuariais com reservas matemáticas na estrutura de receitas.

Outro destaque importante, foi o incremento de parcerias com entidades da Economia Social e Empresas, fortalecendo a presença do MGAM no mercado e contribuindo para o alargamento da base associativa. Em 2023, continuámos a desempenhar um papel preponderante na divulgação do Mutualismo, visando contribuir para a expansão da nossa comunidade associativa.

Rede de Mediadores Mutualistas

No que respeita ao canal de Mediadores Mutualistas, depois do projeto piloto que envolveu o acompanhamento de treze agentes de seguros que trabalham com a Lusitania, e com o conhecimento entretanto adquirido acerca deste importante e estratégico canal de distribuição, foi desenhado pela Direção de Redes Complementares um novo modelo de implementação e dinamização, que se encontra em fase de desenvolvimento, e que permitirá a celebração de contratos de mediação mutualista com um número muito expressivo de agentes de seguros da Companhia de Seguros Lusitania, bem como, o seu acompanhamento próximo.

A rede de Mediadores Mutualistas que se pretende implementar e dinamizar para colocação da oferta mutualista está assente na ambição de desenvolver novos canais de distribuição da oferta Mutualista, complementares ao Banco Montepio, com dimensão e cobertura geográfica relevantes, bem como, potenciar sinergias que promovam uma visão integrada de Grupo e que permitam adicionar valor com economia de meios.

Protocolos de Cooperação com Empresas

A dinamização de protocolos de cooperação realizados com empresas, com o intuito de divulgar a Associação e promover a admissão de novos Associados junto dos trabalhadores dessas empresas encontra-se no âmbito de atuação da Direção de Redes Complementares do MGAM. Assim, durante o ano de 2023, foram admitidos, ao abrigo destes protocolos, 307 novos Associados que compara com os cento e vinte e cinco Associados admitidos em 2022, um crescimento de 146%.

No decorrer de 2023, foram celebrados novos protocolos com entidades relevantes. Pretende-se promover a inclusão das modalidades mutualistas e dos benefícios de ser Associado do MGAM nos benefícios atribuídos pelas empresas aos seus trabalhadores. Trata-se de um importante canal de divulgação da oferta mutualista enquanto solução no âmbito da poupança e proteção social complementar.

Canais à Distância

As plataformas digitais do MGAM – *site*, *APP* e *My Montepio* – têm vindo a registar níveis de crescimento alinhados com o objetivo estratégico de intensificar a relação e comunicação com a comunidade associativa.

My Montepio

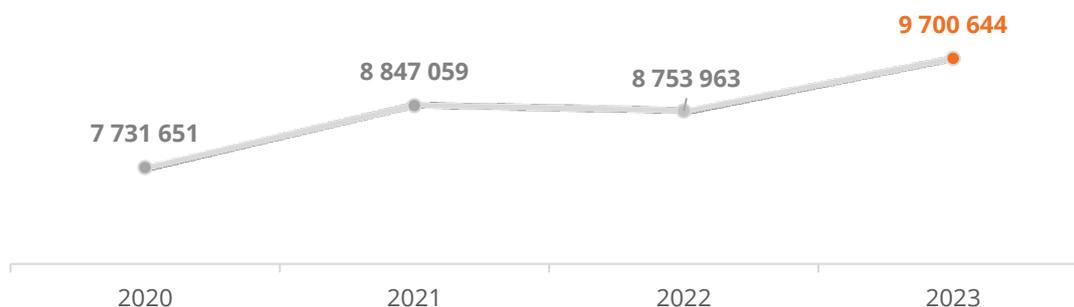


A plataforma *My Montepio*, área pessoal digital de acesso seguro, reservado e gratuito, através da qual o Associado pode consultar a posição das suas modalidades e benefícios usufruídos, subscrever e/ou reforçar soluções, aceder à correspondência digital ou contactar o Gestor Mutualista, registou um crescimento de 37% no número de adesões face a 2022, tendo superado os 55 500 Associados, e de 67% no número de intenções de subscrição e reforço de modalidades, face a 2022.

Montepio.org

Também o site *montepio.org*, plataforma da maior relevância na divulgação da atividade do MGAM e na admissão de novos Associados, registou um crescimento de 11% no número de visitas, totalizando, no final do ano, 9,7 milhões de visitas. No que se refere a desempenho, este foi o segundo melhor ano de que a Associação tem registo e o melhor desde 2020.

Número Total de Visitas ao Site *montepio.org*



Linha de Apoio ao Associado

A linha de apoio ao Associado (*contact center*) é uma linha informativa, de encaminhamento dos pedidos dos Associados, de apoio aos Serviços Centrais no contacto com os Associados e de operacionalização de campanhas definidas pela Direção de Comunicação, Marketing e Digital.

Em 2023, a linha de apoio ao Associado reforçou o serviço aos Associados, contribuindo para o objetivo estratégico do MGAM de retenção da sua carteira de Associados, através da operacionalização das campanhas de marketing destinadas ao contacto com Associados em risco de perda de vínculo associativo. Para além da manutenção do vínculo associativo, a execução das referidas campanhas revela-se uma oportunidade de reforço da relação e da vinculação dos Associados, através da comunicação dos benefícios e das vantagens de ser Associado do MGAM.

Também no âmbito da sua atividade, este canal contactou os Associados que solicitaram pedidos de esclarecimento através do site do MGAM, bem como os Associados que revelaram intenção de aderir ao serviço *My Montepio*.

No ano transato, a linha de apoio ao Associado registou 82,2 mil chamadas realizadas no âmbito das campanhas de Marketing, apoio aos Serviços Centrais e resposta a solicitações de Associados e 22,1 mil chamadas recebidas.

Os níveis de serviço do *contact center* evoluíram muito positivamente, registando-se uma reduzida taxa de abandono das chamadas recebidas (1,4%) e um aumento do número de chamadas atendidas nos primeiros 30 segundos (*TSF - Telephone Service Factor*, de 95,1%), correspondendo à ambição de melhorar a experiência dos Associados. Também com o propósito de melhorar a qualidade e o serviço prestado aos Associados que utilizam a linha de apoio ao Associado, foi desenvolvido um trabalho contínuo de formação à equipa do *contact center* sobre a oferta Mutualista e os benefícios e vantagens de ser Associado do MGAM, em conjunto com uma forte aposta na melhoria da qualidade, através da audição regular de chamadas e elaboração de planos de melhoria.

7.5. Comunicação e Relação Associativa

O ano de 2023 marcou a história do país e do mundo pela complexidade de que se revestiu, com destaque para a crescente pressão sobre os orçamentos familiares. Assim, a estratégia de Comunicação, Marketing e Digital do MGAM foi fortemente orientada à intensificação dos fluxos de informação e comunicação com os Associados - fortalecedora da relação Associado/Associação - à afirmação da proposta de valor do MGAM, ao rejuvenescimento da comunidade associativa e ao reforço da atividade nas principais plataformas digitais, com destaque para o *site*, *APP* e *My Montepio*, *Blogue Ei* - Educação e Informação Financeira e redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*.

Comunicação Digital

Revista Montepio, Newsletters e Notificações APP

A Revista Montepio digital, lançada em junho de 2021 com o objetivo de reforçar a instantaneidade da comunicação e reduzir a pegada ecológica (eliminação de cerca de 1,7 milhões de exemplares anualmente impressos e da manga plástica associada à distribuição postal), registou 132 991 páginas visualizadas e 108 174 utilizadores (+9 786 que os registados em 2022).

A análise ao desempenho da publicação permitiu confirmar o envolvimento dos leitores com os conteúdos, sendo o tempo médio de cada visita (cerca de 2,41 minutos) duas vezes superior ao registado no período homólogo. No ano, a qualidade da publicação voltou a ser reconhecida pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, que distinguiu a Revista Montepio com o Prémio APCE – Excelência em Comunicação, na categoria “Publicação Externa”.

No que se refere a *newsletters* e notificações veiculadas a partir da *APP*, a partilha de informação centrada na oferta mutualista e do Grupo Montepio, assim como dos benefícios, iniciativas, parcerias ou experiências desenvolvidas para Associados, justificou o envio de 237 *newsletters* e 246 notificações. A comunicação suportada em *newsletters* tem vindo a destacar-se pela eficácia, com destaque para as taxas médias de abertura (32,09%) e de clique (10,66%), substancialmente, superiores às métricas de *e-mail marketing* utilizadas para monitorização de desempenho.

De salientar, na *APP*, o número crescente de instalações – mais de 123 mil desde a sua disponibilização, em 2017, além de uma média mensal de 940 instalações e cerca de 42 676 Associados com notificações ativas (+ 11 469 que no ano anterior).

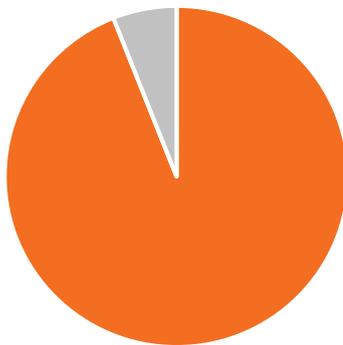
Blogue Ei – Educação e Informação Financeira

O ano 2023 correspondeu ao 11.º aniversário do *blogue Ei* – Informação e Educação Financeira, projeto centrado na literacia financeira, orientado a todos os segmentos etários e destinado a apoiar Associados e não Associados na gestão financeira diária e de longo prazo.

A importância deste projeto de informação e educação financeira confirma-se no número de visitas ao *site*. Em 2023, 94% do total de visitas a *montepio.org* tiveram origem neste *blogue* (mais 11 pontos percentuais que no período homólogo), garantindo um público mensal médio na ordem das 762 717 mil visitas, o que se traduz num aumento de 25% face a 2022. O número de páginas vistas superou os 11 milhões, mais 8% que no período homólogo, e o tempo médio de visita foi seis vezes superior, subindo para os 2,59 minutos.



Contributo do *Blogue Ei* para as visitas ao site montepio.org



2023

94%

das visitas entraram no site pelos conteúdos do Ei

2022

83%

das visitas entraram no site pelos conteúdos do Ei

2021

85%

das visitas entraram no site pelos conteúdos do Ei

2020

89%

das visitas entraram no site pelos conteúdos do Ei

Nas pesquisas orgânicas, o *Blogue Ei* foi exibido 163 milhões de vezes em motores de busca, ultrapassando os 121 milhões de vezes registados no ano anterior, e foi responsável por 96% da visibilidade nos motores de pesquisa em 2023, com um total de 156 milhões de impressões.

Redes Sociais

Instagram



A página [@montepioam](https://www.instagram.com/montepioam) na rede social *Instagram* constitui um espaço privilegiado de comunicação da oferta e da proposta de valor do MGAM, mas também de rejuvenescimento da base de Associados, posicionamento e afirmação da marca.

Com mais de 12 200 seguidores, os conteúdos publicados em 2023 (*posts* e *stories*) impactaram 3, 9 milhões de utilizadores, 1 347 935 dos quais alcançados de forma orgânica.

A estratégia de *paid media* permitiu registar um alcance superior a 3,7 milhões de utilizadores únicos, impactados uma média de 13,35 vezes ao longo do ano e totalizando 282 467 cliques para o site montepio.org.

Em 2023, todas as publicações do *Instagram* foram acompanhadas pelos principais *hashtags*, [#AMMONTEPIO](https://www.instagram.com/explore/tags/AMMONTEPIO) e [#MONTEPIOAM](https://www.instagram.com/explore/tags/MONTEPIOAM), permitindo alcançar, de forma orgânica, mais de 600 mil utilizadores.

O *Instagram* acolheu, 27 passatempos destinados a Associados, 192 conteúdos, entre *posts* no *feed* e *stories* na página, e um alcance superior a 311 mil pessoas. Destaque, neste âmbito, para a iniciativa/passatempo *#InstaStage*, realizado com a participação do artista Fernando Daniel e que constituiu o maior momento de comunicação e crescimento da página em 2023. No âmbito deste passatempo, foram desenvolvidos 290 conteúdos, dos quais *posts* que alcançaram 814 053 utilizadores e geraram 11 511 interações e *stories* que registaram um alcance orgânico de 108 319 utilizadores e geraram 1 725 interações.



Os *posts* (promovidos e *dark posts*) permitiram alcançar mais de 484 mil utilizadores, impactados cerca de 10,65 vezes (média) e gerando 5 453 cliques para o *site montepio.org*. A realização deste passatempo permitiu, ainda, conquistar uma audiência mais jovem, nomeadamente de 1,1% na faixa etária 13-17 anos e de 1,6% na faixa etária 18-24 anos.

A rubrica “Conta Tudo” confirmou a também sua relevância, veiculada a partir do *Instagram*, com o objetivo de apoiar a comunidade associativa na resposta à subida de preços provocada pela inflação, na gestão mais eficiente do orçamento familiar, no usufruto das vantagens garantidas pelo MGAM e na afirmação da importância da pequena poupança. A iniciativa “Conta Tudo” registou, em apenas dois meses, um alcance orgânico de 271 797 utilizadores e 10 157 visualizações (17% do alcance total da conta).

A comunicação realizada a partir desta rubrica permitiu alcançar mais de 1,2 milhões de utilizadores, o que representou 31% do alcance total de *posts* e *stories* ao longo do ano.

A estratégia de *paid media* permitiu, ainda, alcançar 880 789 utilizadores únicos, impactados 12,60 vezes (média), tendo gerado mais de 9 mil cliques para o *site montepio.org*.



Facebook

O MGAM está presente na rede social *Facebook* a partir da página *Ei – Educação e Informação Financeira* e página *Atmosfera M*.

A página de *Facebook* do *Ei* terminou o ano com um alcance acumulado de mais de 14 milhões de utilizadores, com as publicações a registarem um alcance total de 6,8 milhões, 35% superior ao registado em 2022, dividido entre alcance orgânico (1,5 milhões) – 22% do alcance total (vs. 15%, em 2022) -, e alcance pago (5,3 milhões) – 78% do alcance total (vs. 85%, em 2022).

O alcance médio por publicação foi de 15,7 mil utilizadores, traduzindo um crescimento de 52% face a 2022.

A comunicação veiculada nesta plataforma impactou 38,2 mil seguidores, num total de 432 posts que geraram 1,5 milhões interações, o que representa uma taxa de interação média de 8,06%, superior em quase 5 p.p. à registada no ano anterior, e 421 262 cliques (+ 10% que em 2022) para o site *montepio.org*.

A comunicação relativa à atividade dos espaços Atmosfera M Lisboa e Porto alcançou mais de 790 mil pessoas, permitindo registar mais de 9 mil interações.

Os posts promovidos no *Facebook* Atmosfera M, mas também no *Instagram* referentes à página @*montepioam*, alcançaram mais de 2 milhões de utilizadores únicos, impactados 5,82 vezes (média) ao longo do ano e gerando 21 690 cliques para o site *montepio.org*.

Rede Profissional LinkedIn



A página do MGAM na rede profissional *LinkedIn* é dedicada à veiculação de temas institucionais, de que constituem exemplos os prémios recebidos pela Associação, iniciativas e projetos solidários e ações realizadas com colaboradores do Grupo, essenciais à afirmação e reconhecimento da marca.

O ano 2023 terminou com 3 176 seguidores, tendo os conteúdos alcançado mais de 160 mil utilizadores (161 635) e registado mais de 7 mil interações (7 104).

Campanhas de Comunicação e Marketing

O planeamento da atividade de *marketing* integrou um leque alargado de ações, destinadas a suportar o cumprimento dos objetivos, sendo merecedora de destaque a campanha orientada ao rejuvenescimento da comunidade associativa. A partir da associação ao artista Fernando Daniel, foi desenvolvida uma narrativa que associou a marca à importância de sermos resilientes no presente enquanto olhamos para o futuro.

O reconhecimento da influência do artista junto do segmento Crianças e Jovens e do sucesso conquistado conduziram ao desenvolvimento de uma abordagem assente no princípio "o que fazemos no presente pode ajudar-nos a construir o futuro e quando subscrevemos uma solução de Poupança ou Proteção e nos tornamos Associados, a palavra futuro soa melhor".



A campanha sensibilizou para a importância da construção do futuro das crianças e jovens desde o presente e foi suportada no conceito - É tempo de compor o futuro e ganhar o presente -, sendo difundida através de rádio e plataformas digitais.



A iniciativa integrou uma ação-passatempo orientada à aproximação da marca ao segmento de Associados e potenciais Associados com idade inferior a 18 anos, realizada na rede social Instagram. Desta iniciativa resultaram mais de 200 participações, tendo os dois jovens vencedores sido premiados, além da subscrição/reforço da modalidade mutualista Poupança Complementar, com a atuação nos espetáculos comemorativos do aniversário da Instituição, realizados nos Coliseus de Lisboa e Porto.

Apoio à Cultura

O apoio à cultura e à produção artística por portugueses e em língua portuguesa foi mantido ao longo de 2023, com associação da marca a projetos nas áreas da música e do teatro.

Através do apoio à 9.ª edição do “Festival Montepio Às Vezes o Amor” ou aos festivais de verão “Primavera Sound” ou “Paredes de Coura”, passando por peças de teatro como “Revista é sempre Revista”, “Noite de Reis”, “A Bela Adormecida” ou “O Feiticeiro de Oz”. A estratégia de patrocínios respondeu à missão da Instituição, de promoção de atividades orientadas ao desenvolvimento cultural e à qualidade de vida dos Associados e familiares, garantindo o reforço da visibilidade da marca Montepio Geral Associação Mutualista, a concessão de condições especiais de acesso aos espetáculos pela comunidade de Associados e a afirmação da proposta de valor da Instituição.



Apoio ao Desporto

O apoio e participação ativos na área do Desporto, com especial enfoque no *Running*, justificaram a presença nas provas Montepio Meia Maratona de Cascais e Clube Pelicas São Silvestre da Pequeneda.

Desde a primeira edição da Corrida Montepio, em 2013, participaram nas provas promovidas ou apoiadas pela Associação 114 561 atletas, que percorreram 2 354 669 km e tornaram possível, a partir do valor das inscrições nas provas, a entrega de 396 mil euros a Instituições Particulares de Solidariedade Social.



Relação Associativa

Experiências para Associados



O Programa de Experiências, destinado a proporcionar aos Associados o acesso privilegiado a programas culturais, formativos, lúdicos e de bem-estar, reforçando a proximidade e relação com a Associação, assegurou 198 experiências que, de norte a sul do país, reuniram 5 139 participantes, 4 359 dos quais Associados.

Realizaram-se, ao longo do ano, 44 experiências orientadas ao segmento jovem, nas quais participaram 935 crianças associadas.

Espaços Atmosfera M

Os espaços Atmosfera M de Lisboa e Porto, dirigidos a Associados e ao público em geral, prosseguiram a sua missão e acolheram 788 eventos, traduzidos em 2 552 horas de ocupação e 14 632 participantes, 61% dos quais Associados. No total, os espaços foram visitados por mais de 73 370 pessoas.

Manteve-se a colaboração com instituições públicas e sem fins lucrativos, como a Associação Alzheimer Portugal, a Escola de Música Guilhermina Suggia, a RUTIS Porto – Rede de Universidades Seniores ou a SPEAK Social, tendo sido asseguradas 397 iniciativas de apoio ao desporto e 140 iniciativas culturais, que incluíram aulas de pilates, aulas de ioga para crianças, exposições, lançamentos de livros de Associados, ensaios de peças de teatro, cursos de cinema, concursos internacionais de música, *meetings*, palestras,



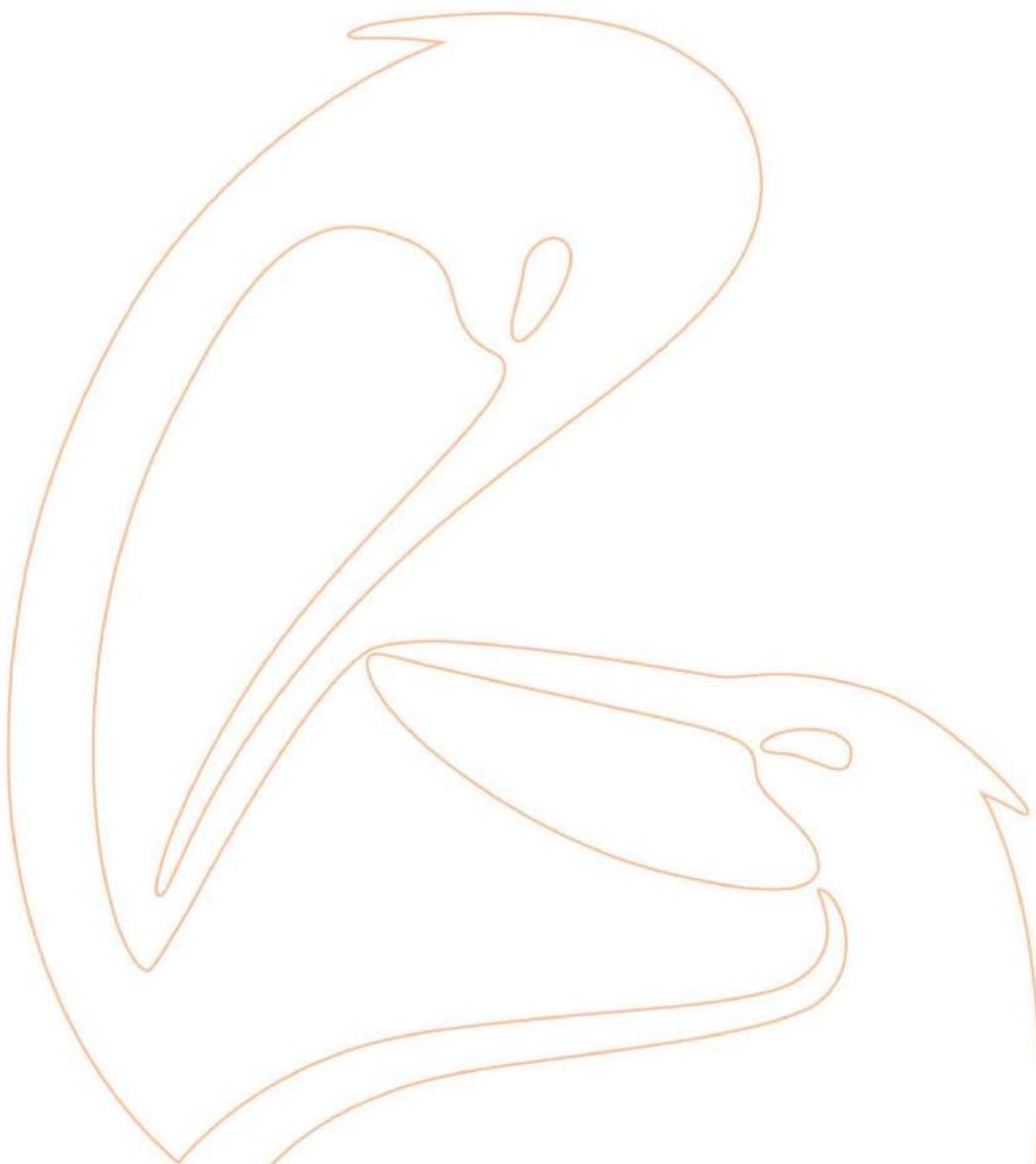
conferências internacionais de investigação ou encontros de grupos de trabalho na área do impacto social.

As bibliotecas destes espaços, com acervo dedicado à Economia Social, mantiveram-se como referência para estudantes universitários, tendo acolhido 2 444 utilizadores, 39% dos quais Associados Montepio.

Nas galerias foram realizados 17 eventos, entre os quais as exposições de Veríssimo Dias, Paulo Ponte, Paula Mariz, Cridem, Projeto Convergências, Daniela Reis, Choni Ribeiro, Cláudia Conde ou Bruno Saavedra.

08

Responsabilidade Social e Sustentabilidade



Responsabilidade Social e Sustentabilidade

O Montepio Geral Associação Mutualista prosseguiu a sua missão, afirmando o seu papel de parceiro solidário, socialmente responsável com os seus trabalhadores e com as organizações da Economia Social, com entidades públicas e privadas e com a comunidade em geral.

Perante os requisitos *ESG (Environmental, Social and Governance)*, o MGAM integrou na sua atividade os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 ONU) em que se integram eixos de atuação que são intrínsecos à missão e aos seus valores, designadamente:

- Ética e transparência;
- Solidariedade e cooperação;
- Profissionalismo, competência e responsabilidade; e
- Participação e liberdade de opinião.

De referir que os valores de participação e liberdade de opinião estão subjacentes à génese do MGAM, de acordo com os quais todos os Associados têm a mesma importância, pelo que cada Associado tem direito a um voto, independentemente do seu envolvimento com a Associação e todos têm o mesmo direito de participação na vida e nas decisões da Instituição.

Em matéria de responsabilidade social e de sustentabilidade, o Gabinete de Responsabilidade Social é a unidade orgânica do MGAM que executa as tarefas inerentes ao Comité de Sustentabilidade do Grupo Montepio, e que coordena a Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo, o Programa de Voluntariado Corporativo do Grupo, a promoção de iniciativas de responsabilidade social interna e externa. É ainda responsável pela implementação de projetos próprios da Fundação Montepio e pela dinamização de parcerias com outros atores da Economia Social.

8.1. Atividade Responsável

Comunicações dos Associados

A Provedoria do Associado do MGAM é a estrutura responsável pela centralização, tratamento e respetiva resposta às reclamações direcionadas pelos seus Associados, beneficiários das modalidades mutualistas, pensionistas, rendistas ou terceiros lesados, seguindo princípios orientadores e processos de gestão alinhados com a legislação e regulamentação em vigor.

Nos termos instituídos na Política de Tratamento e Gestão de Reclamações e respetivo Regulamento de Funcionamento Aplicável à Gestão de Reclamações e assente em princípios

de independência e de imparcialidade, a Provedoria do Associado atua em salvaguarda dos interesses dos referidos intervenientes nas atividades associativas desenvolvidas pelo Montepio Geral Associação Mutualista. A mencionada política e regulamento estão disponíveis para consulta interna por via da plataforma digital de comunicação acessível aos colaboradores e, externamente, para Associados e público em geral, através da página de *internet* do MGAM em <https://www.montepio.org/politica-de-gestao-de-reclamacoes/>.

Em 2023, foram rececionadas 351 comunicações que se traduziram em 331 reclamações e 20 pedidos de informação. As tipologias de reclamações rececionadas foram, maioritariamente, relacionadas com modalidades e vínculo associativo (38%), temas de outras empresas do Grupo Montepio (19%) e benefícios complementares usufruídos pelos Associados (18%).

Ao longo de 2023, a Provedoria do Associado atuou com independência e autonomia na gestão e tratamento das referidas reclamações, desenvolvendo diligências internas para assegurar uma resolução e/ou esclarecimento atempado das situações que lhe reportaram. Em média, a resposta foi assegurada em 8 dias úteis, tendo a maioria das reclamações sido respondida em 1 dia. Todas as comunicações recebidas em 2023 foram encerradas.

No último trimestre de 2023, foi ainda aprovada, pelo Conselho de Administração do MGAM, a revisão da política de tratamento e gestão de reclamações e respetivo regulamento, a qual contribuiu para diminuir a nossa pegada carbónica, com a implementação de princípios *paperless*, priorizando-se as respostas a reclamações através do *e-mail* da Provedoria do Associado em detrimento do correio físico.

A percentagem de Associados que apresentaram reclamações situou-se nos 0,05%, em linha com o ano anterior.

Evolução do Número de Comunicações



Reconhecimento externo

Prémio 5 Estrelas



O ano de 2023 foi igualmente marcado pela atribuição, pelo quarto ano consecutivo, do Prémio Cinco Estrelas à marca Montepio Geral Associação Mutualista, atribuído a partir de um sistema de avaliação centrado no grau de satisfação dos consumidores portugueses.

O MGAM obteve a classificação de “Extraordinária, realmente Cinco Estrelas”, tendo a marca, oferta e serviços sido avaliados a partir de

testes de *focus group*, inquéritos de satisfação e estudos de mercado, e alcançado uma satisfação global de 80% (8,00 em 10 pontos possíveis), com destaque para as dimensões “Intenção de Recomendação”, que registou uma classificação de 8,14. As dimensões “Confiança na Marca” e “Inovação”, registaram variações positivas de classificação face ao ano anterior de 3,3% e 1,4%, respetivamente.

O prémio garantiu o escrutínio rigoroso de critérios como Satisfação pela Experimentação, Relação Preço-Qualidade, Intenção de Compra ou Recomendação, Confiança na Marca e Inovação e confirmou o reconhecimento e a satisfação dos consumidores portugueses.

Os benefícios disponibilizados aos Associados, a rendibilidade das poupanças, as soluções de proteção na saúde, a confiança, credibilidade e reputação, mas também o atendimento e qualidade do serviço, a segurança e as soluções de proteção e complemento de reforma, foram características destacadas pelos consumidores.

Grande Prémio Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE)

Neste ano, a Revista Montepio foi distinguida pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE), com o Prémio APCE – Excelência em Comunicação, na categoria “Publicação Externa”.

O Montepio Geral Associação Mutualista foi galardoado, entre grandes marcas do tecido empresarial português, pela qualidade e relevância do projeto de comunicação da Revista Montepio, conquistando o prémio de Excelência em Comunicação Organizacional, atribuído pelo júri da APCE, após seleção criteriosa.



Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa

Em 2023, o MGAM e as empresas participadas do Grupo Montepio, que integram o Comité de Sustentabilidade, deram início aos trabalhos de definição da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio, tendo como principal objetivo a afirmação do Grupo Montepio como um grupo ativo na renovação de redes de solidariedade, inclusivo e aberto à diversidade, defensor do equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional e promotor da qualidade de vida para todos. Os princípios norteadores deste trabalho centraram-se na adoção de instrumentos comuns a todo o Grupo, na transferência de boas práticas entre empresas participadas, na adoção de instrumentos colaborativos entre empresas participadas, e na aplicação progressiva de um Plano de Ação. Os resultados deste trabalho permitiram incorporar a componente social na redefinição da Estratégia de Sustentabilidade Do Grupo Montepio.

Estratégia de Sustentabilidade

Em 2023, o MGAM deu continuidade aos trabalhos de redefinição da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo Montepio, iniciada em 2022. Para além das auscultações efetuadas às partes interessadas, internas e externas, foi também incorporada a componente Social que resultou da definição da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio, de forma a permitir adaptar a matriz de materialidade aos novos desafios.

A redefinição da estratégia de sustentabilidade permitirá ao Grupo Montepio redefinir os seus objetivos, monitorizar as suas ações, passando a reportá-las, em tempo útil, através do relatório anual de sustentabilidade do Grupo, de modo mais abrangente e alinhada com a política de sustentabilidade do Grupo, tendo por base o referencial *Global Reporting Initiative – GRI Standards*, do qual o MGAM é parte integrante.

O compromisso do Grupo Montepio com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, foi firmado com a adesão da Fundação Montepio à Aliança ODS Portugal, logo no seu início, em dezembro de 2015.

O Grupo Montepio, está comprometido com o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, de pessoas para pessoas e empenhado em contribuir para o objetivo nacional de atingir a Neutralidade de Carbono em 2050, tendo em 2023 efetuado o Cálculo da Pegada de Carbono.

Relação com os Fornecedores

Em 2023 o Montepio Geral Associação Mutualista, o Banco Montepio, a Futuro, a Lusitania e a Lusitania Vida criaram o Montepio Serviços, ACE com o objetivo de garantir a este universo de Entidades a prestação de serviços e atividades partilháveis e de gestão administrativa, visando capturar sinergias de grupo e economias de escala, maximizar a qualidade do serviço prestado, bem como, potenciar a rendibilidade e eficiência operacional.



Assim, é através do Montepio Serviços ACE que se processa o relacionamento, negociação e contratação com fornecedores, potenciando sinergias de Grupo e procurando racionalizar e minimizar custos na aquisição de bens e serviços, assegurando a satisfação das necessidades das unidades requisitantes e o cumprimento de padrões fiáveis de qualidade, na relação custo/benefício, através de um adequado planeamento, em consonância com os objetivos estratégicos definidos.

Um dos pontos fundamentais na seleção de fornecedores é a componente de sustentabilidade, avaliada e assegurada através do cumprimento de critérios específicos. Neste âmbito, em 2023, concluiu-se o desenvolvimento do modelo de compromisso para fornecedores, por via de uma declaração/manual de boas práticas, que deverá ser, por estes, aceite. Adicionalmente, manteve-se o desenvolvimento do processo de Qualificação de

Fornecedores (*supply chain*), onde as temáticas de risco do fornecedor e avaliação de sustentabilidade são partes integrantes.

8.2. Trabalhadores

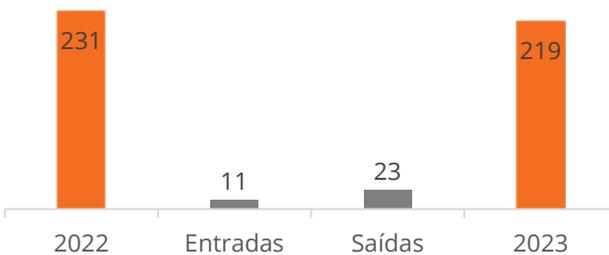
No final de 2023, o quadro de trabalhadores do MGAM (quadro próprio e com contratos de cedência) era composto por 219 trabalhadores (46 trabalhadores do quadro próprio e 173 com contratos de cedência).

Quadro de Trabalhadores



Em 31 de dezembro de 2023, 63% dos trabalhadores do MGAM pertenciam ao género feminino e 37% ao género masculino.

Evolução do Número de Trabalhadores



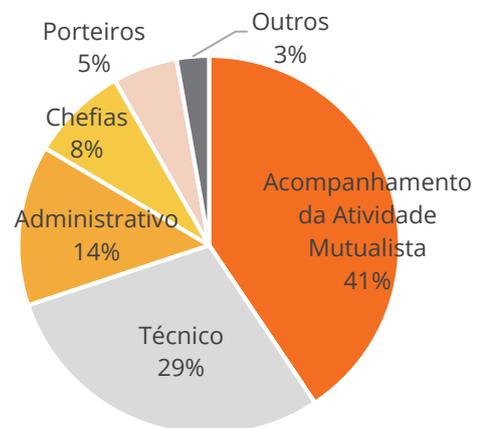
Em 2023, saíram 23 trabalhadores, dos quais 26,1% referentes a rescisão por iniciativa do trabalhador, 21,7% relativos a rescisão por mútuo acordo, 21,7% por reforma antecipada, 13,0% por cedência para a Montepio Serviços, ACE, 8,7% por fim do contrato de trabalho a termo certo e 8,7% por outros motivos.

Globalmente, observou-se uma redução do quadro de pessoal em doze trabalhadores.

O gráfico à direita apresenta a distribuição do quadro de trabalhadores por tipologias de funções, no qual se visualiza que 41% corresponde a funções de distribuição e acompanhamento da atividade mutualista, complementadas pelas funções técnicas (29%) e administrativas (14%).

Já em termos de habilitações literárias 8,7% dos trabalhadores do MGAM apresentam doutoramento ou mestrado, 62,7% licenciatura, 3,4% bacharelato, 21,3% ensino secundário e 4,3% ensino básico.

Distribuição do Quadro de Trabalhadores por Função



Em termos de antiguidade, em 2023, o Conselho de Administração do Montepio Geral Associação Mutualista recuperou a tradição de entrega de insígnias institucionais – Pelicano de Prata e de Ouro, que celebram a antiguidade, dedicação e profissionalismo revelados ao longo de 20 e 35 anos de serviço dos trabalhadores.

Em 2023, deu-se continuidade ao processo de avaliação de desempenho, com recurso à plataforma digital *Talento* e reuniões de avaliação entre trabalhadores e hierarquias.

No âmbito da Formação, desenvolveu-se um conjunto de ações num total de 6 484 horas de formação. Neste âmbito, a formação em *Soft Skills* destacou-se no ano de 2023, com um total de 2 374 horas, demonstrando a preocupação do MGAM com o desenvolvimento pessoal e comportamental dos seus trabalhadores. Seguiu-se a formação relativa ao Mutualismo (1 231 horas), fundamental para o desenvolvimento da atividade mutualista e em Bem-estar e segurança no trabalho (764 horas). Salienta-se, igualmente, o crescimento de 2,3% nas horas de formação dos trabalhadores do MGAM, face a 2022.

Formação	2023
	Número de Horas Totais
Bem-estar e segurança no trabalho	764
Cibersegurança	374
Compliance	135
Ferramentas informáticas	158
Gestão, Fiscalidade, Auditoria e Contabilidade	338
Mutualismo	1 231
Proteção de Dados	76
Sistemas de Informação	271
<i>Soft Skills</i>	2 374
Solvência II	296
Sustentabilidade	470
Total	6 484

A Gestão de Recursos Humanos encontra-se num processo de transformação sem precedentes, motivada pelos novos modelos de trabalho que surgiram com a pandemia Covid-19, pela entrada das novas gerações no mercado de trabalho e pelas evoluções tecnológicas, que colocam novos desafios aos responsáveis de Recursos Humanos.

Neste enquadramento, tendo o Grupo Montepio com o MGAM mantiveram a preocupação com o bem-estar das suas pessoas, o que permitiu reforçar o pilar social junto dos trabalhadores. Em 2023, o MGAM continuou a possibilitar aos seus trabalhadores novos modelos de trabalho, permitindo um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

A preocupação do MGAM com a valorização das famílias dos seus trabalhadores continuou no centro das iniciativas de Recursos Humanos em 2023, das quais são ilustrativos a 2ª edição do “Prémio de Mérito Escolar do Grupo Montepio”, bem como a atribuição de diversos subsídios para filhos dos trabalhadores (ex: subsídio de apoio escolar ao ensino obrigatório e ao ensino superior, subsídio de material escolar, subsídio de alojamento para filhos a estudar no Ensino Superior fora da sua área de residência e subsídio de apoio à

natalidade), a festa e presentes de Natal para os filhos, a dispensa no primeiro dia de escola dos filhos que frequentem o 1º ano do ensino básico, o pagamento do seguro de saúde para trabalhadores e elementos do agregado familiar e a medida de apoio para trabalhadores com crédito hipotecário com taxa fixa, para mitigar os efeitos da subida da taxa de juro.

O foco no bem-estar dos trabalhadores continuou a afirmar-se como uma necessidade em 2023, tendo o Grupo Montepio realizado a 5ª edição da Semana da Saúde e do Bem-Estar, com vista à sensibilização e consciencialização para a sua importância. Neste âmbito, estiveram disponíveis durante uma semana diversos *workshops*, sessões de acupuntura, reflexologia, osteopatia, *reiki*, radiofrequência facial, passeios de lancha e percursos pedestres, a pensar na saúde dos trabalhadores.

O MGAM manteve um conjunto de outros benefícios aos trabalhadores, dos quais se destacam: conciliação trabalho família (campos de férias para os filhos dos trabalhadores, incluindo a oferta de um acampamento de férias próprio, dispensa de assiduidade no dia de aniversário, na véspera de Natal e no dia de Carnaval), oferta de lazer (diversos eventos desportivos, passeios e *workshops*, oferta de várias parcerias para realização de modalidades desportivas, massagens a preços privilegiados, entre outros), cuidados de saúde (vacinação antigripal, consultas de nutrição, sessões de *shiatsu* e massagens), acesso a protocolos de desconto e parcerias (protocolos de trabalhadores do Grupo Montepio com acesso a um conjunto de benefícios proporcionados pelas empresas do Grupo, vários descontos para Associados dos Serviços Sociais do Montepio).

Ainda em 2023, destaque para o regresso do Encontro de Natal do Grupo Montepio que permitiu o convívio de todos os trabalhadores do Grupo Montepio e a realização de uma ação de solidariedade que permitiu reunir mais de 900 brinquedos, destinados a serem oferecidos a crianças e jovens acompanhados por 31 Instituições de Solidariedade Social de todo o país. A iniciativa, realizada pelos trabalhadores e apoiada pelo Gabinete de Responsabilidade Social do Montepio Geral Associação Mutualista, reflete os valores do Grupo Montepio, um Grupo que se assume comprometido com as comunidades mais vulneráveis e que coloca a economia ao serviço das pessoas, de olhos postos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



8.3. Comunidade

Em 2023, o voluntariado corporativo do Grupo Montepio voltou ao modelo presencial, com ações de apoio à comunidade, distribuídas ao longo do ano, quer em termos de voluntariado coletivo, quer em termos de voluntariado de competências, que permitiram uma maior proximidade entre os voluntários do Grupo Montepio e as comunidades.



Nesse sentido, continuou a implementar e a participar em iniciativas de voluntariado que contribuíram para continuar a afirmar, interna e externamente, o Grupo Montepio como uma das principais estruturas da Economia Social, que, no plano global das políticas de desenvolvimento local, em Portugal e nas regiões autónomas, tem vindo a contribuir para a concretização da estratégia Social dos critérios de *ESG*, designadamente:



- **9ª Edição do “Mês do Voluntariado do Grupo Montepio”**

– enquadrado no Plano de Atividades do Programa Voluntariado do Grupo Montepio, para 2023, a 9ª Edição do “Mês do Voluntariado do Grupo Montepio”, decorreu entre os meses de maio, outubro e novembro. Teve como base de critérios, a área geográfica, a área de intervenção, a relação entre os voluntários dinamizadores e as comunidades locais, tendo sido implementadas 12 ações de voluntariado, que decorreram ao longo do todo o País, a saber: Norte, Porto/Grande Porto, Centro, Lisboa/Grande Lisboa e Sul.



- **Diversas outras iniciativas de voluntariado corporativo** – Em 2023, nas diversas iniciativas de voluntariado corporativo estiveram presentes 161 voluntários do Grupo Montepio, num total de 1 278 horas de voluntariado, distribuídas pelas seguintes ações: literacia financeira para adultos, construção de floreiras e suportes, preparação de chão para plantio, apoio à implementação de hortas pedagógicas, plantação de árvores, arranjo, limpeza e pinturas de espaços interiores e exteriores, preparação dos *kits* para entrega aos “caminhantes”, com os materiais e alimentos para a Caminhada Solidária na Póvoa de Varzim, confeção de um jantar de confraternização para os utentes dos Centros de Dia, do Centro Social do Soutelo e reabilitação de espaço degradado para famílias carenciadas, em Braga.
- **5ª Edição da Semana da Saúde e do Bem-Estar do Grupo Montepio** – promovida pelo Banco Montepio (Direção de Gestão de Pessoas, através estrutura da Segurança e Saúde no Trabalho), que envolveu todos os trabalhadores cedidos ao MGAM. Esta iniciativa decorreu entre os dias 21 e 28 de outubro, e incorporou um conjunto de atividades para os trabalhadores do Montepio e seus familiares, no âmbito da saúde e do bem-estar. O voluntariado corporativo do Grupo Montepio integrou as atividades desta iniciativa com uma ação, na Comunidade Azevedo, Campanhã, Porto, com o parceiro local, PELE - Espaço de Contacto Social e Cultural.

Dando continuidade às boas práticas, o MGAM manteve a publicação semanal interna da rubrica “Responsabilidade Social *Online*” na *intranet* da Associação, a qual constitui um veículo de divulgação das práticas *ESG*.

Cooperação e Difusão do Mutualismo

A dinâmica empresarial contemporânea é caracterizada por mudanças rápidas e complexas, exigindo que as organizações desenvolvam abordagens inovadoras para atingir os seus objetivos estratégicos. Nesse contexto, a cooperação e o trabalho em rede emergem como elementos essenciais para o sucesso organizacional, o que esteve na base da integração do MGAM na APM-RedeMut - Associação Portuguesa de Mutualidades.



A colaboração entre diferentes Associações Mutualistas, de que a RedeMut é exemplo, tem possibilitado a eficiente maximização de recursos, estimulado a inovação e promovido a flexibilidade na adaptação às mudanças. Essa abordagem tem construído relacionamentos sólidos, contribuindo significativamente para o sucesso sustentável das organizações no cenário competitivo atual. O MGAM reconhece a importância desta plataforma colaborativa, que, ao longo de 2023, fez um esforço notável para aprofundar o trabalho em rede das associadas da APM.

Com efeito, este posicionamento conjunto, para o qual o MGAM contribuiu de forma substancial, permitiu à RedeMut encontrar soluções conjuntas, que individualmente as suas Associadas não conseguiriam alcançar, posicionando-se no mercado de forma mais robusta e criando um diferencial competitivo que permitiu, em 2023, ampliar os serviços de saúde domiciliários prestados pela RedeMut, de que beneficiam os Associados do MGAM.

Tem sido, pois, neste espírito de partilha e de trabalho colaborativo capaz de melhorar a sustentabilidade das Mutualidades, mas também de potenciar a difusão do Modelo Mutualista de Proteção Social, que o MGAM participou, durante o ano de 2023, no Conselho de Administração da APM-RedeMut, assumindo o cargo de Vice-Presidente.

No desempenho deste cargo, o MGAM participou nos mais importantes fóruns de discussão das políticas económicas e sociais, nomeadamente no Conselho Económico e Social (CES), no Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e na Confederação Portuguesa para a Economia Social (CPES), contribuindo para a construção de políticas públicas de interesse para o Mutualismo, das quais se destacam o plano nacional para a Economia Social e um estatuto fiscal para o setor.

Internacionalmente, durante 2023, participou ativamente na Associação Internacional das Mutualidades, integrando diversos grupos de trabalho temáticos, destacando-se o dos assuntos europeus e o da digitalização da saúde.

Nestes grupos, o MGAM contribuiu para a produção de documentos valiosos para a Economia Social, e, em particular, para as Mutualidades, articulando posições comuns sobre matérias fundamentais, como a participação e valorização das Mutualidades no mercado interno, com todas as implicações legislativas que isso implica, designadamente a alteração do Tratado de Funcionamento da União Europeia e a regulamentação no espaço europeu de dados de saúde, que implicará um enorme esforço de interoperabilidade de dados por parte dos Estados Membros.

Deste modo, em 2023, o MGAM, através destas plataformas colaborativas, ajudou a fortalecer a posição das Mutualidades, influenciou políticas públicas e contribuiu para o avanço da cooperação nacional e internacional no âmbito do Mutualismo.

Em termos de Responsabilidade Social, o MGAM integra as seguintes parcerias estratégicas, participando e promovendo as suas iniciativas, nomeadamente, grupos de trabalho, formações e ações de sensibilização:

- Âmbito internacional: é membro *do IAVE – Internacional Association for Volunteer Effort* e do *EVEN/CEV – Centro Europeu de Voluntariado*;
- Âmbito nacional: membro associado da *Confederação Portuguesa de Voluntariado* e faz parte da *Direção*; membro associado do *GRACE – Empresas responsáveis, e assegura presença no grupo de trabalho “Cluster da Cidadania e do Voluntariado”*; membro associado da *APPDI - Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão*, assegurando também a presença no *Conselho Consultivo* desta instituição, bem como, acompanha os grupos de trabalho de *“Responsabilidade Social”, “Educação” e “Comunicação”*. No grupo de trabalho *“Responsabilidade Social*, o MGAM contribuiu ativamente para o *Booklet “Dicas e estratégias”* e para o *“Guia de Boas Práticas de Diversidade e Inclusão”*, além de ter conduzido o *Workshop “Diversidade e Inclusão – Da Teoria à Prática”* e participação na *APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial*.

De referir que a Fundação Montepio, foi uma das primeiras signatárias da Carta da Diversidade, e desde a implementação da Carta da Diversidade, em Portugal, que o Gabinete de Responsabilidade Social do MGAM tem procurado contribuir para uma melhor divulgação dos princípios defendidos pela mesma.

Fundação Montepio

A Fundação Montepio assume um papel fundamental no estabelecimento de parcerias e na concessão de apoios ao Setor Social da Economia, nascendo dos valores fundacionais do MGAM (Informação adicional, no ponto 16.6 da Informação Complementar).

O donativo anual atribuído pelo MGAM, permitiu à Fundação Montepio operacionalizar um conjunto de projetos solidários e apoiar Instituições de Solidariedade Social, entre os quais se destacam o projeto Frota Solidária e o Prémio Voluntariado Jovem Montepio.

A Fundação manteve, em 2023, a sua presença enquanto membro do Centro Português de Fundações (CPF), continuando a assegurar a presença nas Assembleias Gerais e nos Grupos de Trabalho Temáticos *“Social” e “ODS”*, bem como em diversas iniciativas promovidas pelo CPF.



O projeto Frota Solidária é um dos propósitos da Fundação Montepio, que alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assume particular relevância por constituir um apoio fundamental à atuação das Entidades do Setor Social.

Em 2023, a Fundação Montepio entregou 10 novas viaturas a 10 Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no âmbito da 16ª edição do projeto Frota Solidária, o qual promove a mobilidade, a inclusão e o combate ao isolamento e à desertificação.



Além da Fundação Montepio – que financia e distribui as viaturas – estão envolvidas neste projeto a seguradora Lusitania (Grupo Montepio), que oferece, desde a primeira edição, a primeira anuidade do seguro automóvel de cada viatura entregue, a empresa Auto Ribeiro, que adapta e transforma as viaturas, e as IPSS beneficiárias, que exercem a sua atividade diretamente em prol das pessoas mais vulneráveis.

Instituições beneficiadas com a Frota Solidária em 2023

Distrito

Centro Social de Santa Cruz	Aveiro
Santa Casa da Misericórdia de Beja	Beja
Santa Casa da Misericórdia da Póvoa do Lanhoso	Braga
Fundação Cónego Manuel Joaquim Ochôa	Bragança
NECI – Núcleo Especializado para o Cidadão Inclusivo	Faro
Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul	Viseu
Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000	Vila Real
Liga dos Amigos do Hospital de Pulido Valente	Lisboa
Santa Casa da Misericórdia de Loures	Lisboa
CACFF – Centro de Assistência Cultural e Formativo do Fundão	Castelo Branco

Desde o início desta iniciativa, o projeto Frota Solidária já atribuiu 268 viaturas, ao longo de 16 edições.

Em 2023, para além da atribuição destas viaturas, que só poderão ser entregues às dez IPSS beneficiárias em 2024, foram realizadas duas cerimónias de entregas de viaturas, já atribuídas em anos anteriores (5 viaturas atribuídas em 2021 e 10 viaturas atribuídas em 2022), mas que, por constrangimentos na sua disponibilização, por parte dos fornecedores, só ficaram disponíveis em 2024.



A 13ª edição do Prémio Voluntariado Jovem Montepio, 2023, iniciou o seu ciclo de planeamento e aprovação ainda em 2023, embora as candidaturas tenham sido lançadas no dia 8 de janeiro de 2024.

Esta iniciativa tem o objetivo de incentivar e promover a participação dos jovens em projetos de voluntariado que possam responder a problemas sociais da sociedade. A 13ª edição apresenta uma particularidade: além de poderem concorrer a este prémio os jovens dos 16 aos 25 anos que frequentem escolas, associações juvenis, associações de estudantes ou outras organizações



sem fins lucrativos que desenvolvam projetos comunitários (candidatura espontânea), existe um espaço direcionado para os jovens que frequentam as escolas técnico-profissionais do distrito de Lisboa e Vale do Tejo (candidatura direcionada). Os resultados serão anunciados a 17 de maio de 2024.

Em 2023, concluiu-se o encerramento da 12ª Edição do Prémio Voluntariado Jovem Montepio. Nesta edição, lançada em outubro de 2022, foram apresentados 10 projetos de soluções de intervenção social, por 10 entidades, elaborados por jovens estudantes ou residentes em comunidades que abrangem o país. Os projetos mereceram a avaliação de um júri maioritariamente externo, constituído por representantes do Montepio Geral Associação Mutualista, da Fundação Montepio, do GRACE, da Confederação Portuguesa de Voluntariado, do Centro Português de Fundações e da APPDI - Associação Portuguesa Para a Diversidade e Inclusão. O prémio foi entregue no início do ano de 2023. As entidades vencedoras foram:

- O Colégio Maristas de Carcavelos, com o projeto “Mãos que Alimentam”;
- A YOUTH DREAM, com o livro “Nahir e os ODS”.

A Fundação Montepio manteve ainda, o seu apoio a projetos de diferentes respostas sociais, de entre os quais se destacam:

- **Projeto Solução Mobilidade Positiva** – desenvolvido em parceria com a Fundação Manuel António da Mota e com a empresa Mobilidade Positiva, constitui uma resposta integrada que identifica, projeta, implementa, executa e gere soluções no âmbito de apoio/ajudas técnicas e de mobilidade e acessibilidade na esfera habitacional. No ano de 2023, foram apoiados 2 pedidos, a beneficiários com uma situação clínica grave, que, através deste projeto, melhoraram as suas condições de vida e mobilidade.
 


- **Projeto CRIDEM** – A 17ª edição, iniciada em 2022, foi concluída em 2023. Este projeto é promovido APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) do Porto, com o apoio da Fundação Montepio e da Fundação Manuel António da Mota e o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República. Esta edição contou com a participação de 57 Instituições (com um total de cerca de 136 obras de expressão plástica), repartidas em cinco categorias: Pintura, Desenho, Escultura, Têxteis e Outras Expressões. Os prémios foram atribuídos às seguintes entidades:
 


 - **1º Prémio:** Centro de Educação para o Cidadão com Deficiência (CECD de Mira Sintra);
 - **2º Prémio:** APPACDM do Porto;
 - **3º Prémio:** Associação Recreativa Cultural e Social de Silveirinhos;

- **Prémio Especial do Júri:** CERCICA (Cooperativa de Educação, Reabilitação e Capacitação para a Inclusão em Cascais);
- **Prémio Aires Moreira:** APPACDM da Trofa.

O CRIDEM decorre com uma periodicidade bienal, e a primeira exposição desta 17ª edição foi inaugurada em julho de 2022, na sede da Fundação Manuel António da Mota, no Porto. Esteve depois patente, no formato *Gallery*, em Santo Tirso, de 6 de outubro a 28 de novembro de 2022, e em Condeixa-a-Nova, de 10 de fevereiro a 28 de abril de 2023. A cerimónia de encerramento da exposição realizou-se no dia 23 de novembro de 2023, no espaço atmosfera m de Lisboa, onde esteve até ao dia 31 de dezembro de 2023.

- **3ª Edição do Prémio de Investigação Científica na área da Reabilitação Dra. Maria Lutegarda** – promovido pela AFID Diferença e pela Câmara Municipal da Amadora, o prémio, bienal, é dedicado à Investigação Científica na área da Reabilitação e visa estimular e mobilizar investigadores, estudiosos, técnicos e a comunidade académica em geral, para a criação e desenvolvimento de trabalhos de investigação e de inovação sobre a reabilitação e intervenção junto de pessoas com deficiência. O galardão procura igualmente a promoção da inclusão social, autonomia e participação de pessoas com deficiência na sociedade, além de combater a discriminação com base na deficiência e promover a igualdade de oportunidades e da cidadania das pessoas com deficiência na sociedade. Iniciado o processo de candidaturas em 2022, e após análise do júri do qual faz parte um representante da Fundação Montepio, foi efetuada a Cerimónia de Entrega do Prémio de Investigação Científica, Dra. Maria Lutegarda, em 2023, onde foram entregues dois primeiros prémios (investigador individual e grupo de investigadores) e duas menções honrosas (investigador individual e grupo de investigadores).






- **Projeto “Cuidar Melhor”** – Em 2023, a Fundação Montepio deu também continuidade ao projeto “Cuidar Melhor”, que engloba a dimensão “Café Memória”, promovido pela Associação Alzheimer Portugal. O apoio da Fundação possibilitou a realização das sessões mensais de “Café Memória”, no espaço atmosfera m de Lisboa. Este projeto visa contribuir para a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com demência, bem como para o apoio e valorização dos familiares e profissionais que lhes prestam cuidados.







- 9ª edição do Prémio APAV para a Investigação** – A Fundação Montepio apoiou, pelo 9º ano consecutivo, o Prémio APAV Investigação, promovido pela APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, destinado a premiar trabalhos de investigação científica sobre temáticas relacionadas com a missão da Associação: “apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima”.




- Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza** – promovido pela EAPN Portugal (Rede Europeia Anti-Pobreza), tem como objetivo a recolha e sistematização de dados, cooperação institucional, atividades de sensibilização, atividades de investigação e ainda a divulgação da informação com dados sobre a pobreza numa plataforma informática acessível a todos, de forma a orientar os vários atores promotores da inclusão social e da erradicação da pobreza.



- Apoio à Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CCCRD)** – na 11ª edição da revista científica Análise Associativa, dedicada ao tema "CPCCRD – 100 anos de afirmação em Portugal". Esta revista constitui um dos principais pilares quer do departamento de investigação da Confederação, quer da capacitação dos cerca de 450 000 dirigentes associativos voluntários do associativismo popular. O apoio à CCCRD permitiu, ainda, dar início ao estudo “Associações de cultura, recreio e desporto: um retrato do associativismo popular em Portugal”.



- 9ª edição do Prémio APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial** – Na área da capacitação a Fundação apoiou ainda a candidatura de organizações da Economia Social à 9ª edição do prémio “Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade”, promovido pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial. Este prémio tem como objetivo distinguir organizações pelas suas boas práticas de responsabilidade social e sustentabilidade. Nesta edição, a Fundação Montepio apoiou a participação de duas organizações da Economia Social: Paramédicos de Catástrofe Internacional-PCI e Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada.





- 12ª edição do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro** – instituído pela Associação Portuguesa de Psicogerontologia, com a colaboração e apoio da Fundação Montepio e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com o objetivo de informar sobre o real contributo que pessoas com idade igual ou superior a 80 anos e com uma atividade profissional ou cívica relevante dão à sociedade portuguesa, permitindo-lhes voz ativa e visibilidade. Em 2023, a cerimónia comemorativa dos 12 anos do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro realizou-se na Sala de Extrações da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, onde foram distinguidas personalidades de referência na sociedade portuguesa.




- I.P.O. Lisboa Francisco Gentil, E.P.E. – “Lar de Doentes”** – Foi concedido um apoio financeiro para reapetrechamento do “Lar de Doentes” do IPO (ao nível dos quartos, espaços sanitários, e zonas comuns de refeição e lazer), espaço que comporta um total de 4 pisos, num total de 114 camas, funcionando 24 horas por dia. O “Lar de Doentes” acolhe pessoas doentes do IPO (e acompanhantes no caso de doentes menores de idades), oriundos dos PALOP e da região de Lisboa e Vale do Tejo, do Sul e Ilhas, que não têm condições económicas para suportar despesas de alojamento, e necessitam de fazer consultas, exames ou tratamentos prolongados.




- Associação Inovar Autismo** – Foi concedido um apoio financeiro Associação Inovar Autismo, para a reabilitação de um equipamento associado ao autismo, num antigo edifício escolar cedido pelo município de Palmela, na região de Setúbal. O projeto apoiado implica “abrir portas à sociedade” e apostar em respostas sociais inovadoras, em atividades e iniciativas para pessoas com e sem deficiência, evitando assim a segregação e promovendo a inclusão.




- Instituto de Apoio à Criança (IAC)** – No âmbito da comemoração do 40º aniversário do IAC, a Fundação Montepio apoiou esta instituição para a produção de um Foto Livro que pretende reunir uma coleção de histórias de vida resultantes do cruzamento de 2 pessoas (um jovem apoiado pelo IAC e uma figura pública cujo percurso de vida tenha sido inspirador).



Ambiente

O consumo acelerado dos recursos naturais e o crescente impacto ambiental da pegada carbónica, tornaram a Sustentabilidade num tema premente na nossa Sociedade. Preservar os recursos naturais, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e melhorar a qualidade de vida das pessoas são preocupações que exigem atenção e responsabilidade individual, coletiva (empresas e sociedade em geral) e governamental.



Neste enquadramento, o Grupo Montepio procura, de forma consistente, contribuir ativamente para a criação de valor, não só para a sociedade como um todo, mas também para os seus próprios trabalhadores.

No ano de 2023, o MGAM, desenvolveu várias iniciativas com a intenção de diminuir a pegada ambiental: diminuir o consumo de papel, reduzir o consumo de material de utilização única mediante a substituição por soluções sustentáveis, bem como, minimizar a produção de resíduos e o consumo de combustíveis.

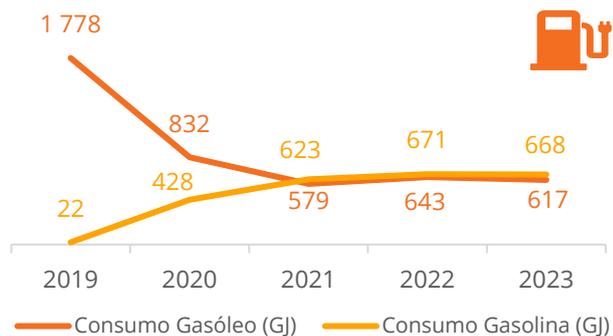
Em 2023, a confirmação de uma retoma à “normalidade”, no pós-pandemia, registou consumos de eletricidade idênticos a 2022, com um aumento de apenas 4%, ainda assim, inferior ao registado no período pré-pandemia.

Consumo de Eletricidade (GJ)



Relativamente ao consumo de combustíveis, o reforço da frota através de viaturas elétricas/híbridas permitiu uma ligeira diminuição do consumo. Verifica-se a redução de 1% no consumo de gasolina e de 4% no consumo de gasóleo.

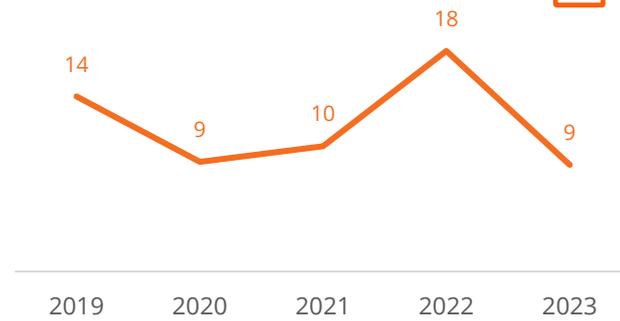
Consumo de Combustíveis (GJ)



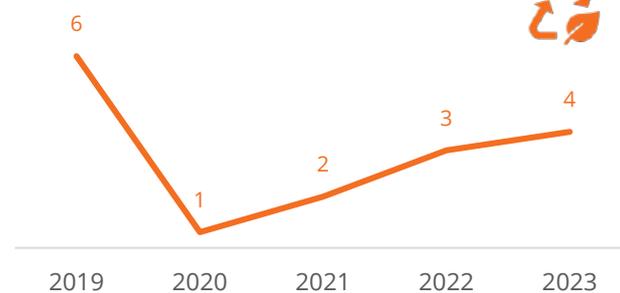
O consumo de papel em 2023 teve um decréscimo acentuado de 52% face ao ano anterior. A inexistência de eventos extraordinários como em 2022 (ex.: novo cartão de associado, elevado nº de vencimentos de modalidades, etc.), bem como, o reforço na aposta de comunicações digitais, permitiram alcançar esta redução.

Por fim, na produção de resíduos, verificou-se um aumento de 19% provocado sobretudo pelo aumento da recolha de papel evidenciado a aposta na reciclagem (mais 0,59 toneladas do que em 2022).

Consumo total de Papel (t)

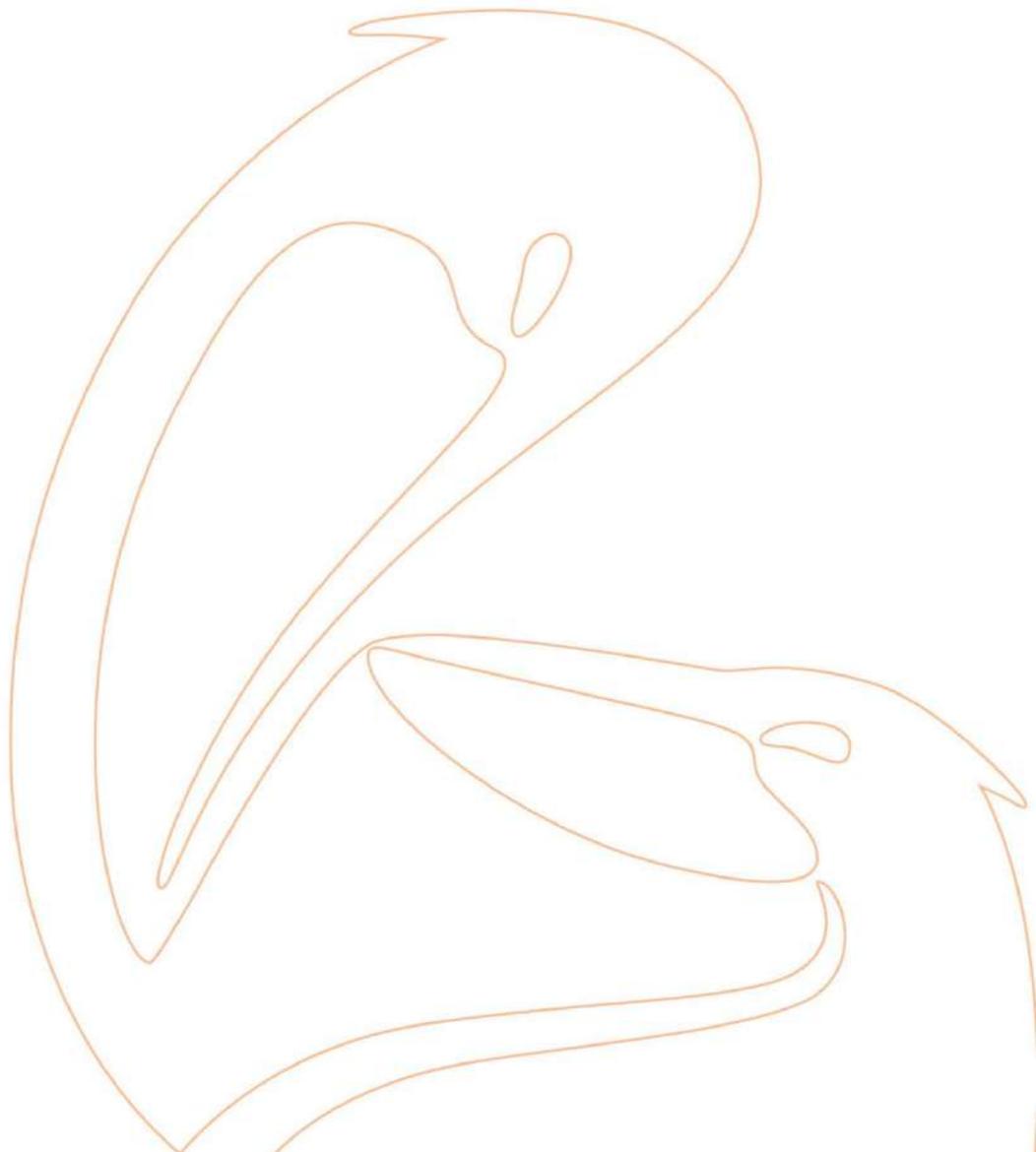


Resíduos (t)



09

Sistema de Controlo Interno e Gestão de Riscos



Sistema de Controlo Interno e Gestão de Riscos

9.1. Sistema de Controlo Interno

Os estatutos em vigor foram aprovados pela Assembleia Geral de Associados de 4 de novembro de 2019, tendo posteriormente sido objeto de registo definitivo pela Direção Geral da Segurança Social.

Nos referidos estatutos, estão definidos os seguintes órgãos do MGAM:

- a. Assembleia Geral;
- b. Assembleia de Representantes;
- c. Conselho de Administração;
- d. Conselho Fiscal.

A **Assembleia Geral** é constituída por todos os Associados efetivos que, à data da convocação da reunião da Assembleia, sejam maiores, tenham sido admitidos há mais de dois anos e que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, tendo cada Associado direito a um voto. À Assembleia Geral compete:

- Aprovar os Estatutos e respetivas alterações;
- Eleger e destituir, por votação secreta, os membros dos Órgãos e Cargos Associativos;
- Deliberar sobre a cisão, fusão, transformação, dissolução e liquidação;
- Deliberar sobre a adesão ou desvinculação a uniões, federações ou confederações do universo mutualista, assim como a outros organismos, nacionais ou internacionais, representativos das atividades prosseguidas pelo MGAM;
- Homologar as deliberações da Assembleia de Representantes sobre aprovação do Regulamento de Benefícios do MGAM, do Regulamento da Assembleia Geral, do Regulamento Eleitoral e respetivas alterações;
- Deliberar sobre as matérias não compreendidas na competência dos restantes Órgãos Associativos.

A **Assembleia de Representantes**, tem como funções, designadamente, entre outras:

- Deliberar sobre o Regulamento de Benefícios;
- Eleger ou destituir os membros de comissões ou grupos de trabalho, quando tal lhe seja proposto pelo Conselho de Administração;
- Apreciar e votar, anualmente, o programa de ação e orçamento e o relatório e as contas individuais e consolidadas;
- Efetuar a apreciação geral da administração e fiscalização do MGAM e fiscalizar a atuação dos Órgãos Associativos;

- Apreciar e votar a proposta de aplicação de excedentes técnicos ou subvenções nas modalidades permitidas;
- Eleger, quadrienalmente, uma comissão para fixação da remuneração dos titulares dos órgãos e cargos associativos;
- Autorizar o MGAM a demandar os titulares dos órgãos e cargos associativos por atos praticados no exercício das suas funções;
- Deliberar sobre a alienação, ou outra forma de disposição, de participações, parciais ou totais, em entidades que consolidem no MGAM e sobre a aquisição de participações que venham a consolidar no seu balanço ou em quaisquer outros ativos financeiros que importem um investimento igual ou superior a 5% do ativo líquido do MGAM;
- Deliberar sobre os critérios ou limites quanto à aquisição onerosa, permuta e alienação a qualquer título de bem imóveis e outros bens patrimoniais, de rendimento ou de reconhecido valor histórico ou cultural;
- Deliberar sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívida e sobre a sua admissão à negociação em mercado regulamentado;
- Aprovar os regulamentos, e respetivas alterações, que rejam a sua própria atividade e a da Assembleia Geral, sem prejuízo da sua homologação por esta última.

Ao **Conselho de Administração** compete, nos termos da lei e dos estatutos, os mais amplos poderes de gestão e de representação. Nos termos dos novos estatutos, o Conselho de Administração pode ser composto por um presidente e por, no máximo, seis vogais, dos quais dois não executivos.

O **Conselho Fiscal** é composto por um presidente e dois vogais e deve, em regra, integrar um revisor oficial de contas, salvo se a revisão de contas estiver confiada a uma sociedade de revisores oficiais de contas. Compete ao Conselho Fiscal exercer o controlo e fiscalização do MGAM nos termos e pelos meios definidos na lei.

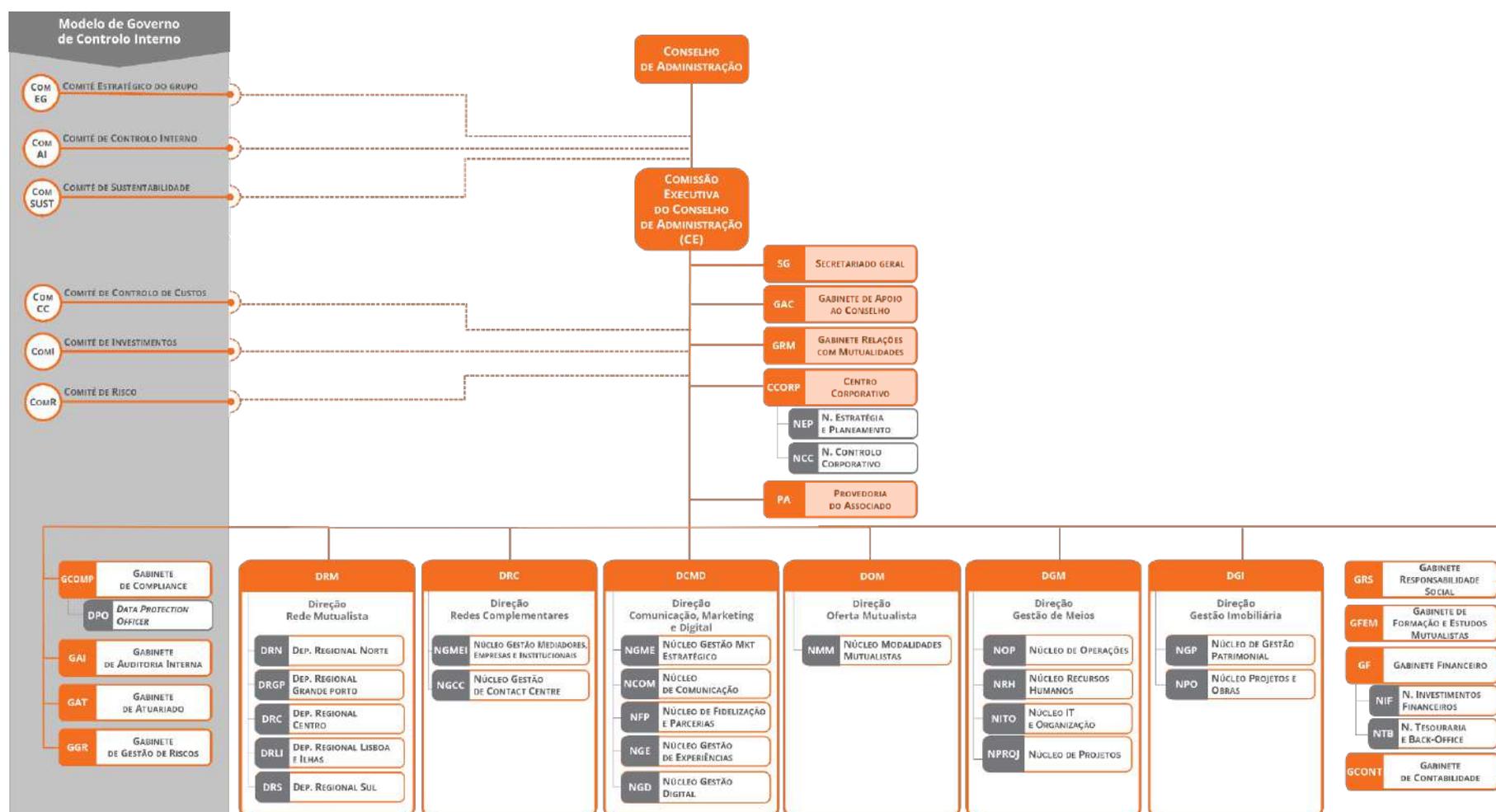
Atualmente a revisão oficial de contas está a cargo da *PricewaterhouseCoopers & Associados* – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia.

Durante o ano de 2023, realizaram-se diversos ajustamentos na estrutura organizacional do MGAM, com o intuito de conseguir uma maior e melhor adequação funcional e operacional, por forma a proporcionar a melhor resposta aos Associados e, em simultâneo, dar resposta aos requisitos regulamentares e reforçar os processos do sistema de controlo interno.

Ao nível do suporte à gestão, importa referir a atividade dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração: Comité de Controlo de Custos, Comité de Investimentos, Comité de Risco e Comité de Controlo Interno. Adicionalmente, com abrangência de análise e de ação ao nível do Grupo Montepio, releva-se o Comité Estratégico do Grupo e o Comité de Sustentabilidade.

A estrutura organizacional do MGAM, para além dos seus órgãos sociais, era em 2023, composta pelas unidades orgânicas que se apresentam no organograma abaixo.

Estrutura Organizacional



Função de Gestão de Riscos

A Função de Gestão de Riscos assenta num Sistema de Gestão de Riscos composto por estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem, de forma constante, identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos (individual e globalmente) a que a Associação está, ou pode vir a estar exposta, e as respetivas interdependências.

O Sistema de Gestão de Riscos permite, com base na Taxonomia de Riscos da Instituição, identificar os principais riscos que afetam materialmente os objetivos estratégicos definidos no Programa de Ação, catalogando-os de acordo com as categorias e subcategorias respetivas, assim como a definição de ações de mitigação desses riscos, definição do Perfil de Risco e do Apetite ao Risco, do apoio no processo de tomada de decisão e da criação de uma cultura organizacional consciente do importante papel que a gestão do risco desempenha no MGAM.

A contínua implementação do referido sistema envolve o desenvolvimento e atualização de políticas de gestão de riscos e dos processos que permitem melhorar a sua identificação, quantificação, controlo e mitigação.

Nesta função destaca-se o Comité de Risco, cuja função essencial é de assessorar o Conselho de Administração na análise do apetite ao risco e das estratégias de risco gerais, atuais e futuras, bem como das políticas relativas à assunção, gestão, controlo, cobertura e fatores de redução de risco, genéricas, atuais e futuras da Instituição.

Durante o ano de 2023, destaca-se a atualização da Taxonomia de Riscos materiais para a atividade do MGAM, refletindo a evolução da conjuntura macroeconómica no impacto previsto para os diversos riscos, assim como a inclusão do Risco de Sustentabilidade na lista de riscos materiais para a instituição. Na sequência deste último desenvolvimento foram introduzidos critérios *ESG (Environmental, Social, and corporate Governance)* no conjunto de fatores de decisão relevantes para a Política de Investimento em ativos financeiros.

Função de Compliance

A função de *Compliance* está inserida na estrutura organizacional do MGAM, sendo parte integrante do sistema de controlo interno, atua como segunda linha de defesa, desempenhando as atividades de controlo do cumprimento do normativo, efetuando o aconselhamento às diversas áreas da Instituição e ao Conselho de Administração em temas específicos da sua área de trabalho.

Tem como atribuições:

- Garantir o alinhamento dos processos e da conduta com os requisitos legais, regulamentares, estatutários e com os normativos internos;
- Zelar pelo cumprimento do normativo, nomeadamente do código de conduta da Instituição, assegurando a existência de uma cultura ética, de transparência, solidária, profissional e responsável, princípios fundamentais do mutualismo;

- Promover o cumprimento do quadro normativo em matérias de: (i) prevenção ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (PBCFT); e (ii) prevenção da corrupção e infrações conexas (PCIC);
- Diligenciar a elaboração, aprovação e monitorização de políticas referentes à gestão de conflitos de interesses, políticas de transações com partes relacionadas e outras políticas associadas à conduta;
- Colaborar no processo de formação das pessoas da Instituição, através da realização de ações sobre temas da sua competência, designadamente, no que se refere ao código de conduta e a temáticas de PBCFT e de PCIC;

A função de *Compliance* é independente das outras unidades orgânicas, com autoridade e estatuto próprio, encontrando-se dotada de Recursos Humanos próprios, unicamente afetos ao exercício da função.

Função Atuarial

Com grande tradição no MGAM, a função atuarial apresenta como principais competências as abaixo indicadas, relevando-se a sua importância no processo de adaptação da Instituição ao regime de Solvência II (salvaguardada a especificidade do MGAM):

- Monitorizar o cálculo das Reservas Matemáticas dos produtos atuariais;
- Colaborar no desenvolvimento de novos produtos ao nível do cálculo atuarial;
- Realizar as tarefas técnicas no âmbito da gestão atuarial dos produtos atuariais;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, nomeadamente, no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo.

Durante o ano, a função atuarial deu continuidade à implementação de um sistema de cálculo das provisões técnicas, de acordo com os requisitos aplicáveis no âmbito do regime de Solvência II. Contudo, foram priorizados os trabalhos decorrentes da revisão do Regulamento de Benefícios do MGAM, tendo os mesmos sido alargados à Revisão do Regulamento das Rendas Vitalícias e Temporárias.

Função Auditoria Interna

A função de auditoria interna é independente das funções operacionais e apoia o MGAM na sua missão de gerir com rigor, transparência e profissionalismo, os fundos constituídos pelas quotas e contribuições dos seus Associados, através de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de governação, de gestão de riscos e de controlo interno.

Transposta para normas regulamentares e políticas de atuação, das quais se destacam a Carta de Auditoria Interna, o Código de Ética da Função de Auditoria Interna, o Manual de Auditoria Interna e o Plano Anual de Auditoria Interna, a atividade do Gabinete de Auditoria

Interna (GAI) é desenvolvida na prossecução do Plano Anual de Auditoria Interna e visa aferir a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos outros elementos do sistema de governação.

A atividade da função visa proporcionar uma avaliação objetiva e independente da eficácia dos processos de gestão do risco, de controlo e de governação, assim como desenvolver um conjunto de iniciativas, numa ótica de consultoria, focadas na melhoria contínua dos processos e procedimentos.

A atividade do GAI é desenhada de forma a acrescentar valor e contribuir para a melhoria das operações do MGAM e do Grupo Montepio.

O modelo de organização estabelecido é baseado nas três linhas de defesa, modelo que atribui funções e tarefas na organização de uma forma que distingue três grupos (ou linhas) que participam numa gestão de risco eficaz:

Primeira Linha de Defesa	Áreas de atividade e de apoio à atividade
Segunda Linha de Defesa	Funções: Gestão de Riscos, <i>Compliance</i> e Atuariado
Terceira Linha de Defesa	Função Auditoria Interna

9.2 Política de Investimento e Gestão de Riscos

Política de Investimento

A política de investimento do MGAM estabelece os princípios orientadores, limites, competências e procedimentos inerentes à função de gestão de risco. Assim, a gestão de riscos tem como objetivo constituir uma carteira de investimento com a finalidade de proporcionar rendimento de forma a cobrir as responsabilidades do MGAM, devendo ser feita uma seleção criteriosa das aplicações a realizar, analisando os diversos riscos Associados.

Em termos de enquadramento regulamentar, a política de investimento tem por base o disposto na legislação aplicável ao MGAM e outra que, não sendo diretamente aplicável, se encontra relacionada com o novo regime de supervisão financeira:

- Código das Associações Mutualistas (CAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto;
- Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
- Regime Prudencial dos Fundos de Pensões – Política de Investimento e Composição e Avaliação dos Ativos, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, emitida pelo ISP (atualmente ASF);

- Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II).

Relativamente aos ativos financeiros, para além das características da atividade e das finalidades mutualistas, a política de investimentos é ajustada em função das perspetivas macroeconómicas e comportamento dos mercados financeiros, mantendo-se um perfil conservador, procurando minimizar os riscos e assegurar o cumprimento dos compromissos para com os seus Associados.

A seleção dos ativos financeiros tem por base a informação financeira disponível dos emitentes, como os relatórios e contas e as publicações de *research* de bancos de investimento. Tipicamente, as aplicações orientaram-se para os ativos líquidos de rendimento fixo, de emitentes soberanos ou *corporate*, e com *rating* de, pelo menos, uma das quatro principais agências de *rating*.

Tendo em consideração as diversas fontes de risco de mercado, o MGAM definiu limites à negociação por tipo de exposição e limites de perdas nas diversas carteiras de ativos financeiros, nomeadamente: limites de exposição cambial, limites de *loss trigger* e *stop loss*, limite de *value-at-risk*, limites por tipo de instrumento financeiro, limite por contraparte, limite por país, limites por *rating* e limites *ESG*.

De salientar que se estabelece um limite máximo para o *value-at-risk* relativo aos ativos financeiros em carteira, que representa a perda financeira possível nesses ativos durante um determinado horizonte de tempo, com um determinado nível de confiança estatístico.

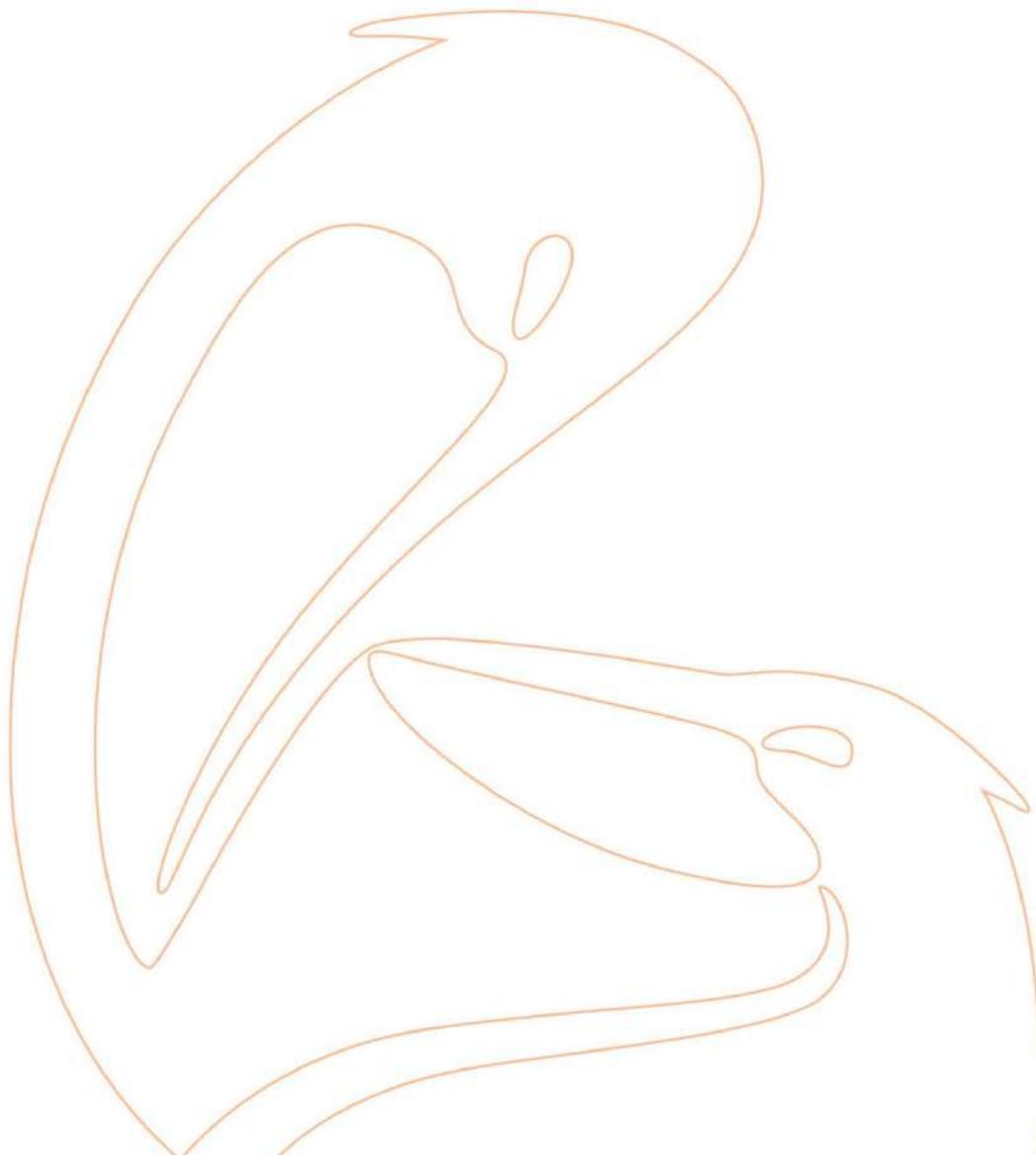
Já os limites *ESG* indicam o valor máximo de exposição para o conjunto de posições com uma determinada classificação de Risco de Sustentabilidade. Para este efeito, são utilizadas classificações atribuídas por entidade externa à emissão e ao emitente. Para efeitos deste limite, incluem-se apenas os títulos de dívida.

A Política de Investimento e a adequação da estratégia de investimentos é apreciada regulamente nas reuniões do Comité de Investimentos, que apoia e aconselha o Conselho de Administração nesta matéria.

No que se refere aos ativos imobiliários, mantém-se a política seguida, que tem como objetivo, por um lado, cumprir a missão estratégica no que se refere à natureza dos imóveis, como é o caso dos investimentos nos equipamentos residenciais, arrendados às empresas Residências Montepio - Serviços de Saúde e Montepio Residências para Estudantes, e, por outro, resolver os problemas habitacionais dos Associados.

10

Balanço e Resultados



Balanço e Resultados

10.1. Evolução e Composição do Ativo

O valor do ativo líquido da Associação totalizava 3 912,1 milhões de euros no final de 2023, a que corresponde uma variação de +4,1%, face ao final de 2022.

(milhares de euros)

Composição e Evolução do Ativo	2023		2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e Disponibilidades e Aplicações em IC's	129 846	3,3%	102 656	2,7%	27 190	26,5
Carteira de títulos	594 779	15,2%	563 547	15,0%	31 232	5,5
Investimento no Banco Montepio	1 559 682	39,9%	1 500 148	39,9%	59 534	4,0
Investimento noutras empresas do Grupo	256 273	6,6%	249 100	6,6%	7 173	2,9
Propriedades de investimento	417 966	10,7%	395 142	10,5%	22 824	5,8
Empréstimos a associados	2 021	0,1%	1 979	0,1%	42	2,2
Ativos tangíveis e intangíveis	24 965	0,6%	24 534	0,7%	431	1,8
Ativos por impostos correntes	11 433	0,3%	5 286	0,1%	6 147	>100
Ativos por impostos diferidos	909 654	23,3%	912 737	24,3%	-3 083	-0,3
Outros ativos	5 456	0,1%	1 585	0,0%	3 871	>100
Ativo Líquido	3 912 075	100,0%	3 756 714	100,0%	155 361	4,1

Da evolução das principais componentes do ativo, importa salientar o aumento do valor do investimento no Banco Montepio e noutras empresas do Grupo, por via de reversão de imparidades constituídas, e os crescimentos da caixa e disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, das propriedades de investimento e da carteira de títulos.

Não obstante o crescimento do ativo, o aumento da carteira de títulos, deduzida daqueles cujos emitentes pertencem ao Grupo, traduziu-se numa melhoria do rácio de liquidez, que passou de 11,1%, no final de 2022, para 11,3%, no final de 2023.

Apresenta-se, de seguida, a evolução verificada em cada uma destas classes de ativos, ao longo do ano de 2023.

Caixa e Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito

A caixa e disponibilidades e aplicações em instituições de crédito registaram um acréscimo, no montante de +27,2 milhões de euros, totalizando, em 31 de dezembro de 2023, 129,8 milhões de euros (102,7 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2022), a que corresponde um aumento de +26,5%. A evolução desta rubrica resulta do efeito conjugado do aumento da caixa e disponibilidades em instituições de crédito, em +56,5 milhões de euros, com o da diminuição das aplicações em instituições de crédito, em -29,3 milhões de euros, face a 2022.

(milhares de euros)

Evolução da Caixa e das Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Caixa e Disponibilidades em Instituições de Crédito	98 618	42 124	56 494	>100
Aplicações em Instituições de Crédito	31 228	60 532	-29 304	-48,4
Total	129 846	102 656	27 190	26,5

A redução das aplicações enquadra-se na estratégia de aplicação da liquidez em ativos de maior rendimento, num contexto de subida de taxas de juro.

Carteira de Títulos

Em 2023, o MGAM procedeu à adoção da IFRS9 – Instrumentos financeiros, substituindo a IAS 39 – Instrumentos financeiros, que aplicou até 31 de dezembro de 2022. Decorrente da alteração contabilística referida, no momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros do MGAM passaram a ser classificados nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou (iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

(milhares de euros)

Evolução e Composição da Carteira de Títulos	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	584 849	n.a.		
Obrigações de dívida pública e bilhetes do tesouro	162 347	n.a.		
Obrigações diversas	417 496	n.a.		
Papel comercial	5 005	n.a.		
Ativos financeiros disponíveis para venda	n.a.	554 275		
Obrigações de dívida pública e bilhetes do tesouro	n.a.	147 151		
Obrigações diversas	n.a.	378 560		
Papel comercial	n.a.	21 550		
Ações	n.a.	881		
Fundos de investimento	n.a.	6 133		
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	15 909	n.a.		
Obrigações de dívida pública e bilhetes do tesouro	2 677	n.a.		
Obrigações diversas	7 703	n.a.		
Ações	506	n.a.		
Fundos de Investimento	5 023	n.a.		
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	n.a.	556		
Fundos de Investimento	n.a.	556		
Ativos financeiros detidos para negociação	n.a.	12 889		
Obrigações de dívida pública e bilhetes do tesouro	n.a.	12 510		
Ações	n.a.	379		
Subtotal (valor bruto)	600 758	567 719	33 039	5,8
Imparidade	5 979	4 173	1 806	43,3
Total (Líquido)	594 779	563 547	31 232	5,5

(n.a.: não aplicável)

A carteira de títulos, em 31 de dezembro de 2023, ascendia a um montante bruto de 600,8 milhões de euros, que compara com 567,7 milhões de euros registados no final de 2022. Para esta evolução do saldo bruto da carteira, contribuíram os incrementos dos saldos de obrigações de dívida pública e bilhetes do tesouro, no montante de +5,4 milhões de euros, e de obrigações diversas, no montante de +46,6 milhões de euros, e os decréscimos dos saldos de papel comercial, no montante de -16,5 milhões de euros, e de ações e fundos de investimento, no montante de -2,4 milhões de euros.

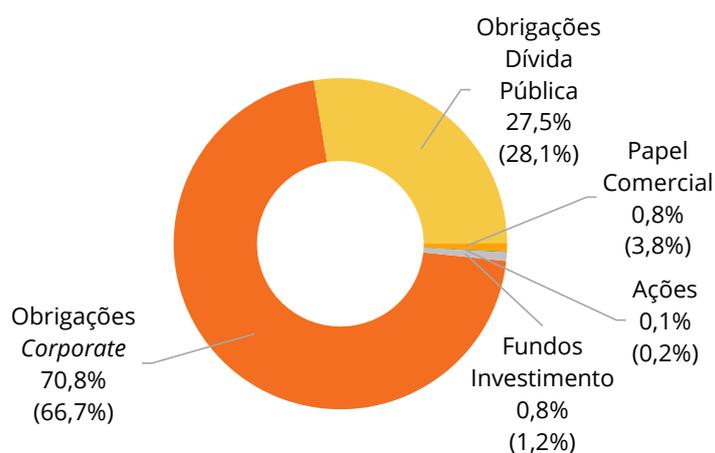
Esta evolução reflete uma variação líquida homóloga de +5,5% (+31,2 milhões de euros).

Os títulos em carteira, no final de 2023, encontravam-se, na sua quase globalidade, alocados à carteira outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, com 584,8 milhões de euros, enquanto a carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentava um saldo pouco expressivo no total da carteira, de 15,9 milhões de euros.

Em resultado da adoção da IFRS9, que estabelece regras diferentes para a contabilização dos instrumentos financeiros, sobretudo no que respeita aos requisitos de imparidade, como se explicita no ponto 1.2 Políticas contabilísticas do capítulo 13 Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, o montante acumulado de imparidade da carteira de títulos aumentou, de 4,2 milhões de euros em 2022, para 6,0 milhões de euros em 2023, representando um acréscimo de 1,8 milhões de euros.

As opções de investimento continuam a ter como principal racional, o perfil de responsabilidades das modalidades e os níveis de liquidez necessários para salvaguardar o pagamento dos benefícios a cada subscritor de modalidades mutualistas, nas respetivas datas de vencimento.

Estrutura da Tipologia da Carteira de Títulos



(dados 2022)

Na evolução da tipologia da carteira de títulos, destaca-se o reforço da posição em obrigações *corporate* para 70,8% (66,7% em 2022) no sentido de aumentar a rendibilidade da carteira global em função das *yields* de dívida *corporate*, acautelando o risco, e a manutenção de um peso, de cerca de 28%, das obrigações de dívida pública no total da carteira.

O peso das aplicações em papel comercial de curto prazo, no total da carteira, observou uma redução face ao ano anterior, passando de 3,8%, em 2022, para 0,8%, em 2023.

A exposição a fundos de investimento e ações registou um decréscimo e continua pouco significativa, considerando o valor total aplicado em títulos, situando-se o peso dos fundos de investimento, em 2023 e 2022, em 0,8% e 1,2%, respetivamente, e o peso das ações, em 0,1% e 0,2%, nos referidos períodos.

Esta evolução reflete a aplicação da política de investimento delineada pelo MGAM, a qual é acompanhada continuamente em sede de Comité de Investimentos.

Investimento na Caixa Económica Montepio Geral / Banco Montepio

Em 2023, o valor da participação do Montepio Geral Associação Mutualista no capital social do Banco Montepio totalizava 1 559,7 milhões de euros, representando 39,9% do ativo líquido, correspondente a um valor bruto de investimento de 2 375,6 milhões de euros e a uma imparidade contabilizada e registada, de 815,9 milhões de euros, que compara com 875,5 milhões de euros verificados em 2022.

O decréscimo da imparidade registado em 2023, no montante de 59,5 milhões de euros, resulta da avaliação efetuada a esta subsidiária, de acordo com as metodologias previstas nas normas e na política contabilística e adotando uma abordagem conservadora face ao contexto de mercado e ao quadro de incerteza atual, como se explicita na nota 24 do capítulo 13 Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

O capital social do Banco Montepio incorpora 169 420 ações (0,007%) que se encontram na posse de diversas entidades do Setor Social, simbolizando o vínculo de ligação e de representação do Banco Montepio como banco da Economia Social em Portugal, ao serviço das finalidades mutualistas e sociais.

Investimento em Outras Empresas do Grupo

A carteira de outras participações financeiras finalizou o ano de 2023 com um valor líquido de 256,3 milhões de euros, mantendo a representação de 6,6% do ativo líquido, comparativamente 2022.

O montante global da carteira compreende um valor bruto de 420,3 milhões de euros deduzido da imparidade, acumulada e registada, de 164,0 milhões de euros, que compara com 171,2 milhões de euros verificados em 2022.

A redução da imparidade, em -7,2 milhões de euros, incorpora a reversão de imparidade verificada nas participadas Lusitania Companhia de Seguros, S.A., em 5,3 M€, e Futuro, SGFP, S.A., em 1,9 M€, em resultado das avaliações efetuadas a estas entidades, de acordo com as metodologias previstas nas normas e na política contabilística e adotando uma abordagem conservadora face ao contexto de mercado e ao quadro de incerteza atual, como se explicita na nota 24 do capítulo 13 Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

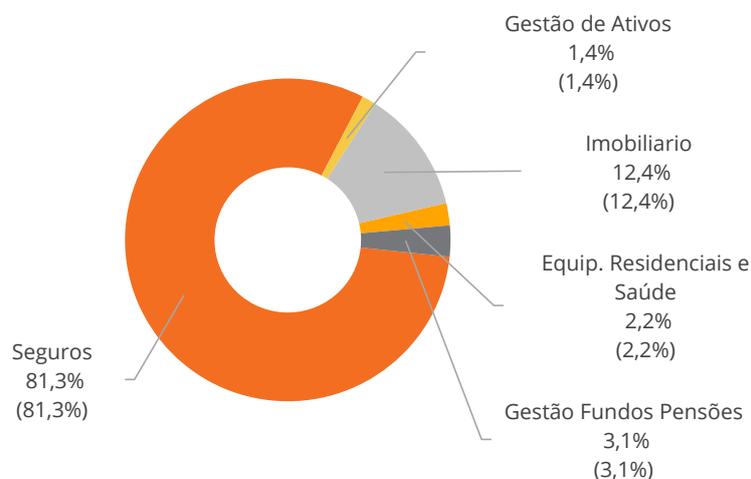
(milhares de euros)

Evolução da Carteira de Outras Participações Financeiras	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Investimentos em subsidiárias	313 671	198 721	114 950	57,8
Lusitania Companhia de seguros	168 007	53 057	114 949	>100
Lusitania Vida	101 043	101 043	0	0,0
Futuro	13 079	13 079	0	0,0
Bolsimo	15 119	15 119	0	0,0
Montepio Gestão de Activos Imobiliários (ACE)	1 592	1 592	0	0,0
Residências Montepio	8 794	8 795	-1	0,0
Montepio Gestão de Activos	5 065	5 064	1	0,0
Residências para Estudantes	498	498	0	0,0
Moçambique Companhia de Seguros	474	474	0	0,0
Investimentos em associadas	915	915	0	0,0
NovaCâmbios	527	527	0	0,0
Silvip	308	308	0	0,0
Bem Comum, SCR	80	80	0	0,0
Subtotal 1	314 586	199 636	114 950	57,6
Prestações suplementares/acessórias	105 711	220 661	-114 949	-52,1
Bolsimo	35 000	35 000	0	0,0
Lusitania Companhia de seguros	70 711	185 661	-114 949	-61,9
Subtotal 2	105 711	220 661	-114 949	-52,1
Total (subtotal 1+ subtotal 2)	420 297	420 297	0	0,0
Imparidades	164 025	171 197	-7 173	-4,2
Lusitania Companhia de seguros	158 014	163 285	-5 271	-3,2
Futuro	6 011	7 912	-1 902	-24,0
Total Líquido	256 273	249 100	7 173	2,9

Em 2023, merece também relevo a redução de 114,9 milhões de euros de prestações acessórias por incorporação em capital investido na Lusitania Companhia de Seguros, S.A., no âmbito da operação destinada à cobertura dos respetivos resultados transitados negativos, conforme referido no capítulo 5 deste relatório.

O efeito conjugado destes fatores contribuiu para a variação líquida da carteira de outras participações em 7,2 milhões de euros.

Exposição Setorial das Outras Participações Financeiras



(dados 2022)

Os movimentos observados na carteira de outras participações não tiveram impacto na representação dos diversos segmentos, tendo os mesmos mantido a respetiva exposição verificada em 2022.

Propriedades de Investimento

A carteira de propriedades de investimento evoluiu de 395,1 milhões de euros, em 2022, para 418,0 milhões de euros, em 2023, traduzindo um crescimento de 5,8%.

Para este acréscimo, de 22,8 milhões de euros, contribuiu a valorização da carteira (justo valor) que ascendeu a 19,4 milhões de euros.

O rendimento líquido da carteira de imóveis e os ganhos de justo valor, em 2023, ascenderam a 34,1 milhões de euros, que comparam com 24,7 milhões de euros, em 2022.

Empréstimos a Associados

Em 2023, foram registados 275 novos contratos de empréstimos a Associados, representando um decréscimo de -6 novos contratos face a 2022. Apesar da redução em número, verificou-se um acréscimo de +185 milhares de euros no montante dos novos contratos, os quais atingiram 1 488 milhares de euros em 2023, face a 1 303 milhares de euros em 2022.

O número de novos contratos repartiu-se, de uma forma similar, entre empréstimos sobre reservas matemáticas (130 novos contratos) e sobre capitais reembolsáveis das modalidades de capitalização (145 novos contratos).

Empréstimos a Associados	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Número de contratos novos (#)	275	281	-6	-2,1
Sobre reservas matemáticas ⁽¹⁾	130	149	-19	-12,8
Sobre capitais	145	132	13	9,8
Montante de contratos novos (m€)	1 488	1 303	185	14,2
Sobre reservas matemáticas	589	519	70	13,5
Sobre capitais	899	784	115	14,7
Montante médio por contrato (m€)	5,4	4,6	0,8	17,4
Sobre reservas matemáticas	4,5	3,5	1,0	28,6
Sobre capitais	6,2	5,9	0,3	5,1
Posição no final do ano (m€)	2 021	1 979	42	2,1
Sobre reservas matemáticas	742	740	2	0,3
Juros corridos	1	1	0	0,0
Sobre capitais	1 276	1 236	40	3,2
Juros corridos	2	2	0	0,0

⁽¹⁾ Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis

Os empréstimos sobre capitais mantiveram a maior representatividade no montante total dos novos contratos, atingindo 60,4% e o montante médio por contrato novo observou um crescimento, passando de 4,6 milhares de euros, em 2022, para 5,4 milhares de euros, em 2023. No final de 2023, o total dos empréstimos a Associados ascendia a 2 021 milhares de euros, representando um ligeiro acréscimo de cerca de 42 milhares de euros (+2,1%) face ao observado no final do ano anterior.

Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis atingiram um montante de 25,0 milhões de euros que compara com um montante de 24,5 milhões de euros registados em 2022 (+1,8%), dos quais 24,9 milhões de euros relativos a ativos tangíveis e 94 milhares de euros referentes a ativos intangíveis.

Ativos por Impostos Diferidos

A Associação deixou, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, de beneficiar da isenção de IRC que lhe era aplicável, passando, a partir dessa data, a registar e a pagar impostos sobre o rendimento.

Neste contexto, importa referir que os impostos diferidos derivam, essencialmente, da não dedução fiscal das provisões técnicas para encargos com modalidades associativas. No entanto, os encargos que resultem dos eventos a que as provisões se destinavam são dedutíveis, para efeitos fiscais, quando venham a ser incorridos, resultando uma diferença temporária passível de registo de impostos diferidos ativos.

Assim, em 2023, os ativos por impostos diferidos, no montante de 909,7 milhões de euros (saldo líquido entre ativos e passivos por impostos diferidos), apresentaram, face a 2022, um decréscimo de -3,1 milhões de euros (-0,3%), incorporando o aumento dos passivos por impostos diferidos associados às propriedades de investimento e amortizações, no valor de 3,1 milhões de euros, e o acréscimo dos ativos por impostos diferidos relativos às provisões técnicas constituídas, no valor de +7,4 milhões de euros.

A evolução dos ativos por impostos diferidos sobre provisões técnicas encontra-se detalhada, na nota 28 do capítulo 13, dedicada aos impostos correntes e diferidos.

10.2. Evolução do Passivo e Capital Próprio

Passivo

O valor do passivo, no final de 2023, situou-se em 3 423,8 milhões de euros, apresentando um acréscimo, de +32,9 milhões de euros, em relação ao final de 2022 (+1,0%).

Como o MGAM não recorre a financiamento de terceiros, o seu passivo refere-se, exclusivamente, às provisões técnicas constituídas para as responsabilidades com as modalidades subscritas pelos Associados, as quais motivaram o referido acréscimo.

(milhares de euros)

Evolução do Passivo	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Provisões	3 392 641	3 363 401	29 240	0,9
Outras provisões	729	247	482	>100
Provisões técnicas	3 391 912	3 363 154	28 757	0,9
Outros passivos	31 161	27 515	3 646	13,3
Total	3 423 802	3 390 916	32 886	1,0

Para a variação das provisões técnicas, concorreu a emissão e colocação de 27 séries da modalidade Montepio Capital Certo, que se traduziram num montante de capitais recebidos de 652,8 milhões de euros e que compensaram, amplamente, os reembolsos de capitais ocorridos, e a dedução do provisionamento, em -9,9 milhões de euros, na sequência do resultado do teste anual de adequação das responsabilidades.

A análise detalhada da evolução e composição das provisões técnicas, estatutárias e atuariais, encontra-se detalhada no Relatório Atuarial, que se apresenta no capítulo 16.1 da informação complementar.

O MGAM não tem responsabilidades por empréstimos pelo que, a rubrica "Outros Passivos", no montante de 31,2 milhões de euros, é composta, entre outros, por benefícios vencidos a pagar aos Associados (6,6 milhões de euros), acréscimos de gastos (6,4 milhões de euros), montantes a pagar a fornecedores (6,3 milhões de euros) e passivos de locação (2,3 milhões de euros).

Capital Próprio

O capital próprio, constituído pelos fundos próprios, excedentes técnicos, reservas de justo valor, reserva geral, outras reservas e resultados transitados e resultado líquido do exercício, ascendeu a 488,3 milhões de euros, no final de 2023, o que traduz um acréscimo de +33,5%, face ao ano anterior (365,8 milhões de euros).

A evolução do capital próprio teve os contributos positivos do resultado do exercício, que se situou em 112,0 milhões de euros, e da variação das reservas de justo valor líquidas de impostos, em +27,6 milhões de euros, em função do desempenho positivo dos mercados financeiros, montante esse que incorpora -7,6 milhões de euros relativos ao impacto da adoção da IFRS 9, e o impacto negativo da variação das outras reservas e resultados transitados, em -10,1 milhões de euros, incorporando o impacto da atribuição de rendimento complementar às modalidades de capitalização, no montante de 8,9 milhões de euros.

Das restantes rubricas de Capital Próprio verificou-se um acréscimo dos fundos próprios em +3,1 milhões de euros e dos excedentes técnicos, em +48,4 milhões de euros, por incorporação do resultado líquido do exercício de 2022.

(milhares de euros)

Evolução do Capital Próprio	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Fundos próprios	109 646	106 579	3 067	2,9
Fundo de administração	625	565	60	10,7
Fundo solidariedade associativa	39 245	37 262	1 983	5,3
Fundo para bolsas de estudo	875	874	1	0,1
Fundo montepio proteção encargos	68 671	67 648	1 023	1,5
Fundo serv.clínicos-montepio egitaniense	230	230	0	0,1
Excedentes técnicos	119 085	70 644	48 441	68,6
Reservas	147 571	138 341	9 230	6,7
Reservas de justo valor líquidas de impostos	-18 151	-45 729	27 578	60,3
Reserva geral	167 365	175 109	-7 744	-4,4
Outras reservas e resultados transitados	-4 204	5 883	-10 087	<-100
Outras variações no capital próprio	2 561	3 078	-517	-16,8
Resultados líquidos	111 971	50 234	61 737	>100
Total	488 273	365 798	122 475	33,5

Conforme já indicado, no ponto anterior, a gestão e o controlo da liquidez é realizada numa base diária, efetuando análises de cenários, com a finalidade de avaliar o impacto dos mesmos na liquidez e na rentabilidade da Instituição. Assim, no final de 2023, observou-se uma melhoria do rácio de cobertura das responsabilidades por ativos líquidos, atingindo 21,4%, face a 19,8% observados no final de 2022.

10.3. Proveitos e Custos Inerentes a Associados

Proveitos Inerentes a Associados

O montante dos proveitos inerentes a Associados, que representam a generalidade de receitas do MGAM com a atividade diretamente relacionada com os Associados, incluindo as quotizações e capitais aplicados nas modalidades mutualistas, ascendeu a 869,5 milhões de euros, no final de 2023, representando um crescimento de +2,5% (+21,0 milhões de euros), face a 2022.

A variação supramencionada resulta de um crescimento dos valores captados das modalidades de capitalização, destacando-se a modalidade Montepio Capital Certo, com a emissão e subscrição de 27 séries, no total de 652,8 milhões de euros (+64,4 milhões de euros face a 2022). As restantes modalidades de capitalização atingiram um montante dos valores captados de 129,7 milhões de euros, face a 146,8 milhões de euros registados em 2022.

Em 2023, as modalidades atuariais atingiram um nível de captação de poupanças de 71,2 milhões de euros, que compara com 100,0 milhões de euros registados em 2022, enquanto o montante total de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias e temporárias totalizou 121 milhares de euros, face aos 422 milhares de euros de 2022.

(milhares de euros)

Evolução dos Proveitos Inerentes a Associados	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Benefícios de solidariedade associativa	11 870	11 740	130	1,1
Modalidades individuais	853 767	835 194	18 573	2,2
Montepio poupança complementar	122 703	138 476	-15 773	-11,4
Montepio poupança de reforma	7 005	8 293	-1 288	-15,5
Montepio capital certo	652 837	588 404	64 433	11,0
Modalidades atuariais, das quais:	71 222	100 021	-28 799	-28,8
Montepio proteção 5 em 5	41 897	67 922	-26 025	-38,3
Montepio proteção encargos	23 052	23 688	-636	-2,7
Montepio proteção 18-30	4 445	6 362	-1 917	-30,1
Montepio pensões de reforma	788	980	-192	-19,6
Outras modalidades atuariais	1 042	1 069	-27	-2,5
Modalidades coletivas	121	173	-52	-30,2
Outros proveitos inerentes a associados	3 728	1 422	2 306	>100
Jóias	316	317	-1	-0,2
Rendas vitalícias e temporárias	121	422	-301	-71,3
Outros	3 291	683	2 608	>100
Total	869 486	848 529	20 957	2,5

É de relevar que, tal como no ano anterior, os montantes de subscrições mais que compensaram os valores de reembolsos realizados durante o ano.

Custos Inerentes a Associados

Os custos inerentes a Associados, que representam a totalidade de custos do MGAM com a atividade diretamente relacionada com os Associados, incluindo os custos Associados a benefícios vencidos e reembolsos, atingiram o montante de 857,0 milhões de euros em 2023, que compara com 762,7 milhões de euros verificados em 2022.

(milhares de euros)

Evolução dos Custos Inerentes a Associados	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Pensões - modalidades associativas	11 613	11 782	-169	-1,4
Valores subscritos	7 782	7 845	-63	-0,8
Subvenções e melhorias	3 830	3 937	-107	-2,7
Capitais e subsídios	58 637	74 630	-15 993	-21,4
Valores subscritos	58 083	74 153	-16 070	-21,7
Subvenções e melhorias	554	477	77	16,1
Vencimentos e reembolsos	762 810	658 727	104 083	15,8
Rendas vitalícias e temporárias	1 556	1 609	-53	-3,3
Outros custos	22 415	15 942	6 473	40,6
Total	857 030	762 690	94 340	12,4

O aumento dos custos inerentes a Associados deveu-se, essencialmente, à componente de reembolsos e vencimentos das modalidades de capitalização, com um acréscimo de +104,1 milhões de euros, face a 2022, atingindo 762,8 milhões de euros. Esta evolução deveu-se, essencialmente, à modalidade Montepio Capital Certo, cujos vencimentos e reembolsos foram de 582,3 milhões de euros, em 2023, que comparam com 528,6 milhões de euros verificados em 2022, considerando o número total de 21 séries vencidas em 2023.

Os capitais pagos, em 2023, sob a forma de rendas totalizaram 1,6 milhões euros, valor ligeiramente inferior, em -53 milhares de euros, ao registado em 2022.

10.4. Resultados

Em 2023, o resultado líquido ascendeu a 112,0 milhões de euros, que compara com 50,2 milhões de euros alcançado no final de 2022. Para o nível de resultados de 2023 contribuiu a margem associativa, com 12,5 milhões de euros, o resultado de operações financeiras, de 42,7 milhões de euros (que inclui juros líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados de ativos financeiros líquidos de imparidade), outros resultados de exploração de 37,7 milhões de euros e a reversão de imparidades em ativos financeiros e participações, em 66,2 milhões de euros, aos quais se deduziram a variação das provisões técnicas em 19,8 milhões de euros, os gastos operacionais no valor de 26,5 milhões de euros e impostos, que atingiram 888 milhares de euros.

(milhares de euros)

Evolução da Demonstração de Resultados	2023	2022	Variação	
			Valor	%
Margem da atividade associativa	12 456	85 839	-73 383	-85,5
Proveitos inerentes a associados	869 486	848 529	20 957	2,5
Custos inerentes a associados	-857 030	-762 690	94 340	12,4
Variação das provisões técnicas	-19 785	-47 710	-27 925	-58,5
Juros líquidos	29 372	27 113	2 259	8,3
Rendimentos de instrumentos de capital	2 992	1 241	1 751	>100
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	1 910	528	1 382	>100
Resultados em ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	643	0	643	>100
Resultados de ativos financeiros disponíveis para	0	317	-317	-100,0
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	7 786	-772	-8 558	<-100
Gastos operacionais	-26 455	-26 991	-536	-2,0
Gastos com pessoal	-5 692	-5 828	-136	-2,3
Gastos gerais administrativos	-19 515	-19 876	-361	-1,8
Depreciações e amortizações do exercício	-1 249	-1 287	-38	-2,9
Outros resultados de exploração	37 699	23 787	13 912	58,5
Resultado operacional	46 618	63 352	-16 734	-26,4
Impar. e prov. líq. reposições, anulações e reversões	66 241	-7 957	-74 198	<-100
Resultado antes de imposto	112 859	55 395	57 464	>100
Impostos	-888	-5 161	-4 273	-82,8
Imposto corrente	-3 471	-14 493	-11 022	-76,0
Imposto diferido	2 583	9 332	6 749	-72,3
Resultado Líquido	111 971	50 234	61 737	>100

O valor da **margem associativa**, de 12,5 milhões de euros (85,8 milhões de euros em 2022), traduziu proveitos inerentes a Associados de 869,5 milhões de euros, superiores aos do ano anterior em +21,0 milhões de euros (+2,5%) e um montante de custos inerentes a Associados de -857,0 milhões de euros, representando uma variação de +12,4%, face a 2022.

A **variação das provisões técnicas** diminuiu -58,5% face a 2022 (-28,0 milhões de euros), incorporando a libertação de provisões matemáticas, no valor de -9,9 milhões de euros, na sequência do resultado do teste anual de adequação das responsabilidades.

Os **proveitos de juros líquidos**, essencialmente, provenientes das aplicações da carteira de títulos, atingiram 29,4 milhões de euros, com uma variação de +2,3 milhões de euros (+8,3%) face a 2022, traduzindo o crescimento da carteira de títulos. Para esta evolução contribuiu o rendimento do investimento em obrigações subordinadas, emitidas por empresas do Grupo, com taxas de remuneração acima das obtidas noutros tipos de ativos financeiros.

O **rendimento de instrumentos de capital**, maioritariamente relativo a rendimentos de subsidiárias e associadas, atingiu 3,0 milhões de euros face aos 1,2 milhões de euros registados em 2022, traduzindo um acréscimo de +1,8 milhões de euros.

Os **gastos operacionais**, que incluem os custos com pessoal, gastos gerais administrativos e as depreciações e amortizações do exercício, situaram-se em -26,5 milhões de euros, apresentando um decréscimo de -2,0%, face a 2022. A redução dos gastos foi transversal a

todas a suas componentes, tendo atingido -136 milhares de euros nos gastos com pessoal, -38 milhares de euros nas depreciações e amortizações e -361 milhares de euros nos gastos gerais administrativos, incluindo, neste último, um acréscimo de rendimento, no montante de +3,6 milhões de euros, referente ao valor a restituir pelo Banco Montepio relativo ao ganho líquido registado por este, nos exercícios de 2023 e 2022, com responsabilidades por complementos de pensões de reforma dos colaboradores cedidos, como se explicita na nota 14 do capítulo 13. Este decréscimo dos gastos operacionais permitiu uma melhoria da eficiência, avaliado pelo rácio entre os gastos operacionais e o ativo líquido médio, que se situou em 0,69%, face a 0,72% observado em 2022.

Os **outros resultados de exploração**, no montante de 37,7 milhões de euros, aumentaram +13,9 milhões de euros face a 2022, incorporando a valorização da carteira de imóveis, em +19,4 milhões de euros, que compara com +10,6 milhões de euros registados em 2022.

A rubrica **imparidade e provisões líquidas de reposições, anulações e reversões** registou uma reversão de imparidade de 66,2 milhões de euros (no exercício de 2022 registou um reforço de imparidade de 8,0 milhões de euros). Para esta evolução contribuíram as reversões de imparidade, nos montantes de 59,5 milhões de euros, referente à participação no capital do Banco Montepio, de 5,3 milhões de euros, referente à participação no capital da Lusitania Companhia de Seguros, S.A. e de 1,9 milhões de euros, referente à participação no capital da Futuro, SGFP, S.A., através das avaliações efetuadas às entidades, de acordo com as metodologias previstas nas normas e na política contabilística e adotando uma abordagem conservadora face ao contexto de mercado e ao quadro de incerteza atual, como se explicita na nota 24 do capítulo 13.

Os **impostos** tiveram um impacto negativo no resultado, em -888 milhares de euros, para o qual contribuiu o imposto corrente no montante de -3,5 milhões de euros e o registo de impostos diferidos ativos, no montante de 2,6 milhões de euros, essencialmente, relacionados com a variação das provisões técnicas ocorrida em 2023.

11

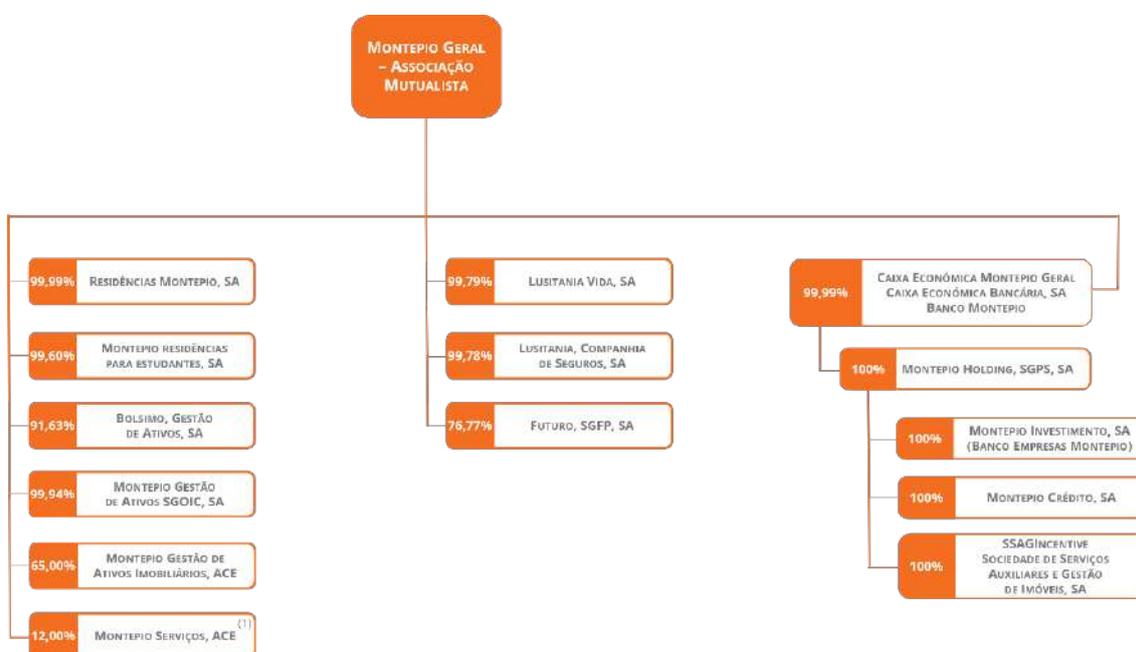
Principais Entidades do Grupo Montepio



Principais Entidades do Grupo Montepio

O grupo de entidades nas quais o MGAM detém a maioria do capital e o controlo da respetiva gestão, desempenhando um papel estratégico para a concretização da sua missão e finalidades, são as que se apresentam no organograma seguinte.

Organograma do Grupo Montepio



(1) A % de participação refere-se ao número de votos (12) que o MGAM detém no Montepio Serviços ACE em 31 de dezembro de 2023, atribuído com base no consumo de serviços.

Setor Bancário

Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.



A Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA, é a principal participada estratégica, tendo sido criada pelo MGAM em 1844, como caixa económica anexa. Após 171 anos como caixa anexa, a CEMG foi autonomizada, em 2015, por força do Decreto-Lei nº 190/2015, de 10 de setembro (novo regime jurídico das caixas económicas) e, em 2018, foi transformada em sociedade

anónima, adotando a denominação comercial de Banco Montepio. O MGAM é a entidade titular e detém, praticamente, a totalidade do capital e o controlo do Banco Montepio, com uma participação de 99,9930%, sendo os restantes 0,007% detidos por um conjunto de 37 entidades da Economia Social.

Por sua vez, o Banco Montepio detém um conjunto de entidades, nas quais participa, direta ou indiretamente, maioritariamente no capital e tem o controlo da respetiva gestão, consolidando, por isso, essas entidades nas suas contas, com destaque para a Montepio Holding que detém o Montepio Investimento, com a designação comercial de BEM - Banco de Empresas Montepio (em processo de venda, à data de 31 de dezembro de 2023), o Montepio Crédito e a SSAGINCENTIVE.

Tal como descrito na sua carta de missão, o Banco Montepio desempenha um papel estratégico fundamental no seio do Grupo Montepio, como entidade estratégica instrumental para a sua casa-mãe, designadamente, na colocação das modalidades mutualistas e da restante oferta de produtos e serviços das entidades do grupo, na criação de vias comuns para a obtenção de sinergias e na geração de valor em prol dos fins mutualistas.

Em 2023, o Banco Montepio deu continuidade à simplificação da estrutura societária, com a venda da participação no BEM e a integração, no Banco Montepio, de todos os ativos, passivos e operações, e com a conclusão do processo de venda do Finibanco Angola S.A..

Adicionalmente, foi efetivada a operação destinada à cobertura dos resultados transitados negativos do Banco Montepio, através da redução do respetivo capital social, de 2 420 000 000 euros, para 1 210 000 000 euros, tendo sido igualmente concluído, com sucesso, o Programa de Ajustamento Operacional, iniciado no último trimestre de 2020, com uma redução de 979 trabalhadores, em termos consolidados, desde o final de 2019, dos quais 703 no Banco Montepio, e um decréscimo de 122 balcões, dos quais 98 relativos à rede doméstica, promovendo, deste modo, a simplificação da estrutura organizacional.

Apresentamos, de seguida, um resumo dos principais indicadores financeiros do Banco (informação não auditada). Em 2023, o Banco Montepio atingiu um resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas positivo de 28,4 milhões de euros (não auditados), e de 144,5 milhões de euros relativos à atividade recorrente¹, representando, este último, a melhor rentabilidade alguma vez obtida pela instituição e traduzindo um aumento de 110,7 milhões de euros, face aos 33,8 milhões de euros registados no final de 2022.

A evolução favorável dos resultados foi determinada pelo aumento do produto bancário em 133,8 milhões de euros (36,2%), atingindo 503,9 milhões de euros no final de 2023, suportado no crescimento da margem financeira, em 156,6 milhões de euros (62,3%), e das comissões líquidas, em 6,5 milhões de euros (5,4%).

Os custos operacionais totalizaram 255,8 milhões de euros em 2023, evidenciando uma subida de 9,4 milhões de euros (3,8%) face a 2022, a qual incorpora um aumento dos gastos

¹ Excluindo o efeito da reclassificação da reserva cambial no valor de 116,1 M€, na sequência da desconsolidação do Finibanco Angola S.A. no 1º semestre de 2023, sem qualquer impacto na situação líquida ou nos rácios de capital.

gerais administrativos em 4,4 milhões de euros (7,4%), refletindo o efeito da inflação nos serviços contratados, e um acréscimo das depreciações e amortizações, em 3,9 milhões de euros (11,5%), traduzindo o esforço encetado na implementação da estratégia global de investimento em tecnologias de informação e de digitalização, visando a melhoria contínua na automação e reengenharia de processos. Os custos com pessoal aumentaram 1,1 milhões de euros (0,7%), incluindo a contabilização de 8,2 milhões de euros de encargos extraordinários no âmbito do programa de ajustamento, que se traduziu, em 2023, na redução de 423 trabalhadores, dos quais 210 referentes à atividade em Portugal.

Os níveis de eficiência do Banco Montepio evoluíram favoravelmente, tendo o rácio *Cost-to-Income* atingido 50,8%, face a 66,6% registados em 2022, em função do acréscimo do produto bancário largamente superior ao aumento verificado nos custos operacionais.

O resultado do exercício foi também influenciado: (i) pelo agregado das imparidades e provisões, que atingiu o valor líquido de 65,7 milhões de euros em 2023, representando um aumento de 21,3 milhões de euros (47,8%) face a 2022, para o que contribuiu o acréscimo da imparidade de crédito em 36,3 milhões de euros e a redução das outras imparidades e provisões em -15,0 milhões de euros, e (ii) pelo resultado de operações em descontinuação que tiveram uma variação de -89,5 milhões de euros, a qual inclui o efeito da reclassificação da reserva cambial no valor de 116,1 milhões de euros, na sequência da desconsolidação do Finibanco Angola S.A..

O total do ativo atingiu 17 989 milhões de euros no final de dezembro de 2023, comparando com os 19 106 milhões de euros registados no final de 2022, traduzindo a evolução verificada nas rubricas de caixa e disponibilidades em bancos centrais (-212 milhões de euros), crédito líquido a clientes (-260 milhões de euros), ativos não correntes detidos para venda - operações em descontinuação (-200 milhões de euros), neste caso relacionado com a venda do Finibanco Angola S.A., e outros ativos financeiros ao custo amortizado (-241 milhões de euros).

O crédito a clientes (bruto) totalizou 11 734 milhões de euros no final de 2023, com o crédito *performing* a registar uma diminuição de 82 milhões de euros face ao final do ano anterior, fixando-se em 11 354 milhões de euros, e o crédito *non-performing* a situar-se em 380 milhões de euros, observando uma redução de 251 milhões de euros face ao valor apurado em 31 de dezembro de 2022.

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pelo rácio *NPE (Non Performing Exposures)*, que incorpora a proporção dos ativos não produtivos sobre o total do crédito, registou uma evolução favorável, tendo o passado de 5,2%, em 31 de dezembro de 2022, para 3,2%, no final de 2023, para a qual contribuiu a implementação de uma estratégia de contínua redução das exposições não produtivas e do crédito *non-performing*.

No passivo merece destaque: (i) a diminuição dos recursos de bancos centrais, em -2 016 milhões de euros, refletindo as amortizações antecipadas das TLTRO-III realizadas ao longo de 2023, (ii) o aumento em recursos de outras instituições de crédito, em 568 milhões de euros, e (iii) o acréscimo de 251 milhões de euros verificado nos depósitos de clientes, os quais totalizaram 13 366 milhões de euros no final de 2023.

Em 2023, o montante de dívida emitida ascendeu a 947 milhões de euros, valor que compara com 824 milhões de euros registados no final de 2022, refletindo essencialmente a variação positiva das responsabilidades representadas por títulos (+123 milhões de euros) na sequência da emissão de dívida sénior preferencial ao abrigo do Programa *EMTN (Euro Medium Term Note)* elegível para *MREL (Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities)* efetuada em outubro de 2023, no montante de 200 milhões de euros, mitigada pelas amortizações das obrigações de titularização de crédito.

A evolução das rubricas de passivo contribuiu para a manutenção de uma sólida posição de liquidez, com o rácio *LCR (Liquidity Coverage Ratio* ou rácio de cobertura de liquidez) a atingir 233,1%, e o rácio *NSFR (Net Stable Funding Ratio* ou rácio de financiamento estável) a fixar-se em 130,0%, em 31 de dezembro de 2023, confortavelmente acima do requisito mínimo regulamentar de 100%.

O capital próprio situou-se em 1 566 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, registando um aumento de 47,0 milhões de euros (+3,1%) face ao final de 2022 determinado pelo resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas recorrente, no valor de 144,5 milhões de euros, pela redução dos interesses que não controlam, em 11,0 milhões de euros, pela variação da reserva cambial, em -22,1 milhões de euros, e pelo impacto desfavorável relacionado com benefícios pós-emprego, líquido de efeito fiscal, de -65,0 milhões de euros.

Em 2023, os rácios de capital do Banco Montepio foram reforçados, tendo o rácio de capital total atingido 18,8%, face aos 16,2% verificados no final de 2022 (regras *phasing-in*), beneficiando: (i) da redução dos ativos ponderados pelo risco (RWAs), em 635 milhões de euros, face a 2022, em resultado da redução dos ativos não produtivos, da realização de uma titularização sintética em maio de 2023, e da venda da participação detida no Finibanco Angola S.A., e (ii) do aumento dos fundos próprios, em 95 milhões de euros, para os 1 438 milhões de euros, traduzindo, principalmente, a evolução positiva dos resultados líquidos recorrentes, parcialmente mitigada pelas deduções regulatórias do *phasing-in* em 2023.

O Banco Montepio cumpriu, em 2023, com o requisito mínimo de *MREL* tendo o respetivo rácio, determinado em percentagem do total dos RWA, atingido 21,4%, e, determinado em percentagem do total do *LRE* (na sigla inglesa, *LRE – Leverage Ratio Exposure Measure*), se situado nos 9,0%, ambos acima dos respetivos requisitos mínimos definidos.

O desempenho favorável da atividade em 2023 foi reconhecido pelas agências de *rating* através da atribuição ao Banco Montepio de sucessivas subidas de notação de risco, com o *rating* da dívida sénior não garantida a beneficiar de uma subida de dois níveis pela *Fitch*, mantendo o *Outlook* (perspetiva) positivo, e de três níveis pela *Moody's* e pela *DBRS*. Já em fevereiro de 2024, a *Fitch* subiu a notação de risco da dívida sénior não garantida do Banco Montepio de B+ para BB, sendo a segunda subida consecutiva nos últimos doze meses, num total de quatro níveis.

Setor Segurador e Fundos de Pensões

As seguradoras do Grupo Montepio, Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. e Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., prosseguiram, em 2023, a implementação do seu plano de transformação, com o objetivo de incrementar as vendas, renovar a oferta e melhorar a eficiência operacional, incrementando as sinergias de gestão em diversas áreas, enquadrado num processo de redesenho do modelo de gestão e de governação interna.

Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.



A Lusitania, atuando no ramo Não Vida, continuou a desenvolver medidas, com o foco na consolidação dos níveis de desempenho com vista ao desenvolvimento sustentável.

As linhas orientadoras da atividade da Companhia são baseadas no crescimento dos prémios em segmentos de maior rendibilidade, na promoção da redução da taxa de sinistralidade, na manutenção dos rendimentos financeiros e na redução dos custos estruturais.

Em 2023, a Lusitania adotou a norma contabilística IFRS 17 – Contratos de seguro, o que implicou uma alteração expressiva nos processos internos de preparação e divulgação de informação financeira, assim como, os principais indicadores de desempenho da atividade.

A Lusitania implementou também, com efeito a 1 de janeiro de 2023, a norma contabilística IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Apresentamos, de seguida, um resumo dos principais indicadores financeiros da Lusitania (informação não auditada). Em 2023, o volume de prémios atingiu os 223,0 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 1,8%, tendo os sinistros ocorridos atingido os 124,8 milhões de euros, representando um acréscimo de 11,7 milhões de euros, face ao período homólogo.

Os gastos por natureza apresentaram um incremento de 14,2% face ao ano anterior, tendo atingido os 58,5 milhões de euros (incremento de +7,2 milhões de euros). Os gastos com pessoal cresceram 20,1%, face a 2022 pelo efeito das rescisões por mútuo acordo que ocorreram até ao final do ano (4,5 milhões de euros). Também a rubrica de fornecimentos e serviços externos, que cresceu 20,1%, contribuiu para este comportamento por via dos custos relativos ao processo de implementação da norma contabilística IFRS 17, que ascenderam a 1,1 milhões de euros. Do valor global dos gastos por natureza, os gastos não atribuíveis aos contratos de seguros situaram-se nos 14,9 milhões de euros, o que representa um rácio de 25,5%.

Em junho de 2023, procedeu-se à libertação da provisão constituída no âmbito do processo da Autoridade da Concorrência, no valor de 10,2 milhões de euros, com impacto direto no resultado da Companhia, por via da absolvição total da Lusitania.

O resultado líquido do exercício de 2023, ainda não auditado, ascende a cerca de 10 milhões de euros.

A quota de mercado da Lusitania situou-se nos 3,28% (2022: 3,55%), tendo mantido a 7ª posição no *ranking* da produção Não Vida, publicado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em 2023, foi concretizada a operação destinada à cobertura dos resultados transitados negativos na Lusitânia (a qual tinha sido aprovada em 2022 em sede de Assembleia de Representantes do MGAM), através do aumento do respetivo capital social no montante de 114 949 478 euros, por incorporação de prestações acessórias de capital sob a forma de prestações suplementares e uma subsequente redução do capital social no montante de 114 949 480 euros. Esta operação permitiu refletir de melhor forma o potencial atual de criação de valor decorrente da execução do plano estratégico delineado, bem como, criar as condições necessárias e suficientes para que a Sociedade possa, quando os seus acionistas o entenderem e assim for decidido, verificados os demais pressupostos legais e regulatórios, proceder a distribuições de resultados.

As responsabilidades da Lusitania encontravam-se, à data de 31 de dezembro de 2023, devidamente representadas. Na componente da Gestão de Capital, o valor provisório do rácio de cobertura de requisito de capital (SCR) é superior a 150%, substancialmente acima do Objetivo de Capital (125% SCR), de acordo com o target definido na Política de Apetite ao Risco.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA



A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., opera no ramo de Seguros Vida (atuariais e de capitalização) e Planos Poupança Reforma.

Em 2023, a Lusitania Vida adotou a norma contabilística IFRS 17 - contratos de seguro, o que implicou uma alteração expressiva nos processos internos de preparação e divulgação de informação financeira, assim como, os principais indicadores de desempenho da atividade.

Durante o ano, aumentaram as sinergias entre a Lusitania Vida e a Lusitania Companhia de Seguros com o objetivo de melhorar a eficiência operacional e o foco no cliente. Em fevereiro de 2023, a Lusitania Vida mudou as suas instalações para a Rua do Prior, nº 6, para o complexo da Lapa, onde está também sediada a Lusitania Companhia de Seguros.

Apresentamos, de seguida, um resumo dos principais indicadores financeiros da Lusitania Vida (informação não auditada). Em 2023, a produção total de contratos de seguro (atuariais e financeiros) atingiu 67 milhões de euros, representando uma diminuição de -25% face a 2022. Esta diminuição incidiu, essencialmente, nos contratos de seguro financeiros. Os produtos financeiros atingiram uma produção de 124 milhões de euros, um aumento de +28% face a 2022.

Estima-se, que o resultado líquido do exercício de 2023, ainda não auditado, ascenda a cerca de 15 milhões de euros.

A quota de mercado da Lusitania Vida, de acordo com informação provisória publicada pela ASF, atingiu 1,6% no *ranking* de produção global do mercado, situando na 13ª posição, e 3,7% do *ranking* de produção vida, ocupando o 7º lugar.

O efeito do aumento das taxas de desconto na estrutura de balanço e respetiva rentabilidade, foi acautelado pela Companhia ao longo do ano, através de uma monitorização constante dos níveis de liquidez e uma forte correlação entre os ativos e passivos financeiros. O rácio de cobertura de requisito de capital SCR da Lusitania Vida, estimado à data de 31 de dezembro de 2023, situa-se nos 148%, estando ainda sujeito ao processo de certificação no âmbito do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira.

Futuro, SGFP, SA



A Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante designada por Futuro), é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de fundos de pensões, dirigidos a particulares e empresas.

O ano de 2023, foi marcado pela recuperação da generalidade dos mercados e pelo aumento das rendibilidades dos fundos de pensões, o que permitiu à Futuro registar um aumento dos seus ativos sob gestão, em +123 milhões de euros (6,9%), para o qual contribuem os acréscimos dos fundos abertos, em +67,2 milhões de euros (+11,2%), e dos fundos fechados, em +56,0 milhões de euros (+4,7%).

Apesar deste enquadramento favorável dos mercados financeiros, registou-se, durante 2023, um aumento extraordinário do número de reembolsos por parte dos participantes dos Fundos Abertos, decorrente, quer do aumento das necessidades de liquidez das famílias, num contexto de elevados níveis inflacionistas, como das medidas governamentais aprovadas no final do ano de 2022, pela lei 19/2022 e renovadas para 2023 e 2024, que permitem o resgate antecipado de Planos de Poupança Reforma (PPR) sem penalizações fiscais, desde que aplicados na amortização de crédito à habitação, facilitando aos participantes a opção pela mobilização deste tipo de poupanças.

No caso do PPR Garantia, o aumento do número de reembolsos, originou também o aumento dos gastos com as garantias de capital pagas aos clientes, com um acréscimo de 175% face a 2022.

No âmbito dos fundos fechados, tiveram lugar, no decorrer de 2023, diversos contactos com empresas, tendo sido concretizadas 11 novas Adesões Coletivas e Fundos Fechados, algumas das quais, com processos que se haviam iniciado no ano anterior, com destaque para a Google, McKinsey, Airbus, Arliquido SPAL, Vitalaire e Subsea 7 Portugal.

Este desempenho permitiu à Futuro melhorar a sua posição no *ranking* de todas as empresas gestoras de fundos de pensões, em 2023, subindo da 5ª para a 4ª posição, com

uma quota de mercado de 10,1%, de acordo com a informação disponibilizada pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).

Em 2023, a Futuro atingiu um resultado líquido de 563 milhares de euros (não auditado), representando um acréscimo de +479 milhares de euros face a 2022, o qual incorpora um valor total de proveitos de 10,3 milhões de euros, dos quais 9,9 milhões de euros relativos a vendas e serviços prestados e 347 milhares de euros de juros e rendimentos similares, e um valor total de custos de 9,6 milhões de euros, dos quais 4,6 milhões de euros relativos a fornecimentos e serviços externos, 2,4 milhões de euros de gastos com pessoal e 2,5 milhões de euros de outros gastos e perdas.

Gestão de Ativos

Montepio Gestão de Activos, SGOIC, SA

 **Montepio Gestão de Activos** A Montepio Gestão de Activos, SGOIC, S.A. (adiante designada por MGA) concentra a sua atividade na gestão de Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários (adiante designados por OICV Mobiliários), na gestão de Organismos de Investimento Alternativo Imobiliários (adiante designados por OIA Imobiliários) e na gestão discricionária de carteiras.

O exercício de 2023 na MGA apresentou-se desafiante no quadro da consolidação do processo de fusão por incorporação da Montepio Valor – SGOIC, concretizando a orientação estratégica do acionista maioritário (MGAM) no sentido da prossecução do reforço do alinhamento estratégico do Grupo. Neste contexto, foi possível otimizar a estrutura de governo da MGA e, num processo progressivo, obter sinergias operacionais, racionalizar e melhor alocar os recursos disponíveis, com destaque para a redução de custos ao nível dos órgãos sociais e de auditoria externa da MGA.

Em 31 de dezembro de 2023, o total de ativos sob gestão atingiu 2 281 milhões de euros, representando um crescimento homólogo de +214 milhões de euros (+10,4%), para o que contribuíram: (i) os OICV Mobiliários, com um aumento de +120 milhões de euros (+66,2%), sobretudo suportado pelos contributos do Montepio Tesouraria, com 95,6 milhões de euros, do Montepio Obrigações, com 11,0 milhões de euros, e do Montepio Ações EUA, com 15,0 milhões de euros; ii) os OIA Imobiliários observaram um crescimento de +40,2 milhões de euros (+9,8%), com destaque para os acréscimos de +24,7 milhões de euros do Valor Prime, e, de +6,8 milhões de euros do Fundinvest, complementado pela gestão, com início em novembro de 2023, dos ativos da sociedade de investimento coletivo Santos & Vale – SIC, no valor de 12,2 milhões de euros; e (iii) o segmento da gestão de patrimónios que observou uma variação homóloga de +54,4 milhões de euros (+3,7%).

No que respeita aos resultados do exercício de 2023, balizados pelo contexto da consolidação do processo de fusão levado a cabo e pelo ambiente sócio económico marcado pelos conflitos globais e o elevado nível das taxas de juro, foi possível atingir um resultado

líquido de 839 milhares de euros (não auditado), o que representa um aumento homólogo de +509 milhares de euros. Este desempenho assenta, sobretudo, no aumento do volume dos ativos sob gestão, gerador do aumento de proveitos (+518 milhares de euros), mais que compensando o aumento dos custos, de 68,4 milhares de euros, face a 2022.

O ativo líquido da MGA atingiu, em 31 de dezembro de 2023, 10 228 milhares de euros, o que representa uma variação homóloga positiva de +777 milhares de euros (+8,2%), enquanto o passivo fechou o ano com 2 532 milhares de euros, apresentando um aumento de +386 milhares de euros. O capital próprio da sociedade no final de 2023 atingiu 7 696 milhares de euros, com um aumento de +391 milhares de euros face 2022, assente no aumento do resultado líquido do período.

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a informação disponibilizada pela APFIPP (Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios), a MGA ocupava as 7ª e 13ª posições, respetivamente no *ranking* das sociedades gestoras de OICV Mobiliários e de OIA Imobiliários, com uma quota de mercado 1,61% e 3,40%, respetivamente. Relativamente ao segmento de Gestão de Patrimónios, a MGA ocupava a 5ª posição do *ranking* nacional, com uma quota de mercado de 6,1%.

Gestão de Residências Sénior e Serviços de Saúde

Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA



Residências Montepio

A Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A. (adiante designada por RM) desenvolve a sua atividade na gestão de residências

assistidas e na prestação de serviços de saúde e de apoio à população sénior. As valências disponibilizadas incluem os cuidados continuados de curta, média e longa duração, no quadro de acordos celebrados com as entidades da saúde e da segurança social, os centros de dia, os serviços de apoio ao domicílio (SAD), a teleassistência e as clínicas de saúde, com diversas soluções destinadas a promover o bem-estar e a melhorar a qualidade de vida, com acompanhamento próximo e focado no cliente.

A RM finalizou o ano de 2023 com oito residências em pleno funcionamento, situadas no Porto, Vila Nova de Gaia, Coimbra, Parede, Montijo, Lisboa - Parque das Nações, Lisboa - Entrecampos, e Albergaria-a-Velha, as quais prestavam cuidados a 461 residentes privados, 65 utentes transferidos de hospitais, ao abrigo de contratualização pública de camas de retaguarda junto do Serviço Nacional de Saúde (correspondendo a 95% da capacidade disponível) e a 505 utentes de cuidados continuados (96% da capacidade disponível).

Durante o ano de 2023, a RM promoveu o lançamento de várias iniciativas, como: (i) a formalização de parceria entre a RM e a NOVA IMS para promoção de novas competências na gestão de unidades de saúde, através do curso avançado de “Gestão, Inovação e Liderança em Unidades de Saúde”, (ii) a promoção de atividades culturais e de prevenção na

saúde com a abertura das Residências às comunidades locais, (iii) a realização das primeiras jornadas técnicas de reabilitação e (iv) a atribuição do Prémio Escolar.

A RM conquistou o Prémio Cinco Estrelas Regiões na categoria “Residências Sénior” nos distritos de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Setúbal. O reconhecimento é fruto do empenho e dedicação das equipas da RM, que oferecem um atendimento integrado, personalizado e contínuo aos seus utentes, além da qualidade dos edifícios modernos, construídos especialmente para atender às necessidades da população sénior. A conquista demonstra o comprometimento e a dedicação dos colaboradores da RM em oferecer um serviço de qualidade aos seus clientes e a constante evolução nos seus processos, serviços e instalações.

Em 2023, merece igualmente destaque a Certificação TUV Rheiland Portugal para todas as Unidades da Residências Montepio, em conformidade com a NP EN ISO900, bem como, a certificação da Residência Montepio Montijo, pelo modelo de certificação ACSA, na sua versão internacional.

O total de rendimentos no ano 2023 atingiu 38,0 milhões de euros (crescimento de +7,2% face ao período homólogo). Merece destaque o rendimento resultante da atividade das Residências Seniores destinadas a privados, no valor de 14,2 milhões de euros, com um acréscimo de +15,4% face a 2022, e da atividade de serviços de apoio ao domicílio, com rendimentos no montante de 1,9 milhões de euros (+52,6% face a 2022).

Os gastos totais situaram-se em 37,3 milhões de euros, representando um incremento de +2,6 milhões de euros face a igual período de 2022 (+7,6%) e incorporaram gastos com recursos humanos (quadro e subcontratados), no valor de 22,1 milhões de euros (+10,7% face a igual período de 2022). Os serviços e fornecimentos externos (FSE's excluindo subcontratos e honorários) totalizaram 14,4 milhões de euros, (mais 2,6% face ao período homólogo).

Em 2023, a RM atingiu um EBITDA positivo de 1,4 milhões de euros e um resultado líquido de 518 mil euros. Este resultado apresenta-se penalizado por eventos não recorrentes, afetando negativamente os custos.

Gestão de Residências para Estudantes

Montepio Residências para Estudantes, SA



Atenta às preocupações atuais da sociedade portuguesa e em particular às necessidades de alojamento dos estudantes deslocados, o Montepio Geral Associação Mutualista criou, em abril de 2018, a sociedade Montepio, Residências para Estudantes, SA (adiante designada por Residências Montepio U Live), que disponibiliza alojamento universitário de qualidade, no centro das grandes cidades, a preços moderados.

Vocacionadas para estudantes que procuram um alojamento estável, calmo e propício ao estudo, as Residências Montepio U Live conjugam privacidade e autonomia com convivência e partilha de espaços com estudantes da mesma faixa etária, procurando inculcar-lhes no dia-a-dia que, mais do que um mero conceito teórico, o mutualismo é uma forma de estar e viver em sociedade, simultaneamente autónoma, responsável e solidária.

Proporcionando as condições ideais para que os estudantes se possam concentrar totalmente nos estudos, as Residências Montepio U Live disponibilizam alojamento de elevada qualidade, que inclui limpeza diária das zonas comuns, Wi-Fi, TV cabo, manutenção preventiva e corretiva das instalações, assistência técnica dos equipamentos e dos serviços, incluindo à rede Wi-Fi, e acompanhamento diário (de segunda a sexta-feira) pela equipa do Montepio U Live.

O exercício de 2023 ficou marcado pela ampliação da Residência de Lisboa – Almirante Reis, junto à Alameda Dom Afonso Henriques e da Residência do Porto – Júlio Dinis, junto à Rotunda da Boavista, que se revelaram casos de sucesso desde o primeiro momento de divulgação da oferta.

Inseridas num sector de atividade em que o ritmo anual é pautado por anos letivos, o volume de negócios de 2023, que inclui oito meses referentes ao ano letivo 2022/2023 e quatro meses referentes ao ano letivo 2023/2024, atingiu os 1 450 milhares de euros e permitiu apurar meios libertos de cerca de 132 milhares de euros, contribuindo para a prossecução do plano de expansão das Residências Montepio U Live. O resultado líquido do exercício, de 53,7 milhares de euros (não auditado), reforçará o ativo das Residências Montepio U Live e permitirá autofinanciar a aquisição de mobiliário e equipamento de futuras residências.

Atualmente vivem nas oito Residências Montepio U Live espalhadas pelo país, cerca de 350 estudantes universitários de diversas nacionalidades, maioritariamente portugueses oriundos de várias zonas do continente e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que desenvolvem o seu percurso académico em áreas de interesse tão diversas como a Economia, a Medicina, a Engenharia, a Arquitetura, o Design ou as Ciências do Desporto.

Com uma taxa de ocupação de 100% nas residências de Lisboa, Porto e Évora e de 70% na residência de Braga – Júlio Fragata, as Residências Montepio U Live estão a reforçar a sua oferta em Lisboa e no Porto e projetam expandir-se para a cidade de Coimbra.

Alinhadas com os valores mutualistas e enquadrada nas orientações estratégicas do Montepio Geral Associação Mutualista, as Residências Montepio U Live visam: (i) criar um ambiente calmo, confortável e seguro, que propicie o estudo e contribua para o sucesso académico e para o desenvolvimento pessoal dos estudantes, (ii) rentabilizar património imobiliário da Associação Mutualista Montepio (iii) assegurar a rentabilidade e a sustentabilidade de cada uma das Residências *de per si* e reaplicar e/ou transferir os lucros anuais para a casa-mãe, contribuindo desta forma para a prossecução dos objetivos do Grupo Montepio.

Gestão de Imóveis

Bolsimo Gestão de Activos, SA



A Bolsimo Gestão de Activos, S.A. (adiante designada por Bolsimo) efetua a gestão de ativos imobiliários, concentrando a atividade na aquisição e recuperação de créditos concedidos por instituições de crédito, na venda de imóveis adjudicados no âmbito de recuperação de créditos adquiridos e no arrendamento a terceiros de imóveis próprios.

A Bolsimo obteve um resultado antes de imposto (não auditado) de 1,5 milhões de euros, que compara com 2,3 milhões de euros registados no ano anterior. Para este resultado, contribuiu um volume de proveitos relativos às vendas e serviços prestados, de 7,9 milhões de euros, inferior aos 8,9 milhões de euros registados em 2022 (-11,4%) e um crescimento de 10,0%, das rendas recebidas, que atingiram 2,3 milhões de euros, face a 2,1 milhões de euros, em 2022.

O ativo líquido situou-se em 110,9 milhões de euros, que compara com 104,6 milhões de euros no final do ano anterior, para o que contribuiu o acréscimo de 8,0 milhões de euros do conjunto das propriedades de investimento e dos inventários de imóveis, que compara com o aumento de 5,8 milhões de euros verificados em 2022.

O capital próprio atingiu 59,8 milhões de euros, que compara com 60,8 milhões de euros em 2022, por via do decréscimo do resultado líquido e da distribuição de resultados relativa ao exercício de 2022.

Agrupamento Complementar de Empresas

Montepio Serviços, ACE

Montepio Serviços, ACE

O Montepio Geral Associação Mutualista Montepio, o Banco Montepio, a Futuro, a Lusitania e a Lusitania Vida constituíram, em 16 de junho de 2023, um Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), denominado Montepio Serviços, para prestação, a esse universo de entidades participantes, de serviços e atividades, partilháveis e de gestão administrativa, visando capturar sinergias de grupo, maximizar a qualidade do serviço prestado, bem como, potenciar a rendibilidade e eficiência operacional.

O ACE tem por fim melhorar as condições de exercício e de resultado das atividades económicas dos membros agrupados, mediante otimização de recursos, obtenção de economias de escala e eliminação de estruturas de custo replicadas. O âmbito do Montepio Serviços, ACE compreende serviços/atividades nas áreas de compras /*procurement*, logística, serviços gerais, arquivo, *security*, *safety* e saúde ocupacional.

Até ao final do ano de 2023 foram desenvolvidas diversas atividades de instalação de entre as quais se destacam: celebração da escritura pública do Pacto constitutivo e Estatutos do

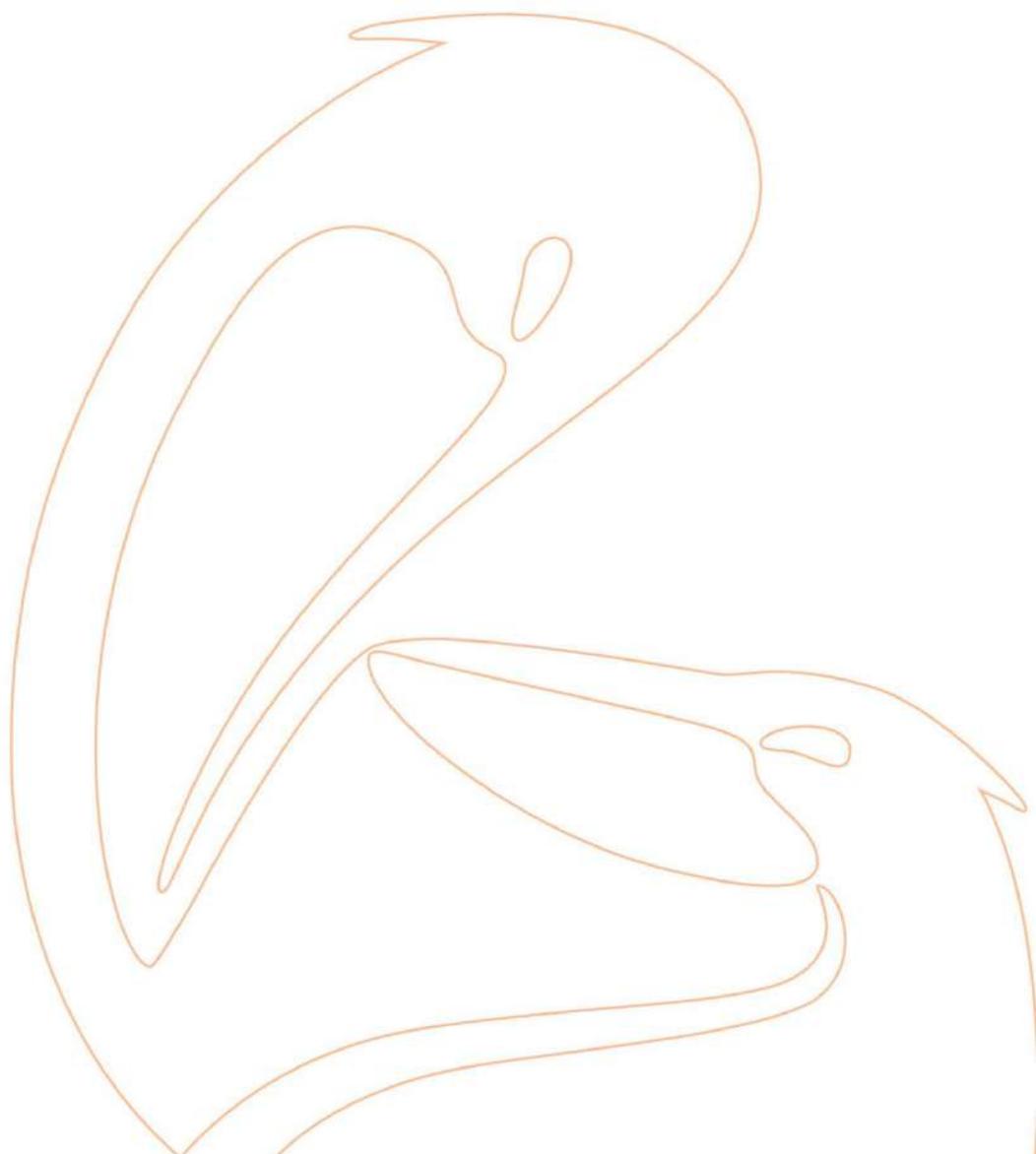
ACE; definição do organograma/estrutura organizacional e estatutos orgânicos; aprovação do catálogo de serviços e dos níveis de serviço (na sigla inglesa *SLA – Service Level Agreement*); e a aprovação do Contrato Quadro de Prestação de Serviços às Entidades Participantes.

Não tendo quadro próprio de recursos humanos, o Montepio Serviços assenta o seu modelo de *sourcing* nas cedências de colaboradores por parte dos membros agrupados, totalizando, no final de 2023, 61 trabalhadores.

Em 2023, o resultado líquido da Montepio Serviços apresentou um valor nulo, dado que todos os custos são alocados aos participantes, cabendo a sua quota-parte em função dos serviços prestados, incorporando: (i) gastos com o pessoal no valor de 975 milhares de euros, (ii) fornecimentos e serviços externos, de 141 milhares de euros, (iii) 475 milhares de euros referentes a outros gastos e perdas, a qual releva a contabilização dos desvios atuariais dos colaboradores cedidos, e (iv) 1 591 milhares de euros relativos à rubrica de outros rendimentos e ganhos, que regista a imputação de custos aos participantes do ACE.

12

Propostas



Propostas

Resultados Transitados

No seguimento da adoção das IFRS 09, pelo Montepio Geral Associação Mutualista, durante o exercício de 2023, foi necessário introduzir alguns ajustamentos nas rubricas de balanço, com efeitos ao ano de 2022; estes ajustamentos traduziram-se, sobretudo, em impactos decorrentes do cálculo do *ECL-Expected Credit Loss* sobre as Carteiras de Títulos e de Depósitos a Prazo e que se materializaram num total de Resultados Transitados acumulados de -7 615 115,65 euros.

Resultados Transitados da Associação Mutualista		(euros)
Resultados Positivos		3 153 144,44
Resultados Negativos		-10 768 260,09
Total dos Resultados Transitados		-7 615 115,65

Considerando o montante de Resultados Transitados que foi apurado e a segregação destes valores pelas várias modalidades (umas com valor negativo de resultados transitados e outras em que o resultado transitado é positivo) resume-se, na tabela seguinte, as propostas apresentadas relativamente a esta distribuição:

Cobertura dos Resultados Transitados Negativos		(euros)
Por Excedentes Técnicos		3 623 148,23
Por Fundos Próprios das Modalidades		13 772,52
Por Reservas Gerais da Modalidade		6 099 560,64
Pelo Fundo de Reserva Geral		1 031 778,70
Total dos Resultados Negativos		10 768 260,09

Aplicação dos Resultados Transitados Positivos		(euros)
Para Excedentes Técnicos		43 559,15
Por Fundos Próprios das Modalidades		496 848,98
Para Outras Reservas (de Estabilização de Resultados)		3 464,76
Para Fundo de Reserva Geral		2 609 271,55
Total dos Resultados Positivos		3 153 144,44

12.1. Proposta de cobertura dos Resultados Transitados negativos das modalidades, rendas e fundos

Considerando que algumas Modalidades, Rendas e Fundos apresentaram, no exercício de 2023, um Resultado Transitado negativo e outras um Resultado Transitado positivo **propõem-se** os seguintes ajustamentos de cobertura:

- Cobertura do Resultado Transitado negativo de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 3 623 148,23 euros;
- Cobertura do Resultado Transitado negativo, de algumas modalidades, por via do recurso a Fundos Próprios das modalidades, no montante de 13 772,52 euros;
- Cobertura do Resultado Transitado negativo, de algumas modalidades, por via do recurso às suas Reservas Gerais, no montante de 6 099 560,64 euros;
- Cobertura do Resultado Transitado negativo, de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos, Reservas Gerais ou Fundos Próprios, nas respetivas modalidades e fundos autónomos, no montante de 1 031 778,70 euros.

Pelo Fundo Permanente

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do Resultado Transitado negativo da modalidade)

Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional - 4 %	2,38
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	3,57
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	61 635,81
Montepio Proteção 18-30 - 3%	32 294,27
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	7 829,01
Montepio Proteção Invalidez - 3%	1,19
Capital Temporário de Invalidez - 4%	1 029,28
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	1,19
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	47,94
Montepio Pensão de Reforma + PR Restituição Quotas - 3%	6 717,56
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	424 340,48
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	9 744,41
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	1 067,70
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	55,03
Pensões para Deficientes - 4%	28,53
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	85,42

Parcial 1

544 883,77

Pelo Fundo Permanente (continuação)

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do Resultado Transitado negativo da modalidade)

Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%	16 309,67
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	10 760,30
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	16 487,49
Rendas Vitalícias - 0,3%	3 213,24
Quotas para Invalidez - Modalidades Colectivas	1,66
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas - 3%	2,38
Rendas Temporárias - 3%	865,18
Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2025)	6,18
Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2011-2026)	3,69
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 1ª Série)	10 189,81
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 2ª Série)	13 405,52
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 6ª Série)	26 470,83
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 10ª Série)	59,44
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 1ª Série)	86 085,36
Poupança+ Net (Série 2020-2026 1ª Série)	11,89
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 1ª Série)	32 166,47
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 2ª Série)	139 287,52
Poupança+ Net (Série 2020-2026 2ª Série)	83 413,46
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 2ª Série)	3 494,11
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 3ª Série)	154 372,63
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 3ª Série)	125 788,08
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 4ª Série)	29 848,67
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 4ª Série)	5 241,17
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 5ª Série)	33 120,56
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 5ª Série)	13 976,45
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 6ª Série)	34 964,90
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 6ª Série)	15 723,51
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 7ª Série)	3 006,72
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 7ª Série)	10 355,37
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 8ª Série)	27 461,23
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 8ª Série)	5 617,17
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 9ª Série)	22 342,54
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 9ª Série)	330,41
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 10ª Série)	5 358,18
Poupança+ Net (Série 2020-2026 10ª Série)	2,38
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 10ª Série)	4 567,89
Poupança+ Net (Série 2020-2026 11ª Série)	14,27

Parcial 2**934 326,33**

Pelo Fundo Permanente (continuação)

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do Resultado Transitado negativo da modalidade)

CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 11.ª Série)	2 732,60
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 12.ª Série)	743,41
Poupança+ Net (Série 2020-2026 12ª Série)	21,40
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 12.ª Série)	8 425,36
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 1.ª Série)	1 002,24
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 1.ª Série)	3 257,28
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 2.ª Série)	18 099,71
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 3.ª Série)	4 394,04
Poupança+ Net (Série 2021-2027 3ª Série)	5 379,01
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 3.ª Série)	18 002,76
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 4.ª Série)	945,85
Poupança+ Net (Série 2021-2027 4ª Série)	19 970,66
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 4.ª Série)	68 696,50
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 5.ª Série)	14 708,05
Poupança+ Net (Série 2021-2027 5ª Série)	23 320,68
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 5.ª Série)	3 736,95
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 6.ª Série)	1 251,55
Poupança+ Net (Série 2021-2027 6ª Série)	2 503,10
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 6.ª Série)	8 049,10
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 7.ª Série)	1 730,36
Poupança+ Net (Série 2021-2027 7ª Série)	578,21
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 7.ª Série)	14 047,91
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 8.ª Série)	413,01
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 8.ª Série)	12 841,14
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 9.ª Série)	124,70
Poupança+ Net (Série 2021-2027 9ª Série)	4 489,70
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 9.ª Série)	12 550,22
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 10.ª Série)	8 711,23
Poupança+ Net (Série 2021-2027 10ª Série)	18 145,57
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 11.ª Série)	28,53
Poupança+ Net (Série 2021-2027 11ª Série)	1 365,41
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 11.ª Série)	4 687,10
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 12.ª Série)	192,25
Poupança+ Net (Série 2021-2027 12ª Série)	1 772,62
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 12.ª Série)	221,83
Poupança+ Net (Série 2022-2028 1ª Série)	61 244,01
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 1.ª Série)	31 256,65
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 2ª Série)	316,67
Poupança+ Net (Série 2022-2028 2ª Série)	1 209,60

Parcial 3**381 166,97**

Pelo Fundo Permanente (Continuação)

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do Resultado Transitado negativo da modalidade)

CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 2.ª Série)	4 148,11
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 3ª Série)	645,77
Poupança+ Net (Série 2022-2028 3ª Série)	27 466,04
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 3.ª Série)	39 898,24
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 4ª Série)	105,41
Poupança+ Net (Série 2022-2028 4ª Série)	1 615,44
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 4.ª Série)	640 643,62
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 5.ª Série)	1 093,69
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 6ª Série)	1 997,29
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 6.ª Série)	439,21
Poupança+ Net (Série 2022-2028 5ª Série)	316,23
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 7.ª Série)	527,05
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 8.ª Série)	883,29
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 9.ª Série)	1 485,00
Poupança+ Net (Série 2022-2028 8ª Série)	1 183,08
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 10.ª Série)	2 350,58
Poupança+ Net (Série 2022-2028 11ª Série)	829,35
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 13.ª Série)	5 465,10
Parcial 4	731 092,50

Pelo Fundo Permanente (Continuação)

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do Resultado Transitado negativo da modalidade)

Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2024)	2 553,30
Montepio Capital Certo (Série 2018_2023 1ª Série)	581 815,69
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 1ª Série)	28 761,14
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 2ª Série)	29 308,84
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 5ª Série)	7 588,21
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 1ª Série)	80 044,32
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 2ª Série)	94 941,85
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 3ª Série)	67 311,22
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 3ª Série)	8 761,53
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 1ª Série)	55 465,95
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 2ª Série)	70 852,42
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 8ª Série)	4 274,19
Parcial 5	1 031 678,66

Subtotal - Fundo Permanente (Excedentes Técnicos)**3 623 148,23**

Por Fundos Próprios das modalidades de fundos autónomos

(euros)

(O existente nos respectivos Fundos Próprios das modalidades e fundos autónomos para a *cobertura total do Resultado Transitado negativo*)

Fundo Bolsa de Estudo	847,09
Fundo de Administração	1 188,33
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	2 210,09
Montepio Proteção Outros Encargos	9 182,25
Montepio Proteção Crédito Individual	344,76
Subtotal - Fundos Próprios	13 772,52

Por Reservas Gerais

(euros)

(O existente nas respectivas Reservas Gerais para a *cobertura total* do Resultado Transitado negativo da modalidade)

Fundo Reserva Geral	950,45
Capitais Colectivos	7 007,20
Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2024)	1 104,55
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 1ª Série)	260 650,15
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 2ª Série)	23 254,09
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 3ª Série)	213 672,80
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 4ª Série)	115 750,23
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 5ª Série)	260 049,10
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 6ª Série)	152 044,43
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 7ª Série)	39 354,68
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 8ª Série)	203 189,14
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 1ª Série)	182 630,37
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 2ª Série)	85 814,01
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 3ª Série)	205 920,98
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 4ª Série)	323 480,32
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 3ª Série)	175,48
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 1ª Série)	204 442,15
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 1ª Série)	1 777,91
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 2ª Série)	568 113,70
Montepio Capital Certo (Série 2019_2023 2ª Série)	30,91
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 2ª Série)	71,32
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 3ª Série)	419 397,05
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 3ª Série)	5 250,51
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 4ª Série)	318 710,33
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 5ª Série)	834 728,71
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 5ª Série)	751,68
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 6ª Série)	401 951,53

Parcial 1**4 830 273,78**

Por Reservas Gerais (continuação) (euros)

(O existente nas respectivas Reservas Gerais para a *cobertura total* do Resultado Transitado negativo da modalidade)

CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 7ª Série)	644 523,22
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 7ª Série)	6 779,34
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 8ª Série)	180 122,32
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 8ª Série)	16 349,80
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 9ª Série)	53 797,38
Montepio Poupança Educação MAIS (Série 2019_2027 1ª Série)	76,09
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 11ª Série)	6 493,92
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 12ª Série)	83,21
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 12ª Série)	195 116,87
Parcial 2	1 103 342,15

Por Reservas Gerais (continuação) (euros)

(O existente nas respectivas Reservas Gerais para a *cobertura parcial* do Resultado Transitado negativo da modalidade)

Montepio Poupança Reforma	165 944,71
Parcial 3	165 944,71

Subtotal - Reservas Gerais 6 099 560,64**Pelo Fundo de Reserva Geral** (euros)

(O restante para complementar a *cobertura total* do Resultado Negativo da modalidade)

Montepio Proteção Vida - 0,3%	41,46
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	383 426,81
Montepio Capital Certo Poupança Reforma 2016_2041	1 777,92
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 11.ª Série)	1 730,36
Parcial 1	386 976,55

Pelo Fundo de Reserva Geral (continuação) (euros)

(O restante para complementar a *cobertura parcial* do Resultado Negativo da modalidade)

Montepio Poupança Reforma	305 202,56
Montepio Capital Certo (Série 2018_2023 1ª Série)	339 599,59
Parcial 2	644 802,15

Subtotal - Fundo de Reserva Geral 1 031 778,70**TOTAL DA COBERTURA DOS RESULTADOS TRANSITADOS NEGATIVOS** 10 768 260,09

12.2. Proposta de aplicação de Resultados Transitados positivos das modalidades, rendas e fundos

Considerando que algumas Modalidades e Fundos apresentaram, no exercício de 2023, um Resultado Transitado positivo, *propõe-se* que a aplicação desses resultados seja efetuada da seguinte forma:

- Para os Excedentes Técnicos das modalidades o montante de 43 559,15 euros;
- Para os Fundos Próprios das modalidades o montante de 496 848,98 euros;
- Para Outras Reservas (de Estabilização de Resultados) o montante de 3 464,76 euros;
- Para o Fundo de Reserva Geral o montante de 2 609 271,55.

Para Excedentes Técnicos (Fundo Permanente)		(euros)
- Excedentes Técnicos		
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 10.ª Série)	43 559,15	
Subtotal - Fundo Permanente (Excedentes Técnicos)		43 559,15

Para Fundos Próprios		(euros)
- Fundos Próprios		
Montepio Proteção Crédito à Habitação	496 848,98	
Subtotal - Fundo Próprio		496 848,98

Para Outras Reservas (de Estabilização de Resultados)		(euros)
- Reservas de Estabilização de Resultados		
Montepio Poupança Complementar	3 464,76	
Subtotal - Reserva de Estabilização de Resultados		3 464,76

Para Fundo de Reserva Geral		(euros)
- Fundo de Reserva Geral	2 609 271,55	
Subtotal - Fundo de Reserva Geral		2 609 271,55

TOTAL DA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS TRANSITADOS POSITIVOS		3 153 144,44
--	--	---------------------

Resultados Líquidos

No exercício de 2023, o Montepio Geral Associação Mutualista apresentou um Resultado Líquido positivo de 111.971.097,17 euros, que resulta do somatório dos saldos dos fundos disponíveis das suas várias modalidades, rendas e fundos autónomos. Em termos globais, a desagregação destes resultados líquidos é a seguinte:

Resultados Líquidos da Associação Mutualista	(euros)
Resultados Positivos	121 210 699,81
Resultados Negativos	-9 239 602,64
Total dos Resultados Líquidos	111 971 097,17

Em termos de cobertura dos resultados líquidos negativos e de aplicação dos resultados positivos, as propostas, que se apresentam de seguida, podem resumir-se da seguinte forma:

Cobertura dos Resultados Líquidos Negativos	(euros)
Por Excedentes Técnicos	8 007 671,88
Por Outras Reservas (de Estabilização de Resultados)	0,00
Por Reservas Gerais da Modalidade	128 039,02
Pelo Fundo de Reserva Geral	1 103 891,74
Total dos Resultados Negativos	9 239 602,64

Aplicação dos Resultados Líquidos Positivos	(euros)
Dotação para o Fundo de Reserva Geral	19 323 115,76
<i>Rendimento do Fundo de Reserva Geral</i>	1 402 975,57
<i>Dotação das Modalidades</i>	17 920 140,19
Para Fundos Permanentes das Modalidades	13 675 183,86
Para Fundos Próprios das Modalidades	88 212 400,19
Total dos Resultados Positivos	121 210 699,81

12.3. Proposta de cobertura dos Resultados Líquidos negativos das modalidades, rendas e fundos

Considerando que algumas Modalidades, Rendas e Fundos apresentaram, no exercício de 2023, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, *propõem-se* os seguintes ajustamentos de cobertura:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 8 007 671,88 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso às suas Reservas Gerais, no montante de 128 039,02 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos, Reservas Gerais ou Fundos Próprios, nas respetivas modalidades e fundos autónomos, no montante de 1 103 891,74 euros.

Pelo Fundo Permanente

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 1.ª Série)	58 330,28
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 1.ª Série)	165 442,24
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 2.ª Série)	93 540,19
Poupança+ Net (Série 2020-2026 2ª Série)	9 647,55
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 2.ª Série)	127 212,68
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 3.ª Série)	55 862,89
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 4.ª Série)	50 868,68
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 5.ª Série)	134 342,94
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 6.ª Série)	54 762,26
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 7.ª Série)	75 969,31
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 8.ª Série)	29 191,54
Poupança+ Net (Série 2020-2026 8ª Série)	1 233,40
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 8.ª Série)	54 308,40
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 9.ª Série)	50 261,32
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 10.ª Série)	53 468,90
Poupança+ Net (Série 2020-2026 10ª Série)	194,46

Parcial 1**1 014 637,04**

Pelo Fundo Permanente (Continuação)

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 10.ª Série)	74 688,03
Poupança+ Net (Série 2020-2026 11ª Série)	275,00
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 12.ª Série)	57 977,50
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 12.ª Série)	159 983,43
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 1.ª Série)	14 664,84
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 2.ª Série)	13 136,64
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 2.ª Série)	88 901,38
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 3.ª Série)	224 359,36
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 4.ª Série)	11 428,78
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 4.ª Série)	340 790,02
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 5.ª Série)	240 705,92
Poupança+ Net (Série 2021-2027 6ª Série)	4 381,21
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 6.ª Série)	63 130,62
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 7.ª Série)	344 437,04
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 8.ª Série)	8 050,66
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 8.ª Série)	189 008,11
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 9.ª Série)	490,98
Poupança+ Net (Série 2021-2027 9ª Série)	59 888,21
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 9.ª Série)	206 030,98
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 10.ª Série)	127 820,20
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 11.ª Série)	2 946,75
Poupança+ Net (Série 2021-2027 11ª Série)	36 113,85
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 11.ª Série)	167 425,64
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 12.ª Série)	7 055,07
Poupança+ Net (Série 2021-2027 12ª Série)	91 062,11
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 12.ª Série)	194 166,17
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 1ª Série)	11 819,18
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 1.ª Série)	152 623,08
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 2ª Série)	9 636,84
Poupança+ Net (Série 2022-2028 2ª Série)	58 510,14
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 2.ª Série)	511 876,18
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 3ª Série)	2 307,85
Poupança+ Net (Série 2022-2028 3ª Série)	24 406,86
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 3.ª Série)	622 123,94
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 4ª Série)	3 131,59
Poupança+ Net (Série 2022-2028 4ª Série)	62 526,62
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 4.ª Série)	274 881,23

Parcial 2**4 462 762,01**

Pelo Fundo Permanente (Continuação)

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 5.ª Série)	277 452,38
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 6ª Série)	2 652,23
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 6.ª Série)	218 465,37
Poupança+ Net (Série 2022-2028 5ª Série)	33 930,43
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 7.ª Série)	227 525,93
Poupança+ Net (Série 2022-2028 6ª Série)	19 999,57
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 8.ª Série)	352 781,24
Poupança+ Net (Série 2022-2028 7ª Série)	3 403,53
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 9.ª Série)	274 571,04
Poupança+ Net (Série 2022-2028 8ª Série)	78 719,62
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 10.ª Série)	448 006,48
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 11.ª Série)	139 424,86
Poupança+ Net (Série 2022-2028 10ª Série)	23 419,18
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 12.ª Série)	130 573,62
Poupança+ Net (Série 2022-2028 11ª Série)	29 537,12
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 13.ª Série)	265 077,42
Rendas Temporárias - 0,3%	35,52
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	4 697,29
Parcial 3	2 530 272,83

Subtotal - Fundo Permanente (Excedentes Técnicos)**8 007 671,88****Por Reservas Gerais**

(euros)

(O existente nas respectivas Reservas Gerais para a cobertura total do *saldo anual* negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 7ª Série)	52 585,74
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 1ª Série)	27 418,58
Montepio Capital Certo (Série 2019_2023 1ª Série)	3 595,58
Montepio Capital Certo (Série 2019_2023 2ª Série)	7 614,67
Montepio Capital Certo (Série 2019_2023 3ª Série)	6 776,42
Montepio Capital Certo (Série 2019_2023 4ª Série)	6 542,59
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 9ª Série)	23 505,44
Subtotal - Reservas Gerais	128 039,02

Pelo Fundo de Reserva Geral		(euros)
(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)		
Montepio Capital Certo Poupança Reforma 2016_2041	6 863,06	
Montepio Capital Certo (Série 2018_2023 1ª Série)	1 015 001,49	
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2020-2023 11.ª Série)	79 679,54	
Montepio Proteção Vida - 0,3%	2 347,65	
Subtotal - Fundo de Reserva Geral		1 103 891,74
TOTAL DA COBERTURA DOS RESULTADOS LÍQUIDOS NEGATIVOS		9 239 602,64

12.4. Proposta de aplicação de Resultados Líquidos positivos das modalidades, rendas e fundos

Considerando que algumas Modalidades, Rendas e Fundos apresentaram, no exercício de 2023, um saldo anual positivo do Fundo Disponível, **propõe-se** que a aplicação dos resultados líquidos positivos das modalidades, rendas e fundos seja efetuada da seguinte forma:

- Dotação para o Fundo de Reserva Geral no montante de 19 323 115,76 euros, do qual 1 402 975,57 euros respeitantes a rendimento do Fundo de Reserva Geral e 17 920 140,19 euros respeitantes a dotação das modalidades, rendas e fundos;
- Para os Fundos Permanentes das modalidades, o montante de 13 675 183,86 euros;
- Para os Fundos Próprios das modalidades, o montante de 88 212 400,19 euros.

Para o Fundo de Reserva Geral:		(euros)
- Rendimento do Fundo, nos termos da alínea do n.º 3 do Artigo 53.º dos Estatutos e do n.º 2 do Artigo 59.º do Código (CAM)	1 402 975,57	
- Dotação conforme alínea a) do n.º 4 do Artigo 53.º dos Estatutos (um percentagem dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)		
Fundos Autónomos (Dotação de 80% dos Fundos Disponíveis)		
Fundo Bolsas de Estudo	22 946,44	
Fundo Montepio Egitaniense	14 172,06	37 118,50
Modalidades Individuais (Dotação de 90% dos Fundos Disponíveis)		
Montepio Proteção Crédito à Habitação	6 723 754,56	
Montepio Proteção Outros Encargos	404 567,45	
Montepio Proteção Crédito Individual	960,50	7 129 282,51
Outras Modalidades (Dotação de 80% dos Fundos Disponíveis)		
Capitais de Garantia	120 292,57	
Quotas para Invalidez - Modalidades Colectivas	24,88	120 317,45
Parcial 1		8 689 694,03

Para o Fundo de Reserva Geral (continuação):

(euros)

- Dotação conforme alínea a) do n.º 4 do Artigo 53.º dos Estatutos (um percentagem dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais (Dotação de 10% dos Fundos Disponíveis)

Montepio Poupança Complementar	2 111 998,83
Montepio Poupança Reforma	210 095,95
Capitais Colectivos	12 344,67
Rendas Vitalícias - 0,3%	1 333,21
Montepio Protecção 5 em 5 - 0,3%	181 990,70
Montepio Protecção 18-30 - 0,3%	18 207,21
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	808,39
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	46 523,86
Montepio Protecção Vida - 3%	8 659,93
Montepio Protecção 5 em 5 - 3%	591 898,43
Montepio Protecção 18-30 - 3%	7 206,45
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	24 257,99
Montepio Protecção Invalidez - 3%	53,10
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas - 3%	1 168,22
Rendas Temporárias - 3%	3 545,45
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%	10 611,00
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	287 256,58
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	1 161,78
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	99 174,18
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	3 384,17
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	14,97
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	76,58
Capitais de Previdência - 4%	32 409,93
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	67 819,11
Capitais para Jovens - 4%	49 538,48
Capitais para Estudos - 4%	3 499,00
Subsídio por Morte - 4%	3 502,10
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	7 242,58
Pensão Sobrevivência e Dotes- 4%	64 079,43
Pensões para Deficientes - 4%	943,32
Capital Temporário de Invalidez - 4%	1 399,35
Rendas de Sobrevivência - 4%	1 137,68
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	75,88
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	7,11
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	419,04
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional -4 %	59,68

Parcial 2**3 853 904,34**

Para o Fundo de Reserva Geral (Continuação):

(euros)

Modalidades Individuais (10%)

Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2024)	1 641,69
Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2025)	507,27
Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2011-2026)	559,76
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 1ª Série)	47 592,98
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 2ª Série)	6 762,07
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 3ª Série)	32 558,19
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 4ª Série)	17 003,75
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 5ª Série)	45 394,59
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 6ª Série)	16 955,32
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 8ª Série)	32 164,13
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 2ª Série)	10 157,42
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 1ª Série)	1 008,32
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 3ª Série)	6 268,90
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 2ª Série)	3 551,68
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2018_2023 4ª Série)	17 038,62
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 3ª Série)	2 756,13
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 1ª Série)	44 218,75
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 1ª Série)	1 409,97
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 2ª Série)	120 230,96
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 2ª Série)	669,17
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 3ª Série)	41 710,39
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 3ª Série)	2 487,54
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 4ª Série)	44 136,24
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 4ª Série)	2 562,67
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 5ª Série)	167 126,44
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 5ª Série)	478,85
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 6ª Série)	68 635,18
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 6ª Série)	1 670,89
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 7ª Série)	111 346,11
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 7ª Série)	1 269,83
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 8ª Série)	82 413,32
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 8ª Série)	3 221,24
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 9ª Série)	24 183,87
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 10ª Série)	2 231,53
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 10ª Série)	9 045,21
Montepio Poupança Educação MAIS (Série 2019_2027 1ª Série)	626,03
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 11ª Série)	5 596,22
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 11ª Série)	11 646,03
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 12ª Série)	4 882,35
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 12ª Série)	8 474,65
Poupança+ Net (Série 2020-2026 1ª Série)	1 487,32
Poupança+ Net (Série 2020-2026 3ª Série)	2 571,65
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 3.ª Série)	19 643,06
Poupança+ Net (Série 2020-2026 4ª Série)	863,51

Parcial 3**1 026 759,80**

Para o Fundo de Reserva Geral (Continuação):

(euros)

Modalidades Individuais (10%)

CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 4.ª Série)	5 066,32
Poupança+ Net (Série 2020-2026 5ª Série)	542,91
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 5.ª Série)	11 997,66
Poupança+ Net (Série 2020-2026 6ª Série)	156,70
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 6.ª Série)	13 844,05
Poupança+ Net (Série 2020-2026 7ª Série)	138,54
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 7.ª Série)	3 861,54
Poupança+ Net (Série 2020-2026 9ª Série)	240,46
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 9.ª Série)	11 314,44
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 11.ª Série)	5 331,52
Poupança+ Net (Série 2020-2026 12ª Série)	47,00
Poupança+ Net (Série 2021-2027 1ª Série)	1 674,97
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 1.ª Série)	1 141,90
Poupança+ Net (Série 2021-2027 2ª Série)	3 753,74
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 3.ª Série)	97,31
Poupança+ Net (Série 2021-2027 3ª Série)	20,83
Poupança+ Net (Série 2021-2027 4ª Série)	548,77
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 5.ª Série)	3 226,88
Poupança+ Net (Série 2021-2027 5ª Série)	4 035,24
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 6.ª Série)	131,52
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 7.ª Série)	993,61
Poupança+ Net (Série 2021-2027 7ª Série)	57,62
Poupança+ Net (Série 2021-2027 8ª Série)	1 964,13
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 10.ª Série)	1 055,22
Poupança+ Net (Série 2021-2027 10ª Série)	688,75
Poupança+ Net (Série 2022-2028 1ª Série)	9 968,43
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 5ª Série)	741,92
Poupança+ Net (Série 2022-2028 9ª Série)	17 632,63
Poupança+ Net (Série 2023-2029 1.ª Série)	10 719,44
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 1.ª Série)	252 345,71
Poupança+ Net (Série 2023-2029 2.ª Série)	10 787,83
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 2.ª Série)	219 963,61
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 1.ª Série B)	150 841,47
Poupança+ Net (Série 2023-2029 3.ª Série)	20 353,58
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 3.ª Série)	371 397,52
Poupança+ Net (Série 2023-2029 4.ª Série)	6 371,35
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 4.ª Série)	385 283,17
Poupança+ Net (Série 2023-2029 5.ª Série)	7 518,17
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 5.ª Série)	423 118,53
Poupança+ Net (Série 2023-2029 6.ª Série)	9 164,19
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 6.ª Série)	440 617,17
Poupança+ Net (Série 2023-2029 7.ª Série)	4 207,49
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 7.ª Série)	350 590,00
Poupança+ Net (Série 2023-2029 8.ª Série)	7 718,69

Parcial 4**2 771 272,53**

Para o Fundo de Reserva Geral (Continuação): (euros)**Modalidades Individuais (10%)**

MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 8.ª Série)	585 308,96
Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 1.ª Série)	29 425,31
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 9.ª Série)	611 405,63
Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 2.ª Série)	15 137,39
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 10.ª Série)	505 412,53
Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 3.ª Série)	15 947,45
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 11.ª Série)	583 612,41
Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 4.ª Série)	9 742,57
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 12.ª Série)	284 304,03
Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 5.ª Série)	9 266,30
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 13.ª Série)	331 922,48

Parcial 5 **2 981 485,06****Subtotal - Dotação para o fundo de reserva geral** **19 323 115,76****Para os Fundos Permanentes** (euros)

- Dotação nos termos do n.º 4 do Artigo 57.º do Código (CAM)

Modalidades Individuais

Rendas Vitalícias - 0,3%	11 998,86
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	1 637 916,26
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	163 864,89
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	7 275,53
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	418 714,75
Montepio Proteção Vida - 3%	77 939,41
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	5 327 085,90
Montepio Proteção 18-30 - 3%	64 858,03
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	218 321,93
Montepio Proteção Invalidez - 3%	477,88
Capitais de Garantia	0,00
Quotas para Invalidez - Modalidades Colectivas	0,00
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas - 3%	10 513,98
Rendas Temporárias - 3%	31 909,02
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%	95 498,96
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	2 585 309,21
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	10 456,05
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	892 567,64
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	0,00
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	30 457,58
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	134,71
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	689,19
Capitais de Previdência - 4%	291 689,34
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	610 372,01
Capitais para Jovens - 4%	445 846,33
Capitais para Estudos - 4%	31 490,96

Parcial 1 **12 965 388,42**

Para os Fundos Permanentes (continuação) (euros)

- Dotação nos termos do n.º 4 do Artigo 57.º do Código (CAM)

Modalidades Individuais

Subsídio por Morte - 4%	31 518,86
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	65 183,20
Pensão Sobrevivência e Dotes - 4%	576 714,87
Pensões para Deficientes - 4%	8 489,87
Capital Temporário de Invalidez - 4%	12 594,17
Rendas de Sobrevivência - 4%	10 239,07
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	682,92
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	64,03
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	3 771,33
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional - 4 %	537,12

Parcial 2 **709 795,44****Subtotal - Dotação para os Fundos Permanentes** **13 675 183,86****Para os Fundos Próprios** (euros)

- Dotação nos termos do n.º 4 do Artigo 57.º do Código (CAM)

Modalidades Individuais - de Capitalização

Montepio Poupança Reforma	1 890 863,57	
Montepio Poupança Complementar	19 007 989,43	
Capitais de Garantia	30 073,14	
Quotas para Invalidez - Modalidades Colectivas	6,22	
Montepio Capital Certo	61 015 655,46	81 944 587,82

Modalidades Colectivas - de Capitalização

Capitais Colectivos	111 102,03	111 102,03
---------------------	------------	------------

Modalidades Individuais - Outras Modalidades

Montepio Proteção Crédito à Habitação	747 083,84	
Montepio Proteção Outros Encargos	44 951,94	
Montepio Proteção Crédito Individual	106,72	792 142,50

Outros Fundos

Fundo Bolsa de Estudo	5 736,61	
Fundo Montepio Egitanense	3 543,02	
Fundo de Administração	275 020,62	
Fundo de Benefício de Solidariedade Associativa	5 080 267,59	5 364 567,84

Subtotal - Dotação para os Fundos Próprios **88 212 400,19****TOTAL DA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS POSITIVOS** **121 210 699,81**

12.5. Proposta de comparticipação para o fundo de administração

De forma a que as modalidades e fundos possam contribuir para assegurar os compromissos do Fundo de Administração, no que concerne aos Custos Administrativos que foram suportados pelo Montepio Geral Associação Mutualista, no exercício de 2023, **propõe-se** que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação para o fundo de administração:

Modalidades	(%)
Montepio Poupança Complementar	0,550%
Montepio Poupança Reforma	0,550%
Capitais Colectivos	0,550%
Montepio Capital Certo	0,550%
Montepio Proteção Crédito à Habitação, Outros Encargos e Crédito Individual	1,000%
Restantes Modalidades, Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias	0,264%

12.6. Proposta de atribuição de melhorias de benefícios

Atendendo às taxas técnicas de juro das Modalidades Atuariais (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, **propõe-se** que não sejam atribuídas Melhorias de Benefícios a estas modalidades.

Nas Modalidades Atuariais de 0,3%, **propõe-se** a atribuição de uma taxa de Melhorias de Benefícios de 2,0%, sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso (existentes em 31 de dezembro de 2023).

12.7. Excedentes técnicos de rendas vitalícias e rendas temporárias

Tendo em consideração as taxas técnicas de juro das Rendas Vitalícias e das Rendas Temporárias (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, **propõe-se** que as rendas constituídas, até 31 de dezembro de 2023, não sofram qualquer atualização.

Nas Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias de 0,3%, constituídas até 31 de dezembro de 2023, **propõe-se** uma taxa de atualização, também, de 2,0%.

12.8. Proposta de atribuição de rendimento anual complementar às modalidades de capitalização

Propõe-se:

- a atribuição de um rendimento anual complementar de 1,0% à modalidade Montepio Poupança Reforma e de 0,5% às modalidades Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos.

12.9. Proposta de dotação para a Fundação Montepio

Com o intuito de permitir que a Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral Associação Mutualista em 1995, possa dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, dada a sua natureza, no valor de 500 000 euros.

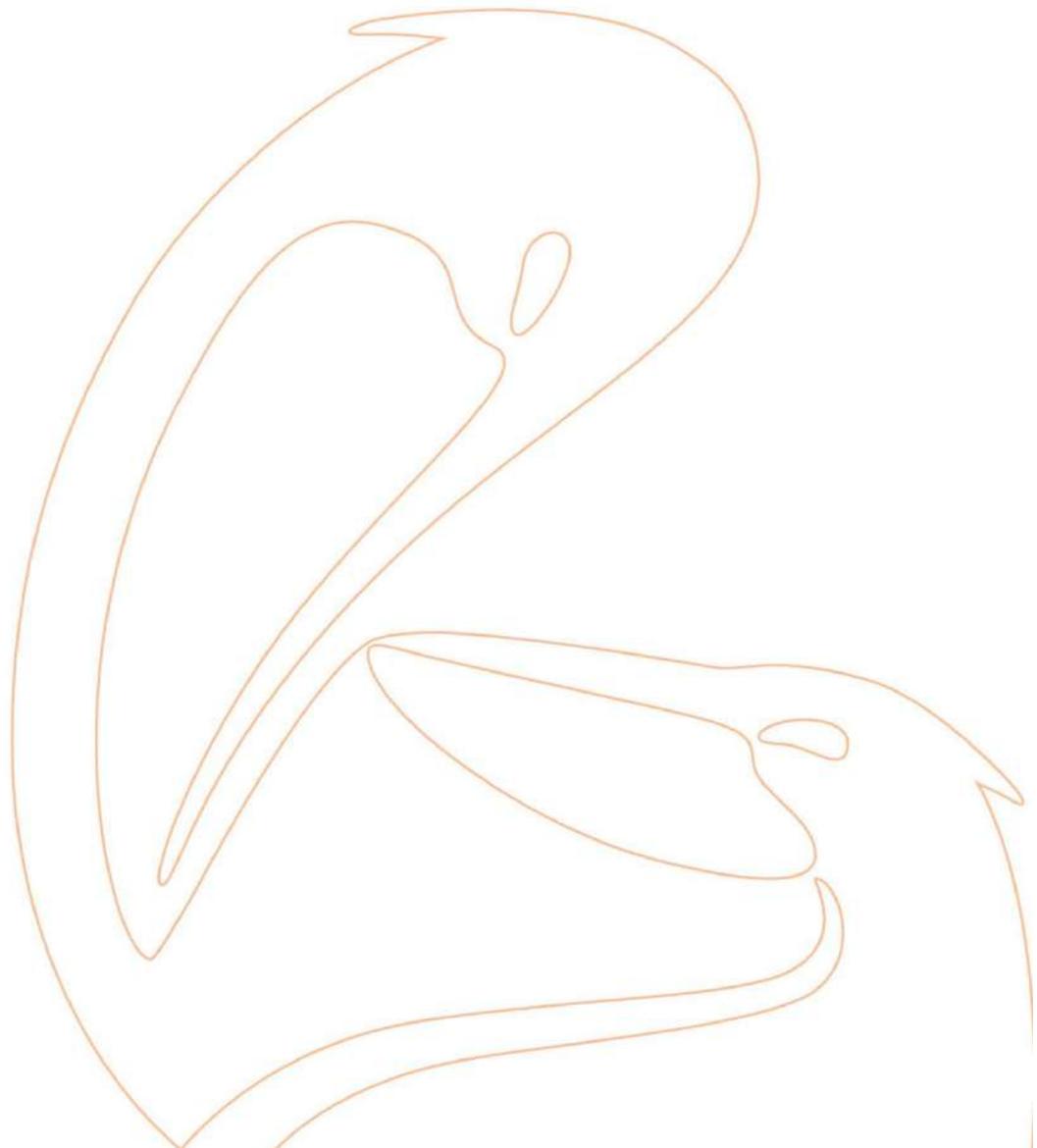
12.10. Prazos de execução das propostas

As propostas previstas nos pontos 12.1 a 12.9 serão executadas pelo Conselho de Administração nos prazos considerados adequados, tendo em consideração a prossecução de uma gestão sã e prudente.

Lisboa, 08 de março de 2024

13

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas



Demonstrações financeiras e notas explicativas

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração dos Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(milhares de euros)

	Notas	2023	2022
Proveitos inerentes a associados	3	869 486	848 529
Custos inerentes a associados	4	(857 030)	(762 690)
Variação das provisões técnicas	5	(19 785)	(47 710)
Juros e rendimentos similares	6	30 129	27 898
Juros e encargos similares	6	(756)	(785)
Rendimentos de instrumentos de capital	7	2 992	1 241
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	8	1 910	528
Resultados em ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	9	643	-
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	10	-	317
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	11	7 786	(772)
Gastos com pessoal	13	(5 692)	(5 828)
Gastos gerais administrativos	14	(19 515)	(19 876)
Depreciações e amortizações do exercício	15	(1 249)	(1 287)
Outros resultados de exploração	16	37 699	23 787
Resultado operacional		46 618	63 352
Provisões líquidas de reposições e anulações	31	(482)	(141)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	12	66 723	(7 816)
Resultado antes de impostos		112 859	55 395
Imposto corrente	28	(3 471)	(14 493)
Imposto diferido	28	2 583	9 332
Resultado líquido após impostos do exercício		111 971	50 234

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração do rendimento integral do exercício findo 31 de dezembro de 2023

	Nota	2023	2022
(milhares de euros)			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Reserva de justo valor de instrumentos financeiros			
Ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	34	25 644	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	34	-	(65 169)
Impostos diferidos	34	(8 558)	16 683
		17 086	(48 486)
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Remensurações do exercício	30	(517)	(127)
Reserva de reavaliação	25, 26 e 34		
Ativos fixos tangíveis		-	423
Impostos diferidos		-	(109)
		(517)	187
Total outro rendimento integral		16 569	(48 299)
Resultado líquido do exercício		111 971	50 234
Total de rendimento integral do exercício		128 540	1 935

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Montepio Geral – Associação Mutualista

Balço em 31 de dezembro de 2023

(milhares de euros)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	17	98 618	42 124
Aplicações em instituições de crédito	18	31 228	60 532
Ativos financeiros detidos para negociação	19	-	12 889
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	20	15 909	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	21	-	556
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22	578 870	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	-	550 102
Investimentos em subsidiárias e associadas	24	1 815 955	1 749 248
Propriedades de investimento	25	417 966	395 142
Outros ativos tangíveis	26	24 871	24 337
Ativos intangíveis	27	94	197
Ativos por impostos correntes	28	11 433	5 286
Ativos por impostos diferidos	28	909 654	912 737
Outros ativos	29	7 477	3 564
Total do Ativo		3 912 075	3 756 714
Passivo			
Outras Provisões	31	729	247
Provisões técnicas			
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	32	3 343 242	3 311 928
Subvenções e melhorias de benefícios	32	48 670	51 226
Outros passivos	29	31 161	27 515
Total do Passivo		3 423 802	3 390 916
Capital Próprio			
Fundos próprios	33	109 646	106 579
Excedentes Técnicos	33	119 085	70 644
Reservas de justo valor	34	(25 599)	(61 463)
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	34	7 448	15 734
Reserva geral	34	167 365	175 109
Outras reservas	34	(4 204)	5 883
Outras variações de capital próprio	34	2 561	3 078
Resultado líquido do exercício		111 971	50 234
Total do Capital Próprio		488 273	365 798
Total do Passivo e Capital Próprio		3 912 075	3 756 714

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Álpio Barrosa Pereira Dias

Montepio Geral – Associação Mutualista

Mapa das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(milhares de euros)

	Notas	Fundos Próprios	Excedentes Técnicos	Reservas de justo valor	Imposto diferido sobre reservas de justo valor	Reserva Geral	Outras reservas e Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		103 489	41 873	3 706	(949)	167 700	998	3 205	44 586	364 608
Variação da reserva de justo valor	23 e 34	-	-	(65 169)	-	-	-	-	-	(65 169)
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	34	-	-	-	16 683	-	-	-	-	16 683
Remensurações no exercício	30	-	-	-	-	-	-	(127)	-	(127)
Reserva de revalorização de ativos fixos tangíveis, líquida de imposto diferido	25, 26 e 34	-	-	-	-	-	314	-	-	314
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	50 234	50 234
Total do rendimento integral do exercício		-	-	(65 169)	16 683	-	314	(127)	50 234	1 935
Distribuição de resultados do MGAM	34	3 090	36 669	-	-	14 094	5 332	-	(44 586)	14 599
Cobertura de resultados negativos de modalidades	34	-	(7 761)	-	-	(6 838)	-	-	-	(14 599)
Distribuição de excedentes técnicos acumulados	34	-	(146)	-	-	146	-	-	-	-
Atribuição de rendimento complementar às modalidades de capitalização	34	-	-	-	-	-	(2 189)	-	-	(2 189)
Cobertura da insuficiência dos produtos CRPC		-	9	-	-	7	-	-	-	16
Impactos resultantes da liquidação da Montepio	24	-	-	-	-	-	1 428	-	-	1 428
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		106 579	70 644	(61 463)	15 734	175 109	5 883	3 078	50 234	365 798
Impactos da adoção da IFRS9 a 1 de janeiro de 2023		-	-	10 220	272	-	(7 615)	-	-	2 877
Saldos a 01 de janeiro de 2023 após aplicação da IFRS9		106 579	70 644	(51 243)	16 006	175 109	(1 732)	3 078	50 234	368 675
Variação da reserva de justo valor	22 e 34	-	-	25 644	-	-	-	-	-	25 644
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	34	-	-	-	(8 558)	-	-	-	-	(8 558)
Remensurações no exercício	30	-	-	-	-	-	-	(517)	-	(517)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	111 971	111 971
Total do rendimento integral do exercício		-	-	25 644	(8 558)	-	-	(517)	111 971	128 540
Distribuição de resultados do MGAM	34	3 067	59 786	-	-	11 116	6 380	-	(50 234)	30 115
Cobertura de resultados negativos de modalidades	34	-	(11 188)	-	-	(18 392)	(536)	-	-	(30 116)
Atribuição de rendimento complementar às modalidades de capitalização	34	-	-	-	-	(578)	(8 316)	-	-	(8 894)
Atribuição de melhorias	34	-	(78)	-	-	(2)	-	-	-	(80)
Reposição de reserva geral	34	-	(91)	-	-	91	-	-	-	-
Cobertura da insuficiência dos produtos CRPC		-	12	-	-	21	-	-	-	33
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		109 646	119 085	(25 599)	7 448	167 365	(4 204)	2 561	111 971	488 273

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Notas	2023	2022
(milhares de euros)			
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais			
Pagamentos inerentes a associados	4	(857 030)	(762 690)
Recebimentos inerentes a associados	3	869 486	848 529
Dotação para a Fundação Montepio Geral		(500)	(500)
Pagamentos a fornecedores		(15 829)	(21 204)
Pagamentos ao pessoal		(5 250)	(6 378)
Outros pagamentos e recebimentos		(5 448)	(2 348)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(9 619)	(26 028)
		(24 190)	29 381
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento			
Investimentos em subsidiárias e associadas		12	1 050
Investimentos em ativos fixos tangíveis		(6)	(161)
Pagamentos relativos a propriedades de investimento		(13 136)	(10 632)
Pagamentos relativos a ativos financeiros detidos para negociação		-	(392 139)
Pagamentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de resultados		(194 204)	(397)
Pagamentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		(201 317)	-
Pagamentos relativos a ativos financeiros disponíveis para venda		-	(326 994)
Recebimentos relativos a propriedades de investimento		28 095	15 816
Recebimentos relativos a ativos financeiros detidos para negociação		-	376 387
Recebimentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de resultados		203 953	1 564
Recebimentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		195 231	-
Recebimentos relativos a ativos financeiros disponíveis para venda			232 835
Rendimentos de ativos financeiros		29 810	21 627
Aplicações em instituições de crédito		29 495	15 024
Juros de depósitos à ordem		416	(1)
Dividendos	7	2 992	1 241
Recebimentos de financiamento a associados		(42)	1 028
		81 299	(63 752)
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento			
Pagamentos de passivos de locação		(614)	(604)
		(614)	(604)
Variação líquida em disponibilidades		56 495	(34 975)
Disponibilidades no início do período		42 123	77 098
Disponibilidades no fim do período	17	98 618	42 123

A CONTABILISTA CERTIFICADA
Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente
Idália Maria Marques Salvador Serrão
João Carlos Carvalho das Neves
Rui Pedro Brás de Matos Heitor
Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
Alípio Barrosa Pereira Dias

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

NOTA INTRODUTÓRIA

O Montepio Geral – Associação Mutualista (“Associação” ou “MGAM”), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social nas áreas da segurança social e da saúde e promover a cultura e a melhoria da qualidade de vida dos seus Associados, suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. O MGAM iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840, tendo completado 183 anos em 2023.

Em 2 de agosto de 2018, foi publicado o novo Código das Associações Mutualistas (CAM) – anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2018, que entrou em vigor em 2 de setembro de 2018. O CAM, assentando na afirmação da identidade mutualista, reformulando a definição do conceito de associação mutualista, relevando a sua natureza associativa, como pessoa coletiva de direito privado, os seus propósitos mutualistas, indicando que as associações mutualistas são Instituições Particulares de Solidariedade Social, que se integram na economia social, descrevendo, em vários artigos, os princípios mutualistas, reforça a participação dos associados, replicando os princípios da democracia representativa, através da criação de uma assembleia de representantes e reafirma a gestão autónoma e independente das associações relativamente às entidades públicas e a quaisquer outras entidades, sem prejuízo da implementação de instrumentos de fiscalização por parte do Estado.

Mas, as principais alterações do CAM são as que se referem à criação de um regime específico de supervisão para as associações mutualistas de maior dimensão económica, isto é, que captem, anualmente, um volume bruto de quotas das modalidades superior a 5 milhões de euros e cujo valor bruto total dos respetivos fundos exceda 25 milhões de euros. Tais associações mutualistas foram indicadas em despacho ministerial específico, ficando sujeitas a um regime especial de supervisão, que determina a aplicação, com as devidas adaptações, de requisitos do setor segurador, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As associações mutualistas abrangidas pelo regime especial de supervisão ficaram sujeitas a um regime transitório com o prazo de 12 anos, a contar da data do referido despacho ministerial, para se adaptarem aos novos requisitos dele decorrentes, sendo que o novo regime lhes será plenamente aplicável a partir da data em que termina esse prazo, desde que reúnam os requisitos legalmente exigidos para esse efeito.

Para formular contributos sobre a aplicação dos diversos requisitos prudenciais às especificidades das associações mutualistas e emitir parecer no âmbito da elaboração de

normas regulamentares pela ASF relativas ao regime transitório previsto, tendo em especial atenção a natureza específica das modalidades mutualistas, foi criada uma Comissão de Acompanhamento, composta por representantes dos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, das Finanças, da Direção-Geral da Segurança Social, da ASF e das associações abrangidas pelo regime especial de supervisão.

Em 29 de novembro de 2018 foi publicado o referido Despacho ministerial conjunto dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Despacho 11392-A/2018) que veio determinar a sujeição do Montepio Geral - Associação Mutualista ao regime transitório aplicável pela ASF.

Já em 2019, uma clarificação adicional do enquadramento regulamentar do Montepio Geral - Associação Mutualista ocorreu, no dia 16 de janeiro, com a publicação da Lei 7/2019, a qual, com as adaptações necessárias, acrescentou as Associações Mutualistas - artigo 33.º-A - no RJASR - Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora e aplicou as novas regras em matéria de distribuição de modalidades mutualistas estabelecidas pela transposição da Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016 (Diretiva de distribuição de seguros).

Tal como previsto no Decreto-Lei nº 59/2018, durante o período do regime transitório, a ASF tem vindo a solicitar reportes regulares sobre a atividade e a situação económico-financeira do MGAM e definiu, por norma regulamentar – Norma Regulamentar nº 3/2020-R, publicada em 2 de junho de 2020, a prestação inicial de informação pelas associações mutualistas abrangidas pelo regime transitório de supervisão.

O MGAM, cumprindo o disposto na Norma Regulamentar nº 3/2020-R preparou e remeteu à ASF, no prazo estabelecido, em 1 de setembro de 2020, um conjunto de informação, qualitativa e quantitativa, muito abrangente, incluindo um plano inicial de convergência para o referido regime especial de supervisão. Neste âmbito importa destacar que, relativamente aos requisitos financeiros, não foram definidos os critérios de adaptação do regime das entidades seguradoras (regime Solvência II) às especificidades das associações mutualistas, como previsto no CAM.

Em sessão extraordinária da Assembleia Geral de Associados, realizada a 4 de novembro de 2019, foi aprovado o projeto de alteração dos estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista para adaptação dos mesmos ao novo Código das Associações Mutualistas. Em 26 de outubro de 2020, a Direção-Geral da Segurança Social (DGSS) registou, em definitivo, os Estatutos da Associação, mudança fundamental para que estes ficassem em linha com o novo Código das Associações Mutualistas, tendo os mesmos entrado em vigor no dia 2 de novembro de 2020. Com a entrada em vigor dos novos estatutos foi extinto o Conselho Geral e a Associação passou a ter como órgãos associativos, para além da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, a Assembleia de Representantes, que tem 30 elementos.

Em 2021, na sequência da revisão do Plano de Convergência, com as adaptações que a Associação considera serem necessárias para o cumprimento de um regime de supervisão financeiro que obedeça a regime especial, o qual deve salvaguardar as especificidades

resultantes da natureza jurídica das associações mutualistas, os fins prosseguidos, o regime aplicável à sua constituição, às características da sua atividade, à autonomia dos seus associados, nomeadamente, na aprovação do regulamento de benefícios, conforme preconiza o Código das Associações Mutualistas, a ASF veio assumir/comunicar que tais adaptações configuram variantes significativas ao regime de solvência, pelo que as mesmas não podem ser assumidas no quadro legal vigente. Deste modo, só poderão eventualmente ser admitidas mediante alterações legislativas. Entretanto, não ocorreram desenvolvimentos sobre esta matéria.

1 BASES DE APRESENTAÇÃO, POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1 Bases de apresentação

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“*IFRS*”) tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (“*ESNL*”) e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e até 31 de dezembro de 2022, a Associação adotou as *IFRS*, no âmbito do disposto no Regulamento (CE)

n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, tendo apresentado as suas demonstrações financeiras de acordo com as *IFRS*, tal como adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais (“demonstrações financeiras”) da Associação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas de acordo com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (a Tutela), tal como enquadrado / explicado em seguida.

O MGAM apresenta uma singularidade no mercado português, que deve ser considerada na determinação do referencial contabilístico a adotar, sendo uma associação mutualista com uma dimensão incomparável em Portugal, com mais de 600 mil associados e com uma estrutura empresarial subjacente.

A natureza da principal atividade do MGAM, que recebe poupanças dos mutualistas e as devolve aos mesmos, atendendo sempre aos princípios de entreajuda e de solidariedade,

próprios da atividade de uma associação mutualista, não é comparável com qualquer outra atividade exercida por outra organização ou empresa, nomeadamente do setor dos seguros, banca ou gestão de fundos de investimento. Para estas atividades, o MGAM detém empresas instrumentais (Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.; Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A; Caixa Económica Montepio Geral e Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de investimento Coletivo, S.A.).

De facto, o recebimento das poupanças dos associados constitui um rendimento (e um ativo) para o MGAM, sendo a responsabilidade associada à restituição de montantes entregues aos mesmos um gasto (e um passivo).

Este enquadramento contabilístico está em linha com as obrigações e enquadramento definidos no Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, em concreto com o disposto nos artigos 53.º a 74.º relativos ao regime financeiro aplicável às associações mutualistas, com especial enfoque na obrigação de registo das quotas dos associados como rendimento e de registar a variação de responsabilidades através das provisões matemáticas, como gasto.

Com a revogação da IFRS 4 e a adoção da IFRS 17, esta informação deixaria de ser apresentada, e violaria, no entendimento do Conselho de Administração, as disposições previstas no Código das Associações Mutualistas, não espelhando, de forma apropriada, a realidade da atividade do MGAM.

Considerando que, atualmente, e até 31 de dezembro de 2030, o MGAM não se encontra sujeito à supervisão da ASF, sendo supervisionado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Conselho de Administração solicitou à Tutela autorização para que as normas contabilísticas a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2023 relativas à mensuração de responsabilidades inerentes às modalidades subscritas pelos associados, fossem as mesmas que vigoravam até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, o MGAM recebeu um ofício do Senhor Diretor-Geral da Direção-Geral da Segurança Social, referindo que, no âmbito das atribuições da Comissão de Normalização Contabilística ("Comissão"), prevê a alínea i) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, a de emitir entendimentos sobre a aplicação das normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, relativamente às entidades que exerçam a opção referida nos n.ºs 2 e 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e que não sejam abrangidas pelo artigo 5.º do mesmo diploma. O MGAM exerceu essa opção, cabendo à Comissão pronunciar-se.

Estando a referida Comissão em condições de se pronunciar no caso de a Tutela não se pronunciar em sentido oposto, mereceu a concordância do Senhor Secretário de Estado da Segurança Social o entendimento de não existir entrave legal, ou da tutela, à opção tomada pelo MGAM, na condição de serem mantidas as obrigações de reporte financeiro à Tutela decorrente do Código das Associações Mutualistas.

Em função do referido acima, a partir do exercício de 2023, inclusive, o MGAM não aplicará a IFRS 17, continuando a adotar a IFRS 4 no tratamento contabilístico dos produtos que distribui junto dos seus associados.

É entendimento do Conselho de Administração da Associação, que as referidas disposições de relato financeiro são de base IFRS, com exceção da adoção da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

Em função do referido acima, as políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2023, foram aplicadas, de forma consistente, com aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2022, com exceção das alterações decorrentes da adoção das IFRS 9 - Instrumentos financeiros, uma vez que, até 2022, inclusive, a Associação aplicou a IAS 39 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, no âmbito da isenção permitida às entidades que exerciam, maioritariamente, atividade seguradora.

A IFRS 9, que veio substituir a IAS 39, estabelece regras diferentes para a contabilização dos instrumentos financeiros, apresentando significativas alterações, sobretudo no que respeita aos requisitos de imparidade.

A Associação utilizou o regime de transição “retrospectivo modificado”, o qual permite não efetuar reexpressão dos valores comparativos e registar o efeito acumulado dos impactos da adoção, no que respeita à valorização dos ativos financeiros e reconhecimento das perdas esperadas de crédito por contrapartida de resultados transitados na data do balanço de abertura, respeitante a 1 de janeiro de 2023. A IFRS 9 introduz novos requisitos no que respeita à (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) mensuração e reconhecimento de imparidade de crédito sobre ativos financeiros através de um modelo de perdas esperadas e (iii) contabilidade de cobertura.

Os principais impactos da adoção da norma foram os seguintes:

(milhares de euros)

	31-12-2022	Reclassificação de carteiras	Imparidade	01-01-2023
Ativo				
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	42 124	-		42 124
Aplicações em instituições de crédito	60 532	-	(15)	60 517
Ativos financeiros detidos para negociação	12 889	(12 889)		-
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	25 290		25 290
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	556	(556)		-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	538 257		538 257
Ativos financeiros disponíveis para venda	550 102	(550 102)		-
Investimentos em subsidiárias e associadas	1 749 248	-		1 749 248
Propriedades de investimento	395 142	-		395 142
Outros ativos tangíveis	24 337	-		24 337
Ativos intangíveis	197	-		197
Ativos por impostos correntes	5 286	-		5 286
Ativos por impostos diferidos	912 737	-	2 892	915 629
Outros ativos	3 564	-		3 564
Total do Ativo	3 756 714	-	2 877	3 759 591
Passivo				
Outras Provisões	247	-	-	247
Provisões técnicas				-
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	3 311 928	-	-	3 311 928
Subvenções e melhorias de benefícios	51 226	-	-	51 226
Outros passivos	27 515	-	-	27 515
Total do Passivo	3 390 916	-	-	3 390 916
Capital Próprio				
Fundos próprios	106 579	-	-	106 579
Excedentes Técnicos	70 644	-	-	70 644
Reservas de justo valor	(61 463)	(1 061)	11 281	(51 243)
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	15 734	272	-	16 006
Reserva geral	175 109	-	-	175 109
Outras reservas	56 117	789	(8 404)	48 502
Outras variações de capital próprio	3 078	-	-	3 078
Total do Capital Próprio	365 798	-	2 877	368 675
Total do Passivo e Capital Próprio	3 756 714	-	2 877	3 759 591

Os impactos detalhados acima devem-se, essencialmente, à reclassificação contabilística entre a anterior categoria de ativos disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Os títulos reclassificados são na sua grande maioria instrumentos representativos de capital, como ações e unidades de participações, e alguns títulos de dívida que não passam no teste SPPI,

A gestão das carteiras segue maioritariamente dois propósitos: (i) compra e venda de títulos para realização de valias no curto prazo aproveitando a volatilidade de mercado e (ii) aquisição de títulos cuja duração e timings dos fluxos de caixa são coincidentes com responsabilidades técnicas de maturidade definida, sendo estes títulos adquiridos para obtenção de rendimento e nalguns caso venda, quando as condições de mercado são favoráveis e justificam a alienação em detrimento da *yield* associada.

A Associação elabora contas consolidadas, que serão apresentadas oportunamente.

Não obstante as demonstrações financeiras terem sido preparadas de acordo com as disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (a Tutela), o Conselho de Administração decidiu manter como política incorporar nas bases de apresentação as alterações às IFRS que se tornam efetivas em cada exercício, à exceção da IFRS 17. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Associação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas na nota 38.

No plano fiscal, a Associação beneficiou, até 31 de dezembro de 2016, da isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), a qual foi ainda objeto de reconhecimento por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Contudo, a Associação deixou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, de beneficiar daquela isenção. Neste sentido, a Associação passou a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas coletivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se ainda que conforme descrito na Nota 28, este facto foi confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade, exceto quando indicado em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e propriedades de investimento, e exceto relativamente aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras tendo por base as disposições de relato financeiro pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *requerem* que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento

ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1.3).

As demonstrações financeiras da Associação foram preparadas no pressuposto da continuidade das respetivas operações, bem como da sua capacidade para fazer face às suas exigências de liquidez, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável e ao rendimento das suas participações financeiras e da concretização do seu plano de atividades no futuro. Para uma melhor compreensão dos riscos considerados pelo Conselho de Administração na avaliação da adequação deste pressuposto, ver Nota 24 - Investimentos em subsidiárias e associadas e nota 37 - Gestão de Riscos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 8 de março de 2024. O Conselho de Administração espera que as mesmas sejam aprovadas em Assembleia de Representantes sem alterações significativas.

1.2 Políticas contabilísticas

a) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, tendo em consideração a seguinte vida útil esperada dos bens:

Tipo de activo	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Edifícios - Beneficiações	10 a 15
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento Administrativo	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor

recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

b) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Associação necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

c) Propriedades de investimento

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subseqüentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os custos subseqüentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

A transferência para, ou de propriedades de investimento deve ser feita quando, e apenas quando, houver uma alteração no seu uso. Numa transferência de propriedades de investimento escriturada pelo justo valor para propriedade ocupada pela Associação (Ativos Tangíveis), o custo considerado da propriedade para subseqüente contabilização deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso.

Se uma propriedade ocupada pela Associação se torna numa propriedade de investimento que seja escriturada pelo justo valor, a Associação utiliza os mesmos princípios contabilísticos que aplica aos ativos tangíveis, até à data da alteração de uso. Qualquer diferença existente na data da transferência, entre a quantia escriturada da propriedade e o seu justo valor é tratada de acordo com o regime de revalorização dos ativos tangíveis.

d) Investimentos em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) sobre as quais a Associação exerce controlo. A Associação controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Associação detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Associação não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, quando existem indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Associação constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

e) Locações

Definição de locação

A Associação considera que existe uma locação quando um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o

direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período de tempo em troca de uma retribuição.

Na ótica de locatário

A Associação reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value (NPV)* do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados antes da entrada em vigor do contrato, deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);
- um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (*NPV*), o que inclui:
 - pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
 - pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
 - as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
 - o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
 - pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Quando não seja possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da *IFRS 16*), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva *swap*), acrescido de um spread de risco da Associação, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo, é considerada essa data como data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;

- pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;
- a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

A Associação reavalia um passivo de locação, e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso, sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação, ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); ou
- um contrato de locação é modificado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os ativos sob direito de uso são depreciados desde a data de entrada em vigor até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de a Associação ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação começa na data de entrada em vigor da locação.

Os registos das locações nas demonstrações financeiras da Associação são como segue:

na demonstração dos resultados:

- registo em “Juros e encargos similares” o gasto de juros relativo aos passivos de locação;
- registo em “Gastos gerais administrativos” os montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
- registo em “Depreciações e amortizações do exercício” o custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.

no balanço:

- registo em “Outros ativos tangíveis”, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
- registo em “Outros passivos” pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

na demonstração dos fluxos de caixa:

A rubrica Fluxos de caixa de atividades operacionais – Outros pagamentos e recebimentos inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de ativos de baixo valor e a rubrica Fluxos de caixa de atividades de financiamento – Pagamentos de passivos de locações, inclui os montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações.

f) Ativos financeiros

A Associação utilizou a permissão de continuar a aplicar a isenção da aplicação da IFRS 9 até 1 de janeiro de 2023, conforme o parágrafo 20 da IFRS 4, tendo concluído em 31 de dezembro de 2022 que não ficaria abrangida pela aplicação da IFRS 17.

Política adotada até 31 de dezembro de 2022

Classificação

A Associação classificava os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes estava subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Associação tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Associação a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Associação ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- Empréstimos e contas a receber

Esta categoria inclui valores a receber relativos a transações relacionadas com a atividade desenvolvida pela Associação.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros, correspondentes a instrumentos de capital, para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor, são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Associação não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo

anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Em 1 de janeiro de 2023 a Associação adotou, pela primeira vez, a IFRS9 – Instrumentos financeiros, substituindo a IAS 39 – Instrumentos financeiros, que aplicou até 31 de dezembro de 2022.

Política adotada a partir de 1 de janeiro de 2023

Ativos financeiros: Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- O modelo de negócio do MGAM para a carteira onde o ativo financeiro será inserido; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

A Associação procedeu, com referência a 1 de janeiro de 2023, à avaliação do Modelo de Negócio onde se enquadram os ativos financeiros, isto é, ao nível das carteiras e da forma como estas são geridas.

O modelo de negócio reflete a forma como a Associação gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim importa perceber se o objetivo da Associação é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos. Se nenhuma destas situações é aplicável, isto é, os ativos financeiros são detidos para negociação, então os ativos financeiros são classificados como parte de “outro” modelo de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados.

O fator considerado pela Associação, na identificação do modelo de negócio, para um conjunto de ativos tem em conta as especificidades das modalidades associativas e a gestão das suas carteiras de ativos, considerando a seguinte informação relevante:

- Política e objetivos definidos para a gestão de carteiras;
- Tipo de carteiras e responsabilidades associadas;

- Perfil de recebimento de juros contratualizados de acordo com a duração das responsabilidades;
- Venda de ativos com a finalidade de realizar fluxos de caixa;
- Análise da performance das carteiras;
- Identificação dos riscos que podem afetar o desempenho das carteiras e o modelo de negócio; e
- Histórico da frequência da venda de ativos, expectativas futuras e impacto no modelo de negócio.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI – *Solely Payments of Principal and Interest*).

Para efeitos desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial e “juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e para outros riscos e custos associados a atividade como risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, foram considerados os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possa modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma que não cumpram a condição de SPPI.

No processo de avaliação, atendeu-se, nomeadamente a:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado/e ou de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a ativos específicos, por exemplo a existência de cláusulas que impedem o acesso a ativos em caso de incumprimento – “*non-recourse asset*”; e
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro ou do risco de crédito.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente como critério SPPI, se:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados ainda não pagos, podendo, inclusive, incluir uma compensação pelo pagamento antecipado; e
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na carteira de “Ativos financeiros ao custo amortizado” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e

Os fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas de crédito esperadas, as quais reduzem o valor do ativo financeiro por contrapartida de gastos do período.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos em proveitos, com base no método da taxa de juro efetiva e os ganhos e perdas gerados no momento do desreconhecimento, caso ocorram, são registados como proveito ou perdas do período.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral

Classificação

Instrumentos de dívida

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de Outro rendimento Integral” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro, caso surjam oportunidades de negócio que o justifiquem; e

Os fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Instrumentos de capital

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, o MGAM pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Esta opção é exercida caso a caso e está disponível apenas para a generalidade dos instrumentos que cumpram a definição de instrumentos de capital prevista na IAS 32.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação e, subsequentemente, são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento Integral (reservas de reavaliação). Aquando da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral são registados em resultados.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, por contrapartida de outro rendimento integral e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço nem nos capitais próprios.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos em resultados do período com base no método da taxa efetiva.

Instrumentos de capital com opção irrevogável

Os instrumentos de capital, com opção irrevogável, ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação e, subsequentemente, são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento Integral (reservas de reavaliação). Aquando da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral permanecem em outro rendimento integral.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas” se o modelo de negócio ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado, nem ao justo valor através de outro rendimento integral. Em conformidade com esta análise, a Associação classificou como “Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas” os seguintes ativos:

Instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida, ou seja, não cumprem o critério de SPPI);

Ativos financeiros de rendimento variável, como unidades de participação em fundos de investimento.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou os proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidos em resultados.

A periodização de juros é reconhecida em proveitos no exercício em que ocorrem com base na taxa de juro efetiva de cada transação. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado, alterações essas que se esperam que sejam muito pouco frequentes. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados. A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos ou perdas, incluindo os resultantes de imparidade, ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de (i) investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral ou (ii) quando a opção pelo justo valor foi exercida para ativos e passivos financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O MGAM desreconhece os ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros forem substancialmente transferidos ou o MGAM não mantiver o controlo dos mesmos.

Perdas de Imparidade

O MGAM reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros classificados como:

Ativos financeiros ao custo amortizado

As perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida de resultados.

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas em resultados por contrapartida de outro rendimento integral, não reduzindo o balanço destes ativos financeiros nem os capitais próprios.

Definições e conceitos

No âmbito do modelo de IFRS9, são reconhecidas imparidades para perdas de crédito esperadas em função da deterioração do risco de crédito verificada desde o seu reconhecimento inicial.

A probabilidade de incumprimento (PD) representa a probabilidade de ocorrência de incumprimento num determinado horizonte temporal.

A avaliação da probabilidade de incumprimento é efetuada com recurso aos ratings atribuídos por agências de rating de referência para cada emissão ou emitente, caso não esteja atribuída classificação à emissão.

Perda esperada de incumprimento (LGD) consiste numa estimativa da perda resultante de um incumprimento (*default*), expressa em percentagem da exposição que o MGAM espera ter após um evento de incumprimento (*default*).

A exposição ao incumprimento (EAD) é a estimativa da exposição numa data de incumprimento futura que tem em conta as alterações esperadas depois da data de reporte, tais como reembolsos de capital e juros.

A perda de crédito esperada (ECL) deve refletir o valor temporal do dinheiro, pelo que as exposições em incumprimento têm de ser descontadas para a data de reporte. A taxa de desconto (D) a considerar será a taxa de juro efetiva do ativo no momento de reconhecimento inicial, já que é um valor que considera as perspetivas do mercado relativamente ao valor temporal do dinheiro e aos riscos específicos dos fluxos de caixa.

Para este efeito, as operações são classificadas num dos seguintes *stages*:

Stage 1: são classificadas nesta fase os instrumentos de dívida em que não se verifica um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. As perdas por imparidade associadas a operações classificadas nesta fase correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de incumprimento (*default*) que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

Stage 2: são classificadas nesta fase os instrumentos de dívida em que se verifica um aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, mas que não estão em situação de imparidade. As perdas por imparidade associadas a obrigações classificadas nesta fase correspondem as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado dos instrumentos de dívida (perdas de crédito esperadas "*lifetime*"). Considera-se que nas seguintes situações se verifica um aumento significativo do risco de crédito:

- Degradação significativa da notação de rating, entre a notação atribuída na data de entrada da posição em carteira e a notação atribuída na data de reporte;
- Exposições que não tenham notação atribuída na data de entrada da posição em carteira ou na data de reporte;

- Exposições que há data de reporte tenham notação de risco elevada;
- Situações em que se verifique na data de reporte um atraso superior a 30 dias no pagamento de capital ou juros (*backstop*).

Stage 3: ativos para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do ativo. Considera-se com evidência objetiva de imparidade os títulos em que se verifique pelo menos uma das condições da definição de incumprimento:

- Situações em que se verifique na data de reporte um atraso superior a 90 dias no pagamento de capital ou juros;
- Situações em que se verifique uma reestruturação do plano de pagamento inicial, que implique perda financeira para os detentores dos títulos;

g) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

Os conceitos utilizados na apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa são os seguintes:

Fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, disponibilidades em instituições de crédito e aplicações de muito curto prazo em instituições de crédito (com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço) e com risco insignificante de variações de justo valor.

Atividades operacionais

Utiliza-se o método indireto para a apresentação dos fluxos de caixa atividades operacionais, refletindo o fluxo das atividades típicas da Associação, bem como outras atividades que não são qualificadas como de investimento ou financiamento.

Atividades de investimento

A aquisição, venda ou outras alienações de ativos de longo prazo, tais como participações em empresas filiais e associadas, aquisição de ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, assim como outros investimentos estratégicos não incluídos nas atividades operacionais.

Atividades de financiamento

Inclui os recebimentos / pagamentos relativos a instrumentos de capital, financiamentos obtidos, e pagamentos de passivos de locações.

i) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Associação procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

j) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k) Benefícios aos empregados

Pensões

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa económica bancária S.A. (anteriormente designada por Caixa Económica Montepio Geral) (adiante designada “CEMG” ou “Caixa Económica Montepio Geral”) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsídio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM relativa ao plano de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto

correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido na rubrica de custos com pessoal.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Férias e subsídio de férias

Em Portugal, de acordo com a lei laboral, os empregados têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades da Associação são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento, e são refletidas na rubrica "Outros passivos".

Remunerações variáveis aos órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

l) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efetua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efetuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pela Associação, no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

m) Contratos de seguro

Classificação

A Associação no âmbito das modalidades associativas emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o associado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no *IFRS 4 Contratos de Seguro*.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento, com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando as modalidades são subscritas. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo enquadrados na norma *IAS 37* e divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Um passivo contingente corresponde:

- a) a uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da Associação; ou
- b) a uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) Não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes identificados são objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

o) Impostos sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2016, o MGAM encontrava-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido ainda reconhecida por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, aquela isenção deixou de ser aplicável em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, passando o MGAM a estar sujeito ao regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas coletivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

O passivo ou ativo por imposto corrente de períodos anteriores bem como os passivos ou ativos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas quantias que se estimam pagar ou receber nos termos da legislação aplicável que esteja em vigor ou substancialmente em vigor à data de final do período de reporte.

Tendo em consideração a alteração do regime fiscal aplicável, os efeitos das alterações são reconhecidos em resultados ou em outro rendimento integral consoante se relacionem com itens que sejam reconhecidos, no mesmo ou em diferentes períodos, em resultados ou fora dos resultados (em outro rendimento integral ou diretamente em capital próprio).

O registo dos impactos fiscais das transações realizadas pela Associação corresponde ao entendimento da gestão sobre o tratamento fiscal aplicável à luz da legislação emitida. Nas situações em que haja lugar a interpretação e tal venha a ser questionado pela Administração Fiscal, a gestão procede à sua reanálise, avaliando a probabilidade de existir uma responsabilidade a registar, consoante a probabilidade de pagar seja superior ou inferior ao 50%.

Em outubro de 2021, no âmbito do projeto de combate à Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros ("*BEPS 2.0 – Base Erosion and Profit Shifting 2.0*") da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("*OCDE*"), cerca de 137 membros da OCDE/G20, que representam 90% do PIB mundial chegaram a acordo para uma reforma do

sistema tributário internacional, através do qual foi aprovado um quadro geral para um regime de imposto mínimo mundial comumente designado de “Pilar II”.

Neste sentido, o Pilar II do BEPS 2.0, consagrado na Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, veio instituir um nível mínimo mundial de tributação de 15% para as grandes empresas multinacionais e para os grandes grupos domésticos, o qual poderá resultar no pagamento de um imposto complementar.

A este respeito, e no que se refere a Portugal, importa notar que, em julho de 2023, foi disponibilizado para consulta alargada o anteprojeto de transposição da Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, o qual ainda se encontra pendente de transposição.

O Grupo Montepio tem vindo a encetar esforços por forma a identificar os potenciais impactos associados à implementação das regras do Pilar II, tendo verificado que deverá cumprir com os critérios de elegibilidade para a aplicação das regras do Pilar II, nomeadamente por apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a €750M em dois dos últimos quatro exercícios.

De acordo com a análise efetuada, o perímetro do Grupo Montepio para efeitos do Pilar II será constituído por 26 entidades, as quais se encontram localizadas em duas jurisdições – Portugal e Moçambique.

Não obstante, tanto a Diretiva como o anteprojeto estabelecem uma regra de exclusão de aplicação da *Income Inclusion Rule* (“IIR”) e da *Undertaxed Payments Rule* (“UTPR”) para os grandes grupos nacionais e os grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial de atividade internacional.

Esta regra especial estatui que o imposto complementar devido é zero na jurisdição da entidade-mãe final dos grandes grupos nacionais e dos grupos de empresas multinacionais que se encontrem numa fase inicial da sua atividade internacional, a qual pressupõe (no caso dos grupos de empresas multinacionais) que, em cada exercício fiscal: (i) incluam entidades constituintes localizadas em não mais de seis jurisdições e (ii) a soma do valor contabilístico líquido dos ativos tangíveis de todas as suas entidades constituintes, com exceção das entidades constituintes localizadas na jurisdição de referência, não seja superior a €50M.

Adicionalmente, a referida norma prevê a possibilidade de aplicação da regra de exclusão durante cinco anos após o início do primeiro exercício fiscal em que o grupo passe a estar abrangido pelas regras do Pilar II. No entanto, deverá ser aferido anualmente se os requisitos acima elencados se encontram cumpridos.

De acordo com a análise realizada, o Grupo Montepio deverá cumprir com os requisitos para aplicação da regra de exclusão referente a grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial da sua atividade internacional, ficando assim, dispensado do pagamento do imposto complementar a respeito das suas entidades localizadas em Portugal, jurisdição da entidade-mãe final (Montepio Geral – Associação Mutualista).

Por sua vez, no que respeita à entidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A., dado o seu montante total de rendimentos e resultado antes de impostos, é expectativa do Grupo que a mesma não origine encargos Pilar II, nomeadamente por aplicação da exclusão de minimis e das regras de salvaguarda transitórias.

p) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

q) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

r) Justo Valor

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1).

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns dos ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

A Associação aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2).

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MGAM são os seguintes:

Caixa e Disponibilidades em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Outros ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Hierarquia de justo valor

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados ativos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

1.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações financeiras

As *IFRS* estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de

Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Perdas por imparidade em ativos financeiros e instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

a) Aumento significativo do risco de crédito:

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de default num horizonte temporal de doze meses, para os ativos em Estágio 1, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de default em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em Estágio 2 e 3. Um ativo é classificado em Estágio 2 sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, a Associação tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

b) Probabilidade de incumprimento:

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cuja avaliação é efetuada com recurso aos ratings atribuídos por agências de rating de referência para cada emissão ou emitente, caso não esteja atribuída classificação à emissão.

c) Perda dado o incumprimento:

A Perda em Caso de Incumprimento (LGD – Loss Given Default) indica a percentagem de perda que se espera incorrer caso a exposição entre em incumprimento. A LGD atribuída a cada exposição resulta da informação publicada pelas agências de rating, refletindo o valor médio de perda observada para os incumprimentos observados no passado, diferenciando-se as exposições com notação na escala interna “Investment Grade” das classificadas em “Speculative Grade”.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas nas notas 18, 19, 20, 21, 22 e 23, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Provisões matemáticas (ver nota 32)

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas (ver Nota 24)

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, quando existem indícios de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na determinação da imparidade em subsidiárias e associadas encontram-se descritos na Nota 24.

Impostos sobre os lucros (ver Nota 28)

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Este aspeto assume relevância acrescida para efeitos da análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, sendo que a Associação considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluído a estimativa de resultados antes de impostos, ajustamentos à matéria coletável e a sua interpretação da legislação fiscal. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da

estratégia do Conselho de Administração, nomeadamente na capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que existam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Associação, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados (ver nota 30)

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 NÚMERO DE ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2023, a Associação possuía 604 799 (2022: 606 483) Associados efetivos, que efetuaram 927 662 inscrições (2022: 935 244).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2023	2022
Modalidades individuais		
Montepio Poupança Complementar	398 616	390 435
Montepio Proteção de Encargos	86 974	92 296
Capitais de previdência diferidos com opção + Montepio 5 em 5	149 053	157 240
Montepio Poupança reforma	22 368	22 404
Capitais para jovens + Montepio 18-30	10 896	11 287
Capitais de previdência + Montepio Proteção Vida	5 584	5 595
Montepio Capital Certo	133 579	128 726
Pensões de reforma	1 889	2 135
Pensões de sobrevivência e dotes	1 043	1 096
Outros	1 026	1 096
	811 028	812 310
Modalidades de coberturas adicionais		
Pensões de reforma - restituição de quotas	2 428	2 620
Capital temporário de invalidez	19	35
Pensões de reforma - adicional de invalidez	42	47
Quotas para capitais de garantia	13	13
	2 502	2 715

3 PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS

Nos exercícios de 2023 e 2022, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Jóias	316	317
Quotizações e capitais	865 879	847 529
Outros proveitos inerentes a associados	3 291	683
	869 486	848 529

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1.2 m).

Esta rubrica inclui ainda o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção / Montepio Proteção 5 em 5	41 897	67 922
Garantia de pagamento de encargos	23 052	23 688
Capitais para jovens / Montepio Proteção 18-30	4 445	6 362
Pensões de reforma	788	980
Capitais de previdência	626	672
Outras	245	224
	71 051	99 848
Outras Modalidades		
Encargos médicos Administrativos	2	2
Capitais de Garantia	170	171
	171	173
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	122 703	138 476
Poupança reforma	7 005	8 293
Capitais de reforma de prazo certo	652 837	588 404
Modalidades coletivas	121	173
	782 666	735 346
Outros		
Benefícios de solidariedade associativa	11 870	11 740
Rendas vitalícias	121	422
Rendas temporárias	1	-
	11 991	12 162
	865 879	847 529

O aumento ocorrido nos proveitos inerentes a associados resulta, fundamentalmente, do maior número de subscrições nos produtos mutualistas face ao ano anterior, em particular nas modalidades de capitalização.

4 CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS

Nos exercícios de 2023 e 2022, os custos inerentes a associados são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Prestações e capitais	830 231	742 334
Melhorias de benefícios	4 384	4 414
Outros custos inerentes a associados	22 415	15 942
	857 030	762 690

A rubrica “Prestações e capitais” diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na nota 1.2 m).

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2023	2022
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	50 938	66 691
Capitais para jovens	5 605	6 378
Pensões de reforma	6 768	6 770
Capitais de previdência	688	563
Capitais transferidos para Pensão / Renda	576	679
Outras	1 006	743
	65 581	81 824
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	170 476	125 086
Poupança reforma	9 781	4 792
Capitais de reforma de prazo certo	582 294	528 621
Modalidades coletivas	260	228
	762 811	658 727
Outros		
Benefício de solidariedade associativa	283	174
Rendas vitalícias	1 464	1 522
Rendas temporárias	92	87
	1 839	1 783
	830 231	742 334

A rubrica “Outros custos inerentes a associados” refere-se a restituição de quotas, cessões de direitos, pagamentos de capital contratados, afetos a contratos de crédito à habitação, por morte ou invalidez do Associado Subscritor, nas situações de risco cobertas (morte, morte e Invalidez absoluta e definitiva ou morte e invalidez total e permanente, consoante a cobertura subscrita) e custos promocionais.

A rubrica “Subvenções e melhorias de benefícios” é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	75	123
Capitais para jovens	33	50
Pensões de reforma	2 374	2 412
Capitais de previdência	1 002	889
Capitais transferidos para Pensão / Renda	36	40
Outras	864	900
	4 384	4 414

O aumento ocorrido nos custos inerentes a associados resulta, fundamentalmente, do maior número de resgates antecipados nos produtos mutualistas face ao ano anterior, em particular nas modalidades de capitalização.

5 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Nos exercícios de 2023 e 2022, o valor desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

2023

	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	(47 963)	25 552	(22 411)
Melhorias de benefícios	-	2 626	2 626
	(47 963)	28 178	(19 785)

(milhares de euros)

2022

	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	(92 893)	43 176	(49 717)
Melhorias de benefícios	-	2 007	2 007
	(92 893)	45 183	(47 710)

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2023 e de 2022 nas provisões técnicas encontra-se detalhado na nota 32.

6 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2023 e 2022, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2023	2022
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em instituições de crédito	612	19
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	261	-
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	29 166	-
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	-	14
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	-	27 756
Outros juros e rendimentos similares	91	109
	30 129	27 898
Juros e encargos similares		
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(686)	-
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(722)
Juros de locações	(66)	(50)
Outros juros e encargos similares	(4)	(13)
	(756)	(785)

Os Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (em 2022 apresentados na linha "Juros de ativos financeiros detidos para negociação"), são relativos, na sua maioria, a juros de títulos de dívida de subsidiárias da Associação (ver nota 36 – Partes relacionadas).

7 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2023 e 2022, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2023	2022
Rendimentos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	20	108
Rendimentos de subsidiárias e associadas	2 972	1 133
	2 992	1 241

O detalhe dos rendimentos de subsidiárias e associadas refere-se a dividendos recebidos (ver na nota 36 – Partes relacionadas).

8 RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2023 e 2022, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2023			2022		
	Rendimentos	Gastos	Total	Rendimentos	Gastos	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	628	-	628	783	(377)	406
De outros emissores	374	(20)	354	239	-	239
Bilhetes do tesouro	146	-	146	20	(47)	(27)
Títulos de rendimento variável						
Ações	735	(21)	715	39	-	39
Unidades Participação	1 600	(1 532)	68	-	(129)	(129)
	3 483	(1 573)	1 910	1 081	(553)	528

9 RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Nos exercícios de 2023 e 2022, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2023		
	Rendimentos	Gastos	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	71	(16)	55
De outros emissores	613	(25)	589
Bilhetes do Tesouro	-	(1)	(1)
	685	(42)	643

10 RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2023 e 2022, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2022		
	Rendimentos	Gastos	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	112	(5)	107
De outros emissores	144	(31)	113
Títulos de rendimento variável			
Unidades Participação	337	(240)	97
	593	(276)	317

11 IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES

Nos exercícios de 2023 e 2022, esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 22)		
Dotação do exercício	(1 006)	-
Reversão do exercício	8 792	-
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 23)		
Dotação do exercício	-	(2 008)
Reversão do exercício	-	1 236
	7 786	(772)

A imparidade reconhecida em Obrigações no exercício de 2022 foi sobre a exposição que a Associação tinha à GAZPROM. Ainda no exercício de 2022, a Associação alienou a totalidade dessa exposição.

A reversão de imparidade ocorrida no exercício resulta, fundamentalmente, da melhoria do *rating* da subsidiária Banco Montepio, na qual a Associação detém ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, no montante de Milhares de Euros 215.049 (ver nota 22).

12 IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS LÍQUIDA DE REVERSÕES

Nos exercícios de 2023 e 2022, esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Imparidade de Outros Ativos Líquida de Reversões		
Aplicações em instituições de crédito (nota 18)		
Dotação do exercício	(4)	-
Reversão do exercício	12	-
	8	-
Investimentos em subsidiárias e associadas (nota 24)		
Dotação do exercício	-	(7 912)
Reversão do exercício	66 706	-
	66 706	(7 912)
Outros ativos (nota 29)		
Dotação do exercício	(215)	(237)
Reversão do exercício	224	333
	9	96
	66 723	(7 816)

O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na nota 25.

13 GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2023 e 2022 esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	2 465	2 641
Remunerações do pessoal	1 386	1 614
Benefícios pós emprego (ver nota 30)	506	589
Encargos sobre remunerações	766	868
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	15	14
Outros gastos com o pessoal	554	102
	5 692	5 828

Os gastos com remunerações e outros benefícios, incluindo os respetivos encargos, atribuídos à Mesa da Assembleia Geral, à Assembleia de Representantes, ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração e ao Outro pessoal chave da gestão da Associação, durante o exercício de 2023, são apresentados como segue:

(milhares de euros)

2023

	Comissão de vencimentos	Assembleia de Representantes	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	33	130	210	2 092	111	2 576
Benefícios pós emprego (ver nota 30)	-	-	-	506	-	506
Contribuições para o SAMS	-	-	-	4	-	4
Encargos com a Segurança Social	6	24	31	423	24	508
Total	39	154	241	3 025	135	3 594

Os custos com remunerações e outros benefícios, incluindo os respetivos encargos, atribuídos à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Geral, ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração e ao Outro pessoal chave da gestão da Associação, durante o exercício de 2022, são apresentados como segue:

(milhares de euros)

2022

	Mesa da Assembleia Geral	Conselho Geral	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	36	212	218	2 175	342	2 983
Benefícios pós emprego (ver nota 30)	-	-	-	589	-	589
Contribuições para o SAMS	-	-	-	4	-	4
Encargos com a Segurança Social	6	43	41	442	75	607
Total	42	255	259	3 210	417	4 183

Considera-se Outro pessoal chave da Gestão os diretores de primeira linha.

As remunerações fixas a vigorar para o quadriénio 2022-2025, foram fixadas nos seguintes termos: Presidente do Conselho Administração, Milhares de Euros 415; Vogais Executivos, Milhares de Euros 365 e os Vogais Não Executivos Milhares de Euros 130. Montantes a ser pagos em 14 prestações mensais, iguais e sucessivas.

O Conselho de Administração e o efetivo de trabalhadores ao serviço da Associação, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2023	2022
Conselho de Administração	6	7
Responsáveis por áreas de suporte	2	3
Técnicos	20	17
Administrativos	11	19
Estagiários	1	1
Porteiros	12	13
	52	60

14 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2023 e 2022, o valor desta rubrica é composto por:

	2023	2022
Trabalhos especializados	17 380	17 887
<i>Cedência de Pessoal (ver nota 36)</i>	6 073	9 359
<i>Informática</i>	2 545	1 975
<i>Trabalho independente</i>	421	500
<i>Encargos com Inspeções Médicas</i>	213	232
<i>Custos com MGAI - Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE</i>	1 425	877
<i>Outros serviços especializados</i>	6 703	4 944
Publicidade e propaganda	316	205
Vigilância e Segurança	263	166
Comissões	4	-
Conservação e reparação	144	84
Materiais	151	152
Energia e fluidos	91	116
Deslocações, estadas e transportes	34	33
Serviços Diversos	1 132	1 231
<i>Rendas e Alugueres</i>	96	56
<i>Comunicações</i>	456	489
<i>Seguros</i>	135	128
<i>Despesas de Representação</i>	46	49
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	11	9
<i>Outros serviços</i>	388	502
	19 515	19 876

A rubrica 'Cedência de Pessoal' refere-se aos gastos suportados pela Associação com trabalhadores cedidos por entidades do Grupo, maioritariamente pela Caixa Económica Montepio Geral, afetos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Centro Corporativo,

Direção Rede Mutualista, Direção de redes complementares, Direção de Comunicação, Marketing e Digital, Direção de Oferta Mutualista, Direção de Gestão de Meios, Gabinete de *Compliance*, Gabinete de Gestão de Riscos, Gabinete de Atuariado, Gabinete Financeiro, Gabinete de Contabilidade, Gabinete de Auditoria Interna, Gabinete de Responsabilidade Social e Gabinete de Formação e Estudos Mutualistas.

Adicionalmente, em 2023 foi efetuado um acréscimo de rendimento, no montante de Milhares de Euros 3 642, relativo ao valor a restituir pela Caixa Económica Montepio Geral ao MGAM, relativo ao ganho líquido registado por esta nos exercícios de 2023 e 2022 com responsabilidades por complementos de pensões de reforma dos colaboradores cedidos, abrangidos pelo Fundo de Pensões da Caixa Económica, tendo sido tal montante reconhecido como uma redução ao gasto do exercício com cedência de pessoal.

Os `Outros serviços especializados` incluídos na rubrica Trabalhos especializados inclui, entre outros, Milhares de Euros 3 430 relativos ao gasto com a colocação de produtos mutualistas pela Caixa Económica Montepio Geral (2022: Milhares de Euros 2 428), o montante de Milhares de Euros 1 054 relativos a serviços prestados pela Caixa Económica Montepio Geral (2022: Milhares de Euros 689) e Milhares de Euros 840 (2022: Milhares de Euros 786) relativos a avenças com prestadores de serviços de comunicação e publicidade.

Nos exercícios de 2023 e 2022, os honorários contratados para revisão legal de contas, excluindo IVA e despesas, foram como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Exame das demonstrações financeiras individuais	155	140
Exame das demonstrações financeiras consolidadas	26	25
	181	165

Por outro lado, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, ou por entidades da sua rede, nos exercícios de 2023 e 2022, relativos a serviços distintos de auditoria, excluindo IVA e despesas, foram como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Serviços distintos de Auditoria	21	8
	21	8

15 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2023 e 2022, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	285	301
Equipamento básico	1	1
Equipamento administrativo	106	138
Obras em imóveis arrendados	166	165
Outros ativos fixos tangíveis	19	22
Ativos sob direito de uso - imóveis	424	414
Ativos sob direito de uso - viaturas	146	142
	1 146	1 184
Ativos intangíveis		
Programas de computador	103	103
	103	103
	1 249	1 287

A rubrica Ativos sob direito de uso corresponde à depreciação das locações de imóveis e de viaturas, as quais são reconhecidas em resultados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado na política contabilística 1.2 e).

16 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2023 e 2023 o valor desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Outros proveitos de exploração		
Rendimentos em propriedade de investimento (ver nota 25)	16 651	15 816
Ganhos justo valor - propriedades de investimento (ver nota 25)	19 356	10 575
Mais valias na alienação de subsidiárias e associadas	-	953
Rendimentos suplementares	1 152	874
Outros	4 953	100
	42 112	28 318
Outros custos de exploração		
Despesas com propriedades de investimento (ver nota 25)	(1 931)	(1 683)
Donativos diversos	(527)	(502)
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(283)	(257)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Tio Pelicas	(57)	(26)
Despesas com eventos institucionais	(131)	(123)
Serviços bancários	(30)	(16)
Outros	(1 454)	(1 924)
	(4 413)	(4 531)
	37 699	23 787

Conforme referido na nota 1.2 c), as propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor, sendo as variações de justo valor determinadas a cada data de balanço reconhecidas em resultados. No exercício de 2023, a variação de justo valor nas propriedades de investimento foi positiva em Milhares de Euros 19 356 (2022: positiva Milhares de Euros 10 575).

Os Rendimentos com propriedades de investimento incluem em 2023 um montante de Milhares de Euros 8 487 relativo a rendas de imóveis arrendados a entidades do Grupo (2022: Milhares de Euros 8 085) (ver nota 36).

No exercício de 2023, os Outros proveitos de exploração – Outros, inclui, fundamentalmente, as mais valias obtidas no valor de Milhares de Euros 4 744 com a venda de dois imóveis classificados em balanço na rubrica Propriedades de investimento.

17 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de Caixa e disponibilidades em instituições de crédito é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Caixa	1	1
Disponibilidades em instituições de crédito	98 617	42 123
	98 618	42 124

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de Depósitos à ordem, inclui um montante de Milhares de euros 98 615 de depósitos à ordem na Caixa Económica Montepio Geral (2022: Milhares de Euros 42 123) (Ver nota 36).

Estes venceram juros à taxa média anual de 0,52% (2022: 0%).

18 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de Aplicações em instituições de crédito é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Depósitos a prazo	31 236	60 532
Imparidade de depósitos a prazo	(8)	-
	31 228	60 532

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo desta rubrica incorpora Milhares de Euros 30 729 relativos a depósitos a prazo constituídos na Caixa Económica Montepio Geral (2022: Milhares de Euros 60 030) (Ver nota 36).

No exercício de 2023 as aplicações em instituições de crédito, venceram juros à taxa média anual de 3,6% (2022: 1,68%).

Os movimentos para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito são analisados como se segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações		
Impacto da adoção da IFRS9	(16)	-
Dotação do exercício (nota 12)	(4)	-
Reversão do exercício (nota 12)	12	-
Saldo em 31 de Dezembro	(8)	-

19 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2022
Ativos financeiros detidos para negociação	
Títulos de rendimento fixo	
Obrigações de Emissores Públicos	2 611
Bilhetes de tesouro	9 899
Títulos de rendimento variável	
Ações	379
	12 889

Os níveis de valorização são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de Emissores Públicos	2 611	-	-	2 611
Bilhetes do tesouro	9 899			9 899
Títulos de rendimento variável				
Ações	379	-	-	379
	12 889	-	-	12 889

Os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com a hierarquia de justo valor referida na nota 1.2 r).

20 ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

2023

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos de rendimento fixo		
Obrigações de Emissores Públicos		2 677
Outros emissores		7 703
Títulos de rendimento variável		
Ações		506
Unidades de participação		5 023
		15 909

Os níveis de valorização de acordo com a hierarquia de justo valor referida na nota 1.2 r) são analisados como segue:

(milhares de euros)

2023

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de Emissores Públicos	2 677	-	-	2 677
Outros emissores	7 703			7 703
Títulos de rendimento variável				
Ações	480	-	26	506
Unidades de participação	590	-	4 433	5 023
	11 450	-	4 459	15 909

Os movimentos ocorridos nos Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e classificados no nível 3 são analisados como se segue:

(milhares de euros)

2023

Saldo inicial - Impacto IFRS 9 a 01.01.2023	5 327
Aquisições	1 098
Revalorizações	(588)
Reembolso	(1 378)
Saldo final	4 459

Os ativos classificados no nível 3 incluem fundos de investimento e ações não cotadas de várias entidades nos montantes de Milhares de Euros 4 433, e Milhares de Euros 26, respetivamente, cuja valorização foi determinada tendo por base modelos de avaliação, cujos inputs não são observáveis de mercado.

A valorização das unidades de participação em fundos de investimentos fechados, no montante de Milhares de Euros 4 433, resulta da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do VLGF tem um impacto de Milhares de Euros 443 no capital próprio (Reserva de justo valor).

21 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

2022

Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Títulos de rendimento variável	
Unidades de participação	556
	556

Os níveis de valorização de acordo com a hierarquia de justo valor referida na nota 1.2 r) são analisados como segue:

(milhares de euros)

2022

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação	556	-	-	556
	556	-	-	556

22 ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

2023

	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor (ver nota 34)	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos	171 612	(21 080)	(110)	150 422
Obrigações de outros emissores	422 038	(4 542)	(5 844)	411 653
Papel comercial	4 983	22	(22)	4 983
Bilhetes do tesouro	11 815	1	(3)	11 812
	610 448	(25 599)	(5 979)	578 870

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(milhares de euros)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	150 422	-	-	150 422
Obrigações de outros emissores	150 795	-	260 858	411 653
Papel comercial	-	-	4 983	4 983
Bilhetes do tesouro	11 812	-	-	11 812
	313 029	-	265 841	578 870

Na transição para IFRS 9, em 1 de janeiro de 2023 foram reclassificados para esta rubrica 538 257 milhares de euros de títulos de dívida de ativos financeiros disponíveis para venda (nota 23).

Os movimentos ocorridos na Reserva de justo valor encontram-se detalhados na Nota 34.

Os Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são classificados e mensurados de acordo com a hierarquia de justo valor referida na nota 1.2 r).

Em 2023 os ativos classificados no nível 3 incluem obrigações sem mercado ativo (fundamentalmente dívida emitida por entidades do grupo) e papel comercial, nos montantes de Milhares de Euros 260 858, e Milhares de Euros 4 983 respetivamente, cuja valorização foi determinada tendo por base modelos de avaliação, cujos inputs não são observáveis de mercado.

Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do valor determinado teria um impacto no montante de Milhares de Euros 500.

Para apuramento do justo valor destes instrumentos financeiros, o método de valorização utilizado consistiu técnicas de valorização baseadas na atualização de fluxos de caixa futuros.

Os movimentos ocorridos nos Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e classificados no nível 3 são analisados como se segue:

(milhares de euros)

2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Impacto IFRS 9 a 01.01.2023	255 749
Saldo em 1 de janeiro de 2023	255 749
Aquisições	127 585
Revalorizações	10 128
Reembolsos	(127 621)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	265 841

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são analisados como se segue:

(milhares de euros)

2023

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Impacto IFRS 9 a 01.01.2023	(13 765)
Saldo em 1 de janeiro de 2023	(13 765)
Dotação do exercício (nota 11)	(1 006)
Reversão (nota 11)	8 792
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(5 979)

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem o montante de Milhares de Euros 281 821 relativos a ativos emitidos por partes relacionadas e detalham-se como segue:

(milhares de euros)

2023

Natureza	Entidade / Título	Quantidade (Milhares)	Taxa de cupão	Valor do investimento	Cotação (%)	Valor de balanço (*)	Reserva de justo valor	Nível
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.								
Obrigações	CEMG Float 06/09/30	50 000	9,50%	50 000	100,11	52 714	53	Nível 3
Obrigações	MONTEPIO EMTN SUB 2018/2028	50 000	10,16%	50 000	100,64	50 360	319	Nível 3
Obrigações	MONTP1 10.5 04/03/29	87 900	10,50%	87 285	101,35	95 943	1 717	Nível 3
Obrigações	MONTP1 10 10/30/26	15 000	10,00%	15 000	104,83	15 979	725	Nível 1
Obrigações	IMP FINIBANCO VAR 02/49	99	6,68%	50	50,66	53	(3)	Nível 3
				202 335		215 049	2 811	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.								
Obrigações	Prazo Indeterminado LUSITANIA 2014	9 000	10,93%	9 000	103,46	9 312	312	Nível 3
				9 000		9 312	312	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.								
Obrigações	Lusitania Vida Obrigações Subordinadas 2022/2032	7 500	10,00%	7 500	90,60	6 812	(705)	Nível 3
				7 500		6 812	(705)	
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.								
Obrigações	BOLSIMO/2023 - OBRIGAÇÕES 2023/2028	45 000	6,96%	45 000	101,13	45 666	509	Nível 3
Papel Comercial	PAPEL COMERCIAL BOLSIMO - 1ª emissão	5 000	6,85%	5 000	100,00	4 983	-	Nível 3
				50 000		50 649	509	
				268 835		281 821	2 927	

23 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2022 esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

2022

	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor (ver nota 34)	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	174 821	(32 632)	-	142 189
Obrigações de outros emissores	409 062	(30 502)	(2 485)	376 075
Papel comercial	21 550	-	-	21 550
Bilhetes do tesouro	4 965	(3)	-	4 962
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	685	196	(252)	629
Fundos de investimento	4 655	1 478	(1 436)	4 697
	615 738	(61 463)	(4 173)	550 102

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(milhares de euros)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	142 189	-	-	142 189
Obrigações de outros emissores	141 876	-	234 199	376 075
Papel comercial	-	-	21 550	21 550
Bilhetes do tesouro	4 962	-	-	4 962
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	-	-	629	629
Fundos de investimento	-	-	4 697	4 697
	289 027	-	261 075	550 102

Os movimentos ocorridos na Reserva de justo valor encontram-se detalhados na Nota 34.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados e mensurados de acordo com a hierarquia de justo valor referida na nota 1.2 r).

Em 2022, os ativos financeiros disponíveis para venda classificados no nível 3 incluem obrigações sem mercado ativo (fundamentalmente dívida emitida por entidades do grupo), papel comercial, fundos de investimento e ações não cotadas de várias entidades, nos montantes de Milhares de Euros 234 199, Milhares de Euros 21 550, Milhares de Euros 4 697, e Milhares de Euros 629 respetivamente, cuja valorização foi determinada tendo por base modelos de avaliação, cujos inputs não são observáveis de mercado.

Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do valor determinado teria um impacto no montante de Milhares de Euros 2 219.

Para apuramento do justo valor destes instrumentos financeiros, o método de valorização utilizado consistiu técnicas de valorização baseadas na atualização de fluxos de caixa futuros.

A valorização das unidades de participação em fundos de investimentos fechados, no montante de Milhares de Euros 4 697, resulta da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do VLGF tem um impacto de Milhares de Euros 465 no capital próprio (Reserva de justo valor).

Os movimentos ocorridos nos Ativos financeiros disponíveis para venda e classificados no nível 3 são analisados como se segue:

(milhares de euros)
2022

Saldo inicial	308 642
Aquisições	162 393
Revalorizações	(14 246)
Reembolsos	(195 714)
Saldo final	261 075

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como se segue:

(milhares de euros)
2022

Saldo inicial	(4 349)
Dotação do exercício (nota 11)	(2 008)
Reversão do exercício (nota 11)	1 236
Utilização	948
Saldo final	(4 173)

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros disponíveis para venda incluem o montante de Milhares de Euros 249 235 relativos a ativos emitidos por partes relacionadas e detalham-se como segue:

(milhares de euros)

2022

Natureza	Entidade / Título	Quantidade (Milhares)	Taxa de cupão	Valor do investimento	Cotação (%)	Valor de balanço (*)	Reserva de justo valor	Nível
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.								
Obrigações	CEMG Float 06/09/30	50 000	9,50%	50 000	93	49 218	(3 450)	Nível 3
Obrigações	MONTEPIO EMTN SUB 2018/2028	50 000	8,00%	50 000	95	47 552	(2 488)	Nível 3
Obrigações	MONTP1 10.5 04/03/29	91 100	10,50%	90 451	98	96 200	(1 404)	Nível 3
Obrigações	IMP FINIBANCO VAR 02/49	99	5,00%	50	53	55	-	Nível 3
				190 501		193 025	(7 342)	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.								
Obrigações	Prazo Indeterminado LUSITANIA 2014	9 000	7,23%	9 000	105	9 418	418	Nível 3
				9 000		9 418	418	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.								
Obrigações	Lusitania Vida Obrigações Subordinadas 2022/2032	7 500	10,00%	7 500	87	6 522	(995)	Nível 3
				7 500		6 522	(995)	
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.								
Obrigações	BOLSIMO/2019 - OBRIGAÇÕES 2019/2021	25 000	4,29%	25 000	100	25 234	(7)	Nível 3
Papel Comercial	PAPEL COMERCIAL BOLSIMO - 38ª emissão	15 000	4,54%	15 000	100	15 036	-	Nível 3
				40 000		40 270	(7)	
				247 001		249 235	(7 926)	

Na transição para IFRS 9, em 1 de janeiro de 2023, os saldos registados em ativos disponíveis para venda foram classificados da seguinte forma:

- Os títulos de dívida classificados em 31 de dezembro de 2022 na categoria ativos financeiros disponíveis para venda que não passaram nos testes de SPPI (Milhares de Euros 6 519) foram reclassificados para ativos financeiros ao justo valor através de resultados.
- Os instrumentos de capital considerados “puttable instrument” nos termos do IAS 32 (essencialmente fundos de investimento) que não puderam ser incluídos nesta carteira e as participações na E.I.A.-Ensino, Investigação e Administração S.A, na Soficatra e na Clínica CUF Belém (Milhares de Euros 5 327) foram reclassificados para a carteira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados.
- Os restantes títulos de dívida da carteira de disponíveis para venda (Milhares de Euros 538 257) foram classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral.

24 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2023, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2023

	Capital Social	% de Participação	Valor Balanço	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas	1 210 000	99,99%	2 375 610	17 989 455	16 422 984	1 566 471	28 400
Montepio Gestão de Activos – S.G.O.I.C., S.A.	2 857	99,94%	5 065	10 073	2 450	7 623	795
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. (a)	16 500	91,63%	50 119	110 942	51 122	59 820	1 460
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	1 000	99,99%	8 794	9 289	7 585	1 704	284
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	3 750	1 300	2 450	-
Montepio Residência para Estudantes S.A.	500	99,60%	498	1 055	319	736	54
Lusitania Companhia de Seguros, SA (b) (**)	12 500	97,72%	238 718	551 834	412 933	138 901	10 094
Lusitania Vida Companhia de Seguros, SA (**)	20 000	99,79%	101 043	901 221	826 227	74 994	14 950
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2 567	76,77%	13 079	13 182	2 642	10 540	563
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.	2 146	22,07%	474	20 635	16 451	4 184	553
Associadas *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	750	26,40%	308	4 994	1 136	3 858	957
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.	1 750	30,00%	527	6 035	5 028	1 007	104
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	264	7	257	(6)
			2 795 907				
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.			(815 928)				
Lusitania Companhia de Seguros, SA			(158 014)				
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA			(6 010)				
			(979 952)				
			1 815 955				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Milhares de Euros 35.000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Milhares de Euros 70.711 referente a prestações acessórias de capital.

(**) Informação ainda não auditada

A Associação detém direta e indiretamente 51,35% do capital da Moçambique Seguros, S.A., motivo pelo qual esta entidade é considerada como subsidiária.

Principais factos ocorridos em 2023

Em 10 de fevereiro de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral da CEMG a operação destinada à cobertura dos resultados transitados negativos da CEMG (aprovada em sede de Assembleia de Representantes do acionista MGAM em dezembro de 2022), através da redução de capital da CEMG, de 2.420.000.000 Euros, para, 1.210.000.000 Euros, sem alteração do número de ações existentes, com a finalidade de saneamento dos capitais próprios da Entidade.

Em 10 de fevereiro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., a operação destinada à cobertura dos resultados transitados negativos (aprovada em sede de Assembleia de Representantes do acionista MGAM em dezembro de 2022), através do aumento do respetivo capital social no montante de 114.949 478 Euros, por incorporação de prestações acessórias de capital sob a forma de prestações suplementares e uma subsequente redução do capital social no montante de 114.949.480 Euros.

Em 5 de julho de 2023, a CEMG concluiu a venda de 51% do capital social e dos direitos de voto que detinha no Finibanco Angola (FNBA) ao Access Bank, pelo valor de 15 790 115 milhares de kwanzas, com o contravalor de 17,2 milhões de euros, o que, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, nomeadamente com o estipulado na IAS 21, implicou a reciclagem da reserva cambial negativa de 116 milhões de euros para a rubrica “Resultados de operações em descontinuação”, contabilizada em junho de 2023, não determinando, no entanto, qualquer alteração nos capitais próprios do Banco Montepio.

Em 28 de agosto de 2023, a CEMG concluiu com sucesso a venda da participação que ainda detinha no FNBA, equivalente a 29,22% do capital social, ao Access Bank, pelo valor de 9 046 807 milhares de kwanzas, com o contravalor de 10 milhões de euros.

Em 8 de setembro de 2023, foi assinado o acordo de venda da participação no Banco Empresas Montepio (BEM) e deu-se início ao processo de integração, na CEMG, de todos os ativos, passivos e operações.

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2022, apresentavam o seguinte detalhe:

(Milhares de Euros)

2022

	Capital Social	% de Participação	Valor Balanço	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas)	2 420 000	99,99%	2 375 610	19 106 000	17 587 000	1 519 000	34 000
Montepio Gestão de Activos – S.G.O.I.C., S.A.	2 857	99,94%	5 065	9 451	1 904	7 547	330
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. (a)	16 500	91,63%	50 119	104 613	43 644	60 969	2 266
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	1 000	99,99%	8 794	9 498	8 078	1 420	567
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	4 175	1 725	2 450	-
Montepio Residência para Estudantes S.A.	500	99,60%	498	895	212	683	22
Lusitania Companhia de Seguros, SA (b)	12 500	97,72%	238 718	539 290	486 358	52 932	4 904
Lusitania Vida Companhia de Seguros, SA	20 000	99,79%	101 043	952 204	920 777	31 427	7 518
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2 567	76,77%	13 079	12 508	2 141	10 367	84
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.	2 146	22,07%	474	17 436	13 018	4 418	1 156
			2 795 907				
Associadas *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	750	26,40%	308	5 399	1 403	3 996	1 334
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.	1 750	30,00%	527	5 876	4 680	1 196	796
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	269	6	263	(7)
			2 795 907				
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.			(875 462)				
Lusitania Companhia de Seguros, SA			(163 285)				
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA			(7 912)				
			(1 046 659)				
			1 749 248				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Milhares de Euros 35.000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Milhares de Euros 185.661 referente a prestações acessórias de capital.

Principais factos ocorridos em 2022

Em 13 de outubro de 2022, o MGAM adquiriu à Lusitania, Companhia de Seguros SA e à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. as ações que estas detinham na Montepio Seguros, SGPS, SA, ficando com 100% desta sociedade.

Em 25 outubro a Montepio Seguros SGPS, SA procedeu ao aumento de capital no valor de 17.500 milhares de Euros, subscrito e realizado integralmente pela Associação, através da conversão do crédito existente sob a forma de dívida sénior, em capital.

Na mesma data, foi deliberado pelo acionista único, a Associação, a dissolução e liquidação da Montepio Seguros SGPS, S.A., com a entrega em espécie, das seguintes ações: (i) 9 771 958 ações, representativas do capital social da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., cada uma com o valor nominal de Euros 1,25; (ii) 798 322 ações, representativas do capital social da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., cada uma com o valor nominal de Euros 25 e; (iii) 394 128 ações, representativas do capital social da Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., cada uma com o valor nominal de Euros 5,00.

Na sequência do aumento de capital na Montepio Seguros, S.A. seguido da sua dissolução e liquidação, os movimentos ocorridos nas participações financeiras da Associação foram como segue:

(milhares de euros)

2022

	Situação antes da liquidação	Aumento de capital em espécie	Liquidação Montepio Seguros, SGPS, SA	Situação após liquidação
Montepio Seguros, SGPS, S.A.:				
Valor Bruto	320 840	17 500	(338 340)	-
Imparidade	(164 267)	-	164 267	-
	156 573	17 500	(174 073)	-
Lusitania - Companhia de Seguros, S.A.:				
Valor Bruto	-	-	224 218	224 218
Imparidade	-	-	(163 285)	(163 285)
	-	-	60 933	60 933
Lusitania Vida, S.A.				
	-	-	101 043	101 043
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.				
	-	-	13 079	13 079
	156 573	17 500	982	175 055

O montante de 982 milhares de euros resultou da liquidação da holding Montepio Seguros e posterior reconhecimento das três participações individuais descritas acima. A este montante, resultante exclusivamente do impacto originado pelas participações financeiras, deve ser somado o valor de 446 milhares de euros, que traduzem a diferença remanescente entre ativos e passivos da entidade dissolvida. O montante total de 1 428 milhares de euros foi reconhecido contabilisticamente no capital próprio, dado ter sido originado numa reestruturação de entidades em domínio de controlo comum.

A 20 de dezembro de 2022 as séries de dívida subordinada emitidas pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (i) "OBRIGAÇÕES SUBORDINADAS LUSITANIA 2015", com maturidade em novembro de 2025 e (ii) "LUSITANIA/2019 - OBRIGAÇÕES SUBORDINADAS OUTUBRO 2019/2029" com maturidade em outubro de 2029, com um valor nominal de 7 e 7.5 milhões de euros, respetivamente, foram reembolsadas antecipadamente e convertidas em prestações acessórias.

Em julho de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração do Montepio Geral - Associação Mutualista a subscrição de um empréstimo subordinado emitido pela participada Lusitania, Vida, S.A., no montante nominal de 7.5 milhões de euros.

Em 17 de novembro de 2022 a Associação alienou a participação que detinha na associada Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A., pelo montante de Milhares de Euros 1 050.

Em dezembro de 2022, após aprovação pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, foi concluído o processo de Fusão da participada Montepio Valor - S.G.O.I.C., SA na participada Montepio Gestão de Ativos - S.G.O.I.C., SA

Os movimentos ocorridos na imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas são analisados como se segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Saldo inicial	1 046 659	1 039 729
Dotação do exercício (nota 12)	-	7 912
Reversão (nota 12)	(66 707)	-
Utilização/regularização	-	(982)
Saldo final	979 952	1 046 659

O valor de 982 mil euros incluídos em Outros movimentos - Investimentos em subsidiárias e associadas, resulta do processo de dissolução e liquidação da Montepio Seguros, SGPS, SA, ocorrido no último trimestre de 2022.

Testes de imparidade

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2 d), os investimentos em subsidiárias e associadas são analisados para efeito de validação do respetivo valor recuperável sempre que se verifica a existência de indícios de imparidade, e subsequentemente até em todos os exercícios em que persiste o registo de imparidade, considerando-se como indícios o facto do capital próprio das participadas (consolidado, se aplicável) ser inferior ao valor de aquisição. Com base neste princípio, identificaram-se indícios de imparidade nas participações detidas na Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A., na Lusitania, Companhia de Seguros S.A. e na Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Relativamente a estas três entidades, no ano de 2023, o MGAM reconheceu a reversão de imparidades no montante total de 66.707 milhares de euros, que incluiu a reversão parcial

de imparidade na Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A., na Lusitania Companhia de Seguros S.A. e na Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

O teste de imparidade foi realizado para a CEMG, para a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., para a Lusitania Vida, S.A. e para a Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com os pressupostos e enquadramento seguidamente descritos abaixo.

Caixa Económica Montepio Geral / Banco Montepio

A Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A., comercialmente designada por Banco Montepio, foi uma Instituição Anexa ao MGAM desde 1844, data da sua criação, até ao último trimestre de 2015. O Decreto-Lei nº190/2015, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Caixas Económicas), veio alterar o regime jurídico da CEMG o que determinou a sua transformação em Caixa Económica Bancária e, seguidamente, em 2017, em sociedade anónima, com um modelo de governo próprio, órgãos sociais próprios e membros de órgãos sociais em exercício exclusivo de funções. A transformação da CEMG em sociedade anónima permitiu a alienação de uma muito pequena percentagem do seu capital social a entidades do setor social (0,007%, representando 169 420 ações em 2023), pelo que a CEMG é detida a 99,99% pelo MGAM (Montepio Geral - Associação Mutualista).

A CEMG é uma entidade estratégica para o MGAM, a qual é parte integrante da estratégia de desenvolvimento da sua atividade associativa e mutualista, porquanto é o canal de relação privilegiado do MGAM com os seus associados, de norte a sul do país e ilhas, não se antevendo a possibilidade de dissociar a CEMG do MGAM na relação que esta mantém com os associados em toda a cobertura geográfica do país. Este quadro determina:

- a) a existência de benefícios económico-financeiros e sinergias exclusivos para o MGAM;
- b) a perpetuidade de uma relação de domínio sobre o controlo de gestão da CEMG por parte do MGAM, quer por razões históricas e fundacionais, quer por razões estratégicas;
- c) que não está no horizonte do MGAM a alienação de uma participação financeira da CEMG que ponha em causa o controlo da mesma, e a sua posição como entidade titular desta, como estipulado no DL nº 190/2015-Regime Jurídico das Caixas Económicas.

A CEMG é uma Caixa Económica Bancária, cujas características decorrem da legislação aplicável. De modo a garantir o cumprimento da estratégia definida para o MGAM, que determina a sua manutenção na esfera legislativa que emana do Regime Jurídico das Caixas Económicas, a participação que o MGAM detém na CEMG não está exposta ao mercado e o seu capital não está aberto a detentores de capital fora da esfera da Economia Social.

De acordo com a política contabilística definida, pelo facto de existirem indícios de imparidade relativamente ao valor recuperável da respetiva participação, foi efetuado um

estudo sobre a recuperabilidade do investimento realizado na CEMG. Para efeitos do teste de imparidade, o valor recuperável é determinado tendo por base o maior entre o valor de mercado, líquido dos custos de venda e o valor em uso/“*value in use*” (valor presente dos *cash flows* que se estima venham a ser gerados no decurso da sua atividade futura).

Considerou-se adequado validar a recuperação deste investimento com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base um plano de negócios submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da CEMG.

O valor em uso ou “*value in use*” da participada CEMG, em 2023, foi determinado tendo por base:

- i. O plano de negócios da CEMG, aprovado pelo Conselho de Administração, com um horizonte temporal de 3 anos, bem como as projeções, para os dois anos subsequentes (2027 e 2028);
- ii. O crescimento na perpetuidade, estimado em 2%, equivalente ao objetivo do BCE para a taxa de inflação;
- iii. Os requisitos prudenciais de rácio de capital regulamentar exigidos pelas autoridades para a atividade em base individual, de 10,5%, *vis a vis* as folgas de capital existentes;
- iv. A taxa de desconto calculada de acordo com a conjugação de diversos parâmetros que englobam prémios de risco de país, de risco de mercado e parâmetros *beta* e *alfa*, relacionados com o risco específico do investimento numa entidade bancária e, em particular, numa entidade com as características de risco e liquidez da CEMG;
- v. A análise sobre a exequibilidade do plano de negócios submetido pelo Conselho de Administração da CEMG, tendo presente o conflito no leste do continente europeu, sobre a economia e o setor bancário, tendo sido considerados prudentes os pressupostos assumidos.

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2023, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Caixa Económica Montepio Geral se encontra registada, havendo lugar ao registo de reversão de imparidade, considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor de uso:

2023

Métodos e Pressupostos	
Período utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de desconto	10,72%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,00%
Média da taxa de variação anual da Margem Financeira	-1,66%
Média da taxa de variação anual dos Depósitos	3,09%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da CEMG é analisada como segue:

	Cenário Central 2023	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25 p.p.	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	10,72%	9,72%	11,72%	10,72%	10,72%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares de euros)	1 500 148	1 500 148	1 500 148	1 500 148	1 500 148
Valor de avaliação da participação (milhares de euros)	1 559 682	1 776 861	1 388 124	1 528 522	1 592 680
Diferencial	(59 534)	(276 714)	112 024	(28 374)	(92 532)
Conclusões	Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reforço de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade

Com base nos resultados das análises efetuadas no período homólogo, em 2022, o MGAM manteve, na altura, o valor relativo à participação no capital da CEMG considerando os seguintes métodos e pressupostos para cálculo do respetivo valor de uso:

2022

Métodos e Pressupostos

Período utilizado	Projeções de cash flows para 6 anos
Taxa de desconto	10,06%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,00%
Média da taxa de variação anual da Margem Financeira	7,73%
Média da taxa de variação anual dos Depósitos	2,99%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da CEMG em 2022, foi como segue:

	Cenário Central 2022	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25 p.p.	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	10,06%	9,06%	11,06%	10,06%	10,06%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares de euros)	1 500 148	1 500 148	1 500 148	1 500 148	1 500 148
Valor de avaliação da participação (milhares de euros)	1 505 620	1 748 645	1 317 376	1 470 312	1 543 197
Diferencial	(5 472)	(248 497)	182 772	29 836	(43 049)
Conclusões	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reforço de Imparidade	Potencial Reforço de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade

Lusitania Vida, Companhia de Seguros S.A.

No caso da Lusitania Vida, a estimativa do *Enterprise Value* decorreu da aplicação do método baseado no *Embedded Value*, acrescido do valor atual do *new business*. O *Embedded Value* fornece uma estimativa do valor de mercado duma companhia que explora o ramo Vida e é calculado pela soma da situação líquida ajustada com o valor da carteira em vigor. Os principais pressupostos utilizados no cálculo do *Embedded Value*, foram: i) a taxa de inflação e o crescimento salarial seguiram os seguintes pressupostos - 4% no primeiro ano, 3% no segundo ano e 2% nos anos seguintes; (ii) assumiu-se a taxa de mortalidade de 2ª ordem num intervalo entre 6,82% e 69,37% da tabela GKM 80, ajustada a cada produto; (iii) não foram consideradas entregas futuras, exceto as contratualmente programadas; (iv) a taxa de desconto aplicada aos cash-flows corresponde à taxa *swap* sem risco fornecida pela EIOPA; (v) foram consideradas as despesas do último exercício completo, em termos unitários. Através de um modelo "ABC" foram repartidas as despesas de manutenção, aquisição, sinistros e investimentos, por tipo de produto, canal de distribuição e tipo de despesa, sendo imputadas de forma unitária por contrato. Para efeitos da presente avaliação foi acrescido ao *Embedded Value* um montante correspondente ao valor atual do novo negócio a gerar pela Companhia durante os próximos 10 anos, conforme inscrito no orçamento a cinco anos e, após este, com pressuposto de crescimento de 2% ao ano. Estes valores são descontados à taxa anual de 9,12% (2022: 12,00%).

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2023, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Lusitania Vida se encontra registada, não havendo lugar ao registo de qualquer imparidade, considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor:

2023

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto	9,12%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da Lusitania Vida em 2023 foi como segue:

	Cenário Central 2023	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25 p.p.	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	9,12%	8,12%	10,12%	9,12%	9,12%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	101 043	101 043	101 043	101 043	101 043
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	128 041	128 970	127 175	127 982	128 100
Diferencial (milhares de euros)	(26 998)	(27 927)	(26 132)	(26 939)	(27 057)
Conclusões	Sem registo de imparidades				

Com base nos resultados das análises efetuadas no período homólogo, em 2022, o MGAM manteve, na altura, o valor relativo à participação que detinha no capital da Lusitania Vida, considerando os seguintes métodos e pressupostos para cálculo do respetivo valor de uso:

2022

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto	11,53%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da Lusitania Vida em 2022, foi como segue:

	Cenário Central 2022	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25 p.p.	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	11,53%	10,53%	12,53%	11,53%	11,53%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	101 043	101 043	101 043	101 043	101 043
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	132 847	135 122	130 719	132 418	133 281
Diferencial (milhares de euros)	(31 804)	(34 079)	(29 676)	(31 375)	(32 238)
Conclusões	Sem registo de imparidades				

Lusitania, Companhia de Seguros S.A.

Na estimativa do *Enterprise Value* da Lusitania Companhia de Seguros, foi utilizado o método dos dividendos descontados, que estima o valor atual dos resultados distribuíveis que as empresas venham a gerar no futuro, com base em projeções económicas relativas ao potencial de crescimento do negócio. Estes valores são descontados a uma taxa de atualização que reflete o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos que lhe estão associados. Para estimar os fluxos de caixa previsionais gerados, foram avaliados dois tipos de período, i) um período discreto de projeção entre 2024 e 2028, cobrindo um horizonte temporal que permite estabilizar os meios libertos líquidos para o acionista, ii) após este período, assumiu-se um nível estabilizado de meios libertos líquidos e uma taxa de crescimento ("g") de 2,00% (2022: 2,00%), considerando a taxa objetivo do BCE para a inflação de longo prazo, de forma a calcular a perpetuidade. Foram realizadas análises de sensibilidade a algumas variáveis críticas de forma a garantir a aderência dos pressupostos utilizados pela Gestão na elaboração do Business Plan à realidade da Entidade. Os meios libertos para os acionistas correspondem ao máximo dividendo disponível do período, em função do resultado do ano, descontados pela taxa de atualização que foi fixada em 10,03% (2022: 11,17%). Para efeitos do referido exercício a libertação destes dividendos foi ainda condicionada ao cumprimento dos rácios de solvabilidade exigidos para a atividade seguradora.

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2023, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Lusitania, Companhia de Seguros S.A. se encontra registada, havendo lugar ao registo de reversão de imparidade, considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor de uso:

2023

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto	10,03%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da Lusitania Seguros em 2023, é analisada como segue:

	Cenário Central 2023	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25%	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	10,03%	9,03%	11,03%	10,03%	10,03%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	75 433	75 433	75 433	75 433	75 433
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	80 704	94 923	69 719	78 612	82 930
Diferencial (milhares de euros)	(5 271)	(19 491)	5 714	(3 180)	(7 497)
Conclusões	Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reforço de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade

Com base nos resultados das análises efetuadas no período homólogo, em 2022, o MGAM manteve, na altura, o valor relativo à participação que detinha no capital da Lusitania Companhia de Seguros, considerando os seguintes métodos e pressupostos para cálculo do respetivo valor de uso:

2022

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto	11,17%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da Lusitania Seguros em 2022, foi como segue:

	Cenário Central 2022	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25%	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	11,17%	10,17%	12,17%	11,17%	11,17%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	75 433	75 433	75 433	75 433	75 433
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	77 945	90 102	68 259	76 043	79 953
Diferencial (milhares de euros)	(2 512)	(14 669)	7 173	(610)	(4 520)
Conclusões	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reforço de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade

Futuro, SGFP, S.A.

Na estimativa do *Enterprise Value* da participada Futuro, foi de igual modo utilizado o método dos dividendos, que estima o valor atual dos resultados distribuíveis que as empresas venham a gerar no futuro, com base em projeções económicas relativas ao potencial de crescimento do negócio. Estes valores são descontados a uma taxa de atualização que reflete o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos que lhe estão associados. Para

estimar os fluxos de caixa previsionais gerados, foram avaliados dois tipos de período, i) um período discreto de projeção entre 2024 e 2028, cobrindo um horizonte temporal que permite estabilizar os meios libertos líquidos para o acionista, ii) após este período, assumiu-se um nível estabilizado de meios libertos líquidos e uma taxa de crescimento (“g”) de 2,00% (2022: 2%), equivalente ao objetivo do BCE para a taxa de inflação, de forma a calcular a perpetuidade. Foram realizadas análises de sensibilidade a algumas variáveis críticas, com o objetivo de identificar um intervalo de valores para o *Enterprise Value*. Os meios libertos para os acionistas correspondem ao máximo dividendo disponível do período, em função do resultado do ano, descontados pela taxa de atualização que foi fixada em 7,38% (2022: 7,31%). Foi ainda considerada a exigência de 100% no nível de solvência.

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2023, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Futuro SGFP, SA se encontra registada, havendo lugar à reversão de imparidade, considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor de uso:

2023

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto	7,38%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação na Futuro em 2023, foi analisada como segue:

	Cenário Central 2023	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25%	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	7,38%	6,38%	8,38%	7,38%	7,38%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	5 167	5 167	5 167	5 167	5 167
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	7 068	8 192	6 298	6 892	7 262
Diferencial (milhares de euros)	(1 902)	(3 025)	(1 131)	(1 726)	(2 095)
Conclusões	Reversão de Imparidade	Potencial Reversão Imparidade	Potencial Reversão Imparidade	Potencial Reversão Imparidade	Potencial Reversão Imparidade

Com base nos resultados das análises efetuadas no período homólogo, em 2022, o MGAM diminuiu, na altura, o valor relativo à participação que detinha no capital da Futuro SGFP, SA, considerando os seguintes métodos e pressupostos para cálculo do respetivo valor de uso:

2022

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto	7,31%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação na Futuro em 2022, é analisada como segue:

	Cenário Central 2022	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25%	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	7,31%	6,31%	8,31%	7,31%	7,31%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	13 079	13 079	13 079	13 079	13 079
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	5 167	5 701	4 801	5 083	5 258
Diferencial (milhares de euros)	7 912	7 378	8 278	7 996	7 821
Conclusões	Constituição de Imparidade	Potencial Reforço Imparidade	Potencial Reforço Imparidade	Potencial Reforço Imparidade	Potencial Reforço Imparidade

25 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos na rubrica Propriedades de investimento, durante os exercícios de 2023 e 2022, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2023

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Transferências	Ajustamentos Justo Valor (nota 16)	Saldo em 31 Dezembro
Propriedades de investimento (Nível 3)*	395 142	10 007	(6 531)	(8)	19 356	417 966
	395 142	10 007	(6 531)	(8)	19 356	417 966

(milhares de euros)

2022

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Transferências (nota 26)	Ajustamentos Justo Valor (nota 16)	Saldo em 31 Dezembro
Propriedades de investimento (Nível 3)*	360 583	13 249	-	10 735	10 575	395 142
	360 583	13 249	-	10 735	10 575	395 142

* Classificado de acordo com a hierarquia de justo valor definida na IFRS 13

No exercício de 2023, as aquisições de propriedades de investimento no montante de Milhares de Euros 10 004 referem-se essencialmente a obras de adaptação no imóvel da Quinta do Pinheiro. As alienações de propriedades de investimento ascenderam a Milhares de Euros 6 531, tendo gerado o reconhecimento de mais valias no montante de Milhares de Euros 4 744 (nota 16).

No exercício de 2022, a Associação adquiriu à Caixa Económica Montepio Geral, de 62 frações do imóvel denominado por "Edifício Lote 30 Campus Universitário de Sintra", pelo valor de Milhares de Euros 8 800. Apesar de, na data do encerramento de contas do exercício de 2022, apenas se encontrar celebrado Contrato Promessa de Compra, pelo facto de a Associação já deter o controlo sobre a totalidade das frações, as mesmas já se encontravam registadas em balanço como Propriedades de Investimento. Em 31 de dezembro de 2022 a Associação já tinha pago um montante de Milhares de Euros 4 500, sendo o remanescente a pagar da seguinte forma:

- Milhares de Euros 1 695, com a celebração do contrato definitivo de compra e venda das primeiras 21 frações, e que deverá ser outorgado no prazo de 60 dias após a conclusão das obras nos blocos onde se localizam, ou no prazo de um ano a contar da outorga do contrato promessa de compra e venda, consoante o que se verificar primeiro.
- Milhares de Euros 2 605, com a celebração do contrato definitivo de compra e venda das restantes 41 frações, que deverá ser outorgado no prazo máximo de 60 dias após a emissão das autorizações de utilização.

Em 2023 foram escrituradas as primeiras 21 frações, tendo sido pago o valor de Milhares de Euros 1 695, tal como previsto no contrato de promessa de compra.

No exercício de 2022, a Associação transferiu de Ativos Tangíveis para Propriedades de Investimento, o imóvel denominado por “Quinta do Vale Flôr”, localizado no Concelho de Sintra (ver Nota 26). Este imóvel foi adquirido no exercício de 2015, com o intuito de se construir um centro de formação para o Grupo Montepio. Contudo, no exercício de 2022, por decisão do Conselho de Administração, a construção deste centro de formação não deverá concretizar-se, motivo pelo qual este imóvel foi transferido para Propriedades de investimento. O valor contabilístico deste imóvel ascendia a Milhares de Euros 10 312 e o seu justo valor a Milhares de Euros 10 735, pelo que o diferencial foi registado em capitais próprios.

As propriedades de investimento referem-se a edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de ativos desta natureza. O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transacionar o ativo.

A metodologia adotada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o ativo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transações conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infraestruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e para os imóveis que se encontram arrendados, é utilizado o método do rendimento, em que o valor do património imobiliário corresponde ao valor atual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse. Para este efeito parte-se do valor atual de arrendamento, e considera-se uma yield que reflete o risco de mercado em que o ativo se insere, assim como as características do próprio ativo objeto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados na avaliação de cada ativo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma yield entre 4,7% e 7,4%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos/perdas em outros investimentos, na

medida em que se trata de ativos detidos para valorização. Sempre que, por alteração do uso dos ativos tangíveis, estes sejam transferidos para a rubrica propriedades de investimento, os ativos são mensurados ao justo valor e qualquer excesso apurado face ao valor contabilístico é registado como excedente de revalorização. Os ganhos e perdas subsequentes de revalorização (justo valor) são registados em resultados, de acordo com a IAS 40.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas atividades operacionais da Associação, a mesma é transferida para ativos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Rendimentos (ver nota 16)	16 651	15 816
	16 651	15 816
Despesas de manutenção e conservação (ver nota 16)	(1 931)	(1 683)
	(1 931)	(1 683)

26 ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Ativos tangíveis		
Bens Património Histórico	6 365	6 365
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 693	21 617
<i>Terrenos</i>	66	66
<i>Edifícios e outras construções</i>	17 881	17 881
<i>Equipamento Básico</i>	204	204
<i>Equipamento de transporte</i>	145	145
<i>Equipamento Administrativo</i>	1 609	1 533
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	1 659	1 659
<i>Outros</i>	129	129
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	-	70
Ativos sob direito de uso	2 904	3 114
<i>Imóveis</i>	2 146	2 488
<i>Viaturas</i>	758	627
	30 962	31 166
Depreciações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente (ver Nota 15)	(1 146)	(1 184)
Relativas a exercícios anteriores	(4 912)	(5 612)
	(6 058)	(6 796)
Imparidade		
<i>Terrenos</i>	(33)	(33)
	(33)	(33)
	24 871	24 337

A rubrica Ativos sob direito de uso corresponde a contratos de locação de imóveis e de viaturas, sendo depreciados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado na nota 1.2 e).

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante os exercícios de 2023 e 2022, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2023

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	6 365	-	-	-	6 365
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 617	76	-	-	21 693
<i>Terrenos</i>	66	-	-	-	66
<i>Edifícios e outras construções</i>	17 881	-	-	-	17 881
<i>Equipamento Básico</i>	204	-	-	-	204
<i>Equipamento de transporte</i>	145	-	-	-	145
<i>Equipamento Administrativo</i>	1 533	76	-	-	1 609
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	1 659	-	-	-	1 659
<i>Outros</i>	129	-	-	-	129
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	70	-	-	(70)	-
Ativos sob direito de uso	3 114	2 383	(2 594)	-	2 904
<i>Imóveis</i>	2 488	2 146	(2 488)	-	2 146
<i>Viaturas</i>	627	237	(106)	-	758
	31 166	2 459	(2 594)	(70)	30 962
Depreciações acumuladas					
Outros ativos tangíveis	(4 799)	(576)	-	-	(5 375)
<i>Edifícios e outras construções</i>	(1 629)	(285)	-	-	(1 913)
<i>Equipamento Básico</i>	(202)	(1)	-	-	(203)
<i>Equipamento de transporte</i>	(147)	-	-	-	(147)
<i>Equipamento Administrativo</i>	(1 375)	(106)	-	-	(1 481)
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	(1 341)	(166)	-	-	(1 507)
<i>Outros</i>	(105)	(19)	-	-	(124)
Ativos sob direito de uso	(1 997)	(570)	1 884	-	(683)
<i>Imóveis</i>	(1 658)	(424)	1 790	-	(292)
<i>Viaturas</i>	(339)	(146)	94	-	(391)
	(6 796)	(1 146)	1 884	-	(6 058)
Imparidade					
<i>Terrenos</i>	(33)	-	-	-	(33)
	(33)	-	-	-	(33)
Valor de balanço	24 337	1 313	(710)	(70)	24 871

(milhares de euros)

2022

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	6 365	-	-	-	6 365
Outros Ativos Fixos Tangíveis	31 546	13	(2)	(9 940)	21 617
<i>Terrenos</i>	8 896	-	-	(8 830)	66
<i>Edifícios e outras construções</i>	18 991	-	-	(1 110)	17 881
<i>Equipamento Básico</i>	204	-	-	-	204
<i>Equipamento de transporte</i>	145	-	-	-	145
<i>Equipamento Administrativo</i>	1 522	13	(2)	-	1 533
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	1 659	-	-	-	1 659
<i>Outros</i>	129	-	-	-	129
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	-	70	-	-	70
Ativos sob direito de uso	3 345	41	(351)	79	3 114
<i>Imóveis</i>	2 487	1	-	-	2 488
<i>Viaturas</i>	859	40	(351)	79	627
	41 256	124	(353)	(9 861)	31 166
Depreciações acumuladas					
Outros ativos tangíveis	(4 291)	(627)	2	117	(4 799)
<i>Edifícios e outras construções</i>	(1 444)	(301)	-	117	(1 629)
<i>Equipamento Básico</i>	(202)	(1)	-	-	(202)
<i>Equipamento de transporte</i>	(147)	-	-	-	(147)
<i>Equipamento Administrativo</i>	(1 239)	(138)	2	-	(1 375)
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	(1 176)	(165)	-	-	(1 341)
<i>Outros</i>	(83)	(22)	-	-	(105)
Ativos sob direito de uso	(1 687)	(557)	240	7	(1 997)
<i>Imóveis</i>	(1 244)	(414)	-	-	(1 658)
<i>Viaturas</i>	(444)	(142)	240	7	(339)
	(5 978)	(1 184)	242	124	(6 796)
Imparidade					
<i>Terrenos</i>	(33)	-	-	-	(33)
	(33)	-	-	-	(33)
Valor de balanço	35 245	(1 060)	(111)	(9 737)	24 337

As transferências ocorridas no exercício de 2022 correspondem, fundamentalmente, à reclassificação da “Quinta Vale Flôr” de Ativos Tangíveis para Propriedades de Investimento (ver Nota 25).

Os movimentos de imparidade para ativos tangíveis são analisados como se segue:

	2023	2022
Saldo inicial	(33)	(33)
Dotação do exercício	-	-
Reversão do exercício	-	-
Saldo final	(33)	(33)

27 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Ativos intangíveis		
<i>Software</i>	384	384
	384	384
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente (ver Nota 15)	(103)	(104)
Relativas a exercícios anteriores	(187)	(83)
	(290)	(187)
	94	197

Os movimentos na rubrica Ativos intangíveis, durante os exercícios de 2023 e 2022, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2023		
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31 Dezembro
Ativos intangíveis			
<i>Software</i>	384	-	384
	384	-	384
Amortizações acumuladas			
<i>Software</i>	(187)	(103)	(290)
	(187)	(103)	(290)
Valor de balanço	197	(103)	94

(milhares de euros)

2022

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31 Dezembro
Ativos intangíveis			
<i>Software</i>	384	-	384
	384	-	384
Amortizações acumuladas			
<i>Software</i>	(83)	(104)	(187)
	(83)	(104)	(187)
Valor de balanço	301	(104)	197

28 IMPOSTOS DIFERIDOS E CORRENTES

Tal como referido na nota 1.1 bases de apresentação, o MGAM deixou, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, de beneficiar da isenção de IRC que lhe era aplicável. A alteração do enquadramento fiscal verificado em 2017, com a conseqüente alteração na mensuração dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos, teve impacto no exercício económico de 2017.

Nessa base, de acordo o IAS - 12 Impostos sobre o rendimento e tal como descrito na política contabilística 1.2 o), o MGAM procedeu ao reconhecimento dos ativos e passivos por impostos diferidos no balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022 como segue:

(milhares de euros)

2023

	Ativo	Passivo	Líquido	Movimento do exercício			Total
				Reconhecido nos resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados transitados	
Provisões matemáticas	868 329	-	868 329	7 362	-	-	7 362
Imparidades	1 567	-	1 567	(2 003)	-	2 461	458
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8 406	(958)	7 448	-	(8 286)	-	(8 286)
Propriedades de investimento e amortizações	-	(37 787)	(37 787)	(3 115)	-	-	(3 115)
Benefícios pós emprego	2 652	-	2 652	259	-	-	259
Justo valor de unidades de participação e ações	239	-	239	80	-	159	239
Reporte de prejuízos fiscais	67 206	-	67 206	-	-	-	-
	948 399	(38 745)	909 654	2 583	(8 286)	2 620	(3 083)

(milhares de euros)

2022

	Ativo	Passivo	Líquido	Movimento do exercício		Total
				Reconhecido nos resultados	Reconhecido em reservas	
Provisões matemáticas	860 968	-	860 968	12 774	-	12 774
Imparidades	1 108	-	1 108	(33)	-	(33)
Ativos financeiros disponíveis para venda	16 310	(576)	15 734	-	16 683	16 683
Propriedades de investimento e amortizações	-	(34 673)	(34 673)	(3 016)	(108)	(3 124)
Benefícios pós emprego	2 394	-	2 394	(393)	-	(393)
Reporte de prejuízos fiscais	67 206	-	67 206	-	-	-
	947 986	(35 249)	912 737	9 332	16 575	25 907

Tendo deixado de lhe ser aplicável a isenção de IRC de que beneficiava, e em conformidade com orientações administrativas conhecidas da Autoridade Tributária e Aduaneira ("AT"), o MGAM, (i) por um lado, apurou o seu resultado tributável do período de 2017 considerando a perda da isenção de IRC, tendo para o efeito obtido uma resposta da AT a um pedido de informação vinculativo submetido a respeito da forma de apuramento do resultado tributável e, (ii) por outro lado, reconheceu a existência de diferenças temporárias para efeitos de IRC, considerando o regime que lhe seria aplicável se não tivesse beneficiado de qualquer isenção no passado, em observância dos princípios da continuidade e da especialização dos exercícios e em linha com orientações administrativas conhecidas da AT.

No que respeita às diferenças temporárias que deram origem a Impostos Diferidos, as mesmas decorrem, essencialmente, da não dedução fiscal das provisões técnicas para encargos com modalidades associativas.

Com efeito, aquando do respetivo reconhecimento aquelas provisões não são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável ou prejuízo fiscal do MGAM, na medida em que não têm enquadramento no artigo 39.º do Código do IRC. No entanto, os encargos que resultem dos eventos a que aquelas provisões se destinavam serão, naturalmente, dedutíveis para efeitos daquele resultado fiscal quando venham a ser incorridos, nos termos gerais do Código do IRC.

Apresenta-se de seguida informação de impostos diferidos sobre provisões matemáticas desde o momento da perda de isenção:

(milhares de euros)

31 de dezembro de 2023

	Impostos diferidos por ano de subscrição	Redução de impostos diferidos anuais por ano de subscrição							Stock final de impostos diferidos por ano de subscrição	% de realização	
		Em 2017	Em 2018	Em 2019	Em 2020	Em 2021	Em 2022	Em 2023			Total
Posição a 1 de janeiro de 2017	895 376	(266 689)	(153 756)	(138 403)	(79 255)	(98 188)	(46 782)	(46 856)	(829 928)	65 448	92,69%
Subscrições 2017	191 704	(12 524)	(13 532)	(8 792)	(8 258)	(6 232)	(95 579)	(2 201)	(147 117)	44 587	76,74%
Subscrições 2018	133 444	-	(5 256)	(7 347)	(6 050)	(9 987)	(4 991)	(30 426)	(64 057)	69 387	48,00%
Subscrições 2019	182 048	-	-	(5 886)	(13 054)	(8 169)	(19 901)	(11 227)	(58 238)	123 811	31,99%
Subscrições 2020	148 594	-	-	-	(11 601)	(11 159)	(6 609)	(21 502)	(50 872)	97 722	34,24%
Subscrições 2021	173 422	-	-	-	-	(12 259)	(13 699)	(29 144)	(55 102)	118 320	31,77%
Subscrições 2022	216 415	-	-	-	-	-	(16 078)	(54 189)	(70 267)	146 147	32,47%
Subscrições 2023	225 946	-	-	-	-	-	-	(23 040)	(23 040)	202 906	10,20%
Totais	2 166 949	(279 213)	(172 544)	(160 427)	(118 218)	(145 993)	(203 641)	(218 585)	(1 298 621)	868 329	59,93%

(milhares de euros)

31 de dezembro de 2022

	Impostos diferidos por ano de subscrição	Redução de impostos diferidos ativos anuais por ano de subscrição						Total	Saldo de impostos diferidos por ano de subscrição	% de realização
		Em 2017	Em 2018	Em 2019	Em 2020	Em 2021	Em 2022			
Posição a 1 de janeiro de 2017	895 376	(266 689)	(153 756)	(138 403)	(79 255)	(98 188)	(46 782)	(783 072)	112 304	87,46%
Subscrições 2017	191 704	(12 524)	(13 532)	(8 792)	(8 258)	(6 232)	(95 579)	(144 916)	46 788	75,59%
Subscrições 2018	133 444	-	(5 256)	(7 347)	(6 050)	(9 987)	(4 991)	(33 631)	99 813	25,20%
Subscrições 2019	182 048	-	-	(5 886)	(13 054)	(8 169)	(19 901)	(47 011)	135 038	25,82%
Subscrições 2020	148 594	-	-	-	(11 601)	(11 159)	(6 609)	(29 370)	119 224	19,77%
Subscrições 2021	173 422	-	-	-	-	(12 259)	(13 699)	(25 958)	147 464	14,97%
Subscrições 2022	216 415	-	-	-	-	-	(16 078)	(16 078)	200 336	7,43%
Totais	1 941 003	(279 213)	(172 544)	(160 427)	(118 218)	(145 993)	(203 641)	(1 080 036)	860 968	55,64%

No mesmo sentido, a Associação considerou na determinação dos impostos diferidos ativos os prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores, em observância dos referidos princípios.

Este reconhecimento, cumpre salientar, encontra-se igualmente em linha com as orientações administrativas conhecidas sobre esta matéria, de acordo com as quais os prejuízos fiscais que sejam obtidos no âmbito de uma atividade isenta poderão ser reportáveis aos lucros gerados no conjunto das atividades da entidade uma vez terminada a isenção, desde que observados os limites temporais que permitem o reporte daqueles prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2023, e em função de (i) as taxas a vigorar após essa data e (ii) a expectativa de conversão em gastos e rendimentos aceites fiscalmente e perspectiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a Associação utilizou a taxa (taxa base e derramas) no cálculo de impostos diferidos, de 25,6% (2022: 25,6%) associada a diferenças temporárias e 21% (2022: 21%) em relação ao reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros, pelo que qualquer incerteza quanto à sua recuperação é considerada aquando do apuramento do valor dos ativos por impostos diferidos. Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.2 o), e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os impostos diferidos ativos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Associação têm subjacente uma expectativa elevada quanto à sua recuperabilidade.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada nas demonstrações financeiras previsionais de 2024-2030, aprovadas pelo Conselho de Administração e que têm subjacentes as Linhas de Orientação Estratégicas (LOEs) e as medidas estratégicas definidas. Essas demonstrações financeiras previsionais foram preparadas tendo por base as previsões conhecidas para as variáveis do contexto macroeconómico, sociodemográfico e dos mercados financeiros e, tendo em vista a

concretização dos objetivos e medidas estratégicas dessas linhas de orientação. O crescimento da atividade e das receitas associativas, a evolução dos investimentos e dos custos operacionais foram projetados de forma consentânea com os respetivos fundamentos socioeconómicos e as condições de atuação, e permitem aferir a realização dos ativos por impostos diferidos.

Com base no exercício efetuado a Associação não procedeu ao reconhecimento de impostos diferidos ativos associados ao reporte de prejuízos fiscais no montante de Milhares de Euros 116 360 (2022: Milhares de Euros 119 908), cujo detalhe é como segue:

(milhares de euros)

		2023		2022	
Ano do prejuízo	Prejuízos fiscais	Imposto diferido	Base tributável	Imposto diferido	
2015	158 446	33 273	158 446	33 273	
2016	89 860	18 871	89 860	18 871	
2017	105 553	22 166	122 447	25 714	
2018	200 238	42 050	200 238	42 050	
	554 097	116 360	570 991	119 908	

No exercício de 2023, a Associação utilizou prejuízos fiscais, no montante de 16 894 milhares de euros (2022: 66 811 milhares de euros), sobre os quais não se encontravam reconhecidos ativos por imposto diferido.

Os impostos diferidos ativos reconhecidos nas contas, associados a prejuízos fiscais, são analisados como segue:

(milhares de euros)

		2023		2022	
Ano do prejuízo	Base tributável	Imposto diferido	Base tributável	Imposto diferido	
2015	320 029	67 206	320 029	67 206	
	320 029	67 206	320 029	67 206	

A Lei do Orçamento do estado para 2023 trouxe uma nova realidade no que respeita à dedutibilidade dos prejuízos fiscais, reduzindo por um lado a utilização dos mesmos a 65% do lucro tributável, mas, por outro lado, eliminando a delimitação temporal da sua utilização, isto é, perpetuando a possibilidade de dedução dos prejuízos fiscais. Adicionalmente, deve

atender-se ainda que, a referida regra, tem também aplicação aos prejuízos fiscais que se encontrem “disponíveis” para utilização no início do período de 2023.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023		2022	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de Imposto		112 859		55 395
Imposto corrente à taxa teórica de imposto	21,0%	23 700	21,0%	11 633
Gastos não dedutíveis				
Imparidade em subsidiárias	0,0%	-	3,0%	1 662
Provisões técnicas	162,6%	183 462	319,6%	177 068
Encargos com fundo de pensões	0,1%	106	0,2%	124
Outros gastos não dedutíveis	0,5%	534	0,8%	450
Rendimentos não tributados				
Reversão de provisões técnicas tributadas	-158,9%	(179 307)	-301,6%	(167 049)
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores	-14,1%	(15 857)	-0,8%	(459)
Ajustamentos não dedutíveis resultantes da aplicação do justo valor	-3,8%	(4 315)	-4,0%	(2 221)
Gasto fiscal relativo a propriedades de investimento	-1,8%	(2 048)	-0,9%	(524)
Outros rendimentos não tributáveis	-0,7%	(817)	-1,2%	(641)
Utilização de prejuízos fiscais sem imposto diferido ativo reconhecido	-3,1%	(3 548)	-25,3%	(14 030)
Tributação autónoma	0,1%	66	0,1%	54
Derrama Estadual	1,0%	1 105	12,6%	6 995
Derrama Municipal	0,3%	390	2,6%	1 431
Imposto corrente do exercício	3,1%	3 471	26,2%	14 493
Imposto diferido do exercício	-2,3%	(2 583)	-16,8%	(9 332)
Imposto sobre o rendimento	0,8%	888	9,3%	5 161

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existiam dívidas em mora ao Estado. Assim, para os períodos apresentados, o saldo Ativo por impostos correntes analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Pagamento adicional por conta	4 349	9 816
Retenções na fonte - Juros e Rendas	10 335	9 873
Imposto sobre o juro corrido, pago nas aquisições e recebido nas alienações de obrigações, que ocorram fora da data do seu vencimento.	220	90
Estimativa de IRC	(3 471)	(14 493)
IRC a (pagar) / receber	11 433	5 286

29 OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Outros ativos é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Estado e outros entes públicos	81	25
Associados - Quotas a receber	381	360
Devedores diversos	5 073	1 434
Empréstimos de financiamento a Associados	2 021	1 979
Suprimentos (Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A.) (ver nota 36)	300	300
	7 856	4 098
Imparidade para outros ativos	(379)	(534)
	7 477	3 564

Os Empréstimos de financiamento correspondem a empréstimos a associados, os quais se encontram previstos no Artigo 20.º dos Estatutos, cujas condições para a sua atribuição encontram-se detalhadas no Capítulo II (Empréstimos a associados) do Título IV (Disposições particulares – Outros benefícios) do Regulamento de Benefícios. Estes empréstimos vencem juros a taxas correntes de mercado.

Os Devedores diversos incluem, entre outros, Milhares de Euros 3 642, relativo ao valor a receber da Caixa Económica Montepio Geral, relativo ao ganho líquido registado por esta nos exercícios de 2023 e 2022 com responsabilidades por complementos de pensões de reforma dos colaboradores cedidos ao MGAM, abrangidos pelo Fundo de Pensões da Caixa (nota 14), Milhares de Euros 584 relativos a pedidos de isenção de IMT, no âmbito da aquisição onerosa de diversos imóveis, nos termos da alínea e) do artigo 6.º do Código do IMT (2022: Milhares de Euros 1 074) e um montante de Milhares de Euros 339 relativo a IVA a recuperar ao abrigo do Decreto-Lei 20/90, de 13 de janeiro (2022: Milhares de Euros 190).

Os movimentos de imparidade para Outros ativos são analisados como se segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Saldo inicial	(534)	(630)
Dotação do exercício (nota 12)	(215)	(237)
Reversão do exercício (nota 12)	224	333
Utilização	146	-
Saldo final	(379)	(534)

A análise dos Outros ativos, por maturidade, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

(milhares de euros)

2023				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	81	-	-	81
Associados - Quotas a receber	381	-	-	381
Devedores diversos	5 073	-	-	5 073
Empréstimos de financiamento a Associados	12	89	1 920	2 021
Suprimentos	-	-	300	300
	5 547	89	2 220	7 856

(milhares de euros)

2022				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	25	-	-	25
Associados - Quotas a receber	360	-	-	360
Devedores diversos	1 434	-	-	1 434
Empréstimos de financiamento a Associados	18	167	1 794	1 979
Suprimentos	-	-	300	300
	1 837	167	2 094	4 098

A rubrica Outros passivos é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Fornecedores	6 307	2 126
Estado e outros entes públicos	568	1 333
Beneficiários	6 554	6 784
Credores por acréscimos de gastos	6 421	4 700
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 30)	709	715
Passivos de locação	2 266	1 229
Credores diversos	7 012	9 399
Diferimentos de rendas	1 325	1 229
	31 161	27 515

Os Credores diversos incluem, entre outros, um montante de Milhares de Euros 3 431 relativos a reembolsos a associados por regularizar relativos a produtos de capitalização (2022: Milhares de Euros 4 189) um montante de Milhares de Euros 2 605 relativo à parte remanescente do valor a receber da Caixa Económica Montepio Geral, relativo ao contrato promessa de compra e venda do Lote 30 Campus Universitário de Sintra (2022: Milhares de Euros 4 300) (ver Nota 25)

Os Beneficiários referem-se a valores a pagar a associados por sinistros, mas que, por razões técnicas ou de documentação em falta, o pagamento ainda não ocorreu.

Em 31 de dezembro de 2023, os Credores por acréscimos de gastos incluem, entre outros, um montante de Milhares de Euros 554 relativo a estimativa para férias e subsídio de férias do ano, a liquidar em 2024 (2022: Milhares de Euros 619), um montante de Milhares de Euros 5 858 (2022: Milhares de Euros 2 428) relativo a valores a pagar à Caixa Económica Montepio Geral ao abrigo do contrato de colocação de produtos mutualistas e um montante de Milhares de Euros 805 (2022: Milhares de Euros 843) relativo à estimativa do valor a pagar, também à Caixa Económica Montepio Geral, pela cedência de pessoal durante 2023, e ainda não faturado por esta entidade.

A rubrica Passivos de locação corresponde ao valor dos passivos da locação reconhecidos no âmbito da *IFRS 16*, conforme descrito na política contabilística 1.2 e).

Os Diferimentos de rendas, no montante de Milhares de Euros 1 325, é relativo a rendas antecipadas de propriedades de investimento (2022: Milhares de Euros 1 229).

A análise dos Outros passivos por maturidade, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

(milhares de euros)

2023

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total
Fornecedores	6 307	-	-	6 307
Estado e outros entes públicos	568	-	-	568
Beneficiários	6 554	-	-	6 554
Credores por acréscimos de gastos	6 421	-	-	6 421
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 30)	709	-	-	709
Passivos de locação	139	424	1 703	2 266
Credores diversos	7 012	-	-	7 012
Diferimentos de rendas	1 325	-	-	1 325
	29 034	424	1 703	31 161

(milhares de euros)

2022

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total
Fornecedores	2 126	-	-	2 126
Estado e outros entes públicos	1 333	-	-	1 333
Beneficiários	6 784	-	-	6 784
Credores por acréscimos de gastos	4 700	-	-	4 700
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 30)	715	-	-	715
Passivos de locação	137	408	684	1 229
Credores diversos	9 399	-	-	9 399
Diferimentos de rendas	1 229	-	-	1 229
	26 423	408	684	27 515

30 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Conforme referido na nota 1.2 k), no final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são analisados como segue:

	2023	2022
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de rendimento do fundo	3,45%	4,10%
Taxa de desconto	3,45%	4,10%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2023	2022
Ativos	7	7
Reformados e sobreviventes	6	6
	13	13

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	2 926	2 063
Reformados	7 287	7 154
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Reformados	94	87
Responsabilidades com subsidio por morte		
Ativos	8	5
Reformados	45	41
Total das responsabilidades	10 360	9 350
Coberturas		
Valor dos fundos	9 651	8 635
Ativos/ (passivos) líquidos em Balanço (ver nota 29)	(709)	(715)
Remensurações acumuladas reconhecidas em outro rendimento integral	(2 560)	(3 078)

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2023				2022			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades no início do exercício	9 217	87	46	9 350	10 729	104	53	10 886
Custo do serviço corrente	477	-	-	477	589	-	-	589
Custo dos juros	378	4	2	384	107	1	1	109
Remensurações: (Ganhos) e perdas								
Do ano	215	-	2	217	462	1	10	473
Crescimento dos salários	(20)	-	-	(20)	258	-	-	258
Crescimento das pensões	167	-	-	167	546	-	-	546
Alteração da taxa de desconto	522	3	3	528	(2 906)	(19)	(18)	(2 943)
Novas admissões	-	-	-	-	171	-	-	171
Pagamentos	(743)	-	-	(743)	(739)	-	-	(739)
Responsabilidades no fim do exercício	10 213	94	53	10 360	9 217	87	46	9 350

Os benefícios de saúde correspondem aos encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), os quais são garantidos pelo plano de pensões.

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Saldos do fundo no início do exercício	8 635	10 874
Contribuição	1 031	13
Quota parte do juro líquido	-	-
Remensurações: Ganhos e (perdas)	729	(1 513)
Pagamentos	(744)	(739)
Saldos do fundo no fim do exercício	9 651	8 635

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Aplicações em instituições de crédito (*)	252	(87)
Obrigações		
Cotados	4 962	5 155
Não cotados	1 096	833
Ações e outros títulos de rendimento variável		
Cotados	1 197	820
Não cotados	2 144	1 914
	9 651	8 635

(*) Caixa Económica Montepio Geral

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Remensurações no início do exercício	(3 078)	(3 205)
Remensurações no exercício - (Ganhos) e perdas:		
nas responsabilidades	893	(1 495)
nos ativos do plano	(375)	1 622
	518	127
Remensurações reconhecidas em outro rendimento integral	(2 560)	(3 078)

O gasto do exercício com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
Custo do serviço corrente	477	589
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	29	-
Custo do exercício (nota 13)	506	589

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
No início do exercício	(715)	(12)
Contribuição	1 031	13
Custo do serviço corrente	(477)	(589)
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(29)	-
Remensurações: Ganhos e (perdas)	(518)	(127)
No final do exercício	(708)	(715)

A Associação procedeu, em janeiro de 2024, ao pagamento de Milhares de Euros 709 ao Fundo de Pensões para cobertura total das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a *duration* das responsabilidades ascende a cerca de 8,4 anos (2022: 9 anos).

A contribuição estimada para 2024 é de Milhares de Euros 545 (2023: Milhares de Euros 477), a qual será efetuada até à cobertura a 100% das responsabilidades por serviços passados no final do exercício de 2024. A necessidade de efetuar a entrega vai depender do rendimento do fundo e da eventual variação da taxa de desconto.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é a seguinte:

(milhares de euros)

	2023		2022	
	-0,25%	0,25%	-0,25%	0,25%
Impacto nas alterações dos pressupostos financeiros responsabilidades				
Taxa de desconto	(209)	217	187	(181)
Taxa de crescimento salarial	34	(34)	(27)	28
Taxa de crescimento das pensões	187	(182)	(161)	165
Contribuição SAMS	5	(5)	(5)	5

(milhares de euros)

	2023		2022	
	-1,00%	1,00%	-1,00%	1,00%
Impacto nas alterações dos pressupostos demográficos nas responsabilidades				
Mortalidade	(508)	516	(440)	443

31 OUTRAS PROVISÕES

Em 31 de dezembro a rubrica de Outras provisões é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2023				
	Saldo em 1 de Janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Saldo em 31 de Dezembro
Processos Judiciais em curso	247	482	-	-	729
	247	482	-	-	729

(milhares de euros)

	2022				
	Saldo em 1 de Janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Saldo em 31 de Dezembro
Processos Judiciais em curso	106	175	(34)	-	247
	106	175	(34)	-	247

32 PROVISÕES TÉCNICAS

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

- Provisões matemáticas - destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1.2 I).
- Subvenções e melhorias de benefícios – destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas, mas que ainda não se venceram.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Provisões técnicas decompõe-se em:

(milhares de euros)

	2023			2022		
	Provisões Matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Total	Provisões Matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização	2 829 892	-	2 829 892	2 773 037	-	2 773 037
Modalidades atuariais	513 350	48 670	562 020	538 891	51 226	590 117
	3 343 242	48 670	3 391 912	3 311 928	51 226	3 363 154

No exercício de 2023, os movimentos ocorridos na rubrica de provisões técnicas podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Movimentos no exercício com impacto em:													
	31 de dezembro de 2022						Resultados			Capitais próprios		31 de dezembro de 2023		
	Responsabilidade originadas no período		Montantes pagos no período		Total (ver nota 5)		Rendimento anual complementar							
Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios		
Provisões de capitais, pensões e outros														
Modalidades de capitalização														
Capitais de reforma	1 074 289	-	137 195	-	(170 476)	-	(33 281)	-	8 147	1 049 155	-	-		
Capitais de reforma prazo certo	1 599 968	-	665 082	-	(582 294)	-	82 788	-	-	1 682 756	-	-		
Poupança reforma	95 294	-	8 326	-	(9 781)	-	(1 455)	-	720	94 559	-	-		
Modalidades colectivas	3 485	-	171	-	(260)	-	(89)	-	26	3 422	-	-		
	2 773 037	-	810 774	-	(762 811)	-	47 963	-	8 893	2 829 892	-	-		
Modalidades atuariais														
Capitais de previdência	16 814	19 353	1 176	582	(951)	(1 146)	225	(564)	2	17 039	18 791			
Capitais de previdência diferidos com opção	275 680	180	48 597	4	(65 196)	(81)	(16 599)	(77)	52	259 081	155			
Pensões de Reforma	162 412	17 608	4 838	688	(9 427)	(1 895)	(4 589)	(1 207)	1	157 823	16 402			
Capitais para jovens	45 539	157	5 857	5	(6 610)	(35)	(753)	(30)	15	44 786	142			
Pensões de sobrevivência e dotes	5 661	12 887	12	312	(166)	(961)	(154)	(649)	-	5 507	12 238			
Rendas Vitalícias / Rendas temporárias	19 704	-	320	-	(2 202)	-	(1 882)	-	10	17 832	-			
Outros	13 082	1 043	452	11	(2 252)	(110)	(1 800)	(99)	-	11 282	944			
	538 891	51 226	61 252	1 602	(86 804)	(4 228)	(25 552)	(2 626)	80	513 350	48 670			
	3 311 928	51 226	872 026	1 602	(849 615)	(4 228)	22 411	(2 626)	8 973	3 343 242	48 670			

No exercício de 2022, os movimentos ocorridos na rubrica de provisões técnicas podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

31 de dezembro de 2021	Movimentos no exercício com impacto em:									31 de dezembro de 2022		
	Resultados						Capitais próprios					
	Responsabilidade originadas no período			Montantes pagos no período			Total (ver nota 5)			Rendimento anual complementar		
Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	
Provisões de capitais, pensões e outros												
Modalidades de capitalização												
Capitais de reforma	1 055 596	-	141 771	-	(125 086)	-	16 684	-	2 009	1 074 289	-	
Capitais de reforma prazo certo	1 527 516	-	601 073	-	(528 621)	-	72 452	-	-	1 599 968	-	
Poupança reforma	91 323	-	8 591	-	(4 792)	-	3 799	-	173	95 294	-	
Modalidades colectivas	3 521	-	184	-	(228)	-	(43)	-	8	3 485	-	
	2 677 955	-	751 619	-	(658 727)	-	92 893	-	2 189	2 773 037	-	
Modalidades actuariais												
Capitais de previdencia	21 255	19 802	1 117	447	(5 558)	(897)	(4 441)	(449)	-	16 814	19 353	
Capitais de previdencia diferidos com opção	274 055	300	74 670	8	(73 044)	(128)	1 625	(120)	-	275 680	180	
Pensões de Reforma	190 526	18 415	5 478	492	(33 592)	(1 299)	(28 114)	(807)	-	162 412	17 608	
Capitais para jovens	48 725	203	7 692	6	(10 878)	(52)	(3 186)	(47)	-	45 539	157	
Pensões de sobrevivência e dotes	8 653	13 424	12	314	(3 004)	(851)	(2 992)	(537)	-	5 661	12 887	
Rendas Vitalicias / Rendas temporárias	24 094	-	561	-	(4 951)	-	(4 390)	-	-	19 704	-	
Outros	14 760	1 091	752	13	(2 430)	(60)	(1 678)	(47)	-	13 082	1 043	
	582 067	53 233	90 281	1 280	(133 457)	(3 287)	(43 176)	(2 007)	-	538 891	51 226	
	3 260 023	53 233	841 901	1 280	(792 184)	(3 287)	49 716	(2 007)	2 189	3 311 928	51 226	

No exercício de 2023, verifica-se um acréscimo nas provisões técnicas, no montante de Milhares de Euros 28 758 (2022: Milhares de Euros 49 898) resultante, fundamentalmente, do facto das subscrições de novos produtos mutualistas ter sido superior ao montante nos resgates.

Em adição, tendo em consideração o valor do Fundo Disponível das modalidades Montepio Poupança Reforma, Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos, gerado ao longo do ano de 2022, a Assembleia de Representantes que aprovou as demonstrações financeiras do exercício de 2022 deliberou a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,8%, que se traduziu num montante de Milhares de Euros 8 893 (Exercício anterior: 0,2% de rendimento complementar, traduzindo-se em Milhares de Euros 2 189).

As provisões matemáticas têm como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respetivas modalidades, como segue:

Bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social utilizadas nas modalidades atuariais e rendas.

2023 e 2022

Modalidades de subscrição aberta	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Montepio Proteção Vida	TD 88/90	0,3%
Montepio Pensões de Reforma	TV 88/90	0,3%
Montepio Pensões de Reforma - Restituição de Quotas	TD 88/90 + TV 88/90	0,3%
Montepio Proteção 5 em 5	TD 88/90	0,3%
Montepio Proteção 18-30	TD 88/90	0,3%
Montepio Proteção Invalidez	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	0,3%

Modalidades de subscrição fechada	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência - 4%	PM 60 G	4,0%
Capitais de previdência - 3%	TD 88/90 (formação) TV 88/90 (curso)	3,0%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4,0%
Pensões de Reforma - 4% e 6%	PM 60 G	4% e 6%
Pensões de Reforma - 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4,0%
Pensões de Reforma - 3%	TV 88/90	3,0%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 4% e 6%	PM 60 G	4% e 6%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 3%	TD 88/90 + TV 88/90	3,0%
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% e 6%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4% e 6%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	PM 60 G	4,0%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 3%	TD 88/90	3,0%
Capitais de Previdência a Prazo	PM 60 G	4,0%
Capitais para Jovens - 4%	PM 60 G	4,0%
Capitais para Jovens - 3%	TD 88/90 (formação) TV 88/90 (curso)	3,0%
Pensões para Deficientes	PM 60 G + HW (formação) HW (curso)	4,0%
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4,0%
Capitais Temporários por Invalidez - 3%	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	3,0%
Rendas de Sobrevivência	PM 60 G	4,0%
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	PM 60 G + HW	4,0%
Capitais para Estudos	PM 60 G + HW	4,0%
Pensões de Capitais de Reforma - 4% e 6%	PF 60/64	4% e 6%
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	TV 99/01	3,0%
Pensões de Poupança Reforma - 3%	TV 99/01	3,0%
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	TV 99/01	3,0%
Pensões de Sobrevivência e Dotes	AF (formação) RF (curso)	4,0%
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	PM 60 G	4,0%
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	AF + CR (formação) RF (curso)	4,0%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4,0%

Rendas Vitalícias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Vitalícias - 4% e 6%	PF 60/64	4% e 6%
Rendas Vitalícias - 3%	TV 99/01	3,0%
Rendas Vitalícias - 0,3%	TV 99/01	0,3%

Rendas Temporárias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Temporárias - 3%	TV 88/90	3,0%
Rendas Temporárias - 0,3%	TV 88/90	0,3%

Relativamente às modalidades de capitalização, as taxas técnicas variam entre 0,1% e 3,25% (2022: 0,1% e 3,4%), sendo a taxa média garantida destas modalidades de 1,4% (2022: média de 1,05 %).

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Milhares de Euros 106 804 (2022: Milhares de Euros 116 705), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 1.2 l). A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades, à data de 31 de dezembro de 2023, foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1,7% e 3,21% (2022: 1,11% e 3,29%). A diminuição do provisionamento decorrente do teste de adequabilidade das responsabilidades face ao período homólogo deve-se, fundamentalmente, a um ligeiro aumento da estrutura temporal das taxas de juro no que respeita às durações mais curtas da curva.

O teste da adequação das responsabilidades foi realizado com base em pressupostos atuariais mais adequados face aqueles originalmente previstos nas bases técnicas dos produtos, nomeadamente a alteração das tábuas de mortalidade, face à realidade atual em termos de esperança de vida.

A Associação inclui no teste de adequação das responsabilidades os custos de gestão com as modalidades, tal como preconizado no parágrafo 16 (a) da *IFRS 4*. Estes custos representam o valor médio que a entidade espera incorrer na gestão das responsabilidades até ao seu vencimento/término, o que originou um aumento nas responsabilidades no exercício de 2023 de Milhares de Euros 506 (2022: Milhares de Euros 14).

33 FUNDOS PRÓPRIOS E EXCEDENTES TÉCNICOS

De acordo com o Artigo 55.º dos Estatutos da Associação, os Fundos Próprios ascendem a Milhares de Euros 109 646 e são constituídos para as modalidades cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros (2022: Milhares de Euros 106 579). Os Fundos próprios são constituídos pelo remanescente dos saldos anuais dos correspondentes Fundos disponíveis.

Os Excedentes Técnicos ascendem a Milhares de Euros 119 085 e são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afetos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor (2022: Milhares de Euros 70 644).

A movimentação destas rubricas é apresentada no Mapa das alterações no capital próprio.

34 RESERVAS DE JUSTO VALOR, IMPOSTO DIFERIDO SOBRE RESERVAS DE JUSTO VALOR, RESERVA GERAL, OUTRAS RESERVAS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2023	2022
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver nota 22)	(25 599)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 23)	-	(61 463)
Impostos diferidos (ver nota 28)	7 448	15 734
	(18 151)	(45 729)
Reserva Geral, Outras reservas e Outras variações nos capitais próprios		
Reserva geral	167 365	175 109
	167 365	175 109
Outras reservas		
Reservas de reavaliação de ativos fixos tangíveis	1 338	1 338
Imposto diferido sobre reservas de ativos fixos tangíveis	(226)	(226)
Reserva para estabilização de resultados	871	3 343
Outras reservas - Impactos da liquidação da Montepio Seguros, SGPS, S.A.	1 428	1 428
Resultados transitados - Impactos da adoção da IFRS9	(7 615)	-
	(4 204)	5 883
Outras variações nos capitais próprios		
Remensurações - Fundo de Pensões (ver nota 30)	2 561	3 078
	2 561	3 078

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade, reconhecidas em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores, em conformidade com a política contabilística referida na nota 1.2 f).

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Esta destina-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

De acordo com as políticas contabilísticas do MGAM e em linha com os requisitos definidos na Norma Internacional de Contabilidade 16, sempre que um imóvel é transferido de Ativos fixos tangíveis para Propriedades de investimento, este é reavaliado, sendo o diferencial entre o seu custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, e o seu justo valor, registado na rubrica Propriedades de investimento, por contrapartida de Outras reservas.

Movimentos ocorridos no exercício de 2023:

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2022, inclui transferências entre rubricas do capital próprio da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia de Representantes, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos Excedentes Técnicos, ao Fundo de Reserva Geral e às Reservas de Estabilização de Resultados para cobertura:

- i) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 11 188, através dos Excedentes técnicos;
- ii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades, no montante de Milhares de Euros 18 392, por recurso ao Fundo de reserva geral;
- iii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 536, através das Reservas de Estabilização de Resultados.

a Assembleia de Representantes deliberou ainda:

- i) a distribuição ao Fundo de Reserva Geral de algumas modalidades, o montante de Milhares de Euros 11 116;
- ii) a distribuição à reserva para estabilização de resultados, o montante de Milhares de Euros 6 380;
- iii) a distribuição aos Fundos próprios das modalidades e outros fundos, o montante de Milhares de Euros 3 067;
- iv) a distribuição aos Excedentes técnicos, o montante de Milhares de Euros 59 786.

A Assembleia de Representantes deliberou ainda (i) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,8% à modalidade Montepio Poupança Reforma, com recurso às suas Reservas de Estabilização de Resultados e, também, às suas Reservas Gerais e (ii) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,8% à modalidade Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos, com recurso às suas Reservas de Estabilização de Resultados. Esta deliberação gerou em 2023 uma redução nos capitais próprios da Associação, no montante de Milhares de Euros 8 894, por contrapartida de um aumento nas provisões matemáticas no mesmo montante.

Também foram atribuídas melhorias de 1,5% às Modalidades Atuariais, Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias com taxa técnica de 0,3%, no montante de Milhares de Euros 80. Estas melhorias foram atribuídas com recurso aos Excedentes Técnicos, no montante de Milhares de Euros 78, e com recurso à Reserva Geral, no montante de Milhares de Euros 2.

Movimentos ocorridos no exercício de 2022:

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2021, inclui transferências entre rubricas do capital próprio da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia de Representantes, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos Excedentes técnicos e ao Fundo de reserva geral disponível, para cobertura:

- iv) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 7 761, através dos Excedentes técnicos,
- v) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades, no montante de Milhares de Euros 6 838, por recurso ao Fundo de reserva geral.

a Assembleia de Representantes deliberou ainda:

- v) a distribuição ao Fundo de reserva geral de algumas modalidades, o montante de Milhares de Euros 14 094;
- vi) a distribuição à reserva para estabilização de resultados, o montante de Milhares de Euros 5 332;
- vii) a distribuição aos Fundos próprios de algumas modalidades e outros fundos, o montante de Milhares de Euros 3 090;
- viii) a distribuição aos Excedentes técnicos, o montante de Milhares de Euros 36 669.

A Assembleia de Representantes deliberou ainda (i) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,20% às modalidades Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos, atendendo ao valor dos seus Fundos Disponíveis e (ii) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,20% à modalidade Montepio Poupança Complementar, com recurso às suas Reservas Gerais. Esta deliberação gerou uma redução nos capitais próprios da Associação, no montante de Milhares de Euros 2 189, por contrapartida de um aumento nas provisões matemáticas no mesmo montante.

No decurso do exercício 2022, a Associação, por encerramento das catorze séries da Modalidade Montepio Capital Certo vencidas no ano de 2022, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas séries, foi aprovada a transferência do montante de Milhares de Euros 146 para o Fundo de reserva Geral.

A movimentação durante o exercício de 2023 na Reserva de justo valor, líquida de imposto diferido, é analisada conforme segue (ver nota 22):

(milhares de euros)

2023

	Saldo em 1 de Janeiro	Impacto da IFRS9 a 01.01.2023 (ver nota 1.1)	Ajustamentos no justo valor	Aquisições	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Reserva de justo valor							
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral							
Títulos de rendimento fixo							
Obrigações de emissores públicos	(32 632)	169	11 378	-	65	(60)	(21 080)
Obrigações de outros emissores	(30 502)	11 449	22 972	(1 320)	335	(7 475)	(4 541)
Bilhetes do tesouro	(4)	1	1	-	-	2	-
Papel comercial	-	276	-	-	-	(254)	22
	(63 138)	11 895	34 351	(1 320)	400	(7 787)	(25 599)
Títulos de rendimento variável							
Ações de empresas	196	(196)	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	1 479	(1 479)	-	-	-	-	-
	1 675	(1 675)	-	-	-	-	-
	(61 463)	10 220	34 351	(1 320)	400	(7 787)	(25 599)
Imposto diferido - Reserva de justo valor							
Títulos de rendimento fixo							
Obrigações de emissores públicos	8 354	-	(2 913)	-	(17)	-	5 425
Obrigações de outros emissores	7 808	(157)	(5 881)	338	(86)	-	2 022
Bilhetes do tesouro	1	-	-	-	-	-	1
Papel comercial	-	-	-	-	-	-	-
	16 163	(157)	(8 794)	338	(102)	-	7 448
Títulos de rendimento variável							
Ações de empresas	(49)	49	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	(380)	380	-	-	-	-	-
	(429)	429	-	-	-	-	-
	15 734	272	(8 794)	338	(102)	-	7 448
Reserva de justo valor, líquida de imposto diferido	(45 729)	10 492	25 557	(982)	298	(7 787)	(18 151)

A movimentação durante o exercício de 2022 na Reserva de justo valor, líquida de imposto diferido, é analisada conforme segue (ver nota 23):

(milhares de euros)

2022

	Saldo em 1 de Janeiro	Ajustamentos no justo valor	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Reserva de justo valor:					
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	(2 288)	(30 285)	(59)	-	(32 632)
Obrigações de outros emissores	4 292	(32 104)	(1 740)	(950)	(30 502)
Bilhetes do tesouro		(4)			(4)
	2 004	(62 393)	(1 799)	(950)	(63 138)
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	121	75	-	-	196
Fundos de investimento	1 581	19	(299)	178	1 479
	1 702	94	(299)	178	1 675
	3 706	(62 299)	(2 098)	(772)	(61 463)
Imposto diferido - Reserva de justo valor:					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	586	7 753	15	-	8 354
Obrigações de outros emissores	(1 099)	8 219	445	243	7 808
Bilhetes do tesouro	-	1	-	-	1
	(513)	15 973	460	243	16 163
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	(30)	(19)	-	-	(49)
Fundos de investimento	(406)	(5)	77	(46)	(380)
	(436)	(24)	77	(46)	(429)
	(949)	15 949	537	197	15 734
Reserva de justo valor, líquida de imposto diferido	2 757	(46 350)	(1 561)	(575)	(45 729)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

2023

Custo amortizado dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	610 448
Imparidade acumulada reconhecida	(5 979)
Custo amortizado dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral líquidos de imparidade	604 469
Justo valor dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	578 870
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(25 599)

(milhares de euros)

2022

Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	615 738
Imparidade acumulada reconhecida	(4 173)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	611 565
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	550 102
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(61 463)

35 JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

2023

	Custo amortizado	Valor de balanço	Justo valor
Ativos financeiros			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	98 618	98 618	98 618
Aplicações em instituições de crédito	31 228	31 228	32 313
Outros ativos financeiros	7 477	7 477	7 477
	137 323	137 323	138 408
Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros	31 161	31 161	31 161
	31 161	31 161	31 161

(milhares de euros)

2022

	Custo amortizado	Valor de balanço	Justo valor
Ativos financeiros			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	42 124	42 124	42 124
Aplicações em instituições de crédito	60 532	60 532	60 523
Outros ativos financeiros	3 564	3 564	3 564
	106 220	106 220	106 211
Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros	27 515	27 515	27 515
	27 515	27 515	27 515

O quadro seguinte resume, por níveis de justo valor, para cada Grupo de ativos e passivos financeiros do MGAM, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2023:

(milhares de euros)

2023

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	98 618	-	98 618
Aplicações em instituições de crédito	-	32 313	-	32 313
Outros ativos financeiros	-	-	7 477	7 477
	-	130 931	7 477	138 408
Passivos financeiros				
Outros passivos financeiros	-	-	31 161	31 161
	-	-	31 161	31 161

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada Grupo de ativos e passivos financeiros do MGAM, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

2022

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	42 124	-	42 124
Aplicações em instituições de crédito	-	60 523	-	60 523
Outros ativos financeiros	-	-	3 564	3 564
	-	102 647	3 564	106 211
Passivos financeiros				
Outros passivos financeiros	-	-	27 515	27 515
	-	-	27 515	27 515

Nos exercícios de 2023 e de 2022, os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

Caixa e disponibilidades em instituições de crédito

Atendendo o prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é considerado uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Outros ativos financeiros

A Associação considera que o valor de balanço é considerado uma razoável estimativa do seu justo valor.

Outros passivos financeiros

Atendendo o prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é considerado uma razoável estimativa do seu justo valor.

36 PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do MGAM as empresas detalhadas abaixo identificadas, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e da Assembleia de Representantes. Para além dos membros do Conselho de Administração e da Assembleia de Representantes, foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

São consideradas partes relacionadas do MGAM as seguintes entidades:

Conselho de Administração do MGAM

Virgílio Manuel Boavista Lima
 Idália Maria Marques Salvador Serrão
 João Carlos Carvalho das Neves
 Rui Pedro Brás de Matos Heitor
 Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
 Alípio Barrosa Pereira Dias

Subsidiárias do MGAM

Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.
 Montepio Gestão de Activos – S.G.O.I.C., S.A.
 Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.
 Montepio Seguros, SGPS, S.A. (*)
 Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (**)
 Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (**)
 Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (**)
 Montepio Valor - S.G.O.I.C., S.A. (***)
 Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
 Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE
 Montepio Residência de Estudantes S.A.
 Moçambique Companhia de Seguros, S.A.

Associadas do MGAM

Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A.
 Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
 Sagies – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. (****)
 Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.

Outras partes relacionadas

Montepio Holding, SGPS, S.A.
 Montepio Investimento, S.A.
 Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
 Finibanco Angola, S.A. (*****)
 Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
 Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
 HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
 Clínica CUF Belém, S.A.(*****)
 SSag incentive, Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis, S.A.
 CESource, ACE
 Valor Arrendamento FIIF
 PEF - Portugal Estates Fund
 Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto
 Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
 Montepio Serviços ACE
 Fundação Montepio Geral
 SAS Apostas Sociais - Jogos e Apostas Online

(*) Entidade dissolvida e liquidada em 2022 (ver nota 21)

(**) Com a liquidação da Montepio Seguros, a Associação passou a deter o controlo destas entidades (ver nota 21)

(***) Entidade fundida em 2022 no Montepio Gestão de Activos - S.G.O.I.C., S.A. (ver nota 21)

(****) Entidade alienada em 2022 (ver nota 21)

(*****) Entidades alienadas em 2023

Remunerações aos membros dos Órgãos de Gestão

A remuneração dos órgãos de gestão diz respeito aos gastos com pessoal analisados na nota 13, que incluem os gastos do exercício referentes aos benefícios a empregados analisados na nota 30.

Transações com o fundo de pensões

Durante o exercício não foram efetuadas transações com o fundo de pensões. Nos exercícios de 2023 e 2022 não foram efetuadas contribuições para o fundo de pensões.

Conforme referido na nota 30, já no exercício de 2024 a Associação efetuou uma contribuição para o fundo de pensões, no montante de Milhares de Euros 709.

À data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos detidos pelo MGAM com partes relacionadas, bem como rendimentos e gastos nos exercícios de 2023 e de 2022, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

2023

Empresas	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.				
Depósitos à ordem (ver nota 17)	98 615	-	-	3
Depósitos a prazo (ver nota 18)	30 729	-	612	1
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver nota 22)	215 049	-	18 597	-
Outros passivos	-	14	-	-
Cedência de pessoal (ver nota 14)	3 642	805	3 642	9 691
Prestação de serviços	-	6 393	-	4 287
Comissões de custódia	-	-	-	58
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	1 959	-
Comissões bancárias	-	-	-	28
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver nota 22)	9 312	-	943	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	15	-
Seguros pagos	-	-	-	136
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver nota 22)	6 812	-	760	-
Montepio Gestão de Activos - S.G.O.I.C., S.A.				
Outros passivos	-	8	-	-
Outros ativos	87	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	83	-
Prestação de serviços	-	-	261	24
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Outros passivos	-	521	-	-
Gastos suportados	-	-	-	1 425
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	300	-
Montepio Serviços, ACE				
Outros ativos	94	-	-	-
Cedência de pessoal (ver nota 14)	6	-	39	-
Gastos suportados	-	199	-	199
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver nota 22)	50 649	-	2 372	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	68	-
Cedência de pessoal (ver nota 14)	8	-	36	-
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	122	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.				
Cedência de pessoal (ver nota 14)	-	4	-	23
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	4 997	-
Outros passivos	-	15	-	-
Outros custos exploração	-	-	-	59
Montepio Residência de Estudantes, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	943	-
Outros passivos	-	32	-	-
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.				
Suprimentos (capital e juros) (ver nota 29)	300	-	12	-
Dividendos recebidos (ver nota 7)				
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	-	63	-
Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.	-	-	329	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	-	-	2 291	-
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	289	-
Fundação Montepio Geral				
Donativo	-	-	-	500
	415 303	7 991	38 733	16 434

(milhares de euros)

2022

Empresas	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.				
Depósitos à ordem (ver nota 17)	42 123	-	-	1
Depósitos a prazo (ver nota 18)	60 030	-	19	12
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 23)	193 026	-	18 318	-
Outros passivos	-	2 814	-	-
Cedência de pessoal (ver nota 14)	-	839	-	9 342
Prestação de serviços	-	-	-	2 535
Comissões de custódia	-	-	-	45
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	1 923	-
Outros custos exploração	-	-	-	15
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 23)	9 418	-	1 835	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	15	-
Seguros pagos	-	-	-	128
Outros passivos	-	2	-	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 23)	6 522	-	206	-
Montepio Gestão de Activos - S.G.O.I.C., S.A.				
Outros passivos	-	7	-	-
Outros ativos	9	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	38	-
Prestação de serviços	-	-	28	31
Outros proveitos exploração	-	-	9	-
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Outros passivos	-	90	-	-
Gastos suportados	-	-	-	877
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	296	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 23)	40 270	-	1 340	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	60	-
Cedência de pessoal (ver nota 14)	3	-	25	-
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.				
Outros ativos	55	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	121	-
Montepio Seguros SGPS SA				
Ativos financeiros disponíveis para venda (ver nota 23)	-	-	912	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.				
Cedência de pessoal (ver nota 14)	-	4	-	17
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	4 973	-
Outros passivos	-	5	-	-
Outros custos exploração	-	-	-	58
Montepio Residência de Estudantes, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (ver nota 16)	-	-	659	-
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.				
Suprimentos (capital e juros) (ver nota 29)	300	-	12	-
Dividendos recebidos (ver nota 7)				
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	210	-
Montepio Gestão de Activos - S.G.O.I.C., S.A.	-	-	613	-
Montepio Valor	-	-	311	-
Fundação Montepio Geral				
Donativo	-	-	-	500
	351 756	3 761	31 923	13 561

37 GESTÃO DE RISCOS

A Associação encontra-se exposta a um conjunto de riscos, sendo considerados os mais relevantes, em termos da componente financeira, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de concentração, o risco de liquidez e os riscos específicos associados às modalidades. Adicionalmente, a Associação encontra-se sujeita a outros riscos de natureza não financeira, como o risco operacional, o risco reputacional, o risco de estratégia e o risco de negócio. Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou ações, apoiados por sistemas de informação e procedimentos que suportam as medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

O sistema de gestão de riscos da Associação, que está centralizado no Gabinete de Gestão de Riscos, assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial ao nível entendido como adequado.

Risco de mercado

O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas de juro, taxas de câmbio, preços dos instrumentos financeiros e/ou preços dos bens imobiliários, considerando as respetivas volatilidades.

Neste sentido, a identificação e controlo do risco de mercado são assegurados através da definição e monitorização de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos, que tenha em conta não só as expectativas da evolução dos mercados financeiros, mas igualmente as características das responsabilidades assumidas pela Associação. A evolução da taxa de juro é também monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a otimizar a rentabilidade dos ativos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e variações das taxas de juro.

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos ativos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, no caso dos Ativos financeiros valorizados ao justo valor por outro rendimento integral, ou diretamente em resultados, no caso dos títulos contabilizados em Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os fluxos de caixa futuros atualizados considerando a respetiva *yield to maturity*, com variação positiva e negativa de 100 pontos base nas respetivas *yields*.

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2023		2022	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Taxa de juro +1%				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	(22 787)	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(24 463)
Ativos financeiros ao justo valor de resultados	(886)	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	-	-	(558)	-
	(886)	(22 787)	(558)	(24 463)
Taxa de juro -1%				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	24 427	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	26 383
Ativos financeiros ao justo valor de resultados	1 060	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	-	-	698	-
	1 060	24 427	698	26 383

Relativamente ao risco cambial, a Associação não apresenta exposições a moedas estrangeiras, não estando, por isso, exposta a este risco.

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2023		2022	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Mercado mobiliário +10%				
Ações	51	51	38	101
Fundos de investimento	502	502	56	525
	553	553	94	626
Mercado mobiliário -10%				
Ações	(51)	(51)	(40)	(101)
Fundos de investimento	(502)	(502)	(124)	(525)
	(553)	(553)	(164)	(626)

O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados e capital próprio da Associação devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
	Resultado/ Capital Próprio	Resultado/ Capital Próprio
Mercado imobiliário +10%		
Propriedades de investimento	41 797	39 514
	41 797	39 514
Mercado imobiliário -10%		
Propriedades de investimento	(41 797)	(39 514)
	(41 797)	(39 514)

Risco de crédito

O risco de crédito considera o risco de perda decorrente de variações da qualidade de crédito dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes e devedores, sob a forma de risco de incumprimento pela contraparte, risco de *spread* ou risco de concentração.

A gestão do risco de crédito baseia-se no cumprimento dos limites definidos na política de investimentos financeiros, no que concerne à exposição por setores de atividade, zona geográfica e qualidade creditícia (classificação por rating), além da análise de impactos que possam vir a ter na atividade.

A repartição por sectores de atividade da exposição ao risco de crédito, constituída por posições em obrigações e papel comercial, para os exercícios de 2023 e 2022, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de euros)

	2023		
	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
Setor de atividade			
Atividades de informação e comunicação	-	7 103	(163)
Atividades financeiras	4 616	303 085	(4 815)
Atividades imobiliárias	-	56 786	(232)
Administração e serviços públicos	-	138 937	(109)
Construção e obras públicas	909	2 972	(158)
Eletricidade, gás e água	145	10 769	(73)
Refinação de Petróleo	-	4 342	(16)
Indústria	2 032	25 727	(240)
Retalho	-	4 179	(9)
Transportes	-	5 166	(130)
Outras Atividades de Serviços Coletivos	2 678	25 783	(34)
	-	10 380	584 849
			(5 979)

(milhares de euros)

2022

Setor de atividade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda		
	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	
Atividades de informação e comunicação	-	-	6 346	-	
Atividades financeiras	-	-	277 033	(3 784)	
Atividades imobiliárias	-	-	45 404	-	
Administração e serviços públicos	9 899	-	124 768	-	
Construção e obras públicas	-	-	4 057	(149)	
Eletricidade, gás e água	-	-	9 800	-	
Refinação de Petróleo	-	-	5 486	-	
Indústria	-	-	34 634	-	
Retalho	-	-	3 808	-	
Transportes	-	-	9 482	-	
Outras Atividades de Serviços Coletivos	2 610	-	28 127	(239)	
	-	12 509	-	548 947	(4 172)

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica das exposições a obrigações e papel comercial é analisada como segue:

(milhares de euros)

2023

Zona geográfica	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
União Europeia			
Portugal	2 942	361 186	(2 927)
Alemanha	4 761	9 855	(17)
Espanha	-	67 060	(59)
França	-	21 237	(264)
Itália	-	51 555	(1 627)
Outros U.E.	2 677	38 824	(43)
Outros Países			
Outros Europa	-	14 094	(16)
América do Norte	-	11 237	(183)
Outros	-	9 801	(843)
	10 380	584 849	(5 979)

(milhares de euros)

2022

Zona geográfica	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
União Europeia				
Portugal	-	-	338 043	(1 823)
Alemanha	-	-	13 514	-
Espanha	9 899	-	56 018	-
França	-	-	21 198	-
Itália	-	-	46 408	(1 499)
Outros U.E.	2 610	-	36 077	(13)
Outros Países				
Outros Europa	-	-	16 116	-
América do Norte	-	-	12 267	-
Outros	-	-	9 307	(837)
	12 509	-	548 947	(4 172)

Nas classificações de risco apresentadas foi considerado o critério do segundo melhor *rating* atribuído pelas principais agências de avaliação creditícia. Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor do balanço de acordo com uma escala equivalente às da Standard & Poor's e Fitch.

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (obrigações) é analisada como segue:

(milhares de euros)

2023

Rating	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
AAA- a AAA+	7 294	28 338	(5)
AA- a AA+	-	827	-
A- a A+	-	80 304	(26)
BBB- a BBB+	145	130 785	(159)
BB- a BB+	-	265 945	(2 609)
B- a B+	-	7 362	(245)
CCC- a CCC+	-	-	-
Sem rating	2 941	66 283	(2 913)
	10 380	579 844	(5 957)

(milhares de euros)

2022

Rating	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
AAA- a AAA+	2 611	-	31 387	-
AA- a AA+	-	-	527	-
A- a A+	9 898	-	60 903	-
BBB- a BBB+	-	-	125 350	-
BB- a BB+	-	-	49 153	-
B- a B+	-	-	202 691	-
CCC- a CCC+	-	-	1 890	-
Sem rating	-	-	53 808	(2 485)
	12 509	-	525 709	(2 485)

A repartição dos ativos financeiros por estágio de imparidade é a que se segue:

(milhares de euros)

2023

Impactos por Estágio	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Justo valor (JVOIC)	584 849	5 979	578 870
Estágio 1	571 162	3 005	568 157
Estágio 2	11 202	489	10 713
Estágio 3	2 485	2 485	-
Aplicações em IC`s	31 236	8	31 228
Estágio 1	31 236	8	31 228
	616 085	5 987	610 098

Em 31 de dezembro de 2023, tal como em 2022, as disponibilidades em instituições de crédito e as aplicações em instituições de crédito encontram-se, fundamentalmente, na Caixa Económica Montepio Geral (ver nota 36), cujos depósitos de longo-prazo, em 31 de dezembro de 2023, têm *rating* BBB-, BB- e BB+ atribuídos, respetivamente, pelas agências Moody`s, Fitch e DBRS e de acordo com uma escala equivalente às notações da Standard & Poor`s e Fitch (BB-, B+ e B+ em 31 de dezembro de 2022, atribuídos respetivamente, pelas agências Moody`s, Fitch e DBRS).

Risco de Concentração

O Risco de Concentração, que decorre da insuficiente diversificação da carteira de ativos em termos de exposição a um emiteente / grupo de emitentes, é controlado pela imposição de limites máximos de exposição a uma determinada contraparte, considerando o grupo económico em que se inserem. Estes limites são diferenciados pela natureza da contraparte e pelo nível de risco.

Dada a especificidade institucional do MGAM enquanto associação mutualista que historicamente detém enquanto entidade anexa a CEMG e, dos deveres de apoio enquanto acionista que resultam dessa relação, o investimento no capital desta entidade tem um peso de 39,9% no total do ativo líquido em 31 de dezembro de 2023 (39,9% em 31 de dezembro

de 2022), que incrementa para 44,7% quando se inclui a exposição em dívida subordinada da CEMG (44,7% em 31 de dezembro de 2022).

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém, da possibilidade de a Associação não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os associados e outros credores à medida que elas se vençam.

A Associação, com vista à mitigação deste risco, detém uma reserva de liquidez mínima e assegura a monitorização regular de indicadores de risco de liquidez, determinados em condições normais e em condições de esforço, que têm em consideração, nomeadamente, cenários sobre a reserva de liquidez e sobre as responsabilidades assumidas, estando alguns dos indicadores sujeitos a limites de risco. Adicionalmente, é elaborado e reportado um plano de tesouraria, em base mensal, ajustado às necessidades/excedentes da Associação. O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez é efetuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa perspetiva de adequação entre ativos e passivos, quer às variáveis de curto prazo, incluindo os resultados do rendimento das suas participações financeiras, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura otimizar ao máximo a rentabilidade dos ativos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros, participações financeiras e responsabilidades decorrentes das modalidades é apresentada como segue:

(milhares de euros)

2023

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	98 618	-	-	-	-	98 618
Aplicações em instituições de crédito	1 094	30 134	-	-	-	31 228
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 072	350	3 342	8 050	1 095	15 909
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 990	31 984	243 699	287 832	9 365	578 870
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-	1 815 955	1 815 955
	108 774	62 468	247 041	295 882	1 826 415	2 540 580
Passivos						
Modalidades atuariais	8 830	32 570	128 289	139 238	253 092	562 019
Modalidades capitalização	46 594	259 885	1 366 363	9 915	1 147 136	2 829 893
	55 424	292 455	1 494 652	149 153	1 400 228	3 391 912

(milhares de euros)

2022

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	42 124	-	-	-	-	42 124
Aplicações em instituições de crédito	5 522	55 010	-	-	-	60 532
Ativos financeiros detidos para negociação	-	9 899	-	-	2 990	12 889
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	556	556
Ativos financeiros disponíveis para venda	45 776	17 006	125 830	351 387	10 103	550 102
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-	1 749 248	1 749 248
	93 422	81 915	125 830	351 387	1 762 897	2 415 451
Passivos						
Modalidades atuariais	7 922	23 648	140 582	154 935	263 030	590 117
Modalidades de capitalização	52 127	53 415	1 453 876	40 550	1 173 069	2 773 037
	60 049	77 063	1 594 458	195 485	1 436 099	3 363 154

Nas modalidades atuariais, a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foi considerada como sendo indeterminada. Adicionalmente, as modalidades de capitalização com prazo indeterminado correspondem a produtos de poupança reforma sem maturidade definida, suscetíveis de serem resgatáveis à vista.

Risco específico das modalidades

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é objeto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
	Resultado/ Capital próprio	Resultado/ Capital próprio
Taxa de juro +1%		
Modalidades atuariais	41 451	44 315
Modalidades de capitalização	-	(275)
	41 451	44 040
Taxa de juro -1%		
Modalidades atuariais	(49 946)	(53 215)
Modalidades de capitalização	10 767	11 458
	(39 179)	(41 757)

Nas modalidades de capitalização, os impactos apresentados acima resultam de variações nas responsabilidades do produto 'Montepio Capital Certo', onde existem várias séries onde a taxa de remuneração a pagar aos associados é variável. No que respeita às modalidades

atuariais, a variação verificada tem subjacente a variação da curva de desconto utilizada para desconto das responsabilidades.

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
	Resultado/ Capital próprio	Resultado/ Capital Próprio
Mortalidade +10%		
Modalidades atuariais	19 375	20 140
	19 375	20 140
Mortalidade -10%		
Modalidades atuariais	(29 127)	(30 374)
	(29 127)	(30 374)

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2023	2022
	Resultado/ Capital próprio	Resultado/ Capital Próprio
Reembolsos +10%		
Modalidades capitalização	(2 041)	(1 146)
	(2 041)	(1 146)
Reembolsos -10%		
Modalidades capitalização	2 041	1 146
	2 041	1 146

38 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Conforme divulgado na nota 1.1, estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança social. Tais disposições de relato financeiro têm subjacentes as políticas contabilísticas divulgadas na referida nota, diferindo das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na medida em que não acomodam a aplicação da IFRS 17 – Contratos de Seguro. Não obstante esta situação, o Conselho de Administração decidiu manter como

política incorporar nas bases de apresentação as alterações às IFRS que se tornam efetivas em cada exercício, à exceção da IFRS 17. Assim:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2023:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. A Adoção desta alteração não produziu efeito relevante nas demonstrações financeiras da Associação.
- b) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A Adoção desta alteração não produziu efeito relevante nas demonstrações financeiras da Associação.
- c) **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios

– ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

A Associação não aplicou a IFRS 17, tendo por base os argumentos descritos na Nota 1.1 – Bases de apresentação, Políticas contabilísticas e Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras – Bases de apresentação.

- d) **IFRS 17** (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação de um ativo financeiro a um ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

A Associação não aplicou a IFRS 17, tendo por base os argumentos descritos na Nota 1.1 – Bases de apresentação, Políticas contabilísticas e Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras – Bases de apresentação.

- e) **IAS 12** (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A Adoção desta alteração não produziu efeito relevante nas demonstrações financeiras da Associação.
- f) **IAS 12** (alteração), ‘Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois’. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion

("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. A Adoção desta alteração não produziu efeito relevante nas demonstrações financeiras da Associação (ver nota 1.2 o)).

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva. Estima-se que a adoção futura desta alteração não produzirá efeito relevante nas demonstrações financeiras da Associação.
- b) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem

de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Estima-se que a adoção futura desta alteração não produzirá efeito relevante nas demonstrações financeiras da Associação.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 7** (alteração) e IFRS 7 (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020. Estima-se que a adoção futura desta alteração não produzirá efeito relevante nas demonstrações financeiras da Associação.
- b) **IAS 21** (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Estima-se que a adoção futura desta alteração não produzirá efeito relevante nas demonstrações financeiras da Associação.

39 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2023 que requeiram ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2023.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

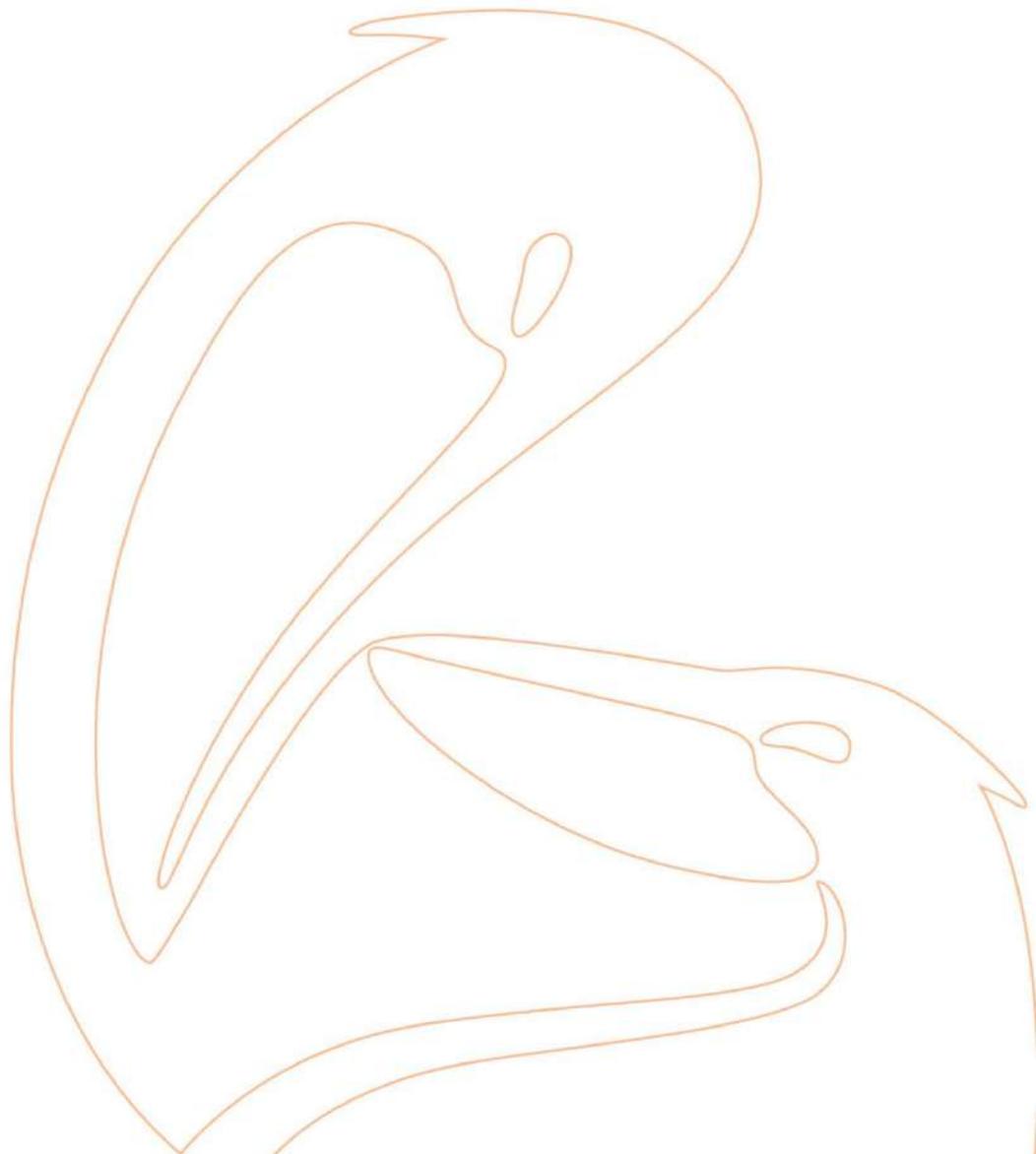
Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

14

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Montepio Geral – Associação Mutualista (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3.912.075 milhares de euros e um total de capital próprio de 488.273 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 111.971 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, o mapa das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (a Tutela).

Bases para a opinião com reservas

O balanço da Entidade inclui no ativo montantes de 909.654 milhares de euros e 912.737 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente, relativos a ativos por impostos diferidos originados, essencialmente, por diferenças temporárias dedutíveis respeitantes à constituição de provisões técnicas, cuja base tributável ascende a 3.391.912 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 (2022: 3.363.154 milhares de euros). Em conformidade com a norma internacional de contabilidade IAS 12, Impostos sobre o rendimento, a recuperabilidade de ativos por impostos diferidos deve ser avaliada em função da obtenção de resultados tributáveis, os quais deverão ser projetados excluindo as componentes tributáveis originadas por novas diferenças temporárias dedutíveis.

Tendo por base as projeções apresentadas pelo Conselho de Administração e as condições previstas na referida norma e considerando, também, que dividendos e reversões de imparidades futuras relativos às participações financeiras detidas em subsidiárias, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável, não obstante a inexistência de limite temporal para recuperação de prejuízos fiscais, a Entidade não demonstra, na nossa opinião, capacidade para gerar resultados tributáveis suficientes que permitam recuperar parte substancial dos ativos por impostos diferidos registados. Desta forma, na nossa opinião, os ativos por impostos diferidos, os capitais próprios e o resultado líquido do exercício, constantes do balanço e da demonstração dos resultados da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, encontram-se sobreavaliados por um montante materialmente relevante, a magnitude do qual não estamos em condições de quantificar, dada a incerteza inerente às projeções dos resultados tributáveis.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do

auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

- (i) Conforme divulgado na nota 1.1 das notas explicativas das demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas em conformidade com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Tais disposições de relato financeiro têm subjacentes as políticas contabilísticas divulgadas na referida nota, diferindo das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na medida em que não acomodam a aplicação da IFRS 17 – Contratos de Seguro.
- (ii) No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, foi efetuada pelo Conselho de Administração uma avaliação da capacidade da Entidade para fazer face a exigências de liquidez e aos restantes riscos associados ao desenvolvimento da sua atividade, sendo relevante para a compreensão da avaliação realizada a informação divulgada (i) na nota 37, gestão de riscos, em particular, no respeitante aos riscos de liquidez e de concentração de ativos, (ii) na nota 24, respeitante à mensuração e recuperabilidade dos investimentos detidos em subsidiárias e associadas e (iii) na nota 28, relativa à mensuração e recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.
- (iii) O balanço da Entidade inclui no ativo montantes de 1.815.955 milhares de euros e 1.749.248 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente, relativos a Investimentos em subsidiárias e associadas, dos quais 1.559.682 milhares de euros respeitam à mensuração da participação financeira de 99,99% na Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA. Conforme divulgado na nota 1.2 d) das notas explicativas das demonstrações financeiras, os referidos investimentos são mensurados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, sendo estas apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos e o seu valor contabilístico. Conforme divulgado na nota 24 das notas explicativas das demonstrações financeiras, o valor recuperável determinado corresponde ao maior valor obtido, de entre o valor em uso e o justo valor, líquido de custos de venda. Também conforme divulgado na nota 24, diferentes pressupostos de evolução do negócio, financeiros e macroeconómicos, poderão resultar num valor recuperável diferente dos referidos investimentos.
- (iv) Conforme divulgado na nota introdutória das notas explicativas das demonstrações financeiras, entrou em vigor em 2 de setembro de 2018 o Decreto-Lei n.º 59/2018 que aprovou o novo Código das Associações Mutualistas (CAM), tendo sido publicado posteriormente, em 29 de novembro de 2018, o Despacho n.º 11392-A/2018, conjunto, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o qual determinou que a Entidade ficasse abrangida pelo regime transitório previsto no CAM, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a partir dessa data e durante um período de 12 anos, até 2030. A Entidade deverá adotar as medidas tendentes a garantir a convergência progressiva, com vista a atingir a plena conformidade com as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis ao setor segurador, com as devidas adaptações, no final do período transitório.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

8

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção Bases para a opinião com reservas do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

12 de março de 2024

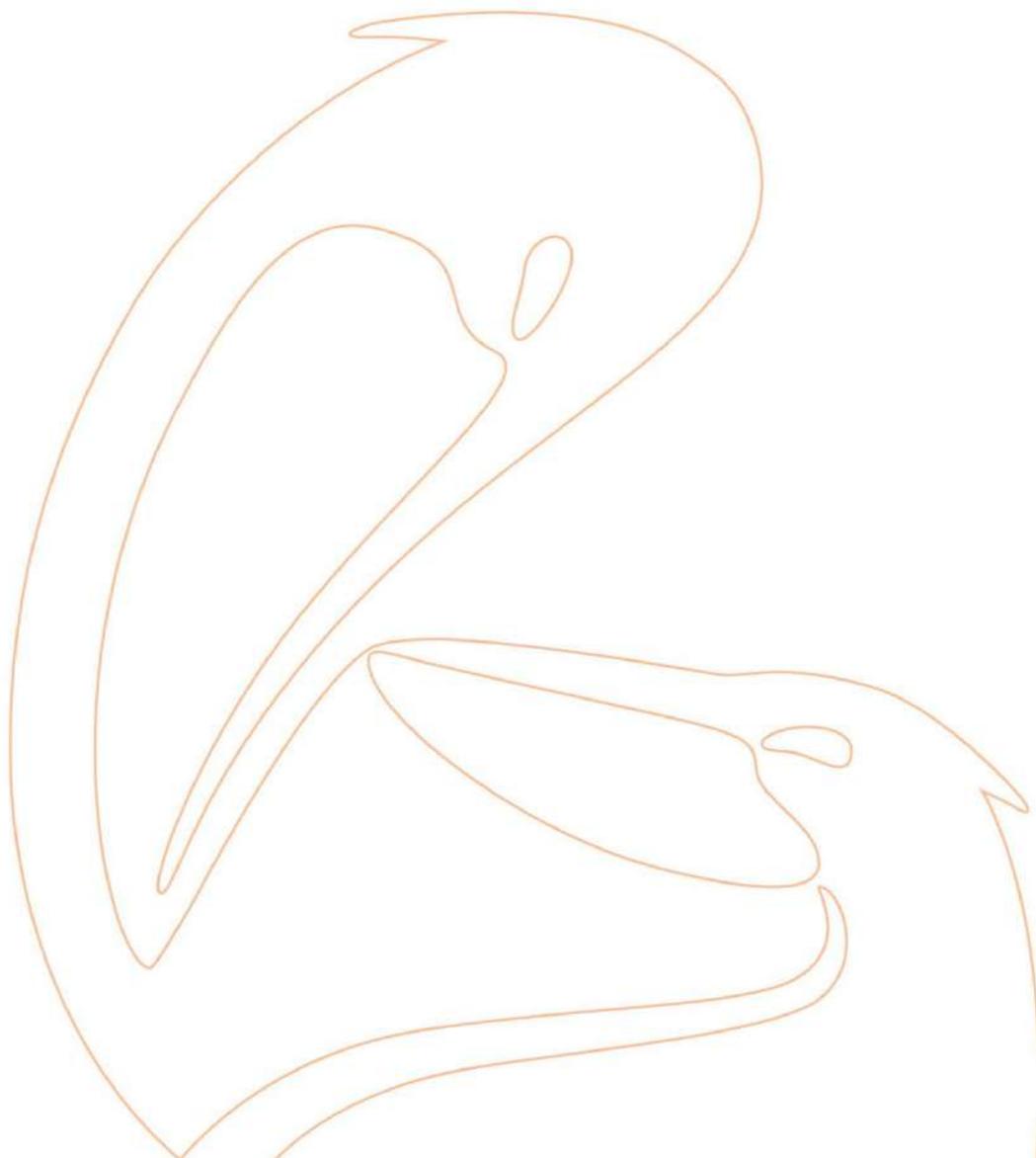
PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC nº 1138
Registado na CMVM com o nº 20160750

15

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023



DO

MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (MGAM)

RELATÓRIO

1. De acordo com o disposto no artigo 36.º dos Estatutos da MGAM, é da responsabilidade do Conselho Fiscal exercer a atividade de controlo e fiscalização nos termos e pelos meios definidos na lei, designadamente elaborar relatório e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício elaborados e aprovados pelo Conselho de Administração.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a atividade do MGAM no exercício de 2023 participando em reuniões do Conselho de Administração, do Comité Estratégico do Grupo MGAM, e com os responsáveis do Centro Corporativo, Gabinete de Contabilidade e Auditores PWC.
3. Em particular, o Conselho Fiscal teve acesso *on line* às agendas das reuniões do Conselho de Administração, documentos anexos para decisão e respetivas atas, assim como à informação mensal prestada pelo Centro Corporativo, o Gabinete de Contabilidade e o Gabinete Financeiro relativa à situação e evolução mensal da situação económica e financeira do MGAM.
4. O Conselho Fiscal participou nas reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 6 e 8 de março de 2024 em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas em 31 de dezembro de 2023, discutidos os aspetos mais relevantes da atividade do MGAM no exercício de 2023 e a sua evolução em relação ao exercício de 2022, assim como a distribuição de resultados por modalidade associativa.
5. No que se refere aos aspetos mais relevantes da atividade do MGAM durante o exercício de 2023 o Conselho Fiscal entende destacar o seguinte no contexto da continuidade da política de racionalização das participações sociais do MGAM/Grupo Montepio:
 - a) Início da dissolução e liquidação do Montepio Gestão de Ativos Imobiliários (ACE);
 - b) Conclusão do processo de alienação da participação na Clínica CUF Belém, SA;
 - c) Concretização da reestruturação do capital das empresas participadas “Banco Montepio, SA” e “Lusitania Companhia de Seguros, SA”;

- d) Constituição do Montepio Serviços, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE);
- e) Conclusão do processo de venda do Finibanco Angola pelo “Banco Montepio, SA”;
- f) Assinatura do acordo de venda da participação no Banco Empresas Montepio (BEM) e integração de todos os ativos e passivos no “Banco Montepio, SA”.



6. As cinco Linhas de Orientação Estratégica (LOEs) 2022-2025 traduziram-se em 2023 em atividades nos seguintes domínios estratégicos:

- a) Aumento do grau de satisfação e de vinculação dos Associados;
- b) Crescimento sustentado e diversificado da Atividade;
- c) Sustentabilidade e Confiança;
- d) Articulação, sinergias e simplificação do Grupo;
- e) Informação e transformação digital.

7. No que se refere à Atividade salienta-se o seguinte:

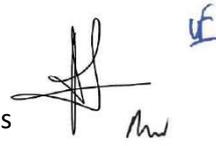
- a) Diminuição da base dos Associados de 606.483 para 604.799 (-1.684; -0,3%) em relação ao exercício anterior;
- b) Diminuição do total de subscrições de 935.244 para 927.662 (-7.582; -0,8%) devido ao aumento do número de modalidades de capitalização (+13.368; +2,3%) e à diminuição do número de modalidades atuariais (-20.950; -6,0%);
- c) Número médio de subscrições por Associados foi de 1,53, ligeiramente inferior a 2022 (1,54), mas o valor médio de subscrição aumentou de 907€ para 937€, sendo de 1.300€ (+4%) nas modalidades de capitalização e de 219€ (-24%) nas modalidades atuariais.

8. Quanto à Responsabilidade Social e Sustentabilidade de referir:

- a) Quadro de trabalhadores do MGAM (próprios e com contratos de cedência) de 219 trabalhadores em 31 de dezembro de 2023, dos quais 46 do quadro próprio do MGAM e 173 com contratos de cedência. Globalmente, observou-se uma redução do quadro pessoal em 12 trabalhadores;
- b) Atribuição pelo MGAM à Fundação Montepio de um donativo anual de 500 mil euros, valor idêntico ao atribuído no exercício anterior, para efeito do prosseguimento pela Fundação de um conjunto de projetos solidários e apoio a Instituições de Solidariedade Social, cujas contas se encontram incluídas na Informação Complementar ao presente Relatório e Contas.

9. Em relação às demonstrações financeiras, e respetivas notas explicativas, e no que se refere ao balanço salienta-se o seguinte:

- a) O total do ativo líquido, de 3.912,1M€, aumentou (155,4M€; +4,1%) devido, em particular, aos acréscimos no investimento no Banco Montepio (59,5M€; +4,0%), na carteira de títulos (31,2M€; +5,5%), em caixa e disponibilidades e aplicações em IC's (27,2M€; +26,5%), em propriedades de investimento (22,8M€; +5,8%) e em investimentos noutras empresas do Grupo (7,2M€; +2,9%);
- b) O acréscimo referente ao investimento no Banco Montepio é devido à reversão da imparidade de 59,5M€ resultante de avaliação efetuada de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, e tem como consequência que o investimento líquido registado no balanço de 1.559,7M€ corresponde à diferença entre o valor bruto do investimento de 2.375,6M€ e as imparidades registadas de 815,9M€ no fim do exercício;
- c) O acréscimo da carteira de títulos deve-se aos aumentos dos saldos de obrigações de dívida pública e bilhetes de tesouro (+5,4M€), obrigações diversas (+46,6M€) e às diminuições do saldo de papel comercial (-16,5M€) e de ações e fundos de investimento (-2,4M€), líquidos de imparidades de 1,8M€;
- d) O acréscimo em caixa e disponibilidades e aplicações em IC's deve-se ao efeito conjugado do aumento da caixa e disponibilidades em instituições de crédito (+56,5M€) e à diminuição das aplicações em instituições de crédito (-29,3M€);
- e) O acréscimo da carteira das propriedades de investimento deve-se fundamentalmente à valorização da carteira de investimentos (justo valor) que ascendeu a 19,4M€.
- f) Os investimentos em outras empresas do Grupo registam uma reversões de imparidades na Lusitânia Companhia de Seguros, SA (+5,3M€) e Futuro, SGPF, SA (+1,9M€);
- g) A estrutura do ativo não sofreu alterações significativas. Os ativos mais relevantes são o investimento no "Banco Montepio, SA", (1.559,7M€; 39,9%), os ativos por impostos diferidos (909,7M€; 23,3%), a carteira de títulos (594,8M€; 15,2%), as propriedades de investimento (418,0; 10,7%), e os investimentos noutras empresas do Grupo (256,3M€; 6,6%).
- h) O total do passivo, de 3.423,8M€, aumentou (+32,9m€; +1,0%) devido, nomeadamente, ao acréscimo das provisões técnicas (+28,8M€; +0,9%) e ao acréscimo de outros passivos, (+3,6M€; +13,3%);
- i) A variação das provisões técnicas deve-se, essencialmente, à emissão e colocação de 27 séries da modalidade Montepio Capital Certo representando o valor de 652,8M€ de



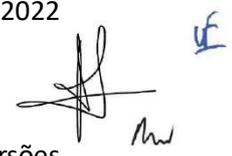
capitais recebidos que compensaram os reembolsos de capitais ocorridos. O valor dos outros passivos refere-se a benefícios vencidos a pagar a Associados (6,6M€), acréscimos de gastos (6,4M€), faturas a pagar a fornecedores (6,3M€) e passivos de locação (2,3M€);

- j) A estrutura do passivo também não sofreu alterações significativas. O passivo mais relevante são as provisões técnicas (99,1%) que refletem as responsabilidades assumidas com a subscrição das modalidades e cujo aumento de 28,8M€ já reflete a redução de 9,9M€ determinada pelo teste à adequação de responsabilidades, conforme Relatório Atuarial incluído na Informação Complementar ao presente Relatório e Contas.
- k) O total do capital próprio, de 488,3M€, aumentou (122,5M€; +33,5%) devido aos acréscimos dos fundos próprios (3,1M€; +2,9%), excedentes técnicos (48,4M€; +68,6%), reservas (9,2M€; 6,7%) e resultados líquidos (61,7M€; >100%);
- l) A estrutura do capital próprio sofreu algumas alterações relevantes. Assim, o peso relativo dos fundos próprios é agora de 22,5% (2022: 29,1%), os excedentes técnicos representam agora 24,4% do total (2022: 19,3%), as reservas 30,2% (2022: 37,8%) e os resultados líquidos 22,9% (2022: 13,7%).

10. Em relação à demonstração dos resultados, e respetivas notas explicativas, salienta-se o seguinte:

- a) O total dos proveitos (recebimentos) inerentes a Associados, de 869,5M€, aumentou 21,0M€ (+2,5%) e dos custos (pagamentos) inerentes a Associados, de 857,0M€, aumentaram 94,3 M€ (+12,4%), pelo que a margem associativa foi de 12,5M€ (2022: 85,8M€). Adicionando à margem associativa o valor das variações técnicas (19,8M€), o total dos resultados inerentes a associados no exercício de 2023 corresponde a -7,3M€ (2022: +38,1M€);
- b) Os restantes proveitos operacionais foram de 80,4M€ (+54,0%), salientando-se os juros líquidos (29,4M€; +8,3%), essencialmente provenientes das aplicações das carteiras de títulos, os rendimentos de instrumentos de capital (3,0M€; >100%), maioritariamente relativos a rendimentos de subsidiárias e associadas, resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (1,9M€; >100%), a imparidade de ativos financeiros líquida de reversões (7,8M€; >100%) e os outros resultados de exploração que aumentaram 13,9M€ (37,7M€; +58,5%);
- c) Os restantes gastos operacionais foram de 26,5M€ (-2,0%), salientando-se os gastos com o pessoal (5,7M€; -2,3%), os gastos gerais administrativos (19,5M€; -1,8%) e as depreciações e amortizações do exercício (1,2M€; -2,9%);

- d) Portanto, o resultado operacional do exercício de 2023 foi de 46,6M€, que corresponde à soma algébrica da margem associativa (-7,3M€), com os proveitos operacionais (80,4M€) e os gastos operacionais (26,5M€), inferior ao resultado operacional do exercício de 2022 em -16,7M€ (-26,4%);
- e) Considerando as imparidades e provisões líquidas de reposições, anulações e reversões (66,2M€; 2022: -7,8M€), designadamente as reversões de imparidades de 59,5M€ relativas à participação no capital do Banco Montepio, SA, de 5,3M€, da Lusitania, Companhia de Seguros, SA e de 1,9M€ da Futuro, SGFO, SA, o resultado antes de impostos no exercício de 2023 foi de 112,9M€, superior em 57,5M€ em relação ao exercício de 2022 (>100%);
- f) Atendendo ao valor dos impostos em 2023 (-0,9M€; -82,8% em relação ao ano anterior) o resultado líquido no fim do exercício de 2023 foi de 112,0M€ superior ao resultado líquido do exercício de 2022 (>100%).
11. Em relação à demonstração dos fluxos de caixa refira-se que os fluxos de caixa de atividades operacionais foram negativos em 2023 de 24,2M€, positivos de 29,4M€ em 2022, os fluxos de caixa de atividades de investimento positivos em 2023 de 81,3M€, negativos em 2022 de 63,8M€, e os fluxos de atividades de financiamento negativos em 2023 de 0,6M€, negativos em 2022 de 0,6M€, pelo que no exercício de 2023 a variação líquida positiva em disponibilidades se deve fundamentalmente ao valor dos fluxos positivos de atividades de investimento, sem prejuízo de as disponibilidades no fim do exercício de 2023 (98,6M€) serem significativamente superiores às disponibilidades finais em 2022 (42,1M€).
12. No exercício de 2023 o MGAM apresentou um resultado líquido positivo de 112M€ que resulta do somatório dos saldos dos fundos disponíveis das suas várias modalidades, rendas e fundos autónomos, e são a soma algébrica de resultados positivos de 121,2M€ e negativos de 9,2M€. As propostas de aplicação dos resultados positivos e de cobertura dos resultados negativos são as seguintes:
- a) Aplicação dos resultados positivos: dotação para fundo de reserva geral (19,3M€), para fundos permanentes das modalidades (13,7M€) e para fundos próprios das modalidades (88,2M€);
- b) Cobertura dos resultados líquidos negativos: excedentes técnicos (8,0M€), reservas gerais da modalidade (0,1M€) e fundo de reserva geral (1,1M€).
13. A Certificação Legal das Contas da PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda sobre as Demonstrações Financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista do exercício findo em



31 de dezembro de 2023 contém uma opinião com reservas e quatro ênfases, cujo conteúdo se sintetiza em seguida:

a) Opinião com reservas

Os ativos por impostos diferidos, os capitais próprios e o resultado líquido do exercício, constantes do balanço e da demonstração dos resultados da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, encontram-se sobreavaliados por um montante materialmente relevante, a magnitude do qual não estamos em condições de quantificar, dada a incerteza inerente às projeções dos resultados tributáveis.



b) Ênfases

- (i) Conforme divulgado na nota 1.1 das notas explicativas das demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras da MGAM foram preparadas em conformidade com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, diferindo das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na medida em que não acomodam a aplicação da IFRS 17 – Contratos de Seguro.
- (ii) Foi efetuada pelo Conselho de Administração uma avaliação da capacidade do MGAM para fazer face a exigências de liquidez e aos restantes riscos associados ao desenvolvimento da sua atividade, sendo relevante para a compreensão da avaliação realizada a informação divulgada (i) na nota 37, gestão de riscos, em particular, no respeitante aos riscos de liquidez e de concentração de ativos, (ii) na nota 24, respeitante à mensuração e recuperabilidade dos investimentos detidos em subsidiárias e associadas e (iii) na nota 28, relativa à mensuração e recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.
- (iii) O balanço do MGAM inclui no ativo montantes de 1.816M€ relativos a Investimentos em subsidiárias e associadas, dos quais 1.560M€ respeitam à mensuração da participação financeira de 99,99% no Banco Montepio,SA. Conforme divulgado na nota 1.2 d) das notas explicativas das demonstrações financeiras, os referidos investimentos são mensurados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade.
- (iv) Conforme divulgado na nota introdutória das notas explicativas das demonstrações financeiras, o MGAM deverá adotar as medidas tendentes a garantir a convergência progressiva, com vista a atingir a plena conformidade com as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis ao setor segurador, com as devidas adaptações, no final do período transitório.

14. Considerando as conclusões e recomendações constantes do “Estudo sobre Impostos Diferidos Ativos” referidas em relatórios e pareceres de exercícios anteriores, o Conselho Fiscal manifesta a sua concordância com o teor da certificação legal das contas, exceto com a opinião com reservas.

PARECER

1. O Conselho Fiscal considera que o Relatório e Contas do exercício de 2023 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do MGAM em 31 de dezembro de 2023, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (a Tutela).

2. Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável sobre o Relatório e Contas do **Montepio Geral Associação Mutualista** referentes a 31 de dezembro de 2023, e propõe à Assembleia de Representantes que aprove:
 - O Relatório e Contas apresentados pelo Conselho de Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;

 - A proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração constante no Relatório e Contas;

Lisboa, 12 de março de 2024

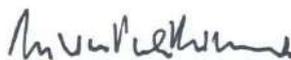
O CONSELHO FISCAL



Victor Franco – Presidente



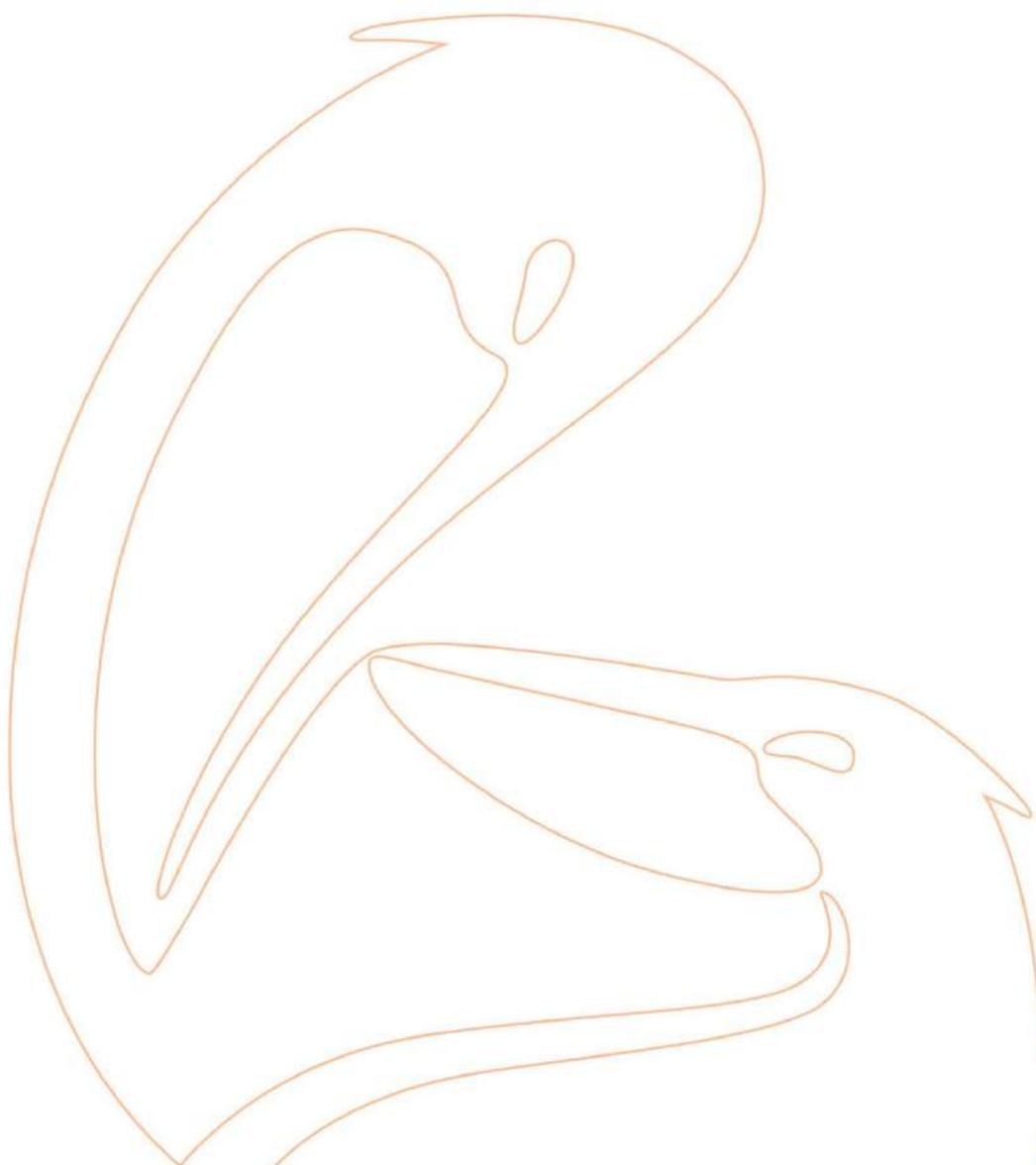
Ana Harfouche – Vogal



Paulo Raimundo – Vogal

16

Informação Complementar



Informação Complementar

16.1 Relatório Atuarial

i) Enquadramento

O presente Relatório abrange as modalidades atuariais do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) com reservas matemáticas, bem como as rendas vitalícias e as rendas temporárias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas. A informação apresentada reporta-se a 31 de dezembro de 2023.

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas com as bases técnicas² aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social³, sendo adiante designadas por Reservas Matemáticas Estatutárias.

Contudo, algumas modalidades e rendas, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas.

Neste contexto, é anualmente efetuado um teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste em recalculá-las utilizando pressupostos mais adequados à realidade atual. Este teste, realizado desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, originando uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias, adiante designada por Reservas Matemáticas Atuariais.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias era de 455,2 milhões de euros, tendo diminuído 18,2 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2022.

Em 2023, na sequência do teste à adequação das responsabilidades, o MGAM procedeu, em termos líquidos, a uma libertação da provisão adicional constituída no montante de 9,9 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2023, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais era de 106,8 milhões de euros.

O total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) atingiu, em 31 de dezembro de 2023, os 562,0 milhões de euros, ou seja, menos 28,1 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2022.

² Tábua de mortalidade e/ou tábua de invalidez e taxa técnica de juro.

³ Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

ii) Evolução da Atividade

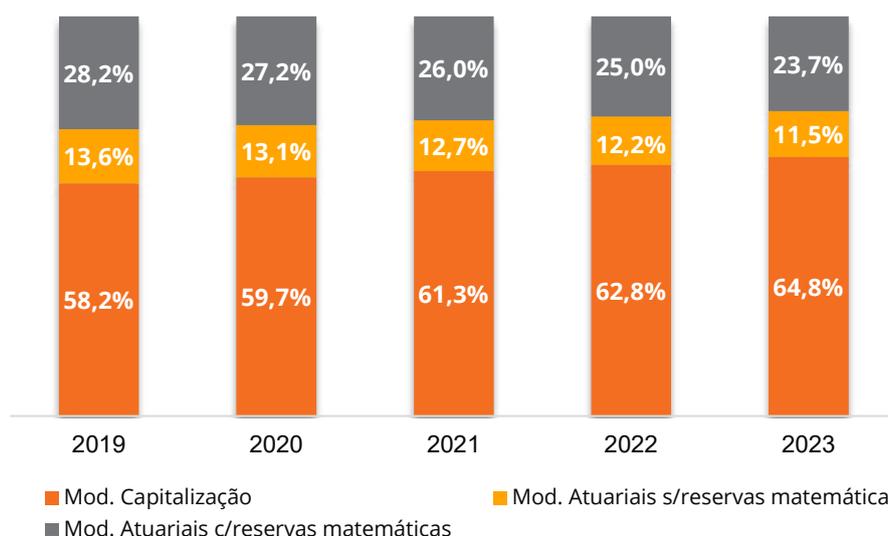
a) Análise Global

Em 31 de dezembro de 2023, o número de subscrições nas modalidades associativas do MGAM era de 929 900⁴, representando um decréscimo de 0,8% relativamente a 31 de dezembro de 2022.

O gráfico seguinte ilustra a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades da seguinte forma:

- Subscrições em modalidades atuariais com reservas matemáticas⁵;
- Subscrições em modalidades atuariais sem reservas matemáticas⁶;
- Subscrições em modalidades de capitalização⁷.

Subscrições em Modalidades



Da sua análise, constata-se que, em 2023, o peso das modalidades atuariais com reservas matemáticas no total de subscrições voltou a registar uma diminuição, mantendo a tendência decrescente dos últimos anos, representando atualmente 23,7% do total de subscrições.

Também as modalidades atuariais sem reservas matemáticas, mantêm a tendência decrescente, tendo o seu peso no total das subscrições diminuído para 11,5%.

⁴ Inclui 2 744 subscrições em coberturas adicionais.

⁵ Inclui todas as modalidades atuariais com reservas matemáticas, abertas e fechadas a novas subscrições. As rendas vitalícias e as rendas temporárias não estão incluídas nesta análise gráfica, por não serem modalidades associativas.

⁶ Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual.

⁷ Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma.

Por outro lado, as modalidades de capitalização mantêm a tendência crescente, representando atualmente 64,8% do total de subscrições.

b) Modalidades Atuariais sem Reservas Matemáticas

Nas modalidades atuariais sem reservas matemáticas (Montepio Proteção - Crédito Habitação, Montepio Proteção - Outros Encargos e Montepio Proteção - Crédito Individual), o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano de 2023 situou-se nos 23,1 milhões de euros, enquanto os pagamentos efetuados pelo MGAM nesse mesmo ano atingiram os 11,4 milhões de euros.

(euros)

Modalidades atuariais sem reservas matemáticas - ano 2023

Modalidades	Quotizações recebidas pelo MGAM	Capitais pagos pelo MGAM	Saldo
Montepio Prot. - Crédito Habitação	22.569.360,81	11.350.319,63	11.219.041,18
Montepio Prot. - Outros Encargos	480.034,92	54.812,76	425.222,16
Montepio Prot. - Crédito Individual	2.444,48	-	2.444,48
Total	23.051.840,21	11.405.132,39	11.646.707,82

c) Modalidades Atuariais com Reservas Matemáticas

A modalidade mais subscrita em 2023, quer em número de subscrições, quer em capitais subscritos, foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5, com, respetivamente, 90,9% e 84,4% do total.

Modalidades atuariais com reservas matemáticas - ano 2023

Número de subscrições		Capitais subscritos	
Modalidades	%	Modalidades	%
Montepio Proteção 5 em 5	90,9	Montepio Proteção 5 em 5	84,4
Montepio Proteção 18-30	7,2	Montepio Proteção 18-30	10,4
Outras Modalidades	1,9	Outras Modalidades	5,2
	100,0		100,0

Apresenta-se, de seguida, por modalidade, o número de subscrições, valores subscritos e valores de quotização anual, em 31 de dezembro de 2023, destacando-se, nas modalidades abertas a subscrição, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5, com 46 003 subscrições e 16,9 milhões de euros de quotização anual.

(euros)

Subscrições em modalidades

Modalidades de subscrição aberta	Número de Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Montepio Proteção Vida - 0,3%	582	3.658.188,02	6.285,55	139.437,65	239,58
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	67	49.041,00	731,96	66.806,31	997,11
Restituição de Quotas - 0,3%	67	367.031,26	5.478,08	19.722,95	294,37
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	46.003	104.762.315,72	2.277,29	16.896.230,46	367,29
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	3.661	12.786.327,46	3.492,58	1.860.330,86	508,15
Montepio Proteção Invalidez - 0,3%	-	-	-	-	-
Subtotal	50.380	121.622.903,46	2.414,11	18.982.528,23	376,79
Modalidades de subscrição fechada com entregas ^(a)	Número de Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência - 4%	4.655	16.412.765,32	3.525,84	419.760,18	90,17
Montepio Proteção Vida - 3%	1.123	9.329.725,59	8.307,86	206.014,80	183,45
Subsídio por Morte - 4%	925	852.124,69	921,22	26.273,66	28,40
Montepio Pensões de Reforma - 3%	811	809.369,65	997,99	613.065,99	755,94
Restituição de Quotas - 3%	1.051	11.283.439,73	10.735,91	87.975,60	83,71
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	6.380	27.249.105,11	4.271,02	1.291.018,72	202,35
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	138.368	458.524.066,88	3.313,80	23.709.318,02	171,35
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	16	516.532,71	32.283,29	14.724,32	920,27
Capitais para Jovens - 4%	422	3.032.797,94	7.186,72	179.217,25	424,69
Montepio Proteção 18-30 - 3%	12.143	52.796.447,33	4.347,89	2.404.969,56	198,05
Pensões para Deficientes - 4%	20	83.581,62	4.179,08	24.705,12	1.235,26
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	2	9.125,41	4.562,71	147,07	73,54
Montepio Proteção Invalidez - 3%	19	61.340,08	3.228,43	403,09	21,22
Rendas de Sobrevivência - 4%	23	74.358,53	3.232,98	16.542,38	719,23
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1	3.042,82	3.042,82	-	-
Capitais para Estudos - 4%	30	19.771,62	659,05	19.489,60	649,65
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.277	19.730,27	15,45	2.788,23	2,18
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5.861,88	1.465,47	121,44	30,36
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	2	43,73	21,87	13,44	6,72
Subtotal	167.272	581.083.230,91	3.473,88	29.016.548,47	173,47
Modalidades de subscrição fechada sem entregas ^(b)	Número de Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Pensões de Reforma - 6%	212	351.449,47	1.657,78	-	-
Pensões de Reforma - 4%	417	321.007,30	769,80	-	-
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	581	279.500,43	481,07	-	-
Restituição de Quotas - 6%	268	1.411.723,25	5.267,62	-	-
Restituição de Quotas - 4%	1.279	5.630.405,94	4.402,19	-	-
Adicional de Invalidez - 6%	14	90.246,36	6.446,17	-	-
Adicional de Invalidez - 4%	31	38.536,78	1.243,12	-	-
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	56	5.139,50	91,78	-	-
Subtotal	2.858	8.128.009,03	2.843,95	-	-
Total	220.510	710.834.143,40	3.223,59	47.999.076,70	217,67

^(a) Nas modalidades de subscrição fechada com entregas, não é possível realizar novas subscrições, sendo, no entanto, possível aos subscritores existentes proceder às entregas de quotas previstas aquando da data da subscrição.

^(b) Nas modalidades de subscrição fechada sem entregas, não é possível realizar novas subscrições nem proceder a novas entregas no âmbito dessas subscrições.

Apresenta-se também, o número de pensões⁸ existentes em 31 de dezembro de 2023, os respetivos valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre o valor das subvenções e melhorias e o valor das pensões em pagamento.

Em 31 de dezembro de 2023, existiam 8 229 pensões em pagamento, a que corresponde um encargo médio anual de 1 473,05 euros por pensão. O encargo anual com pensões em pagamento atingiu os 8 232 946,94 euros referentes a pensões subscritas, aos quais acrescem 3 888 798,95 euros correspondentes a subvenções e melhorias, totalizando 12 121 745,89 euros.

(euros)

Pensões em pagamento

Modalidades	Número de Pensões	Encargo anual ^(a)		Encargo médio por pensão	Relação entre Subv.+Melh. e Pensões
		Pensões Subscritas	Subvenções e Melhorias ^(b)		
Capitais de Previdência - 4%	1.572	301.212,24	638.490,96	597,78	2,12
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2,04	163,80	0,01
Pensões de Reforma - 6%	2.177	4.331.545,98	2.296.899,68	3.044,76	0,53
Pensões de Reforma - 4%	1.297	1.551.352,44	108.336,60	1.279,64	0,07
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	702	722.636,88	461,28	1.030,05	-
Montepio Pensões de Reforma - 3%	376	375.946,92	2.104,80	1.005,46	0,01
Capitais para Jovens - 4%	19	30.102,96	496,20	1.610,48	0,02
Montepio Proteção 18-30 - 3%	6	18.604,08	133,32	3.122,90	0,01
Pensões para Deficientes - 4%	5	6.533,52	3.077,04	1.922,11	0,47
Rendas de Sobrevivência - 4%	8	18.218,76	2.623,92	2.605,34	0,14
Capitais para Estudos - 4% ^(c)	357	267.078,35	3.967,18	759,23	0,01
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	79,20	233,04	0,51
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	116	245.230,68	26.150,04	2.339,49	0,11
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	158	326.812,56	10.766,04	2.136,57	0,03
Pensões de Poupança Reforma - 3%	7	5.991,36	82,08	867,63	0,01
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.400	24.041,88	790.691,88	581,95	32,89
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	23	431,45	4.436,69	211,66	10,28
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	6.891,28	-	1.722,82	-
Total	8.229	8.232.946,94	3.888.798,95	1.473,05	0,47

^(a) O Encargo anual corresponde ao somatório das Pensões Subscritas e das Subvenções e Melhorias atribuídas.

^(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

^(c) O valor da pensão de Capitais para Estudos - 4% refere-se a uma semestralidade.

d) Rendas Vitalícias

Em 31 de dezembro de 2023, existiam 455 rendas vitalícias e 327 rendistas. Estes valores incluem 6 rendas vitalícias diferidas, e respetivos rendistas, cujo pagamento ainda não se iniciou.

Durante o ano de 2023, o total de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias foi de 120 697,60 euros, tendo sido realizados pagamentos no montante de 1 464 227,68 euros, a que corresponde uma renda anual média de 3 218,08 euros.

⁸ Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

(euros)

Rendas Vitalícias

	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Vitalícias - 6%	33	14	67.175,65	2.035,63
Rendas Vitalícias - 4%	175	99	635.521,76	3.631,55
Rendas Vitalícias - 3%	231	196	719.510,75	3.114,77
Rendas Vitalícias - 0,3%	16	18	42.019,52	2.626,22
Total	455	327	1.464.227,68	3.218,08

e) Rendas Temporárias

Em 31 de dezembro de 2023, existiam 19 rendas temporárias e 22 rendistas, tendo sido realizados pagamentos no montante de 91 477,67 euros, a que corresponde uma renda anual média de 4 814,61 euros.

(euros)

Rendas Temporárias

	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Temporárias - 3%	17	20	91.078,47	5.357,56
Rendas Temporárias - 0,3%	2	2	399,20	199,60
Total	19	22	91.477,67	4.814,61

iii) Reservas Matemáticas

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas mensalmente com as bases técnicas (tábua de mortalidade e/ou tábua de invalidez e taxa técnica de juro) aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

Desde 2005, é efetuado anualmente um teste à adequação das responsabilidades das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias, que permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Do ponto de vista metodológico, o teste à adequação das responsabilidades é efetuado, para cada modalidade e tipo de renda, da seguinte forma:

- Calculam-se as reservas matemáticas com as bases técnicas aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social (Reservas Matemáticas Estatutárias);
- Calculam-se as reservas matemáticas de acordo com pressupostos mais ajustados à realidade atual;

- c. Sempre que o valor das reservas matemáticas referidas na alínea anterior for superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas (caso existam):
 - i. se o valor da insuficiência for inferior ao valor das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;
 - ii. se o valor da insuficiência for superior ao valor das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, é efetuado um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.
- d. Caso a modalidade ou renda não tenha ainda Reservas Matemáticas Atuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada.

Assim, e resumidamente, são calculadas para as modalidades atuariais e para as rendas dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias - calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.
- Reservas Matemáticas Atuariais - correspondem ao reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante do teste à adequação das responsabilidades.

a) Reservas Matemáticas Estatutárias

Em 31 de dezembro de 2023, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias era de 455 215 062,90 euros, tendo diminuído 18 197 734,17 euros (-3,8%) em relação ao ano anterior.

As Reservas Matemáticas Estatutárias encontram-se divididas em:

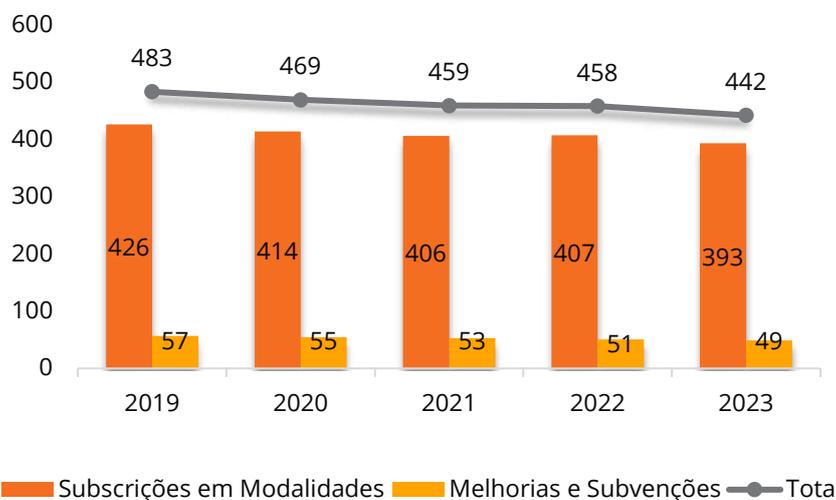
- Reservas matemáticas das Subscrições;
- Reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções;
- Reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar.

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias a 31/12/2023

	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Benefícios em formação	328.223.820,13	25.494.011,60	-
Modalidades de subscrição aberta	54.777.342,32	67.090,95	
Modalidades de subscrição fechada com entregas	261.884.259,87	24.238.475,36	
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	11.562.217,94	1.188.445,29	
Benefícios em curso	64.635.856,28	23.171.922,35	3.547,10
Rendas Vitalícias	13.123.494,15		
Rendas Temporárias	562.411,29		
Total	406.545.581,85	48.665.933,95	3.547,10

O gráfico seguinte ilustra a evolução das Reservas Matemáticas Estatutárias nos últimos cinco anos. Dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções.

Evolução das reservas matemáticas estatutárias (M€)

Da sua análise, constata-se que, em 2023, as Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições em Modalidades registaram uma descida face ao ano anterior, contrariamente ao ocorrido em 2022.

Relativamente às Reservas Matemáticas Estatutárias das Melhorias e Subvenções, estas voltaram a registar uma diminuição, mantendo a tendência decrescente dos últimos anos.

Apresenta-se, de seguida, por modalidade e renda, as Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições em Modalidades e Rendas, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2023.

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das subscrições em modalidades - benefícios em formação

Modalidades de subscrição aberta	Número de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 0,3%	582	3.658.188,02	301.989,48
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	67	49.041,00	287.065,39
Restituição de Quotas - 0,3%	67	367.031,26	81.769,05
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	46.003	104.762.315,72	47.969.652,87
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	3.661	12.786.327,46	6.136.865,53
Montepio Proteção Invalidez - 0,3%	-	-	-
Subtotal	50.380	121.622.903,46	54.777.342,32
Modalidades de subscrição fechada com entregas	Número de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	4.655	16.412.765,32	11.491.206,94
Montepio Proteção Vida - 3%	1.123	9.329.725,59	2.372.099,93
Subsídio por Morte - 4%	925	852.124,69	680.180,12
Montepio Pensões de Reforma - 3%	811	809.369,65	8.226.041,53
Restituição de Quotas - 3%	1.051	11.283.439,73	1.087.247,18
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	6.380	27.249.105,11	6.840.680,06
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	138.368	458.524.066,88	191.070.540,54
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	16	516.532,71	499.622,49
Capitais para Jovens - 4%	422	3.032.797,94	2.890.778,81
Montepio Proteção 18-30 - 3%	12.143	52.796.447,33	34.709.164,22
Pensões para Deficientes - 4%	20	83.581,62	738.449,73
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	2	9.125,41	355,67
Montepio Proteção Invalidez - 3%	19	61.340,08	2.727,49
Rendas de Sobrevivência - 4%	23	74.358,53	779.566,22
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1	3.042,82	1.216,68
Capitais para Estudos - 4%	30	19.771,62	246.631,60
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.277	19.730,27	243.645,52
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5.861,88	3.880,75
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	2	43,73	224,39
Subtotal	167.272	581.083.230,91	261.884.259,87
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Número de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	212	351.449,47	3.467.154,55
Pensões de Reforma - 4%	417	321.007,30	3.648.661,79
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	581	279.500,43	3.966.132,00
Restituição de Quotas - 6%	268	1.411.723,25	68.534,01
Restituição de Quotas - 4%	1.279	5.630.405,94	396.281,58
Adicional de Invalidez - 6%	14	90.246,36	5.390,83
Adicional de Invalidez - 4%	31	38.536,78	4.976,23
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	56	5.139,50	5.086,95
Subtotal	2.858	8.128.009,03	11.562.217,94
Total	220.510	710.834.143,40	328.223.820,13

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das subscrições em modalidades - benefícios em curso

Modalidades	Número de Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	1.572	301.212,24	1.604.086,70
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2.175,25
Pensões de Reforma - 6%	2.177	4.331.545,98	30.060.609,81
Pensões de Reforma - 4%	1.297	1.551.352,44	12.379.683,55
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	702	722.636,88	8.928.424,78
Montepio Pensões de Reforma - 3%	376	375.946,92	5.462.521,01
Capitais para Jovens - 4%	19	30.102,96	61.827,53
Montepio Proteção 18-30 - 3%	6	18.604,08	28.915,40
Pensões para Deficientes - 4%	5	6.533,52	80.848,63
Rendas de Sobrevivência - 4%	8	18.218,76	260.000,09
Capitais para Estudos - 4%	357	267.078,35	1.406.080,37
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	408,99
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	116	245.230,68	1.189.270,64
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	158	326.812,56	2.874.976,56
Pensões de Poupança Reforma - 3%	7	5.991,36	53.883,28
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.400	24.041,88	150.709,49
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	23	431,45	1.920,79
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	6.891,28	89.513,41
Total	8.229	8.232.946,94	64.635.856,28

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das subscrições em rendas

Rendas Vitalícias	Número de Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Vitalícias - 6%	33	67.175,65	186.608,22
Rendas Vitalícias - 4%	175	635.521,76	3.567.742,44
Rendas Vitalícias - 3%	231	719.510,75	8.534.570,84
Rendas Vitalícias - 0,3%	16	42.019,52	834.572,65
Subtotal	455	1.464.227,68	13.123.494,15
Rendas Temporárias	Número de Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Temporárias - 3%	17	91.078,47	559.220,62
Rendas Temporárias - 0,3%	2	399,20	3.190,67
Subtotal	19	91.477,67	562.411,29
Total	474	1.555.705,35	13.685.905,44

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das melhorias e subvenções - benefícios em formação

Modalidades de subscrição aberta	Número de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 0,3%	60	1.836,15	1.691,95
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	16	54,18	984,26
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	8.769	50.570,85	49.727,50
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	589	15.193,44	14.687,24
Montepio Proteção Invalidez - 0,3%	-	-	-
Subtotal	9.434	67.654,62	67.090,95
Modalidades de subscrição fechada com entregas	Número de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	4.655	21.713.287,71	15.848.196,37
Montepio Proteção Vida - 3%	502	13.065,47	7.944,65
Subsídio por Morte - 4%	922	598.768,28	482.721,36
Montepio Pensões de Reforma - 3%	536	1.512,70	21.453,31
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	3.884	101.680,98	24.272,84
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	28.749	251.567,48	81.447,20
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	16	12.597,88	11.825,64
Capitais para Jovens - 4%	422	20.903,97	19.501,40
Montepio Proteção 18-30 - 3%	5.071	114.924,98	105.824,29
Pensões para Deficientes - 4%	20	10.707,75	90.367,77
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	2	42,16	3,02
Montepio Proteção Invalidez - 3%	14	196,73	20,92
Rendas de Sobrevivência - 4%	23	3.341,11	33.089,67
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1	3,76	1,26
Capitais para Estudos - 4%	30	44,30	460,59
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.277	583.118,56	7.496.078,92
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	17.707,85	12.884,38
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	2	439,85	2.381,77
Subtotal	46.130	23.443.911,52	24.238.475,36
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Número de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	212	131.888,20	1.021.887,56
Pensões de Reforma - 4%	417	16.162,49	151.921,49
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	30	76,27	919,97
Adicional de Invalidez - 6%	14	24.847,07	1.166,78
Adicional de Invalidez - 4%	30	835,22	75,51
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	56	12.602,83	12.473,98
Subtotal	759	186.412,08	1.188.445,29
Total	56.323	23.697.978,22	25.494.011,60

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das melhorias e subvenções - benefícios em curso

Modalidades	Número de Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	1.572	638.273,40	2.906.954,73
Montepio Proteção Vida - 3%	1	2,04	27,43
Pensões de Reforma - 6%	2.177	2.296.899,68	14.370.310,16
Pensões de Reforma - 4%	1.297	108.336,60	798.372,29
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	85	461,28	6.086,20
Montepio Pensões de Reforma - 3%	376	2.104,80	30.353,44
Capitais para Jovens - 4%	19	496,20	593,42
Montepio Proteção 18-30 - 3%	6	133,32	170,99
Pensões para Deficientes - 4%	5	3.077,04	36.646,97
Rendas de Sobrevivência - 4%	8	2.623,92	37.985,98
Capitais para Estudos - 4%	357	3.967,18	14.734,68
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	79,20	210,56
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	97	26.150,04	108.147,40
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	158	10.766,04	102.342,54
Pensões de Poupança Reforma - 3%	7	82,08	719,83
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.400	790.203,00	4.738.686,84
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	23	4.436,69	19.578,89
Total	7.589	3.888.092,51	23.171.922,35

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias dos subsídios de 1919 e complementar

Modalidades	Número de Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	15	217,56	1.399,19
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	65	488,88	2.147,91
Total	80	706,44	3.547,10

Apresenta-se também, em termos totais, a variação das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar, relativamente a 31 de dezembro de 2022.

(euros)

Variação das reservas matemáticas estatutárias das subscrições

	31/12/2023	31/12/2022	Varição Anual
Benefícios em formação	328.223.820,13	341.123.604,29	(12.899.784,16)
Benefícios em curso	64.635.856,28	66.091.620,14	(1.455.763,86)
Rendas Vitalícias	13.123.494,15	14.348.348,54	(1.224.854,39)
Rendas Temporárias	562.411,29	622.462,02	(60.050,73)
Total	406.545.581,85	422.186.034,99	(15.640.453,14)

Em 31 de dezembro de 2023, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições era de 406 545 581,85 euros, tendo diminuído 15 640 453,14 euros (-3,7%) relativamente ao ano anterior.

(euros)

Variação das reservas matemáticas estatutárias das melhorias e subvenções

	31/12/2023	31/12/2022	Variação Anual
Benefícios em formação	25.494.011,60	27.027.219,76	(1.533.208,16)
Benefícios em curso	23.171.922,35	24.194.719,92	(1.022.797,57)
Total	48.665.933,95	51.221.939,68	(2.556.005,73)

Também as Reservas Matemáticas Estatutárias das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 2 556 005,73 euros (-5,0%) relativamente ao ano anterior. O seu valor em 31 de dezembro de 2023 era de 48 665 933,95 euros.

(euros)

Variação das reservas matemáticas estatutárias dos subsídios de 1919 e complementar

	31/12/2023	31/12/2022	Variação Anual
Benefícios em curso	3.547,10	4.822,40	(1.275,30)
Total	3.547,10	4.822,40	(1.275,30)

As Reservas Matemáticas Estatutárias dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalteradas durante 2023, mas mantendo a tendência decrescente dos últimos anos.

b) Reservas Matemáticas Atuariais

Em 2023, o teste à adequação das responsabilidades, originou, em termos líquidos, uma libertação de 9 901 250,33 euros, resultante de um reforço de reservas matemáticas no montante de 1 413 432,83 euros e de uma libertação de 11 314 683,16 euros.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais era de 106 803 769,84 euros, tendo diminuído 9 901 250,33 euros (-8,5%) em relação ao ano anterior.

Apresenta-se, de seguida, por modalidade e renda, as Reservas Matemáticas Atuariais à data de 31 de dezembro de 2023, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2022.

(euros)

Reservas matemáticas atuariais a 31/12/2023

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2023	31/12/2022	Libertação	Reforço
Montepio Proteção Vida - 0,3%	71.832,83	32.815,58		39.017,25
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	6.804,91	4.794,25		2.010,66
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	2.320.388,85	1.596.118,73		724.270,12
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	202.128,29	128.180,35		73.947,94
Subtotal	2.601.154,88	1.761.908,91	-	839.245,97
Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2023	31/12/2022	Libertação	Reforço
Capitais de Previdência - 4%	548.919,53	530.786,51		18.133,02
Montepio Proteção Vida - 3%	120.918,50	119.098,23		1.820,27
Subsídio por Morte - 4%	67.319,53	66.911,35		408,18
Montepio Pensões de Reforma - 3%	86.387,33	84.381,50		2.005,83
Restituição de Quotas - 3%	2.242,80	-		2.242,80
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	351.551,12	656.211,76	(304.660,64)	
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	10.527.163,30	17.573.445,23	(7.046.281,93)	
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	21.954,90	38.595,58	(16.640,68)	
Capitais para Jovens - 4%	104.839,07	244.897,63	(140.058,56)	
Montepio Proteção 18-30 - 3%	651.057,55	431.898,92		219.158,63
Pensões para Deficientes - 4%	578.342,79	531.573,94		46.768,85
Montepio Proteção Invalidez - 3%	157,68	325,40	(167,72)	
Rendas de Sobrevivência - 4%	285.493,85	233.288,04		52.205,81
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	18,73	23,08	(4,35)	
Capitais para Estudos - 4%	69.072,24	140.385,66	(71.313,42)	
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	5.112.473,57	5.247.353,14	(134.879,57)	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	291,11	261,76		29,35
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	30.834,43	31.500,92	(666,49)	
Subtotal	18.559.038,03	25.930.938,65	(7.714.673,36)	342.772,74
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2023	31/12/2022	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma - 6%	62.227.319,80	64.565.140,36	(2.337.820,56)	
Pensões de Reforma - 4%	15.719.442,03	15.890.888,58	(171.446,55)	
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	1.708.758,21	1.528.508,75		180.249,46
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1.211,78	1.277,31	(65,53)	
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	1.630.245,03	1.884.734,08	(254.489,05)	
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	208.093,26	407.834,36	(199.741,10)	
Pensões de Poupança Reforma - 3%	591,44	222,61		368,83
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	356,22	366,30	(10,08)	
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	616,17	164,27		451,90
Subtotal	81.496.633,94	84.279.136,62	(2.963.572,87)	181.070,19
Rendas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2023	31/12/2022	Libertação	Reforço
Rendas Vitalícias - 6%	249.910,45	338.589,17	(88.678,72)	
Rendas Vitalícias - 4%	3.802.767,62	4.319.203,13	(516.435,51)	
Rendas Vitalícias - 3%	60.127,01	10.020,30		50.106,71
Rendas Vitalícias - 0,3%	807,04	591,09		215,95
Rendas Temporárias - 3%	33.281,48	64.604,18	(31.322,70)	
Rendas Temporárias - 0,3%	49,39	28,12		21,27
Subtotal	4.146.942,99	4.733.035,99	(636.436,93)	50.343,93
Total	106.803.769,84	116.705.020,17	(11.314.683,16)	1.413.432,83

c) Total das Reservas Matemáticas

Em 31 de dezembro de 2023, o total de Reservas Matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 562 018 832,74 euros, tendo diminuído 28 098 984,50 euros (-4,8%) em relação ao ano anterior.

(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2023 - modalidades de subscrição aberta

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Montepio Proteção Vida - 0,3%	303.681,43	71.832,83	375.514,26
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	288.049,65	6.804,91	294.854,56
Restituição de Quotas - 0,3%	81.769,05	-	81.769,05
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	48.019.380,37	2.320.388,85	50.339.769,22
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	6.151.552,77	202.128,29	6.353.681,06
Montepio Proteção Invalidez - 0,3%	-	-	-
Total	54.844.433,27	2.601.154,88	57.445.588,15

(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2023 - modalidades de subscrição fechada com entregas

Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência - 4%	31.851.843,93	548.919,53	32.400.763,46
Montepio Proteção Vida - 3%	2.382.247,26	120.918,50	2.503.165,76
Subsídio por Morte - 4%	1.162.901,48	67.319,53	1.230.221,01
Montepio Pensões de Reforma - 3%	13.740.369,29	86.387,33	13.826.756,62
Restituição de Quotas - 3%	1.087.247,18	2.242,80	1.089.489,98
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	6.864.952,90	351.551,12	7.216.504,02
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	191.151.987,74	10.527.163,30	201.679.151,04
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	511.448,13	21.954,90	533.403,03
Capitais para Jovens - 4%	2.972.701,16	104.839,07	3.077.540,23
Montepio Proteção 18-30 - 3%	34.844.074,90	651.057,55	35.495.132,45
Pensões para Deficientes - 4%	946.313,10	578.342,79	1.524.655,89
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	358,69	-	358,69
Montepio Proteção Invalidez - 3%	2.748,41	157,68	2.906,09
Rendas de Sobrevivência - 4%	1.110.641,96	285.493,85	1.396.135,81
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1.217,94	18,73	1.236,67
Capitais para Estudos - 4%	1.667.907,24	69.072,24	1.736.979,48
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	12.631.268,68	5.112.473,57	17.743.742,25
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	16.765,13	291,11	17.056,24
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	24.105,84	30.834,43	54.940,27
Total	302.971.100,96	18.559.038,03	321.530.138,99

(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2023 - modalidades de subscrição fechada sem entregas

Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Pensões de Reforma - 6%	48.919.962,08	62.227.319,80	111.147.281,88
Pensões de Reforma - 4%	16.978.639,12	15.719.442,03	32.698.081,15
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	12.901.562,95	1.708.758,21	14.610.321,16
Restituição de Quotas - 6%	68.534,01	-	68.534,01
Restituição de Quotas - 4%	396.281,58	-	396.281,58
Adicional de Invalidez - 6%	6.557,61	-	6.557,61
Adicional de Invalidez - 4%	5.051,74	-	5.051,74
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	619,55	1.211,78	1.831,33
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	1.297.418,04	1.630.245,03	2.927.663,07
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	2.977.319,10	208.093,26	3.185.412,36
Pensões de Poupança de Reforma - 3%	54.603,11	591,44	55.194,55
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	17.560,93	356,22	17.917,15
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	89.513,41	616,17	90.129,58
Total	83.713.623,23	81.496.633,94	165.210.257,17

(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2023 - Rendas Vitalícias

Rendas Vitalícias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias - 6%	186.608,22	249.910,45	436.518,67
Rendas Vitalícias - 4%	3.567.742,44	3.802.767,62	7.370.510,06
Rendas Vitalícias - 3%	8.534.570,84	60.127,01	8.594.697,85
Rendas Vitalícias - 0,3%	834.572,65	807,04	835.379,69
Total	13.123.494,15	4.113.612,12	17.237.106,27

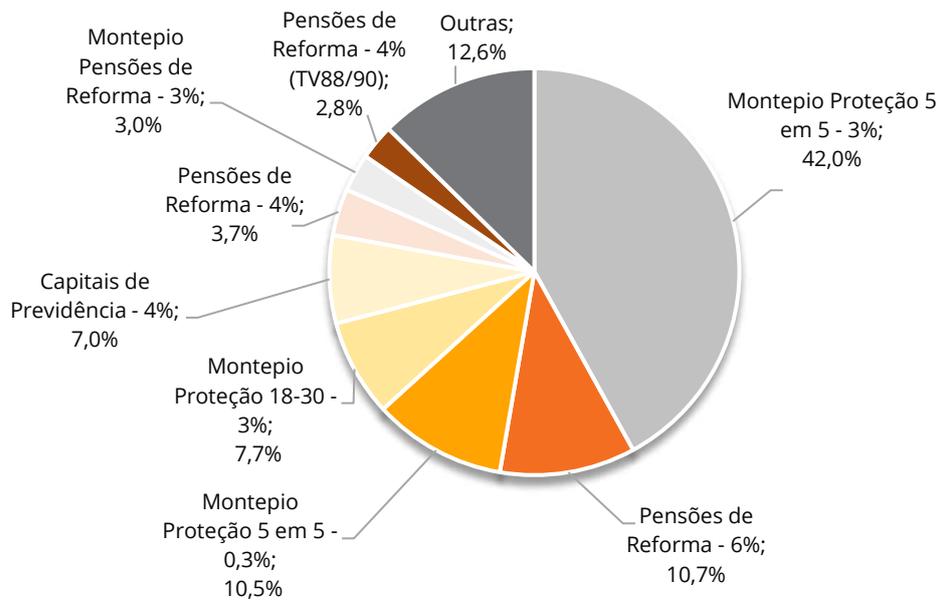
(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2023 - Rendas Temporárias

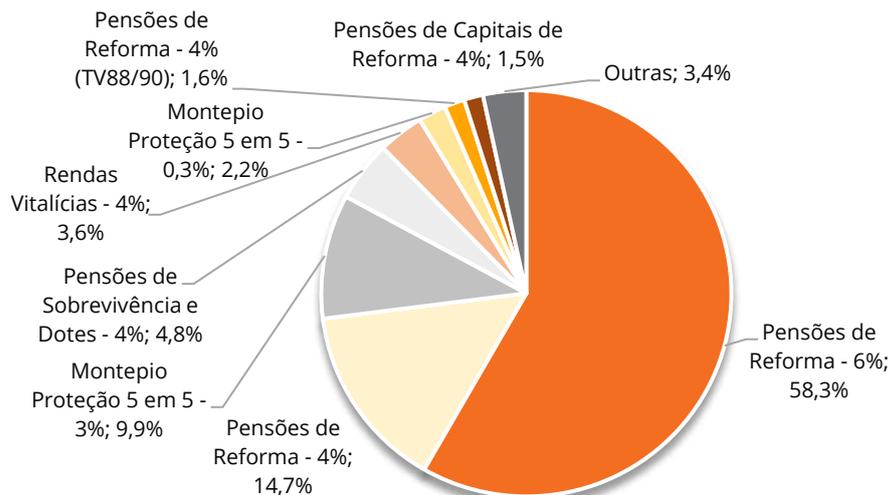
Rendas Temporárias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Temporárias - 3%	559.220,62	33.281,48	592.502,10
Rendas Temporárias - 0,3%	3.190,67	49,39	3.240,06
Total	562.411,29	33.330,87	595.742,16

Os gráficos seguintes ilustram a distribuição percentual das Reservas Matemáticas (Estatutárias e Atuariais) à data de 31 de dezembro de 2023.

Reservas Matemáticas Estatutárias



Reservas Matemáticas Atuariais



Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Pensões de Reforma - 6%, cuja provisão adicional constituída representa 58,3% no total das Reservas Matemáticas Atuariais.

iv) Situação Técnico-Atuarial do MGAM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social, tendo sido verificadas e validadas pelo Gabinete de Atuariado.

Em linha com as melhores práticas, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos mais ajustados à realidade atual, tendo-se procedido, em termos líquidos, a uma libertação da provisão adicional de reservas matemáticas.

Neste contexto, tendo em consideração a informação disponível nesta data e os pressupostos assumidos, entende-se que o montante total das reservas matemáticas constituídas para as modalidades atuariais, para as rendas vitalícias e para as rendas temporárias é suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas com os subscritores, pensionistas e rendistas das modalidades atuariais e rendas do MGAM, pelo que o MGAM apresenta uma situação técnico-atuarial adequada, numa perspetiva de cálculo das responsabilidades.

Lisboa, 1 de março de 2024

A Atuária,

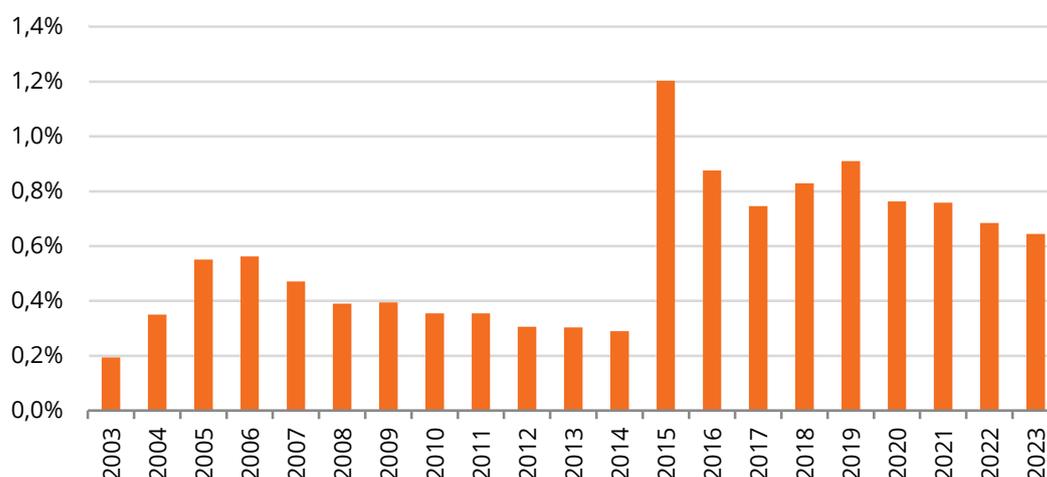
Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

16.2. Imputação de custos administrativos pelas modalidades associativas e rendas

A Associação Mutualista (MGAM), no ano de 2023, suportou um total de custos administrativos (gastos gerais administrativos e custos com o pessoal) de 25,2 milhões de euros, um valor muito próximo do montante registado no ano anterior (25,7 milhões de euros). No final do ano, aquele valor representava cerca de 0,644% do total do ativo líquido, uma percentagem inferior à registada em 2022 (0,684%) e que, tendencialmente, tem vindo a diminuir nos últimos anos.

Evolução do Peso dos Custos Administrativos no total do Ativo (%)



Nota: A partir do ano de 2010, os Custos Administrativos deixaram de englobar os "Outros Encargos Operacionais"

Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos Custos Administrativos era seguinte:

- Gastos Gerais Administrativos (GGA) – 19,5 milhões de euros (19,9 milhões de euros em 2022);
- Custos com Pessoal (CP) – 5,7 milhões de euros (5,8 milhões de euros em 2022);

Estas rubricas de custos, atendendo à sua natureza e especificidade, são consideradas custos próprios das várias modalidades, rendas e fundos (exceto Fundo de Administração) e, por conseguinte, são reconhecidos nas respetivas contas de exploração (em 2023, estes custos próprios atingiram 6,8 milhões de euros e, em 2022, cerca de 5,6 milhões de euros). Por outro lado, existe, também, um conjunto de outros custos que, por serem de carácter mais genérico, são comuns a todas as modalidades, rendas e fundos (18,4 milhões de euros, em 2023, e 20,1 milhões de euros, em 2022) e que, neste âmbito, são suportados pelo Fundo de Administração (Art. 53.º, nº 1, dos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista):

Tabela 1 – Repartição dos Custos Administrativos

(milhares de euros)

Rubrica	Fundo de Administração (1)	Outros Fundos e Modalidades			Total Geral (5= 1 + 4)
		Fundo de Solidariedade Associativa (2)	Custos Próprios Modalidades (3)	Total Out. Fundos e Mod. (4= 2 +3)	
Fornec. e Serviços Externos	12 773	5 876	866	6 742	19 515
Custos com Pessoal	5 603	0	0	89	5 692
Total	18 376	5 876	866	6 831	25 207

Com o objetivo de justificar a imputação dos custos administrativos comuns da Associação Mutualista, pelas várias modalidades, definiu-se que todos estes custos deveriam ser imputados de acordo com alguns referenciais, pelo que, em termos de calculatória, foram considerados e assumidos os seguintes critérios indicativos:

- Custos Gerais - 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos com o Trabalho - calculados com base no valor dos encargos administrativos e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Tal como tem sido habitual nos últimos anos, estes critérios de imputação foram, ainda, complementados com a informação recolhida junto dos principais intervenientes no processo de tratamento de dados (por exemplo, ao nível da subscrição e reembolso das modalidades), com o intuito de determinar, com algum rigor, os verdadeiros custos de eficiência associados a cada uma das várias classes de modalidades.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos Custos do Trabalho, as modalidades e rendas são, normalmente, agrupadas nas seguintes três categorias:

- Modalidade de Capitalização, por Prazo Certo (MCC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo;
- Modalidades de Capitalização, por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar; Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos/Modalidades Coletivas;
- Modalidades de Previdência – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção das Modalidade de Proteção Encargos (Crédito à Habitação, Crédito Individual e Outros Encargos).

Os Custos Gerais e os Custos com o Trabalho apresentaram, nos últimos três anos, o seguinte comportamento:

Tabela 2 – Componente de Custos Gerais

(euros)

Ano	Ponderador ⁽¹⁾	Fundo Permanente/Próprio + Reserva Estabilização de Resultados			Custo Gerais			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Total
		2021	0,10%	1 561 795 000	1 150 440 000	642 894 000	1 561 795	1 150 440
2022	0,10%	1 655 058 000	1 173 069 000	605 672 000	1 655 058	1 173 069	605 672	3 433 799
2023	0,10%	1 761 528 000	1 147 137 000	602 333 000	1 761 528	1 147 137	602 333	3 510 998

(1) Ponderador indicativo, baseado na Comissão de depósito dos Fundos de Investimento

A percentagem de trabalho que foi considerada e alocada a cada um destes grupos de modalidades pretende, de alguma forma, traduzir uma aproximação aos níveis de gestão processual que cada uma destas modalidades e rendas envolve; ou seja, estes valores devem ser encarados, uma vez mais, como meramente indicativos, embora com alguma proximidade à realidade.

Tabela 3 – Componente de Custos do Trabalho

(euros)

Ano	Custo	Consumo de Trabalho (% do total)				Custo do Trabalho			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos	MCC	Capitalizaç (exceto	Previdência	Proteção Encargos
2021	16 775 871	51,92%	38,24%	6,24%	3,60%	8 710 205	6 415 560	1 046 106	604 000
2022	16 953 497	53,19%	36,92%	5,92%	3,97%	9 018 003	6 258 599	1 004 238	672 657
2023	14 549 949	52,29%	35,95%	7,05%	4,70%	7 608 229	5 230 981	1 026 385	684 354

Para complementar a análise das tabelas anteriores importa, por exemplo, recuperar alguns dos factos ocorridos, ao longo do último triénio, em termos da ocorrência de reembolsos, por se tratar de uma variável importante para justificar a percentagem de trabalho que os serviços administrativos acabam por despender no tratamento processual das várias modalidades: **(i)** em 2021, o volume de reembolsos diminui na Modalidade Poupança Complementar e aumentou, consideravelmente, na Modalidade de Capital Certo (320,7 milhões de euros, em 2021, e 212,7 milhões de euros, em 2020), sobretudo, devido ao maior número de séries vencidas (28 séries, no ano de 2021, e 12 séries, em 2020); **(ii)** em 2022, o montante de reembolsos, nas Modalidades de Capitalização, situou-se em 658,7 milhões de euros, sobretudo, devido ao vencimento programado de 26 séries, no montante, aproximado, de capital e de juros, de 390 milhões de euros. Estes factos contribuíram para o aumento da percentagem de consumo de trabalho alocada às modalidades de capital certo, em detrimento das restantes modalidades de capitalização; **(iii)** em 2023, o volume de reembolsos, verificado nas Modalidades de Capitalização, voltou a aumentar para 762,8 milhões de euros, em particular, devido ao acréscimo anual do montante de reembolsos

antecipados que se verificou na generalidade destas modalidades (este ano, o montante de vencimentos programados totalizou, aproximadamente, 103 milhões de euros, de capital e juro, correspondente ao encerramento de 21 séries).

Por estes motivos, a percentagem do consumo de trabalho alocada às modalidades de capital certo, tem sido, ao longo destes anos, mais elevada comparativamente com as restantes modalidades de capitalização.

Para que o Fundo de Administração consiga suportar o montante total de Custos Administrativos que são comuns a todas as modalidades, é necessário que todas elas façam as contribuições necessárias para este efeito; no último triénio, estas contribuições materializaram-se nos seguintes montantes:

Tabela 4 – Contribuição de cada Modalidade para o Total de Custos Administrativos

(euros)

Ano	MCC-Montepio Capital Certo	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos	Total
2021	10 272 000	7 566 000	1 689 000	604 000	20 131 000
2022	10 673 061	7 431 668	1 609 910	672 657	20 387 296
2023	9 369 757	6 378 118	1 628 718	684 354	18 060 947

Nos últimos anos, a cobertura dos custos administrativos comuns a todas as modalidades e rendas passou a ser assegurada, em linha com as Disposições Gerais do Regulamento de Benefícios (Artigo 27.º), através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do valor médio anual de cada Fundo Permanente ou Fundo Próprio de cada modalidade e renda, até ao limite máximo de 1%).

Entre 2021 e 2023, a percentagem de contribuição para o fundo de administração, por classes de modalidade, foi a seguinte:

Tabela 5 - Contribuição para o Fundo de Administração em Percentagem do Valor Médio Anual do Fundo Permanente / Próprio

Ano	MCC-Montepio Capital Certo	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos
2021	0,69%	0,66%	0,25%	1,00%
2022	0,64%	0,64%	0,25%	1,00%
2023	0,55%	0,55%	0,26%	1,00%

Nota: Dada a natureza e a particularidade das modalidades Montepio Proteção Encargos (não distribuírem melhorias de benefícios e não têm responsabilidades futuras para com os associados), considera-se ajustado continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima, de 1%, permitida pelo Artigo 27.º do Regulamento de Benefícios da Associação Mutualista.

16.3. Balanços técnicos das modalidades associativas, fundos e rendas

Modalidades Associativas

milhares de euros

	Modalidades de Proteção de Encargos		Modalidades de Capitalização		Modalidades de Capitalização Séries Capital Certo		Modalidades Proteção 5 em 5 e Capitais Diferidos c/Opção	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	-	-	322 413	322 413	-	-	32 175	32 175
Participações financeiras	84 164	84 164	550 255	550 255	864 379	864 379	114 934	114 934
Títulos	2 751	2 751	46 179	46 179	475 173	475 173	37 045	37 045
Empréstimos a associados	-	-	505	505	773	773	539	539
Depósitos bancários + Caixa	3 018	3 018	15 042	15 042	67 062	67 062	7 189	7 189
Ativos por impostos diferidos	123	123	266 575	266 575	436 445	436 445	64 184	64 184
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	-	-	3 273	3 273	107 307	107 307	6 219	6 219
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	-	-	-	-	1 780	16 330	16 714
Outros ativos	133	133	2 069	2 069	20 927	20 927	360	360
Total do Ativo	90 190	90 190	1 206 310	1 206 310	1 972 065	1 973 845	278 976	279 359
Provisões técnicas	0	0	1 147 137	1 147 137	1 682 756	1 682 756	259 235	259 235
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	5 537	5 537	0	0	104 390	104 390	2 808	2 808
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	5 797	5 797	407	407	2 176	2 176	98	98
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	0	0	0	0	0	337	0	0
Outros passivos	1 620	1 620	8 531	8 531	20 326	20 326	2 103	2 103
Total do passivo	12 953	12 953	1 156 075	1 156 075	1 809 647	1 809 985	264 245	264 245
Fundos próprios	68 671	76 593	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	-	-	-	-	78 771	135 568	1 483	9 838
Reservas de justo valor	8	8	(267)	(267)	(23 087)	(23 750)	(1 874)	(1 874)
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	(1)	(1)	178	178	6 616	6 616	515	515
Reserva geral	127	127	25 400	25 400	50 431	44 934	6 480	6 480
Reservas de Estabilização	-	-	872	24 217	-	-	-	-
Outras reservas e Resultados Transitados	509	509	707	707	(8 876)	466	(289)	156
Outras variações de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	7 921	-	23 344	-	58 563	26	8 417	-
Situação líquida	77 236	77 236	50 235	50 235	162 418	163 861	14 731	15 115
Total Passivo + Situação líquida	90 190	90 190	1 206 310	1 206 310	1 972 065	1 973 845	278 976	279 359

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

milhares de euros

	Montepio Proteção Vida e Capitais de Previdência		Montepio Proteção 18-30 e Capitais p/ Jovens		Montepio Pensões de Reforma		Pensões Reforma - Adicional de Invalidez	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	5 891	5 891	9 132	9 132	33 017	33 017	74	74
Participações financeiras	23 769	23 769	25 223	25 223	70 250	70 250	197	197
Títulos	183	183	4 985	4 985	16 901	16 901	1	1
Empréstimos a associados	63	63	124	124	22	22	-	-
Depósitos bancários + Caixa	1 059	1 059	1 314	1 314	4 702	4 702	62	62
Ativos por impostos diferidos	8 528	8 528	10 779	10 779	41 897	41 897	(3)	(3)
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	286	286	680	680	1 628	1 628	1	1
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	2	6 123	6 123	29 682	29 682	-	-
Outros ativos	47	47	75	75	131	131	0	0
Total do Ativo	39 827	39 829	58 435	58 435	198 231	198 231	331	331
Provisões técnicas	35 279	35 279	44 926	44 926	174 213	174 213	12	12
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	36	36	317	317	59	59	1	1
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	147	147	143	143	920	920	0	0
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	331	331	3 126	3 126	1 195	1 195	2	2
Total do passivo	35 794	35 794	48 513	48 513	176 388	176 388	14	14
Fundos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	3 576	3 987	6 478	7 202	18 991	21 701	303	315
Reservas de justo valor	(16)	(16)	(224)	(224)	(33)	(33)	0	0
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	4	4	60	60	41	41	(0)	(0)
Reserva geral	37	37	2 860	2 860	-	-	1	1
Reservas de Estabilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas e Resultados Transitados	24	24	(2)	24	(308)	134	0	0
Outras variações de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	408	-	750	-	3 152	-	13	-
Situação líquida	4 033	4 035	9 923	9 923	21 843	21 843	317	317
Total Passivo + Situação líquida	39 827	39 829	58 435	58 435	198 231	198 231	331	331

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

milhares de euros

	Montepio Proteção Invalidez e Capitais Temp. Invalidez		Capitais para Estudos		Subsídio p/ Morte		Capitais Previdência a Prazo	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	73	73	646	646	422	422	820	820
Participações financeiras	182	182	530	530	847	847	658	658
Títulos	25	25	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a associados	-	-	(4)	(4)	-	-	(1)	(1)
Depósitos bancários + Caixa	82	82	165	165	198	198	92	92
Ativos por impostos diferidos	(6)	(6)	392	392	279	279	66	66
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	1	1	124	124	72	72	6	6
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	0	0	9	9	2	2	3	3
Total do Ativo	357	357	1 862	1 862	1 819	1 819	1 644	1 644
Provisões técnicas	3	3	1 737	1 737	1 230	1 230	533	533
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	1	1	0	0	0	0	15	15
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	2	2	45	45	25	25	19	19
Total do passivo	6	6	1 782	1 782	1 255	1 255	567	567
Fundos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	335	349	41	76	162	197	846	918
Reservas de justo valor	1	1	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	(0)	(0)	-	-	-	-	-	-
Reserva geral	1	1	-	-	365	365	156	156
Reservas de Estabilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas e Resultados Transitados	(1)	0	4	4	2	2	3	3
Outras variações de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	15	-	35	-	35	-	72	-
Situação líquida	351	351	80	80	564	564	1 077	1 077
Total Passivo + Situação líquida	357	357	1 862	1 862	1 819	1 819	1 644	1 644

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

milhares de euros

	Pensão Sobrevivência e Dotes		Pensão p/ Deficientes		Capitais Diferidos Cobertura Adicional		Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	3 925	3 925	209	209	16	16	-	-
Participações financeiras	11 975	11 975	949	949	-	-	-	-
Títulos	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a associados	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos bancários + Caixa	474	474	228	228	33	33	26	26
Ativos por impostos diferidos	4 222	4 222	372	372	(1)	(1)	4	4
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	134	134	2	2	1	1	-	-
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	17	17	1	1	0	0	-	-
Total do Ativo	20 747	20 747	1 760	1 760	49	49	31	31
Provisões técnicas	17 744	17 744	1 525	1 525	1	1	17	17
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	0	0	8	8	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	109	109	9	9	0	0	0	0
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	173	173	8	8	0	0	0	0
Total do passivo	18 026	18 026	1 550	1 550	2	2	17	17
Fundos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	2 066	2 707	200	210	43	44	9	9
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva geral	-	-	-	-	3	3	4	4
Reservas de Estabilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas e Resultados Transitados	14	14	1	1	0	0	(0)	-
Outras variações de capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	641	-	9	-	1	-	0	-
Situação líquida	2 721	2 721	210	210	47	47	14	14
Total Passivo + Situação líquida	20 747	20 747	1 760	1 760	49	49	31	31

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

milhares de euros

	Rendas certas Modalidades Coletivas		Rendas de Sobrevivência 4 % e Rendas Vitalícias a favor pessoas certas		TOTAL	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
	Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	185	185	390	390	409 386
Participações financeiras	58	58	851	851	1 749 222	1 749 222
Títulos	-	-	2	2	583 244	583 244
Empréstimos a associados	-	-	-	-	2 021	2 021
Depósitos bancários + Caixa	15	15	188	188	100 948	100 948
Ativos por impostos diferidos	7	7	338	338	834 201	834 201
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	1	1	3	3	119 737	119 737
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	-	-	-	52 136	54 302
Outros ativos	1	1	7	7	23 782	23 782
Total do Ativo	267	267	1 778	1 778	3 874 678	3 876 844
Provisões técnicas	90	90	1 451	1 451	3 367 891	3 367 891
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	2	2	9	9	113 182	113 182
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	0	0	10	10	9 817	9 817
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	0	0	0	0	0	337
Outros passivos	9	9	12	12	37 527	37 527
Total do passivo	101	101	1 482	1 482	3 528 416	3 528 753
Fundos próprios	-	-	-	-	68 671	76 593
Excedentes Técnicos	136	148	266	282	113 708	183 552
Reservas de justo valor	-	-	0	0	(25 491)	(26 154)
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	-	-	(0)	(0)	7 413	7 413
Reserva geral	18	18	13	13	85 895	80 398
Reservas de Estabilização	-	-	-	-	872	24 217
Outras reservas e Resultados Transitados	0	0	1	1	(8 211)	2 046
Outras variações de capital próprio	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	12	-	16	-	103 404	26
Situação líquida	166	166	296	296	346 262	348 091
Total Passivo + Situação líquida	267	267	1 778	1 778	3 874 678	3 876 844

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

Coberturas Adicionais

milhares de euros

	Capitais de Garantia		Invalidez Modalidades Colectivas		TOTAL	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
	Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-
Participações financeiras	2 080	2 080	-	-	2 080	2 080
Títulos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a associados	-	-	-	-	-	-
Depósitos bancários + Caixa	68	68	17	17	85	85
Ativos por impostos diferidos	-	-	(0)	(0)	(0)	(0)
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	-	-	-	-	-	-
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo	2 148	2 148	17	17	2 165	2 165
Provisões técnicas	0	0	0	0	0	0
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	78	78	0	0	78	78
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	56	56	0	0	56	56
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	4	4	0	0	4	4
Total do passivo	139	139	0	0	139	139
Fundos próprios	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	1 858	2 009	17	17	1 875	2 026
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	-	-	-	-	-	-
Reserva geral	-	-	-	-	-	-
Reservas de Estabilização	-	-	-	-	-	-
Outras reservas e Resultados Transitados	1	1	(0)	-	1	1
Outras variações de capital próprio	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	150	-	0	-	150	-
Situação líquida	2 009	2 009	17	17	2 026	2 026
Total Passivo + Situação líquida	2 148	2 148	17	17	2 165	2 165

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

Fundos

milhares de euros

	FUNDO RESERVA GERAL		FUNDO DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA		Fundo de Administração		Fundo Bolsa de Estudo	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	26 011	26 011	-	-	-	-	235	235
Participações financeiras	5 926	5 926	44 703	44 703	-	-	464	464
Títulos	7 509	7 509	2 334	2 334	-	-	20	20
Empréstimos a associados	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos bancários + Caixa	16 557	16 557	3 531	3 531	6 255	6 255	219	219
Ativos por impostos diferidos	67 287	67 287	(2)	(2)	2 652	2 652	(19)	(19)
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	4 563	4 563	42	42	16	16	2	2
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	10 427	10 427	-	-	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	-	-	2	-	-	-	1
Outros ativos	67	67	255	255	4 653	4 653	1	1
Total do Ativo	138 347	138 347	50 863	50 865	13 576	13 576	921	922
Provisões técnicas	0	0	0	0	0	0	0	0
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	0	0	0	0	0	0	12	12
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	52 538	52 538	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	3 564	3 564	6 482	6 482	7 290	7 290	5	5
Total do passivo	56 103	56 103	6 482	6 482	7 290	7 290	17	17
Fundos próprios	-	-	39 245	44 326	625	900	875	904
Excedentes Técnicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de justo valor	(107)	(107)	36	34	-	-	1	1
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	29	29	(7)	(7)	-	-	(0)	(0)
Reserva geral	77 790	81 802	-	-	2 828	2 827	-	-
Reservas de Estabilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas e Resultados Transitados	3 130	521	26	30	(1)	-	(0)	1
Outras variações de capital próprio	-	-	-	-	2 561	2 561	-	-
Resultado líquido do exercício	1 403	-	5 080	-	275	-	29	-
Situação líquida	82 245	82 245	44 381	44 383	6 287	6 287	904	905
Total Passivo + Situação líquida	138 347	138 347	50 863	50 865	13 576	13 576	921	922

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

milhares de euros

	TOTAL		Fundo Montepio Egitanense		Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional - 4%		TOTAL	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	26 246	26 246	80	80	9	9	88	88
Participações financeiras	51 094	51 094	-	-	-	-	-	-
Títulos	9 862	9 862	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a associados	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos bancários + Caixa	26 563	26 563	195	195	34	34	229	229
Ativos por impostos diferidos	69 917	69 917	(6)	(6)	4	4	(3)	(3)
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	4 624	4 624	1	1	0	0	1	1
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	10 427	10 427	-	-	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	3	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	4 975	4 975	1	1	0	0	1	1
Total do Ativo	203 708	203 711	269	269	47	47	316	316
Provisões técnicas	0	0	0	0	18	18	18	18
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	12	12	20	20	0	0	20	20
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	52 538	52 538	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	17 341	17 341	2	2	0	0	2	2
Total do passivo	69 891	69 891	21	21	18	18	40	40
Fundos próprios	40 745	46 129	230	247	-	-	230	247
Excedentes Técnicos	-	-	-	-	24	25	24	25
Reservas de justo valor	(70)	(72)	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	22	22	-	-	-	-	-	-
Reserva geral	80 618	84 629	-	-	4	4	4	4
Reservas de Estabilização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas e Resultados Transitados	3 154	552	0	0	0	0	0	0
Outras variações de capital próprio	2 561	2 561	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	6 787	-	18	-	1	-	18	-
Situação líquida	133 817	133 820	248	248	29	29	276	276
Total Passivo + Situação líquida	203 708	203 711	269	269	47	47	316	316

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

Rendas

milhares de euros

	Rendas Temporárias 3% e 0,3%		Rendas Vitalícias 3% e 0,3%		Rendas Vitalícias 4%	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	51	51	2 236	2 236	4 713	4 713
Participações financeiras	556	556	5 892	5 892	6 844	6 844
Títulos	-	-	1 275	1 275	-	-
Empréstimos a associados	-	-	-	-	-	-
Depósitos bancários + Caixa	16	16	1 562	1 562	422	422
Ativos por impostos diferidos	148	148	3 073	3 073	2 227	2 227
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	14	14	208	208	146	146
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	0	0	7	7	15	15
Total do Ativo	786	786	14 253	14 253	14 368	14 368
Provisões técnicas	596	596	12 671	12 671	10 298	10 298
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	0	0	16	16	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	0	0	46	46	98	98
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	3	3	112	112	211	211
Total do passivo	598	598	12 845	12 845	10 607	10 607
Fundos próprios	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	42	77	974	1 433	2 197	3 178
Reservas de justo valor	-	-	(49)	(49)	-	-
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	-	-	14	14	-	-
Reserva geral	110	110	-	-	567	567
Reservas de Estabilização	-	-	-	-	-	-
Outras reservas e Resultados Transitados	(0)	1	(9)	10	5	16
Outras variações de capital próprio	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	35	-	479	-	992	-
Situação líquida	187	187	1 408	1 408	3 760	3 760
Total Passivo + Situação líquida	786	786	14 253	14 253	14 368	14 368

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

milhares de euros

	Rendas Vitalícias 6%		TOTAL	
	31.dez.23	Após Propostas *	31.dez.23	Após Propostas *
Prop. Investimento+Ativos tangíveis e intangíveis	211	211	7 211	7 211
Participações financeiras	268	268	13 560	13 560
Títulos	398	398	1 673	1 673
Empréstimos a associados	-	-	-	-
Depósitos bancários + Caixa	20	20	2 021	2 021
Ativos por impostos diferidos	90	90	5 538	5 538
Estimativa de IRC 2023 devedor (modalidades com P/L negativo)	11	11	380	380
Dívidas das modalidades à Reserva Geral	-	-	-	-
Dívida da Reserva Geral às modalidades	-	-	-	-
Outros ativos	1	1	23	23
Total do Ativo	999	999	30 405	30 405
Provisões técnicas	438	438	24 003	24 003
Estimativa de IRC 2023 credor (modalidades com P/L positivo)	0	0	16	16
Créditos da Reserva Geral sobre as modalidades	8	8	152	152
Créditos das modalidades sobre a Reserva Geral	0	0	0	0
Outros passivos	16	16	342	342
Total do passivo	463	463	24 513	24 513
Fundos próprios	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	264	354	3 477	5 042
Reservas de justo valor	11	11	(38)	(38)
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	(2)	(2)	12	12
Reserva geral	173	173	849	849
Reservas de Estabilização	-	-	-	-
Outras reservas e Resultados Transitados	(16)	1	(20)	27
Outras variações de capital próprio	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	106	-	1 612	-
Situação líquida	537	537	5 892	5 892
Total Passivo + Situação líquida	999	999	30 405	30 405

* Considerando a concretização das Propostas do presente Relatório e Contas de 2023, depois de aprovadas pela Assembleia de Representantes

16.4. Carteira de Imóveis

(milhares de euros)

Imóveis Agregados por Concelho	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
Almada	468	17
Albergaria-a-Velha	6 767	439
Angra do Heroísmo	14	-
Barreiro	91	4
Braga	8 906	344
Castelo Branco	1 052	50
Cascais	17 457	1 113
Coimbra	14 627	797
Évora	1 616	92
Faro	753	22
Guarda	1 626	46
Lisboa	239 129	8 347
Mafra	57	(1)
Montijo	11 412	801
Porto	69 036	1 407
Santarém	1 584	93
Setúbal	3 713	312
Sines	94	6
Sintra	24 596	(126)
Trofa	39	(2)
Vagos	124	(2)
Vila Franca de Xira	1 314	(2)
Vila Nova de Gaia	10 305	622
Viseu	3 186	340
TOTAL DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	417 966	14 719

16.5. Carteira de Títulos

(milhares de euros)

	Quantidade	Valor Nominal	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	24 100 333	11 055	68	16 730	15 841	-	15 909
Ações	182 700	-	-	670	506	-	506
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Dívida pública	-	3 000	18	2 966	2 659	-	2 677
Obrigações diversas	-	8 055	50	7 979	7 653	-	7 703
Fundos de Investimento	23 917 633	-	-	5 115	5 023	-	5 023
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		600 123	11 910	599 162	566 960	(2 485)	578 870
Obrigações diversas		411 623	11 269	411 083	400 383	(2 485)	411 653
Bilhetes do Tesouro		12 000	-	11 779	11 812	-	11 812
Dívida pública		171 500	658	171 300	149 765	-	150 422
Papel comercial		5 000	(17)	5 000	5 000	-	4 983
TOTAL	24 100 333	611 178	11 978	615 892	582 801	(2 485)	594 779

16.6. Contas das Fundações

Fundação Montepio Geral

(euros)

	2023	2022
ATIVO		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	76 579	332 115
Ativo corrente		
Outras contas a receber	2 631	2 500
Caixa e depósitos bancários	2 310 513	2 079 429
Total do Ativo	2 389 723	2 414 044
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	498 798	498 798
Reservas e Resultados transitados	1 193 114	1 042 505
Resultado líquido do período	16 773	150 609
Total dos Fundos Patrimoniais	1 708 685	1 691 912
Passivo		
Outras dívidas a pagar	681 038	722 132
Total do Passivo	681 038	722 132
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	2 389 723	2 414 044

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(euros)

	2023	2022
RENDIMENTOS E GASTOS		
Subsídios, doações e legados à exploração	639 317	500 000
Fornecimentos e serviços externos	(13 720)	(12 537)
Outros rendimentos	1 554	123 756
Outros gastos	(640 112)	(476 174)
Aumentos/reduções de justo valor	7 091	7 961
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(5 869)	143 007
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(5 869)	143 007
Juros e rendimentos similares obtidos	23 029	8 330
Juros e encargos similares suportados	(387)	(728)
Resultado líquido do período	16 773	150 609

Outras Fundações

(euros)

Balanço em 31 de dezembro de 2023

	Vale Flor	Padre José Filipe	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	-	9 793	-	-	-
Investimentos financeiros	-	723 417	-	-	-
Ativo corrente					
Estado e Outros Entes Públicos	62	(308)	15	(12)	-
Caixa e depósitos bancários	70 221	12 224	13 462	10 333	39 807
Total do Ativo	70 283	745 126	13 477	10 321	39 807
PASSIVO					
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-	-	-
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458
Reservas	62 442	684 307	11 493	8 388	21 271
Resultados transitados	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	2 254	51 841	488	356	1 078
Total dos Fundos Patrimoniais	70 283	745 126	13 477	10 321	39 807
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	70 283	745 126	13 477	10 321	39 807

(euros)

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2023

	Vale Flor	Padre José Filipe	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
RENDIMENTOS E GASTOS					
Fornecimentos e serviços externos	-	(973)	-	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	1 666	35 796	305	222	713
Outros gastos e perdas	(286)	(56)	(56)	(58)	(245)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 380	34 767	249	164	468
Gastos/reversões de depreciação e de	-	(255)	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 380	34 512	249	164	468
Juros e rendimentos similares obtidos	1 263	23 324	332	263	676
Juros e gastos similares suportados	(124)	(1 113)	(23)	(16)	(66)
Imposto	(265)	(4 882)	(70)	(55)	-
Resultado líquido do período	2 254	51 841	488	356	1 078

Prémios

(euros)

Balança em 31 de dezembro de 2023

	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	D. Dinis	Bailim Pissarra	Alvaro Machado	Alberto Conceição Jorge
ATIVO								
Ativo não corrente								
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo corrente								
Caixa e depósitos bancários	15 342	36 262	105 491	78 341	98 765	1 814	174 230	117 832
Total do Ativo	15 342	36 262	105 491	78 341	98 765	1 814	174 230	117 832
PASSIVO								
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDOS PATRIMONIAIS								
Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940	38 308	7 482	-	-
Reservas	12 827	22 547	86 590	50 400	56 280	-	129 760	112 929
Resultados transitados	-	-	-	-	-	(5 326)	39 871	-
Resultado líquido do período	520	1 245	3 937	3 001	4 177	(342)	4 599	4 903
Total dos Fundos Patrimoniais	15 342	36 262	105 491	78 341	98 765	1 814	174 230	117 832
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	15 342	36 262	105 491	78 341	98 765	1 814	174 230	117 832

(euros)

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2023

	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	D. Dinis	Bailim Pissarra	Alvaro Machado	Alberto Conceição Jorge
RENDIMENTOS E GASTOS								
Aumentos/Reduções de justo valor	333	750	2 276	1 777	2 110	-	2 609	2 609
Outros gastos e perdas	(133)	(239)	(759)	(507)	(210)	(350)	(1 265)	(510)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	200	511	1 517	1 270	1 900	(350)	1 344	2 099
Juros e rendimentos similares	345	790	2 589	1 863	2 434	8	3 448	2 997
Juros e gastos similares suportados	(25)	(56)	(169)	(132)	(157)	-	(193)	(193)
Resultado líquido do período	520	1 245	3 937	3 001	4 177	(342)	4 599	4 903



Montepio
Associação Mutualista

Sede

Rua Áurea, 219 – 241
1100 – 062 Lisboa

T: 213 248 000
montepio.org